

Plínio Corrêa de Oliveira

ESTADOS UNIDOS:

NAÇÃO ARISTOCRÁTICA

NUM ESTADO DEMOCRÁTICO

INTRODUÇÃO

Ao longo dos capítulos I a VI, o presente livro procurou especialmente mostrar a legitimidade, a utilidade e o papel da nobreza e de outras elites tradicionais dentro do corpo social em nossos dias. Especialmente considerada foi a nobreza tradicional no contexto europeu, isto é, a nobreza militar de origem rural.

Pio XII, em suas memoráveis alocuções ao Patriciado e à Nobreza Romana – nas quais se inspira o presente livro – tinha em vista não só aquela nobreza da Cidade Eterna, mas também todas as nobrezas européias de seu tempo. E os temas por ele abordados não se restringem a problemas específicos da aristocracia romana.

Em algumas alocuções, como foi visto, o Pontífice também discorreu a respeito das elites análogas à nobreza, e da função que elas deveriam desempenhar em toda a sociedade atual.¹

1 - A respeito das elites tradicionais e de sua missão na sociedade hodierna, nas alocuções de Pio XII, ver o capítulo V, itens 1, 2, 7, 9 e 12; e capítulo VI, item "Direção e Absenteísmo". Sobre as elites tradicionais como novas modalidades de nobreza, ver capítulo VII, 9.

Em consequência, a inclusão das elites análogas no presente estudo sobre a nobreza tem toda a razão de ser. Assim como a evolução da vida social, na Idade Média, conduziu organicamente à formação dessa nobreza histórica, processos sociais posteriores deram legitimamente origem a linhagens familiares antigas e de elevada cultura no setor do magistério, da magistratura, da administração pública, do comércio e da indústria. Famílias dessas, a evolução social as estabeleceu em todas as nações do Ocidente. Elas passaram a constituir um corpo privilegiado ao lado da nobreza histórica, ou seja, verdadeiras elites análogas à nobreza.

Esta forma de nobreza não era militar nem de origem rural, mas de ordem cultural e administrativa, surgida de uma tradição hereditária no serviço público ou na direção de empreendimentos da primeira importância na esfera da economia privada.

Isto desmente, desde já, a idéia estreita a respeito da nobreza européia como tendo sido uma casta fechada, inacessível aos que estavam fora dela. Mas, ao mesmo tempo, pode-se levantar uma interrogação de especial interesse para os Estados Unidos de hoje em dia. Se tal foi na Velha Europa a formação de elites tradicionais paralelas à nobreza, sob o influxo de circunstâncias ideológicas, sociais e econômicas bem conhecidas, é o caso de

perguntar se as circunstâncias análogas existentes na América do Norte, desde a época colonial, também produziram tais elites, se estas têm tido duração suficiente para serem qualificadas justificadamente de tradicionais, qual é o posicionamento delas na sociedade democrática norte-americana, etc.

Sendo um processo orgânico, tal geração de elites semelhantes à nobreza continua até nos nossos dias, mesmo em meio às ciclópicas transformações de ordem social, política, econômica e cultural. Ponderação importante, pois para não poucos leitores contemporâneos a idéia de nobreza é arcaica. Para eles, dedicar um livro ao tema poderia parecer uma infração de um dos princípios mais enraizados da mentalidade moderna, contido no famoso aforismo *time is money*. Um tal livro seria perda de tempo, pois pareceria não ter aplicação prática próxima.

Longe de querer extrair de arquivos poeirentos ou de mostruários de museus uma nobreza da qual se imagina que é intrinsecamente estagnada e cheirando a mofo, o presente trabalho procura mostrar como uma sociedade sadia precisa desenvolver-se de tal forma que as elites, tanto as tradicionais quanto as emergentes, encontrem seu lugar para poderem exercer sua benéfica função diretiva no corpo social.

Que subsista este processo em países que ainda mantêm o regime monárquico – mesmo constitucional – não é de surpreender. Mas alguém poderia levantar uma pergunta: Existe ele também nas sociedades democráticas que, por definição, estão baseadas na negação dos privilégios hereditários? A esta pergunta pode-se responder que estudos contemporâneos mostram quanto é útil e natural a estratificação social em qualquer forma de governo e, portanto, a subsistência deste processo orgânico de geração de elites em todas as sociedades humanas, qualquer que seja sua índole.

E isto, até mesmo no tocante às sociedades humanas morbidamente constituídas. Também estas geram elites. Elites, sim, no sentido também mórbido do termo. E que, ao contrário das sociedades sadias, geram monstros. É o caso da "*nomenklatura*" comunista e outras formas de elites discriminatórias e opressivas, nascidas das desigualdades mórbidas que o regime comunista não pôde evitar de criar.

Seria um estudo interessante, porém impraticável no escopo de um livro, analisar o desenvolvimento das elites análogas nas diversas sociedades de nossos dias. Tal trabalho exigiria uma enciclopédia.

O presente livro oferece subsídios para ilustrar a evolução dessas elites no Novo Mundo – tanto o nascido da tradição católica e latino-ibérica, como o de origem predominantemente protestante e anglo-saxônica – tendo em vista sua importância no concerto das nações ocidentais.

No Brasil este processo ocorreu espontaneamente, dando origem a uma aristocracia variada, denominada de "nobreza da terra", com tradições e privilégios próprios. Na Hispano-América a geração da aristocracia local teve um caráter mais institucional, e freqüentemente deu-se por decreto real ou por processos regidos por leis positivas. Ambas aristocracias assim formadas contribuíram possantemente para o desenvolvimento de culturas próprias nos respectivos países, diferenciando-se deste modo, e gradualmente, das aristocracias das metrópoles e das outras colônias.

Houve algo de análogo nos Estados Unidos da América do Norte? A própria pergunta poderia surpreender. Com efeito, segundo a idéia corrente, quicá nunca tenha havido na História país com condições mais inovadoras do que os Estados Unidos, nascidos de uma revolução que pretendeu instaurar um *novus ordo seculorum*, cindido do grande tronco da civilização européia, desprezada como velha e decadente, vítima das taras que seriam típicas das sociedades aristocráticas.²

2 - "*Novus ordo seculorum*" é o lema dos Estados Unidos, gravado no Selo de Estado.

Descrevendo as diferenças entre o Novo e o Velho Mundo, escreve o historiador Gordon Wood: "Os intelectuais liberais europeus do século XVIII, partindo de confusas idéias políticas, elaboraram uma imagem do Novo Mundo que contrastava agudamente com o Velho, atolado no que eles acreditavam ser uma sociedade feudal em decadência, debilitada por uma cultura e um refinamento excessivos. Os iluministas europeus viam nos americanos este 'povo iluminado'.... O Novo Mundo parecia estar singularmente livre das restritivas diferenciações sociais: uma sociedade naturalmente igualitária, jovem, rústica, cheia de vitalidade, por vezes até assustadora e fascinantemente bárbara, porém sem o sufocante e corruptor refinamento do Velho Mundo. Na mente de não poucos filósofos franceses, a América se tornara 'uma miragem no Ocidente', símbolo de sua nova ordem tão sonhada". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic, 1776-1787* - New York: W.W. Norton & Company, 1969, p. 98)

Os Estados Unidos são universalmente considerados a nação republicana por excelência, que consagrou em sua própria Declaração de Independência o princípio de que "todos os homens são criados iguais"; a nação dos "*self-made men*", onde todo mundo pode prosperar "*from rags to riches*" (dos trapos à riqueza); a nação das liberdades individuais, onde a autoridade e a hierarquia são vistas com desconfiança; a nação onde a polida elegância do cerimonial aristocrático europeu cede lugar à simplicidade desenvolvida das maneiras democráticas; a nação na qual as considerações de ordem estética e espiritual passam a um segundo plano diante do pragmatismo e do "*common sense*".

O enorme fluxo de imigrantes, vindos de quase todos os quadrantes do globo, contribuiu para acentuar ainda mais essas características do país, parecendo enterrar definitivamente qualquer veleidade de geração de elites tradicionais locais.

As próprias palavras "nobreza norte-americana" poderiam parecer totalmente incompatíveis entre si.³ Porém, uma vez que houve nobreza e elites análogas nos países da América Latina — nascidos também eles de revoluções igualitárias, largamente inspiradas na Revolução Francesa — não é ocioso perguntar se teria havido também uma aristocracia norte-americana.⁴ Falamos de aristocracia, e não de nobreza, pois nos EUA — exceto no período colonial, e com características próprias — nunca houve nobreza titulada.⁵

3 - Comentam os sociólogos Kenneth Prewitt e Alan Stone: "A palavra 'elite' arranha os ouvidos da maioria dos norte-americanos. Como 'racismo' ou 'socialismo', 'elite' é um termo por demais duro e anti-americano para obter ampla aceitação. É de esperar, por isso, que o termo seja pouco usado nas reportagens e nos discursos políticos. Usar uma expressão como 'elite política' é quase negar que 'todos os homens são criados iguais', e, portanto, negar a própria Declaração de Independência [onde tal frase se encontra]". Kenneth Prewitt & Alan Stone, *The Ruling Elites: Elite Theory, Power and American Democracy*, (New York: Harper and Row, 1973), p. 2.

4 - Tendo em vista haver uma analogia entre as elites tradicionais das três Américas e da Europa, os autores, por comodidade de expressão, designam freqüentemente como "aristocracia" determinadas elites tradicionais nos Estados Unidos. É claro que os grupos humanos que se podem chamar de aristocráticos têm muitas diferenças entre si. Estas diferenças, como é natural, são observadas não só entre as diversas elites norte-americanas que se podem chamar de aristocráticas, como também entre estas e suas similares latino-americanas e européias.

5 - Pouco antes da Independência, a Coroa inglesa iria começar a outorgar títulos de nobreza a cidadãos proeminentes das colônias americanas, com o fim de formar uma aristocracia titulada local, e assim solucionar a crônica instabilidade da sociedade colonial. Isto, aliás, foi um dos fatores que precipitaram a Revolução Americana, pois os revolucionários não desejavam tal solução (Cfr. Gordon Wood, op. cit., pp. 111-112).

A pergunta sobre a eventual existência de elites análogas à nobreza, nos Estados Unidos, desperta portanto um interesse fundamental. A resposta positiva a tal indagação tornaria imperativa uma profunda e desapaixorada revisão de não poucos clichês a respeito dessa grande nação do norte, tornados obsoletos pela própria evidência dos fatos. Os Estados Unidos apareceriam sob outra luz. A miragem do "*american way of life*", criada especialmente pelo cinema de Hollywood, se esvairia diante da constatação de que, nos Estados Unidos como em qualquer sociedade, o processo de geração de elites análogas existiu, e até, por certos lados, com características mais marcantes do que nas sociedades ibero-americanas.

O interesse dessa constatação não é válido apenas em relação aos Estados Unidos, mas, a bem dizer, tem um alcance mundial. Com efeito, é inegável que o fascínio do mito hollywoodiano do "*american way of life*" esteve na raiz de profundas transformações psicológicas, culturais e sociais na Europa, América Latina e outras partes do mundo, onde a influência da cultura norte-americana se fez sentir. Acreditando ver nesse mito o caminho do futuro, inúmeras pessoas adaptaram a ele seu temperamento, suas idéias, seu próprio modo de ser, o mais das vezes abandonando as tradições e usos de sua própria cultura. Os efeitos deletérios desta verdadeira revolução cultural, sob a égide do mito liberal norte-americano, não devem ser subestimados.

O presente estudo procura fornecer alguns subsídios para formar uma idéia mais real sobre a grande nação norte-americana, assim corrigindo distorções que muito pesaram nos rumos de tantos países.

De outro lado, o problema das elites análogas nos Estados Unidos reveste-se também de interesse doutrinário especial. Tal estudo permitiria ver como, na espontaneidade de uma organização social, política e econômica inteiramente liberal, elas foram surgindo, como uma espécie de livre empresa social.

Não se trata aqui de procurar nos Estados Unidos uma nobreza histórica militar, medieval, nem seus descendentes trazidos às plagas americanas pelo infortúnio ou pelo desejo de aventura. O

que interessa é constatar a existência de elites análogas à nobreza, e seu importante papel na vida política, econômica, social e cultural do país.

Levantar a questão da existência de elites análogas tem um especial interesse para os Estados Unidos de hoje. De fato, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, importantes setores da classe média norte-americana têm-se tornado um campo fértil para a germinação dessas elites.

O que tem caracterizado até agora a sociedade norte-americana é um desejo, um *élan* de promoção que, sob os mais variados aspectos, se faz sentir na imensa maioria de seus habitantes. É o desejo de promoção da própria pessoa, da própria família e da própria classe, de maneira que a pessoa, a família e a classe procuram, de todos os modos possíveis, aprimorar seus conhecimentos, sua condição de vida e o produto de sua atividade profissional.

Daí decorre que as camadas inferiores da classe média já possam dispor de um padrão de vida que, na geração anterior, era o de classes mais elevadas.

Foi também observado em outras camadas da classe média, especialmente naquelas onde se encontravam os setores mais intelectualizados da sociedade norte-americana, um grande aprimoramento cultural, que se deveu, pelo menos em parte, à presença de professores europeus lecionando em universidades norte-americanas.

Houve também, de modo geral, uma elevação do nível cultural nas universidades norte-americanas. Além disso, muitos norte-americanos foram à Europa e a outros lugares para fazer estudos históricos, literários, científicos, etc.

Produziu-se então, nesses setores intelectualizados da classe média, uma convergência entre esta elevação do nível intelectual e do padrão de vida, com os já existentes hábitos democráticos igualitários. Nela, o igualitarismo mantinha uma certa vulgaridade, porém a produção intelectual, por sua vez, fazia recuar o igualitarismo e elevava esta classe.

A triunfar a cultura sobre os preconceitos igualitários, tal triunfo fará de tais setores da classe média norte-americana um elemento de solidez e de fecundidade, para que dela brotem cada vez mais as elites análogas.

Como se situa então, nos Estados Unidos, o problema das elites análogas à nobreza? A fim de contribuir para uma adequada resposta a esta questão, é que sai a lume o presente estudo.

Capítulo I

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS UNIDOS

1. Uma imagem unilateral dos Estados Unidos

a. A influência do mito americanista

A historiografia mais difundida a respeito dos Estados Unidos, ao longo do século passado e da primeira metade do presente, esteve dominada por diversas interpretações do mito americanista.¹ Segundo as interpretações mais radicais, os Estados Unidos seriam a "nação redentora" do gênero humano,² incumbida da "missão providencial" de disseminar o domínio da democracia liberal, "libertando" as nações de "opressões" remanescentes da austera e hierárquica civilização europeia originada na Idade Média, e abrindo assim uma nova era para a humanidade.³

1 - A expressão "mito americanista" designa certo modo de ver o espírito norte-americano, enquanto liberal e igualitário. Provém mais de preconceitos ideológicos de fundo iluminista e racionalista, próprios a certas correntes de pensamento, do que de uma visão objetiva da realidade norte-americana. As repercussões religiosas deste mito foram condenadas por Leão XIII, na Carta Apostólica *Testem Benevolentiae*, de 1899. Ver: Thomas McAvoy, *The Americanist Heresy in Roman Catholicism, 1895-1900* - Notre Dame, Ind., University of Notre Dame Press, 1963).

2 - Ver: Ernest Lee Tuveson, *Redeemer Nation. The Idea of America's Millennial Role* (Chicago: University of Chicago Press, 1968); Conrad Cherry, *God's New Israel* (Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1971); A. Frederick Marck, *Manifest Destiny and Mission in American History* - New York, Alfred A. Knopf, 1963).

3 - Uma afirmação deste mito, em todo o seu fanatismo, está contida nas palavras pronunciadas pelo historiador e político Albert Beveridge no Senado norte-americano, em 1897: "Deus não preparou os povos anglo-saxões por mais de mil anos para ficarmos numa vã auto-contemplação e auto-admiração. Não! Ele nos fez os organizadores e mestres do mundo, para estabelecer a ordem onde reina o caos. Ele nos deu o espírito progressista para esmagar as forças da reação no mundo inteiro.... Não fosse esta força dos anglo-saxões, o mundo voltaria à barbárie e às trevas. E de toda a nossa raça, Ele escolheu o povo norte-americano

como Sua nação eleita, que finalmente realizará a redenção do mundo". (Citado em: Ernest Lee Tuveson, *Redeemer Nation*, p. VII).

Embora tal afirmação seja raramente encontrada hoje em dia, nestes termos, este é o pensamento ainda prevalente em alguns setores políticos e culturais do país. Quando o aplicam em matéria de política internacional, diz-se que esta é a concepção "missionária" do dever da democracia norte-americana no mundo. Como se vê, o oposto do isolacionismo.

Foi utilizada a expressão "democracia liberal". Como bem deixa claro o presente livro, a democracia é de si um regime legítimo e segundo a ordem natural. Ela se torna nociva quando é igualitária e destruidora das antigas tradições do povo. É a esta democracia revolucionária que se aplica a expressão "democracia liberal".

A impressionante expansão territorial dos EUA, que das exíguas 13 colônias originais se tornou o 4º país do mundo em superfície, e especialmente o formidável desenvolvimento econômico e militar, que fez dos EUA a maior potência temporal da História, pareceram confirmar esta "missão providencial".

Obviamente, ela não teria sentido se tal democracia não vigorasse antes nos próprios Estados Unidos. Influenciados por esse mito nas suas várias interpretações, muitos historiadores e sociólogos norte-americanos se dedicaram quase exclusivamente a ressaltar os aspectos liberais, democráticos e igualitários de seu país. Frequentemente sacrificando o rigor científico ao ânimo apologético em prol desse mito, eles praticamente ignoraram a existência de elites e de instituições aristocráticas ou com laivos aristocráticos, análogas a elites e instituições aristocráticas do Velho Mundo.

Foi assim elaborada uma interpretação unilateral da realidade norte-americana, que dominou a historiografia e a sociologia até meados deste século.

b. Alexis de Tocqueville, principal artífice de uma falsa visão

O principal mentor da corrente de interpretação liberal da sociedade americana foi Alexis de Tocqueville [1805-1859].

"Tocqueville – diz Roberto Nisbet – foi o primeiro e, até agora, o maior teórico da democracia. Ao estudar as democracias européias que surgiram na década de 1830, ele deixou claro que a democracia, mais que qualquer outro tipo de Estado na História, introduz, aprimora e reforça o poder da maioria, a centralização

do governo, o nivelamento das camadas sociais em nome da igualdade individual, e a burocratização da sociedade" (Robert Nisbet, *The Present Age, Progress and Anarchy in Modern America* - New York, Harper and Row, 1989). Ou seja, a democracia conduziria a um Estado todo poderoso e a uma sociedade igualitária, com um aparente "poder da maioria"; isto é, um regime comunista com disfarce democrático.

O jovem aristocrata Tocqueville visitou os Estados Unidos por nove meses, entre 1831 e 1832. Em 1835 ele publicou sua célebre obra "Democracia na América", que logo se tornou o livro-referência clássico para qualquer análise da sociedade democrática norte-americana.

Nesse livro ele apresentou a uma Europa em ebulição revolucionária uma visão fascinante, embora indubitavelmente unilateral, de um país próspero e quase totalmente democrático, no qual os valores familiares, aristocráticos e hereditários não tinham mais lugar. A difusão desse mito na Europa facilitou enormemente a aceitação entusiasmada das idéias democráticas revolucionárias naquele continente.

Eis as próprias palavras de Tocqueville: "Na América, o elemento aristocrático sempre foi fraco desde suas origens. Hoje em dia, se bem que não esteja propriamente destruído, está de tal forma minguado que não se lhe pode atribuir qualquer influência no curso da vida pública. Pelo contrário, o princípio democrático tomou um tal dinamismo por força do tempo, dos acontecimentos e da legislação, que se tornou não só dominante mas todo-poderoso". (Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, vol. 1, p. 55)

Segundo o historiador Edward Pessen, da Universidade de New York, é a mais influente e duradoura análise jamais escrita sobre a democracia americana da época. Enquanto outras obras foram largamente deixadas de lado, a interpretação igualitária de Tocqueville continua a gozar de amplo prestígio.⁴

4 - Cfr. Edward Pessen, *Riches, Class and Power Before the Civil War* (Lexington, Mass: D.C. Heath & Company, 1973, p. 1). Pessen é professor de História no Baruch College da Universidade de Nova York, e especialista na história dos Estados Unidos de antes da Guerra Civil.

Prosseguindo em sua análise da obra de Tocqueville, Pessen mostra como o autor francês ressaltou apenas o aspecto igualitário da sociedade norte-americana. Segundo sua interpretação, os Estados Unidos da primeira metade do século XIX

eram uma sociedade dominada pela massa. Havia poucos homens muito ricos e também poucos muito pobres. Os ricos eram quase todos "self-made men", de origem humilde. Suas riquezas não chegavam à terceira geração. Era uma sociedade dinâmica e cheia de mobilidade. A riqueza e a pobreza eram estados passageiros dentro do calidoscópio social. Em tal sociedade as diferenças sociais não tinham consistência. A palavra "servente" era tabu, os prisioneiros apertavam a mão de seus carcereiros, os trabalhadores vestiam-se como os burgueses, os políticos – mesmo aqueles de famílias patricias – faziam ostentação de origens humildes, e a geral vulgaridade das maneiras dava testemunho do predomínio das classes baixas. (Cfr. Edward Pessen, *idem*, pp. 2-3)

O próprio Tocqueville assim resume suas idéias: "Entre as coisas mais inovadoras que descobri durante a minha estada nos Estados Unidos, nenhuma me impressionou mais do que a geral igualdade de condições entre a sua gente.... [Esta igualdade] confere uma peculiar orientação à opinião pública e um teor particular às leis.... Quanto mais aprofundava o estudo da sociedade norte-americana, mais me convencia de que esta igualdade de condições é o aspecto fundamental e central do qual derivam todos os outros, e ao qual minhas observações sempre me conduziam". (Alexis de Tocqueville, *Democracy in America* - New York, Vintage Books, 1945, vol. 1, p. 3)

Evidentemente, esta interpretação igualitária de Tocqueville a respeito da sociedade norte-americana não deixava margem ao papel que as elites nela poderiam desempenhar. Nathaniel Burt, historiador da classe alta de Philadelphia, ressalta que "muitas das posições [de Tocqueville] em relação à democracia eram distorcidas, porque ele não admitia, ou não queria admitir, a existência de uma aristocracia nos Estados Unidos". (Nathaniel Burt, *The Perennial Philadelphians: The anatomy of an American Aristocracy* - Boston, Little, Brown and Company, 1963, p. 592)

Comentando esta visão distorcida de Tocqueville a respeito da hierarquia social nos EUA, o já citado sociólogo Robert Nisbet escreve: "Tocqueville foi o primeiro e, ao longo do século XIX, o maior expoente da teoria de que o regime moderno se caracteriza, não pela solidificação das classes sociais, mas pela sua fragmentação.... Segundo ele, o poder pertence às massas, e numa burocracia centralizada a riqueza vai para uma classe média em contínuo crescimento, e o prestígio social passa facilmente de um setor para outro.

"As ondas da democracia após a Revolução Americana, segundo Tocqueville, esterilizaram o papel da aristocracia, deixando apenas categorias movediças de ricos e pobres, pouco capazes de

produzir classes sociais no sentido próprio do termo". (Robert Nisbet, *"The Triumph of Status: Tocqueville"*. In Holger R. Stub, ed., *Status Communities in Modern Society. Alternatives to Class Analysis* - Hinsdale, Ill., The Dryden Press, 1972, pp. 35, 37)

Como facilmente se deduz desta síntese do pensamento de Tocqueville a respeito da sociedade norte-americana, ele não escapou ao fascínio do mito americanista. Bem aponta o Prof. Pessen que "Tocqueville não deixa claro se seus vãos de imaginação se referem à sociedade democrática norte-americana concreta ou a um modelo democrático abstrato.... Apesar de algumas de suas observações mais importantes estarem baseadas em ínfima evidência, elas foram aceitas por muitos de seus contemporâneos mais influentes". (Edward Pessen, *Riches, Class and Power Before the Civil War*, p. 3)

Em outra obra, Pessen continua sua crítica à análise de Tocqueville sobre a sociedade norte-americana de seu tempo, tal como foi apresentada no livro "Democracia na América": "Sua concepção da estrutura social norte-americana era baseada mais na lógica e em informações não comprovadas do que na evidência de fatos que o autor tinha pouco interesse em pesquisar. Apesar disso, durante muito tempo foi tida como verdadeira "bíblia" pela maioria dos estudiosos da sociedade norte-americana. No quadro social igualitário pintado por Tocqueville, cada americano era considerado como igual ao outro, não importando as circunstâncias de nascimento; e a riqueza era distribuída quase igualmente entre todos.... Este quadro pitoresco de uma democracia social rude e inebriante, porém, foi amplamente demolido pela pesquisa moderna." (Edward Pessen, *Status and Social Class in America*, in: *Making America: the Society and Culture of the United States*, edited by Luther S. Luedtke - Washington, D.C., U.S. Information Agency, 1987, p. 276)

Também Victor Lidz, sociólogo da Universidade de Pennsylvania, acusa Tocqueville de imaginar nos Estados Unidos um igualitarismo inexistente: "Nem a sociedade colonial nem a da Revolução [de 1776] e a dos anos imediatamente posteriores correspondiam ao tipo de 'democracia' descrito por Tocqueville. A sociedade almejada pela Constituição não era ainda democrática, mas uma hierarquia ordenada de grupos de diferentes status sociais fundados em ideais bem diversos da 'igualdade' que Tocqueville pretendeu ver na América". (Victor M. Lidz, *"Founding Fathers and Party Leaders"*, in: Harold J. Bereshady, ed., *Social Class and Democratic Leadership. Essays in Honor of E. Digby Baltzell* - Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1989, p. 235)

Porém foi a interpretação unilateral do escritor francês que dominou a historiografia e a sociologia norte-americanas até meados do presente século. Em sociologia, ela recebeu o nome de escola pluralista, por valorizar os aspectos horizontais, ecumênicos e dinâmicos da sociedade norte-americana (de fato presentes), negligenciando os fatores de estratificação social.

2. A escola elitista

a. A falência do mito liberal

Influenciados pelo mito americanista acima descrito, os sociólogos e historiadores norte-americanos pura e simplesmente fechavam os olhos para a existência das elites em seu país. "Até recentemente – escreve Vance Packard – os próprios sociólogos se esquivavam da análise objetiva do problema das classes sociais nos Estados Unidos. As classes sociais, entendiam eles, não deveriam existir. Além disso, Karl Marx tinha transformado a expressão 'classe social' numa obscenidade. O resultado foi que, até poucos anos atrás, os cientistas sociais [norte-americanos] sabiam mais sobre as classes sociais na Nova Guiné do que nos Estados Unidos". (Vance Packard, *The Status Seekers* – New York, David McKay Company, 1959, p. 6. O Prof. Packard é um dos mais antigos representantes da escola elitista)

No mesmo sentido fala Philip Burch em seu minucioso estudo sobre as elites norte-americanas: "[O estudo das elites] tem sido posto de lado pelos cientistas sociais norte-americanos, talvez porque o próprio conceito [de elites] desmente os valores democráticos de nosso país". (Philip Burch, *Elites in American History* – New York, Holmes & Meier, 1981, Vol. 3, pp. 3-4)

De fato, havia uma censura implícita contra os que tentassem levantar o tema das elites nos Estados Unidos. Tais estudos eram menosprezados como fruto de sonhadores, desacreditados nos meios acadêmicos "sérios". "Sugerir que a sociedade norte-americana é quase tão baseada na hierarquia de classes como a sociedade britânica – observam os sociólogos Peter Cookson e Caroline Persell – colocava-nos nos limites da respeitabilidade social". (Peter W. Cookson Jr. e Caroline Hodges Persell, *Preparing for Power. America's Elite Boarding Schools* – New York, Basic Books, 1985, p. 16)

Porém, já em meados dos anos 30 esta interpretação igualitária da experiência democrática norte-americana começou a apresentar sérias deficiências. Estudos sociológicos, históricos e psicológicos em crescente número começaram a mostrar na

sociedade norte-americana, não apenas a subsistência de elites definidas e coesas, mas também que a própria história do país só se compreendia enquanto sendo principalmente a história dessas elites.

Explicam Thomas Dye e L. Harmon Zeigler: "A ideologia pluralista dominou sem concorrência por muitos anos, não só nos textos oficiais do governo, mas na literatura geral das ciências políticas. Porém, recentemente vários estudiosos têm contestado as pretensões científicas dos pluralistas e, em consequência, negado suas formulações normativas a respeito da sociedade norte-americana.... Estes estudiosos [são] conhecidos como 'neo-elitistas'". (Thomas R. Dye e L. Harmon Zeigler, *The Irony of Democracy: An Uncommon Introduction to American Politics* - Belmont, Ca., Duxbury Press, 1972, p. VII)

Defrontados com a realidade da existência de elites análogas à nobreza nos Estados Unidos, e de seu importante papel na vida social, cultural, política e econômica do país, este núcleo de estudiosos - de ideologias diversas em matéria política e social - iniciou o ingente trabalho de rever os conceitos que até então tinham dominado a historiografia e a sociologia norte-americanas. Nasceu assim uma escola revisionista, que logo recebeu o nome de escola elitista, pela ênfase que dá ao papel das elites na história dos povos.

É interessante notar que este aparecimento da escola elitista coincide, e até certo ponto se relaciona, com a chamada "renascença conservadora" do pós-Segunda Guerra. Iniciada por um grupo de pensadores em fins dos anos 40, esta corrente visava uma revalorização do pensamento conservador e tradicionalista anglo-saxão, diante da crescente falência das doutrinas liberais até então dominantes. Fruto desta renascença foi um movimento conservador multiforme, que subsiste até nossos dias. Uma de suas figuras exponenciais é o sociólogo Russell Kirk.

Para os representantes dessa escola, a teoria pluralista igualitária está falida, pois baseia-se em pressupostos racionalistas que a ciência sociológica, histórica e psicológica está a desmentir. Após mostrar a inconsistência dos fundamentos racionalistas da democracia liberal, C. Wright Mills, conhecido estudioso das elites, conclui: "Temos de reconhecer que a descrição [da teoria democrática da sociedade] é um mero conjunto de imagens que não passam de contos de fadas". (C. Wright Mills, *The Power Elite* - New York, Oxford University Press, 1956, p. 300)

A idênticas conclusões chegam Michael Burton e John Higley. Após analisarem a falência científica e doutrinária das outras

escolas sociológicas – entre elas a marxista, a pluralista e a de Max Weber – eles ponderam: "A sociologia política está hoje em dia sem um modelo dominante. O pluralismo foi largamente posto de lado, mas nada tomou o seu lugar.

"Acreditamos que a teoria das elites poderia preencher este vácuo.... Embora se possa esperar muito debate a respeito dos detalhes de suas formulações e aplicações, suas afirmações a respeito da inevitabilidade e da variabilidade das elites, bem como da interdependência entre as elites e as não elites, estão em consonância com o pensamento de muitos sociólogos políticos contemporâneos. De fato, de uma década para cá a sociologia política caminhou para uma notável, embora implícita, convergência em direção à teoria elitista.

"O campo de estudo da teoria das elites está ficando enorme. Putnam publicou em 1976 uma lista de 650 obras dessa escola, apenas na língua inglesa. Desde então outras 300 foram publicadas. O *Social Science Index* enumera mais de 250 artigos sobre elites, publicados entre 1976 e 1984. (Michael G. Burton e John Higley, "*Invitation to Elite Theory: The Basic Contentions Reconsidered*", in: G. William Domhoff, Thomas R. Dye, eds., *Power Elites and Organizations* -Newbury Park, Ca., Sage Publications, 1987, pp. 235-237. Burton é professor de sociologia no Loyola College de Maryland. Higley é professor de Governo e Sociologia na Universidade de Texas em Austin)

Sendo de existência relativamente recente, a escola elitista ainda não explicitou todo o seu conteúdo doutrinário e suas conseqüências. Faltar-lhe-ia talvez explicar melhor a influência moral dessas elites sociais – como, por exemplo, sua função de modelo para a sociedade – e também como esses valores podem exercer influência em todo o corpo social. Pelo fato de focalizar principalmente sua atenção nos aspectos políticos e econômicos, a escola elitista se diferencia da visão do Autor do presente livro, que, ao empreender a análise da hierarquia social, baseia-se em princípios religiosos, morais e de ordem natural. (Cfr. Capítulo XII, 1,2,3)

Aproveitar os ensinamentos de Pio XII a respeito da existência e função das elites na sociedade moderna – ou seja, utilizar pressupostos religiosos para o debate em matéria sociológica, que normalmente não leva em conta princípios religiosos – é perfeitamente justificável. O conhecimento do pensamento pontifício a esse respeito é do maior interesse, mesmo para aqueles que não são seguidores da doutrina católica. Isso não só pelo fato de os católicos constituírem a maior denominação religiosa nos Estados Unidos, mas também porque tais princípios

baseiam-se na ordem natural e na Revelação, cujo Autor é o próprio Deus.

Não se pode, porém, negar alcance científico às constatações desta escola, que desmentem tantos pressupostos da visão democrática liberal moderna, ao ver a realidade social e histórica norte-americana de maneira bem diversa daquela, largamente aceita até pouco tempo atrás. Ela até permite qualificar os Estados Unidos – pelo menos segundo muitos pontos de vista – como **uma nação aristocrática vivendo dentro de um Estado democrático.**

b. Algumas idéias-mestras da escola elitista

Os professores Thomas R. Dye e L. Harmon Zeigler assim definem o elitismo: "O elitismo não é uma conspiração para oprimir as massas.... Simplesmente afirma que a sociedade está dividida entre uns poucos que têm poder, e muitos que não o têm. Segundo a teoria das elites, são estas, e não as massas, as que transmitem valores à sociedade.

"Os Estados Unidos são governados pelas elites, e não pelas massas. Em nossa era industrial, científica e nuclear, a vida numa democracia, bem como numa sociedade totalitária, é modelada por poucos homens.

"O elitismo não pretende que a condução da *res publica* ignore ou prejudique o bem-estar das massas, mas apenas afirma que este bem-estar depende das elites, e não das massas.... O elitismo afirma que as massas têm, na melhor das hipóteses, uma influência apenas indireta sobre a condução dos assuntos públicos pelas elites". (Thomas R. Dye e L. Harmon Zeigler, *The Irony of Democracy* - Belmont, Ca., Duxbury Press, 1972, pp. 7, 343, 3)

Burton e Higley sintetizam os fundamentos da escola elitista em três idéias-mestras:

- As elites são uma característica natural, e mesmo necessária, de todas as sociedades;
- São as elites, e não as massas, as que geralmente constituem o fator decisivo na determinação dos rumos do corpo social;
- A movimentação do corpo social é determinada pela interdependência harmônica entre elites e não-elites. (Michael Burton e John Higley, *"Invitation to Elite Theory. The Basic Contentions Reconsidered"*, p. 220. Ao afirmar esta terceira idéia-mestra, os teóricos das elites têm especialmente em vista refutar o mito marxista da luta de classes, quer dizer, o mito do necessário antagonismo entre elites e não-elites)

c. Elites, estratificação e desigualdades sociais: Elementos indispensáveis numa sociedade orgânica

Muitos sociólogos norte-americanos, especialmente os desta escola, ressaltam que a estratificação social é normal e inerente a toda sociedade. Ela sempre existiu em todos os tempos e lugares, e os Estados Unidos não constituem uma exceção.

Rebatendo o mito igualitário, o sociólogo Pierre van den Berghe escreve, não sem ironia: "Talvez os crédulos otimistas que assinaram a Declaração de Independência dos Estados Unidos pensassem que 'todos os homens foram criados iguais'. Mas isto contradiz a própria evidência dos fatos. Que todos os homens devam ser tratados como se fossem iguais, é uma idéia exótica, nascida pouco mais de duzentos anos atrás.

"Na maioria das sociedades ao longo da História humana, a desigualdade foi axiomática. As relações humanas sempre se ordenaram segundo a premissa de que duas pessoas raramente [sic], ou mesmo nunca, são iguais.... O igualitarismo pode servir para discursos inflamados, mas é sociologicamente infundado e empiricamente absurdo.... Todas as sociedades humanas são estratificadas.... A ordem hierárquica é evidente já na família, o menor e mais universal dos organismos humanos". (Pierre L. van den Berghe, *Man in Society. A Biosocial View* - New York, Elsevier, 1978, pp. 137-138)

A mesma idéia é exposta pelo já mencionado Robert Nisbet: "A hierarquia provém das próprias necessidades funcionais das relações sociais. Não há qualquer forma de comunidade que não tenha alguma estratificação de funções. Onde quer que duas pessoas constituam uma sociedade, tem que haver alguma forma de hierarquia". (Robert Nisbet, *Twilight of Authority* - New York, Oxford University Press, 1975, p. 238)

Por seu lado, o Prof. Robin Williams, da Universidade de Cornell, afirma: "Todas as sociedades conhecidas têm algum sistema de classificar seus membros ou grupos constitutivos dentro de uma escala de superioridade e inferioridade.... A diferente avaliação dos homens enquanto indivíduos e enquanto membros de categorias sociais é uma característica formal e universal de todos os sistemas sociais". (Robin M. Williams Jr., *American Society. A Sociological Interpretation* - New York, Alfred A. Knopf, 1960, p. 88)

Analisando mais em detalhe esta estratificação da sociedade, Seymour Martin Lipset e Reinhard Bendix observam: "Em toda sociedade complexa existe uma divisão do trabalho e uma hierarquia de prestígio. As posições de liderança e de

responsabilidade social geralmente ocupam as camadas mais altas, logo seguidas pelas posições que requerem longa educação e inteligência superior. Os líderes e indivíduos muito bem educados são sempre uma pequena minoria. A grande maioria é composta pelas pessoas das camadas mais baixas, que realizam as tarefas manuais e quotidianas de menos prestígio". (Seymour Martin Lipset e Reinhard Bendix, *Social Mobility in Industrial Society* - Berkeley, University of California Press, 1967, p. 1)

Suzan Keller, professora na Universidade de New York, também chega a incisivas conclusões sobre a existência indispensável das desigualdades numa ordem social: "A existência e persistência de minorias influentes é uma das características constantes de uma vida social organizada. Seja uma comunidade grande ou pequena, rica ou pobre, simples ou complexa, ela sempre destaca alguns de seus membros como sendo muito importantes, muito poderosos ou muito proeminentes. A noção de uma camada social mais elevada, acima da massa, pode suscitar aprovação, indiferença ou revolta. Porém, sem tomar em conta o que os homens sintam a este respeito, o fato é que suas vidas, fortunas e destinos são e sempre foram dependentes do que um pequeno número deles, colocados em altos postos, pensem e façam." (Suzanne Keller, *Beyond the Ruling Class: Strategic Elites in Modern Society* - New York, Random House, 1963, p. 3)

Nisbet é categórico ao afirmar: "A hierarquia é um fato universal.... Nunca existiu, e muito provavelmente nem poderia existir, uma sociedade sem desigualdade". (Robert A. Nisbet, *The Social Bond. An Introduction to the Study of Society* - New York: Alfred A. Knopf, 1970, p. 53)

"Elitismo é uma característica necessária de **todas** as sociedades", afirmam Dye e Zeigler. E prosseguem mais adiante: "As desigualdades entre os homens são inevitáveis.... Os homens não nascem com as mesmas capacidades, nem podem adquiri-las pela educação. Os modernos democratas, que reconhecem que a desigualdade na riqueza é um sério obstáculo à igualdade política, propõem eliminar tal desigualdade tomando dos ricos e dando aos pobres, para conseguir um 'nivelamento' que eles acreditam ser essencial à democracia.... Porém, mesmo se as desigualdades de riquezas fossem eliminadas, a diferença entre os homens em inteligência, habilidade organizativa, capacidade de liderança, conhecimento e informação, determinação e ambição, interesse e atividade, permaneceriam. Tais qualidades são suficientes para assegurar um governo de poucos, mesmo se a riqueza fosse igualmente distribuída". (Thomas R. Dye e L. Harmon Zeigler, *The Irony of Democracy: An Uncommon Introduction to American Politics* - Belmont, Ca., Duxbury Press, 1972, pp. 363, 364)

O sociólogo Joseph Fichter conclui de modo contundente: "A aspiração a uma democracia completa, a uma igualdade perfeita entre as pessoas, carece absolutamente de fundamento científico. Igualmente, pretender uma sociedade ideal, sem classes, é um afã irreal e impossível". (Joseph Fichter, "Sociologia" - São Paulo: Herder, 1967, p. 69)

A presença constante de elites na sociedade é uma idéia já exposta nos trabalhos dos sociólogos italianos Gaetano Mosca (1854-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923), e do alemão Robert Michels. A esse respeito escrevem Burton e Higley: "Mosca e Pareto pesquisaram a História demonstrando que as elites são inevitáveis; Michels mostrou que até mesmo numa sociedade democrática e igualitária, como o Partido Social Democrata alemão anteriormente à Primeira Guerra Mundial, a emergência de uma elite era inevitável. Após três quartos de século, esta idéia-mestra permanece de pé. Nem mesmo as dramáticas convulsões ocorridas [no mundo] desde que os pioneiros desta escola enunciaram suas teses, produziram, onde quer que seja, uma sociedade sem elites". (Michael G. Burton e John Higley, *Invitation to Elite Theory. The Basic Contentions Reconsidered* - pp. 220-221)

Aliás, este fundamento do elitismo não poderia ser contestado, visto tratar-se de uma constatação empírica universal. "A esquerda sociológica - diz van den Berghe - tem argumentado que a estratificação é 'disfuncional', enquanto que a direita afirma que ela é 'funcional', ou seja, boa para a sociedade. Boa ou má, a desigualdade inegavelmente existe em todas as sociedades humanas.... Além de gostar ou não gostar dela, não há muito o que fazer da desigualdade". (Pierre L. van den Berghe, *Man in Society. A Biosocial View*, p. 169)

3. As elites nos Estados Unidos

a. A sociedade norte-americana é hierarquizada

A sociedade norte-americana, como qualquer outra, é hierárquica. E não podia deixar de ser, pois a existência das elites é um fato natural em todo corpo social organizado, e até mesmo essencial para o bom funcionamento deste.

Segundo William Domhoff, professor de psicologia na Universidade de Califórnia em Santa Cruz, "hoje os cientistas estão refutando o mito da sociedade sem classes.... A estrutura social [norte-americana] é feita de várias camadas que se fundem cada uma na imediatamente superior, até atingir o nível mais

alto". (G. William Domhoff, *The Higher Circles, The Governing Class in America* - New York, Vintage Books, 1971, pp. 73-74)

E Lloyd Warner esclarece: "É evidente, para aqueles dentre nós que temos estudado muitas regiões dos Estados Unidos, que o sistema social americano compõe-se de dois princípios básicos e antitéticos: um princípio de igualdade e um princípio de desigualdade (Cfr. item 3,c: O paradoxo Americano), de diferenciação de níveis.... A hierarquia de status social existe sempre.... A alternativa para nós, americanos, não é escolher entre a hierarquia e a igualdade, mas entre o nosso sistema de hierarquia e outro sistema". (W. Lloyd Warner, *American Life, Dream and Reality* - Chicago, University of Chicago Press, 1968, pp. 127-129. A respeito de Warner, o famoso sociólogo Talcott Parsons escreve: "Os trabalhos de Warner sobre os problemas da estratificação social certamente são pontos nevrálgicos da ciência social norte-americana" - Idem, contracapa)

Um autor de origem alemã, Herbert von Borch, explica que existe na Europa a idéia de que os EUA são um país democrático e igualitário, mas que isso corresponde só em parte à realidade. Segundo Borch, o igualitarismo nos EUA é apenas um fenômeno de superfície, debaixo do qual há uma realidade hierárquica que os europeus muitas vezes não percebem. Escreve von Borch: "Para quem observa de fora, a sociedade norte-americana parece igualitária à primeira vista. O observador vê uma superfície cheia de cor, vida e mobilidade, que contrasta com as velhas incrustações das sociedades européias.... Porém, debaixo dessa superfície, desvenda-se um fascinante rendilhado de distinções sociais conscientemente cultivadas, envolvendo.... forças de estratificação bem profundas". (Herbert von Borch, *The Unfinished Society* - Indianapolis, Charter Books, 1963, pp. 228-229)

Esta presença de classes sociais hierarquizadas nos Estados Unidos também é realçada por Edward Pessen nos seguintes termos: "Existem provas abundantes de que as classes sociais e as distinções entre elas, bem como as diferenças de status, existem e sempre existiram aqui [nos Estados Unidos], como em qualquer outro lugar do mundo contemporâneo". (Edward Pessen, *Status and Social Class in America*, in: *Making America*, edited by Luther S. Luedtke, p. 270)

Esta distinção de classes não se restringe às pessoas e famílias de grande fortuna, ou aos grandes centros urbanos que, à maneira de cordilheiras em uma planície, pairariam por cima de uma sociedade fundamentalmente igualitária. A estratificação social atinge toda a sociedade norte-americana, como explica o já mencionado C. Wright Mills: "Em todas as pequenas cidades dos Estados Unidos há uma camada alta de famílias que pairam por cima

das classes médias e da população miúda de funcionários e assalariados. Os membros destas famílias possuem mais daquilo que pode ser possuído e confere poder na localidade. Eles detêm as chaves das decisões; seus nomes e fotos aparecem freqüentemente no jornal local; o jornal e a rádio lhes pertencem, como também as principais indústrias da área e a maioria dos prédios comerciais da avenida principal; eles dirigem os bancos. Relacionando-se intimamente entre si, eles têm a clara noção de que pertencem às principais famílias da classe dirigente.... Assim foi sempre, e assim continua a ser a vida nas pequenas cidades dos Estados Unidos".⁵

5 - C. Wright Mills, *The Power Elite*, p. 30. O testemunho de Mills é insuspeito. De tendência esquerdista (alguns o têm como um dos precursores da Nova Esquerda dos anos 60), Mills estuda as elites nos EUA, não para defendê-las, mas para denunciá-las. E ele não é o único a ter esta orientação em suas obras. Suas descrições sociológicas, porém, coincidem com as de todos os autores dessa escola no ponto essencial: a constatação empírica da hierarquização da sociedade norte-americana.

Temos então uma sociedade que, embora sem usar títulos de nobreza, não é menos hierarquizada que a sociedade européia. Esta diferenciação social é evidente, por exemplo, na Nova Inglaterra, um dos núcleos originários da colonização inglesa, e até hoje centro de algumas das mais antigas tradições norte-americanas.

Na sua análise das classes sociais nessa importante região dos EUA, Lloyd Warner escreve: "O estudo [sociológico] das comunidades na Nova Inglaterra mostra claramente a existência de um sistema bem definido de classes sociais. Há no cume uma aristocracia de berço e de riqueza. Este é a classe das 'Famílias Antigas'.... Os atuais membros dessa classe nasceram em famílias que, há várias gerações, apresentam um estilo de vida peculiar à classe alta.

"Depois situam-se as novas famílias, que constituem a baixa classe alta e tiveram sua origem nas novas indústrias e nas finanças.... Elas aspiram a atingir o status de 'Família Antiga', se não para seus atuais membros, pelo menos para seus filhos.

"Abaixo destas famílias estão os membros da alta classe média, sólida e altamente respeitável.... [Os membros desta classe] aspiram a subir até a classe alta, e esperam que suas boas ações, atividades cívicas e altos princípios morais sejam reconhecidos [pelas pessoas da classe alta].... Este

reconhecimento poderia elevar seu status, e muito provavelmente os faria membros da baixa classe alta.

"Estas três classes – a alta classe alta, a baixa classe alta e a alta classe média – constituem os níveis acima do homem comum. Entre elas e a massa do povo há uma considerável distância social". (Lloyd Warner, *Social Class in America* - New York: Harper and Row, 1960, pp. 11-13)

Na ausência de títulos nobiliárquicos, o costume consagrou várias expressões para designar as Famílias Antigas nas várias cidades e estados. Temos assim, por exemplo, os *Boston Brahmins*, os *Proper Philadelphians*, os *Knickerbockers* ou os *Metropolitan 400* de Nova York, os *Proper San Franciscans*, os *Genteel Charlestonians*, as Primeiras Famílias da Virginia, os *California Dons* (designa as famílias de antiga aristocracia espanhola), etc. Muitas destas famílias ainda estão na posse de suas mansões ancestrais.⁶

6 - Em 1981, a "*Preservation League of New York*" incluiu 37 grandes solares do Vale do Hudson entre as mais "significativas propriedades" dos EUA. Dessas, 22 ainda permaneciam nas mãos das famílias originais. Ver: Christopher Norwood, *The Last Aristocrats*, "The New York", 16 de novembro de 1981, p. 40.

Em Natchez, Mississippi, um dos centros da alta vida social no Sul, se verifica o mesmo fenômeno. Robert de Blieux, ex-conservador dos lugares históricos da cidade, informa que "a maioria das mais antigas mansões de Natchez ainda permanecem nas mãos das mesmas famílias após várias gerações. Estas são as 'antigas famílias de Natchez'". (Citado em: Casey Bukro, "*Deep South ambience is alive, well in Natchez*" - "The Sacramento Bee", 1 de março de 1992)

Concluem estes sociólogos afirmando que é impossível entender a sociedade norte-americana sem se tomar em consideração sua hierarquização. Escreve o mesmo Warner: "É impossível estudar com inteligência e argúcia os problemas da sociedade norte-americana contemporânea e a vida psíquica de seus membros sem dar plena consideração às várias hierarquias que classificam os cidadãos, seu comportamento e sua cultura, segundo status sociais mais altos ou mais baixos. Estas hierarquias permeiam todos os aspectos da vida social deste país". (Lloyd Warner, *American Life. Dream and Reality* - Chicago, The University of Chicago Press, 1968, p. 68)

b. A história dos EUA é feita principalmente por suas elites dirigentes

Após constatarem cientificamente que a existência das elites é normal em todas as sociedades, e particularmente nos Estados Unidos, os sociólogos da escola elitista vão mais longe.

Contrariando o mito igualitário segundo o qual as transformações sociais são iniciadas pelas massas, estes sociólogos afirmam que são as elites, e não as massas, as que dão o tônus à vida nacional. Qualquer transformação nas elites tem repercussão em todo o país.

Dizem Kenneth Prewitt e Alan Stone: "A história da política é a história das elites. O caráter de uma sociedade – seja ela justa ou injusta, dinâmica ou estagnada, pacifista ou militarista – é determinado pelo caráter de sua elite. Os fins da sociedade são estabelecidos pelas elites e obtidos sob sua direção.... A perspectiva elitista não nega a mudança social; pelo contrário, defende que são possíveis transformações radicais da sociedade. Os elitistas somente ressaltam que a maior parte das mudanças são consequência de mudanças e transformações nas próprias elites". (Kenneth Prewitt & Alan Stone, *The Ruling Elites: Elites, Theory, Power and American Democracy* – New York, Harper & Row, 1973, p. 4. Prewitt é professor da Universidade de Chicago. Stone é professor da Universidade de Rutgers)

A última frase desta citação acentua bem o importante matiz da verdade acima enunciada. Em rigor, das classes que compõem qualquer sociedade, nenhuma está habitual e necessariamente privada de alguma parcela de influência – ainda que pequena – no conjunto do andamento da sociedade.

Ainda que seja por omissão, uma classe pouco influente pode exercer uma parcela de ação co-diretiva nos destinos sociais. Esta verdade está implícita ou explícita no pensamento de pessoas do passado – próximo, remoto, ou até muito remoto – que tenham tratado do assunto com competência. Por exemplo, a famosa analogia estabelecida por Menenio Agripa⁷ entre a sociedade e o organismo humano.

7 - Cônsul romano (503 a.C.). Venceu os sabinos e os samnitas. Grande orador. Para apaziguar um conflito surgido entre a plebe e o Senado, elaborou o apólogo "Os membros e o estômago", o qual mostrava que, assim como a revolta de uns órgãos contra os outros levaria o organismo à morte, o mesmo aconteceria com a sociedade se não houvesse harmonia entre as classes sociais. O conflito foi extinto com a criação dos tribunos da plebe no Senado.

Porém é evidentemente lícito afirmar, quando a influência de uma classe torna-se tão preponderante que chega a ser quase exclusiva, que tal influência é exclusiva. Pois há nisso uma simplificação de linguagem, cujo verdadeiro sentido um leitor atilado não tem dificuldade em perceber.

Munidos desta premissa, empreendem tais sociólogos o estudo da história norte-americana, não do ponto de vista das massas, como na historiografia mitológica, mas do ponto de vista das elites e de sua função social determinante.

E mais adiante declaram ainda Prewitt e Stone: "A história norte-americana é normalmente apresentada nos livros de texto e nos discursos políticos como se a participação das massas.... tivesse um peso decisivo na condução da política.... Apesar da popularidade desta interpretação da história norte-americana, muitos estudiosos.... chegaram a conclusões bem diferentes. Este re-exame da história norte-americana, conhecido como revisionismo, ainda está em elaboração.... Porém, já foram realizados suficientes estudos para deitar uma pesada sombra de dúvida sobre a interpretação convencional da história norte-americana e provar ao leitor que a participação popular nas decisões políticas foi de pouca importância". (Kenneth Prewitt & Alan Stone, *The Ruling Elites*, p. 31)

Com a minúcia própria aos cientistas, estes estudiosos analisam ainda as estruturas de poder ao longo da história, em muitas cidades e regiões, chegando invariavelmente ao mesmo resultado: os Estados Unidos não são governados pelas massas, mas pelas elites, nos vários níveis da sociedade.

Uma notável obra neste sentido é o já mencionado estudo de Philip Burch sobre as elites norte-americanas, em três volumes. Na apresentação da obra o editor afirma: "A rigorosa análise de Philip Burch sobre as origens sociais e o nível econômico dos mais altos líderes dos Estados Unidos [desde a fundação da República até os anos Carter] desmente a idéia generalizada de que nosso governo tem sido 'do povo, pelo povo e para o povo'". (Philip Burch, *Elites in American History*, contra-capá)

"No seu influente livro sobre a estrutura de poder em Atlanta (Georgia), o sociólogo Floyd Hunter descreve uma estrutura piramidal de poder e influência, na qual a maioria das mais importantes decisões da comunidade são tomadas por uma camada superior, composta pelos líderes do comércio e das finanças". (Citado em: Thomas R. Dye e L. Harmon Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 13)

Comentando o trabalho de Hunter, Dye e Zeigler prosseguem: "Os resultados das pesquisas de Hunter em Atlanta.... são próprios a incomodar aqueles que gostariam de ver os Estados Unidos governados de maneira verdadeiramente democrática. As pesquisas de Hunter desmentem a idéia da participação popular na condução dos assuntos públicos.... e levantam dúvidas se os bem-amados valores democráticos realizam-se de fato na vida norte-americana". (Thomas R. Dye e L. Harmon Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 14)

O papel diretivo das elites nos Estados Unidos não se restringe ao campo político e econômico. Ele é também – e até, por alguns lados, principalmente – social e cultural.

A vida cultural norte-americana não seria o que ela é, se não fosse a tradição de generoso patrocínio das classes altas. Em seu livro sobre as classes ricas nos Estados Unidos, Charlotte Curtis explica que "ao doar milhões de dólares para a fundação e manutenção de galerias de arte, museus, óperas, orquestras, hospitais, pesquisas médicas, parques, instituições educacionais e uma ampla variedade de obras de caridade, as pessoas ricas da classe alta influem sobre a cultura, tanto local como nacional.... dum modo que nenhuma pessoa comum nem grupo social pode igualar". (Charlotte Curtis, *The Rich and Other Atrocities* - New York, Harper & Row, 1973, p. X)

As atitudes das mulheres de classe alta influem muito na vida nacional, mesmo quando não ocupam cargos públicos. Comenta William Domhoff: "As mulheres da classe alta dirigem a moda, promovem a cultura, dirigem obras de beneficência, e mantêm atividades sociais que preservam a classe alta como classe social". E prossegue: "As mulheres da classe alta *participam de uma série de atividades que sustentam a classe alta enquanto classe distinta, ajudando assim a manter a estabilidade do sistema social como um todo*". (William Domhoff, *The Higher Circles; The Governing Class in America* - New York, Vintage Books, 1971, pp. 33, 56)

O papel diretivo das elites é às vezes imponderável. Um exemplo disto é a sua influência nos gostos da população. A este respeito escreve Charlotte Curtis: "Ao usarem as últimas modas, decorarem e redecorarem suas várias casas, ao exigirem iguarias refinadas de seus *chefs* privados.... elas formam o bom gosto do país". (Charlotte Curtis, *The Rich and Other Atrocities*, p. X)

Concluindo, o sociólogo Thomas R. Dye afirma contundentemente: "O governo das massas não é possível nem desejável. A ampla participação popular nas decisões da política nacional, não só é impossível de atingir, numa sociedade

industrial moderna, mas é incompatível com os valores liberais da dignidade individual, liberdade pessoal e justiça social. Os esforços feitos nos Estados Unidos para estimular a participação das massas na política estão totalmente equivocados.... O elitismo é uma característica necessária de todas as sociedades.... Não há uma solução para o elitismo, porque este não é o problema da democracia.... A pergunta, então, não é como combater o elitismo e dar o poder às massas.... mas como construir uma sociedade justa, ordenada e humana". (Thomas R. Dye e L. Harmon Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 363)

4. O paradoxo norte-americano

Como foi visto, a sociedade norte-americana orienta-se por dois princípios básicos e antitéticos: um princípio de igualdade e um princípio de desigualdade. (Cfr. Lloyd Warner, *American Life, Dream and Reality*, p. 20)

Esta coexistência de um princípio democrático e igualitário falso, mas aceito por muitos, com uma realidade hierarquizante, imposta pela vida, cria uma situação desagradável, que a simples afirmação da existência inevitável das desigualdades não elimina.

Esta dicotomia entre a ideologia e o estilo de vida tem sido uma feição constante da elite social norte-americana, como indica Lloyd Warner: "Sua ideologia oficial é sempre pesadamente democrática e igualitária, mas seu comportamento e seus valores tendem a destacá-las [as elites sociais] como sendo superiores e diferentes das classes abaixo delas". (Lloyd Warner, *American Life, Dream and Reality*, p. 116)

Tais princípios antitéticos levam as elites, enquanto tais, a se coíbiem em sua expansão natural. Elas ficam – para usar a expressão francesa – *coincées*, quer dizer, apertadas no canto o mais possível, sem poder dispensar à sociedade todos os benefícios que delas se pode esperar.

Seria difícil tratar deste fenômeno nos Estados Unidos sem concluir que esta antítese é ruínosa para o país. Pois muitos daqueles que pertencem às elites estão teoricamente convencidos de que elas não devem existir. E esta convicção de homens de elite impede em algo a expansão das próprias elites em sua plenitude natural; como se fosse alguma coisa que agisse sobre uma árvore, de maneira que seus galhos não pudessem crescer.

É importante compreender que o fenômeno "elites", como tudo quanto está debaixo da alçada do homem, é suscetível de exageros e de excessos. Mas, pelo pânico de um excesso, não se deve cair no outro. Ora, no presente caso, se passa de um excesso ao outro.

Realmente, pelo pânico do fortalecimento exagerado da elite, se passa a uma debilitação da mesma; ou seja, a elite fica raquítica, pelo menos em alguns de seus aspectos.

Ora, um dos frutos das elites é produzir um tipo humano; e este tipo humano faz ver a superioridade dos tipos convenientes a situações de elite sobre tipos convenientes a situações que não são de elite. Esta distinção, porém, entra em choque com uma concepção democrática da vida. Por exemplo, nos Estados Unidos pode haver uma empresa colossal cujos dirigentes tenham também um poder colossal, mas que desenvolvam um esforço colossal para parecer, o mais possível, pessoas que não formaram em si um tipo humano em harmonia com aquela situação de elite que ocupam.

Temos assim o paradoxo de uma sociedade que se rege por princípios democráticos e igualitários, e que, entretanto, não pode subtrair-se à organicidade social, que inevitavelmente gera hierarquias. Escreve a este respeito Joseph Fichter: "Entre nós existe a curiosa combinação de uma sociedade realmente estratificada com uma repugnância geral a admitir a presença de uma estratificação". (Joseph Fichter, "Sociologia" - São Paulo: Herder, 1969, p. 100)

Na introdução ao livro de Dixon Wecter sobre a história das elites nos EUA, Louis Auchincloss declara: "A existência de uma alta sociedade [nos Estados Unidos] parece a muitos a perpetuação de uma arqui-heresia no próprio santuário da democracia, um barulho vulgar quebrando o silêncio imposto pelo sonho americano". (Louis Auchincloss, Introduction to: Dixon Wecter, *The Saga of American Society. A Record of Social Aspiration 1607-1937* - New York, Charles Scribner's Sons, 1969, p. XIV)

Origens e efeitos do paradoxo americano

O paradoxo norte-americano nasceu, a bem dizer, com a própria república. Conseqüentes com a ideologia republicana, os "pais fundadores" da novel nação elaboraram um arcabouço legal e institucional, no qual os privilégios aristocráticos não tinham lugar. Por exemplo, o primeiro artigo da Constituição proibiu a concessão de títulos de nobreza pelo governo republicano, como também a aceitação - por aqueles que ocupassem cargos públicos - de títulos dados por soberanos ou governos estrangeiros. "Os Estados Unidos não poderão outorgar títulos de nobreza. Nenhum cidadão que ocupe um cargo público poderá, sem o consentimento do Congresso, aceitar nenhum emolumento, cargo ou título de qualquer Rei, Príncipe ou Estado estrangeiro". (Constituição dos Estados Unidos da América, Artigo 1, Seção 8) Outros amparos legais de uma aristocracia hereditária, como o morgadio e a primogenitura,

foram gradualmente abolidos nas primeiras décadas da república. (Cfr. parte II,12 deste estudo)

Porém, com formas e modos variados, os sentimentos aristocráticos persistiram ao longo da história do país. Privados de seus tradicionais padrões de hierarquização social, os americanos procuraram outros padrões, movidos pelo próprio vigor orgânico da sociedade.

Segundo David Potter, com a república os americanos rejeitaram os status sociais hereditários, mas não os adquiridos. Como todos devem ter algum tipo de identidade e posição na sociedade, os americanos se viram forçados a encontrar suas identidades, e iniciaram uma feroz competição para alcançar posições de certo nível social.

Mas esta luta em busca do sucesso gera inevitavelmente pressões e tensões de toda ordem. Para muitas pessoas tais tensões são literalmente intoleráveis. É significativo que muitas das formas mais características de doença mental, nos Estados Unidos, são aquelas derivadas de um senso de inadequação e insegurança pessoal, inspirado por um implacável sistema competitivo em todos os campos da vida. (Cfr. David Potter, *Freedom and its Limitations in American Life* - Stanford, Ca.: Stanford University Press, 1976 pp. 28-29)

O mesmo fenômeno é constatado por Lipset e Bendix: "Nas culturas que aceitam a idéia de aristocracia, e que explicitamente reconhecem a existência de classes, é possível a um indivíduo ignorar as distinções de status social, sem sentir por isso sua posição econômica ou social ameaçada". Porém, numa sociedade que não reconhece a hereditariedade como critério da diferenciação social, os indivíduos vêm-se forçados a procurar diversos status para afirmar sua posição, sob pena de perderem-se no anonimato da sociedade republicana. (Seymour Martin Lipset e Reinhard Bendix, *Social Mobility in Industrial Society*, p. 48)

Assim, os Estados Unidos apresentam o paradoxo de uma sociedade com limites de classes e uma elite diligente no cultivo das distinções de status, mas ao mesmo tempo teoricamente convencida de que estas não devem existir. Por isso Edward Pessen pôde afirmar: "Os Estados Unidos apresentam uma situação paradoxal, na qual a maioria das pessoas parece ignorar inteiramente o significado, e mesmo a própria existência das distinções de classe, as quais, porém, têm de fato uma importância central na vida americana". (Edward Pessen, *Status and Social Class in America*, in: *Making America*, p. 279)

5. Conceito e fontes de status na sociedade norte-americana

A hierarquização social nos Estados Unidos é feita de uma combinação de muitos fatores, alguns bem definidos, outros mais imponderáveis, que não encontram expressão institucional.

Para designar esta combinação, freqüentemente é utilizado o termo "status". Joseph Fichter assim o define: "O status social é a situação, categoria ou posição que, na própria sociedade, é concedida objetivamente a alguém por seus próprios contemporâneos". (Joseph Fichter, "Sociologia" - São Paulo: Herder, 1967, p. 59) Neste sentido, todo mundo tem um "status", quer dizer, um lugar na sociedade, segundo o conceito de seus contemporâneos. Porém, a expressão é usada mais freqüentemente para referir-se especialmente aos status sociais elevados, isto é, às situações próprias às classes altas.

Os elementos para definir o conceito de "status social" são assim descritos por Richard Coleman e Lee Rainwater: "Quando os norte-americanos descrevem como classificam socialmente seus conhecidos e a si próprios, eles não falam só de renda, ou de renda acrescida de educação e do cargo que ocupam. Eles incluem muitos outros elementos no quadro: altos padrões morais, história familiar, participação na comunidade, sociabilidade, maneiras de falar e aparência física. Muito poucos destes critérios podem ser medidos, e não foram medidos quantitativamente em estudos sobre fatores de status. Estes, nós chamamos os *pontos finos* da posição social". (Richard Coleman e Lee Rainwater, *Social Standing in America. New Dimensions of Class* - New York, Basic Books, 1978, p. 22)

Entre as fontes de status social nos Estados Unidos, os sociólogos norte-americanos destacam: riqueza, família e parentesco, educação, pertencer a associações e clubes, cargo e autoridade.

a. Riqueza

Robert Nisbet mostra como a riqueza, atual ou passada, é uma fonte de status elevado: "Mesmo onde a riqueza não é o critério direto e imediato para se ter um status elevado, nem um meio para ter acesso direto a um status elevado, a presença da riqueza ou o fato de que a família ou pessoa algum dia teve riqueza é normalmente tido como manifestação de status elevado.... Nos Estados Unidos também é assim. A riqueza.... é um critério importante para outorgar nível dentro da ordem social". (Robert Nisbet, *The Social Bond*, pp. 191-192)

Porém, nem toda riqueza confere status social igual. Em seu livro sobre as classes sociais nos EUA, Lloyd Warner distingue vários tipos de riqueza, cada qual conferindo sucessivamente um nível menor de status social. A riqueza herdada é a que mais prestígio traz, pois significa que a família foi rica por várias gerações. A riqueza adquirida por meio de negócios, permitindo ao seu possuidor viver de rendas, proporciona um status social mais elevado do que o daqueles que têm de trabalhar para viver. (Cfr. Lloyd Warner, *Social Class in America*, pp. 139-142)

Também Coleman e Rainwater indicam que a riqueza herdada, que esteve com a família por várias gerações, é a que confere maior prestígio: "Isto é verdade para todas as classes sociais: os que herdaram a riqueza que possuem, em todos os níveis econômicos, são considerados por seus conhecidos como exemplos de pessoas de condição social superior.... Isto é especialmente verdadeiro para as classes altas". (Richard Coleman e Lee Rainwater, *Social Standing in America*, p. 50)

Por outro lado, a diferença entre as fontes de riqueza para a aquisição de status é constatada pelo Prof. Robert Bierstedt: "Mesmo quando a riqueza é adquirida por meios legais e éticos, há outras diferenças a serem apontadas. O dinheiro adquirido com laxantes, depilatórios, cosméticos, produtos medicinais, filmes ou pequeno comércio não tem o mesmo 'nível' que o dinheiro adquirido na indústria do aço, em ferrovias, madeireiras, empresas de navegação, em finanças e na indústria pesada". (Robert Bierstedt, *The Social Order* - New York, McGraw Hill, 1974, p. 469. Bierstedt era professor de Sociologia da Universidade da Virginia)

Os estudos sociológicos mostram invariavelmente que os que dirigem os rumos dos Estados Unidos são as classes mais abastadas. Afirmam Prewitt e Stone: "O minúsculo grupo, composto principalmente por homens, que dirige a economia política dos Estados Unidos, provém quase exclusivamente das famílias mais ricas da sociedade. Poucas pessoas atingem posições eminentes na vida política ou econômica sem que tenham nascido ricas, adquirido riqueza cedo nas suas vidas, ou tido acesso a ela".

E mais adiante acrescentam: "Os níveis mais ricos da população fornecem a grande maioria das pessoas que constituem as elites. As mais altas posições são quase sempre preenchidas por homens de prósperas famílias do mundo profissional ou dos negócios, ou por homens que se tornaram eles mesmos importantes profissionais ou homens de negócios". (Kenneth Prewett e Alan Stone, *The Ruling Elite*, pp. 136-137)

Não se deve, porém, superestimar a importância da riqueza como critério de status social elevado nos Estados Unidos. Como bem pondera Vance Packard, "as pessoas da verdadeira classe alta procuram fazer crer que a riqueza tem pouca relação com sua eminência social. Esta se deveria mais bem a seu estilo de vida elegante e gentil, obtido como resultado de um gosto refinado e berço ilustre. Nas pequenas comunidades, o fato de descender de uma 'antiga família' é particularmente importante." (Vance Packard, *The Status Seekers*, pp. 8, 39)

b. Família e parentesco

Talvez nenhum outro critério, nem mesmo a riqueza, seja tão importante na determinação do status social como o é a família.

"Uma das principais funções da família – diz o sociólogo Kingsley Davis – consiste na atribuição do status social. Diz-se que os filhos 'adquirem a condição dos pais', subentendendo-se daí que estes possuem uma posição comum para transmitir, e que a criança recebe automaticamente o respectivo status, na sua qualidade de membro da família". (Kingsley Davis, "A Sociedade Humana" – Rio de Janeiro, Fundo da Cultura, 1964, p. 91)

O conhecido sociólogo Max Lerner deixa bem claro a importância da família para ter alto status social em nosso país: "Em um lugar situado entre uma aristocracia hereditária de origem rural e uma elite de poder cuja riqueza foi adquirida, está aquilo que os jornais norte-americanos denominam 'sociedade'. A mera riqueza não lhe abre as portas, como penosamente aprenderam numerosos homens ricos e suas esposas ao estudar o Registro Social. Nascimento e família são a chave para a admissão, e até muitos se desclassificaram pelo casamento com pessoas abaixo de seu nível social.... Em comunidades como as antigas cidades de Nova Inglaterra, apenas as *Old Families* ocupam as mais altas posições sociais. As *New Families*, embora possam pertencer à plutocracia e manobrar uma riqueza muito maior, não possuem o mesmo carisma". (Max Lerner, *America as a Civilization* – New York, Henry Holt and Co., 1987, p. 481)

Um estudioso da família na sociedade norte-americana moderna é Robert Nisbet. Aplicando este conceito aos Estados Unidos, ele afirma: "Mesmo nos Estados Unidos democráticos de hoje encontramos regiões onde a ascendência familiar é essencial para ter status social. Talvez as mais conhecidas sejam certas regiões do Sul e da Nova Inglaterra – as chamadas Primeiras Famílias da Virginia, e os Cabots, Lowells e Lodges de Massachusetts. Mas há outras regiões no Centro-Oeste e no Oeste, onde a ascendência familiar, independente de outros fatores, pode conferir alto status". (Robert Nisbet, *The Social Bond*, pp. 196-197)

À semelhança da nobreza européia, os membros das famílias norte-americanas de elite, ao se casarem, tomam muito em consideração os interesses do clã, as alianças com outras famílias poderosas, formando redes familiares que tendem a dominar a vida econômica e social do país.

Stephen Birmingham, conhecido historiador da classe alta tradicional norte-americana, escreve sob o sugestivo título de "casamento real": "O casamento é, hoje como ontem, o que propulsiona uma dinastia, um império familiar. As famílias proeminentes ligam-se umas às outras diante do altar, em uniões de romance e de poder, tecendo uma rede de exclusividade e privilégio ao longo dos anos, quase impenetrável para os de fora.... e própria a confundir os genealogistas". (Stephen Birmingham, *America's Secret Aristocracy* - Boston, Little, Brown & Company, 1987, p. 23)

A iguais conclusões chega William Domhoff, ao afirmar que "as Primeiras Famílias de Boston tendem a se casar entre elas, numa forma que lembra muito os casamentos planejados da realeza européia". (William Domhoff, *The Higher Circles, The Governing Class in America*, p. 77)

Estes contínuos casamentos entre pessoas da classe alta acabaram por formar uma rede social de antigas famílias, em que as pessoas têm status não só enquanto indivíduos, mas também enquanto membros dessa rede. A este respeito escreve Nathaniel Burt, historiador da classe alta de Filadelfia: "Tão importante quanto ser membro da família, talvez até mais importante, é ser membro dessa rede". (Nathaniel Burt, *The Perennial Philadelphia*, p. 42)

Em algumas regiões dos Estados Unidos, especialmente no sul e na Nova Inglaterra, constituíram-se verdadeiras famílias patriarcais, que tendiam a incluir até a sociedade heril, à maneira das velhas famílias aristocráticas européias. Escreve C. Wright Mills: "Na Nova Inglaterra e no sul.... existe um senso familiar, talvez mais abarcativo, e que, especialmente no sul, além dos netos, chega a incluir velhos serventes fiéis. O senso de parentesco pode ser estendido até àqueles que, embora não aparentados por matrimônio ou sangue, são considerados 'primos' ou 'tios', porque 'cresceram com a mãe'. Desta forma, as antigas famílias da classe alta tendem a formar grandes famílias extensas, cuja devoção ao clã e senso de parentesco as levam a ter uma reverência pelo passado e, freqüentemente, um vivo interesse pela história da região onde o clã, por tanto tempo, desempenhou um papel tão honroso". (C. Wright Mills, *The Power Elite*, p. 32)

Por último, é preciso registrar que estes clãs tendem a manter o patrimônio dentro das famílias, formando-se assim verdadeiras dinastias, não sem semelhança com as dinastias aristocráticas européias. Talcott Parsons explica que "nas famílias de elite há uma tendência para a transmissão por varonia e primogenitura. Entre outros, este aspecto as assemelha às aristocracias históricas européias.... Há uma tendência à continuidade da propriedade familiar, especialmente ligada a uma residência ancestral, e à continuidade do status dentro de uma comunidade determinada". (Talcott Parsons, *The Kinship System of the Contemporary United States*, p. 29)

Max Lerner mostra que, mesmo dentro da estrutura administrativa de uma moderna sociedade anônima, as decisões mais importantes são tomadas por aqueles que pertencem a famílias tradicionais: "Aqueles que vieram das camadas mais baixas da classe média, geralmente não têm a palavra final sobre as decisões de uma sociedade anônima, mesmo que ocupem altos postos na administração. A palavra final geralmente é dada por aqueles que, por pertencerem a uma elite de nascimento e serem possuidores de fortuna e poder há várias gerações, tenham o prestígio que reforça suas qualidades e seu valor enquanto participantes na direção da empresa". (Max Lerner, *America as a Civilization* - New York, Henry Holt and Co., 1987, pp. 480-481)

c. Educação

Embora não seja automático, o fato de ter uma educação apurada habitualmente confere status social nos Estados Unidos. "A correlação entre educação e status, nos EUA de hoje, é muito estrita. De todos os modos de subir na escala social, os realizados na educação têm sido, historicamente, dos mais efetivos", afirma Robert Nisbet. (Robert Nisbet, *The Social Bond*, pp. 193-194)

Entre outros critérios, os membros das elites norte-americanas se distinguem das outras classes por sua educação. Relata William Domhoff: "Desde a infância até a maioridade, os membros da classe alta recebem uma educação distinta. Esta educação começa cedo, nas escolinhas maternas, freqüentemente dependentes das paróquias dos bairros de classe alta. A educação continua em colégios particulares. Pelo menos dois anos serão passados num colégio interno (privativo da classe alta).... O cerne da educação das classes altas são as dezenas de tais colégios privativos, fundados na segunda metade do século passado e no início deste.... Baltzell conclui afirmando que estes colégios.... tiveram um papel preponderante 'na criação de uma cultura de classe alta a nível nacional'". (G. William Domhoff,

Who Rules America Now - New York, Simon and Schuster, 1963, pp. 24-25)

Ciosas de suas maneiras e tradições, as classes altas começaram a estabelecer suas próprias instituições educacionais. Os colégios internos particulares, nos Estados Unidos, foram inspirados nos colégios ingleses para as elites – como Eton e Harrow – que educam há séculos as elites britânicas. (Vance Packard, *The Status Seekers*, p. 237)

Segundo o já mencionado John Ingham, estas escolas privadas cumpriam quatro funções sociais: "Primeiro, isolavam as crianças pertencentes às antigas famílias da classe alta dentro de ambientes homogêneos, onde elas não se misturavam com pessoas de outros meios sociais. Segundo, serviam para aculturar os membros das gerações mais jovens, especialmente aqueles que não nasceram na classe alta. Terceiro, forneciam os meios adequados para a formação de amizades duradouras entre jovens da classe alta de diversas cidades. Finalmente, estas escolas, normalmente situadas em cidades pequenas ou no campo, isolavam os jovens do ambiente cada vez mais urbano e heterogêneo de suas próprias comunidades". (John Ingham, *The Iron Barons: A Social Analysis of an American Urban Elite* - Westport, Conn., Greenwood Press, 1978, p. 93)

C. Wright Mills tira as conclusões: "As escolas privadas são uma instituição importante na preparação das crianças da classe alta para viverem nos cumes da nação, de maneira condizente com seu status, na tarefa de seleção e educação dos novos membros da classe alta, bem como na manutenção dos altos padrões entre as crianças de famílias que já pertencem há muito tempo aos cumes". (C. Wright Mills, *The Power Elite*, p. 64)

A quase idêntico resultado chega Domhoff, ao afirmar que "o sistema de educação separada [dos membros das classes altas] é uma prova importante da diferenciação da mentalidade e dos estilos de vida dentro da classe alta. Pois as escolas têm um papel destacado na transmissão da estrutura de classe a seus alunos. As escolas ensinam o vocabulário e a inflexão de voz, os estilos de vestir-se, os gostos estéticos, valores e maneiras [próprios à sua classe]" (G. William Domhoff, *Who Rules America Now*, p. 24). No seu estudo sobre os internatos de alto nível, Cookson e Persell igualmente concluem que "as famílias de elite utilizam os internatos para manter sua classe social, [pois] suas motivações, programas e estilos de vida ajudam a transmitir poder e privilégio". (Peter W. Cookson e Caroline Hodges Persell, *Preparing for Power*, p. 4)

d. Clubes e associações

Em toda cidade ou região existe uma verdadeira hierarquia de clubes. Pertencer a um determinado clube é fator importante na determinação do status social da pessoa.

"Toda cidade americana com um vestígio de tradição – diz Dixon Wecter – tem um clube de homens eminentemente respeitável, situado numa mansão de pedra ou tijolo, de arquitetura pesada mas imponente.... Eis o seu refúgio [dos cavalheiros] contra o pandemônio do comércio, a aceitação da democracia e o feminismo de nossos lares". (Dixon Wecter, *The Sage of American Society*, in: John Ingham, *The Iron Barons*, p. 96)

Nem todos os clubes têm igual nível: "Cada cidade tem seus clubes de elite e seus clubes de vestibulo. Existe uma clara hierarquia de clubes", informa Vance Packard. E continua: "A maioria dos atuais aristocratas, ou suas famílias, pertenceram aos clubes de vestibulo durante sua ascensão ao poder, podendo continuar ou não a ser membros dos mesmos, uma vez atingido o clube de elite". (Vance Packard, *The Status Seekers*, pp. 179-180)

Em seu clássico estudo sobre a classe alta nos Estados Unidos, Digby Baltzell escreve: "Na maioria das grandes cidades norte-americanas há um ou dois clubes masculinos de categoria, cujos membros dominam a vida social e econômica da comunidade". (Digby Baltzell, *Philadelphia Gentlemen*, pp. 335-336)

Alguns clubes são bem antigos, como o *Philadelphia Club*, que data de 1830; o *Union Club* e o *Century*, ambos em Nova York, fundados em 1836 e 1847 respectivamente; o *Sommerset*, de Boston, fundado em 1851; e o *Pacific Union*, de San Francisco, fundado em 1857.

Estes clubes são tão importantes para a formação dos adultos da classe alta, como os colégios internos o são para as crianças. A este respeito comenta Domhoff: "Assim como os colégios privados são um fator característico na vida das crianças de classe alta, assim também os clubes privados são um fator importante na orientação das vidas dos adultos da classe alta. Estes clubes têm um papel importante na diferenciação entre os membros da classe alta e os membros das outras classes sociais". (G. William Domhoff, *Who Rules America Now* - New York, Simon and Shuster, 1983, p. 28) Como os colégios, estes clubes também realizam a importante função social de pôr em contato membros das elites das várias partes do país.

Os clubes da classe alta são o mais das vezes exclusivos, e não é raro que sejam tão fechados a ponto de passar largamente

despercebidos pelos membros de outras classes. Comenta a este respeito C. Wright Mills: "Não é raro que os cavalheiros pertençam a três ou quatro clubes. Estes clubes são exclusivos, no sentido de que sua existência não é muito conhecida das classes média e baixa.... Estes clubes são da, pela e para a classe alta, e mais ninguém.... Para os de fora, pertencer a tais clubes é, para um homem ou uma mulher de classe alta, um sinal de seu status. Para os de dentro, o clube oferece um ambiente íntimo, uma sensação de clã que situa e caracteriza as pessoas [da classe alta]". (C. Wright Mills, *The Power Elite*, p. 61). Alguns destes clubes são tão exclusivos, que mesmo pessoas da classe alta têm dificuldade em se tornar membros. Num livro sobre a classe alta de Boston, Cleveland Amory afirma: "Os principais clubes de Boston são tão exclusivos, que mesmo pessoas de sangue azul precisam tomar muito cuidado para ser aceitas". (Cleveland Amory, *The Proper Bostonians* - New York, E.P. Dutton and Company, 1947, p. 358)

Por último, estes clubes servem para introduzir os novos ricos nos círculos da classe alta, no ritmo que sua assimilação exija, e não rápido demais. Diz C. Wright Mills: "Pertencer a certos clubes adquire uma grande importância social quando os meramente ricos tentam penetrar nos círculos da classe alta.... Os clubes constituem degraus importantes na escala social para as pessoas que querem galgar posições. Eles são a porta de entrada dos novos na classe alta, pois estes e seus filhos podem avançar nesta escala, de um clube para o próximo, até atingirem a cidadela interna dos clubes mais exclusivos". (C. Wright Mills, *The Power Elite*, pp. 61-62). Comentando a ascensão social das famílias, Lloyd Warner escreve: "Uma família só entra no mais alto nível da classe alta após ter participado por várias gerações do estilo de vida desta. Os novos membros da baixa classe alta.... só conseguem ser finalmente aceitos como membros verdadeiros da mais alta classe com o tempo, freqüentemente após três ou mais gerações". (Lloyd Warner, *American Life. Dream and Reality*, p. 117)

Não só a classe alta procura associar-se em clubes exclusivos, para manter seu caráter próprio. Existem também clubes que congregam pessoas das classes médias. "Abaixo dos clubes aristocráticos - comenta Ingham - existe uma série de clubes menores que seguem mais ou menos o mesmo padrão em todas as cidades". (John Ingham, *The Iron Barons*, p. 97)

Existem também associações profissionais que formam verdadeiras elites em seu campo. Michael Powell mostra como exemplo o caráter elitista da *Association of the Bar of the City of New York* (ABCNY, Associação de Advogados da Cidade de New York). Diz Powell: "A aristocracia [de advogados e juízes] criou

a ABCNY como uma associação legal patriciana, com exigências para a aceitação de membros parecidas com as dos clubes da classe alta. Mantendo noções patricianas de profissionalismo, e geralmente opostos às tendências democráticas dentro da profissão, eles exigem altos padrões para aceitar novos membros". (Michael Powell, *From Patrician to Professional Elite. The Transformation of the New York City Bar Association* - New York: Russell Sage Foundation, 1988, p. 226). Pressionada pelas profundas mudanças culturais e sociais, a ABCNY viu-se forçada a admitir uma maior variedade de membros a partir dos anos 60. Seu caráter elitista, porém, continua, como o próprio Powell mostra.

e. Cargo e autoridade

"O cargo que ocupamos - explica Vance Packard - é um poderoso fator na fixação de nosso status social aos olhos do público". Após analisar os vários elementos que conferem prestígio social a um cargo, ele conclui com uma tabela de 61 profissões e ofícios, em ordem decrescente de prestígio, segundo o conceito do público norte-americano. No topo estão os cargos de juiz, bispo, executivo de empresa, altas patentes das Forças Armadas, e alguns expoentes de profissões liberais. Na base estão os ofícios servis. (Vance Packard, *The Status Seekers*, p. 93. Cfr. também pp. 112-113)

No mesmo sentido, Robert Bierstedt pondera: "Aqueles que têm cargos importantes terão também, com raras exceções, alto status nas suas comunidades.... Um bispo episcopaliano, por exemplo, poderá ter uma renda pequena, mas sua condição de bispo lhe confere um prestígio que lhe permite ter um status elevado na escala social.... Pelo contrário, as rendas dos atletas profissionais e das celebridades do mundo dos espetáculos às vezes atingem somas astronômicas, sem que isto influa muito para melhorar sua posição na escala social". (Robert Bierstedt, *The Social Order*, p. 471)

O fato de ter um alto nível de autoridade sempre foi, ao longo da História, fonte de status numa sociedade, segundo constata Nisbet: "A posse de autoridade sempre foi considerada, por si mesma, um indicador de status. Sem levar em conta a riqueza, a educação e as origens familiares, a posição de autoridade que a pessoa ocupa e o grau de influência que ela exerce sobre outras pessoas são suficientes para lhe conferir um nível social razoavelmente elevado". (Robert Nisbet, *The Social Bond*, p. 192). Numerosos estudos mostram que esta regra se verifica também nos Estados Unidos. (Cfr. Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment* - Chicago, University of Illinois Press, 1982, pp. 718-719)

Vemos pois que, pelo próprio sistema da livre iniciativa, existem nos Estados Unidos muitos e variados modos de o indivíduo adquirir status social, o que geralmente comporta um amálgama de vários destes fatores, quase sempre intimamente relacionados entre si.

6. A hereditariedade do status social tende a formar uma aristocracia

Os sociólogos constatarem também que o status adquirido tende naturalmente a difundir-se, a começar pela família. Pela própria estrutura orgânica desta, quando um de seus membros adquire um status destacado por mérito próprio, este é participado pelos parentes, tornando-se assim patrimônio familiar. E, destarte, o status social tende naturalmente a tornar-se hereditário.

"Muitas vezes é esquecido o caráter hereditário do status. Porém, mesmo em nosso sistema social extremamente móvel, o status herdado é a regra, e o adquirido a exceção". (Egon Ernest Bergel, *Social Stratification* - New York, McGraw-Hill, 1962, p. 265)

A este respeito diz Robert Bierstedt: "As sociedades consideram a unidade da família algo extremamente importante, pois a própria sobrevivência da sociedade depende, pelo menos em alguma medida, de um sistema familiar.... Por isso, as esposas adquirem o status dos maridos, os filhos o status dos pais. Assim, a estratificação social passa a ser um fenômeno familiar e de grupo. Mais tarde, este status familiar se torna hereditário" (Robert Bierstedt, *The Social Order*, pp. 453-454). Um exemplo disto é a transmissão, de pai para filho, de cargos no setor industrial e comercial. Os sociólogos descobrem que, na maioria dos casos, os negócios são passados de pai para filho, estabelecendo-se assim uma continuidade familiar de patrimônio e carreira. Diz Robin Williams: "Uma revisão global dos estudos a respeito das profissões de pais e filhos mostra que estes geralmente seguem a profissão de seus pais". (Robin M. Williams Jr., *American Society*, p. 117)

O mesmo constata Ralph Linton: "Mesmo quando as divisões sociais nascem das diferenças de capacidades entre os indivíduos, parece haver uma forte tendência a se tornarem hereditárias. Os possuidores de um status privilegiado almejam transmitir as vantagens por eles obtidas aos seus descendentes.... Em muitos casos, isto resulta na organização da sociedade numa série de classes ou castas hereditárias. Estas são sempre utilizadas como pontos de referência para a conferição de status". (Ralph Linton, *The Study of Man* - New York, Appleton, Century, Croft, 1964, pp. 126-127)

Quando esta transmissão de status é realizada dentro das linhagens familiares da classe alta, começam a se constituir – apesar do arcabouço democrático do Estado – os fundamentos de uma verdadeira aristocracia, como observam Lipset e Bendix: "Os homens e mulheres de situação elevada geralmente tentam conservar seus privilégios para transmiti-los aos seus descendentes. Um 'bom' pai é aquele que procura passar ao seu filho o status de que ele goza. Em muitas sociedades esta transmissão dá-se também aos parentes próximos e distantes. Onde, em toda sociedade complexa, estratificada.... existir uma tendência para a aristocracia e uma limitação da mobilidade". (Seymour Martin Lipset e Reinhard Bendix, *Social Mobility in Industrial Society*, p. 2)

A constituição de tal aristocracia é ainda fomentada pela natural tendência das famílias de nível social semelhante a se relacionarem e casarem entre elas. Estes grupos hereditários, constituídos por pessoas de classe alta, são nos Estados Unidos uma elite análoga à nobreza titulada européia.

Declara Bierstedt: "Quando a endogamia de classe – isto é, o casamento dentro da própria classe social – é promovida e praticada amplamente, o status da classe pode ser perpetuado por períodos relativamente longos. Em algumas sociedades isto é simbolizado por títulos e perpetuado por uma nobreza hereditária. A importância da família e do parentesco como critério de classe pode variar de uma sociedade a outra, mas sempre existe. Nos Estados Unidos, por exemplo, basta mencionar as famílias Adams e Lowell, de Massachusetts, e as famílias Byrd e Randolph, da Virginia". (Robert Bierstedt, *The Social Order*, pp. 469-470)

Concluimos, pois, com Martin Stansfield, que tem fundamento sociológico falar de uma aristocracia nos Estados Unidos: "Algumas pessoas pensam que a aristocracia americana morreu 200 anos atrás, quando os títulos hereditários foram abolidos pela Constituição. Mas isto não é verdade. Não há títulos hereditários nos Estados Unidos, mas a aristocracia, em todos os outros sentidos da palavra – gente de qualidade, educação, influência e riqueza – está viva e pujante neste país". ("*American Aristocracy is Very Much Alive and Growing*", "U.S. News and World Report", 12 de dezembro de 1983, p. 64)

7. Transmissão hereditária das qualidades e do mérito como patrimônio familiar

A transmissão hereditária do status através da família é um fato constatado e estudado por muitos sociólogos.

Porém, além do status, as qualidades também podem ser transmitidas pela família. Cada geração transmite à subsequente seus próprios valores morais e culturais, o que torna cada uma das gerações capaz de impor-se pelos seus próprios méritos.

Esta sucessão de qualidades próprias a uma família, ao longo de suas várias gerações, é um fato constatado pelo sociólogo Nathaniel Burt, que a apresenta como normal na sociedade americana: "A sucessão de méritos [em cada uma das gerações].... é hereditária. Ela propulsiona a família, estabelece o prestígio familiar, e confere à sociedade norte-americana um passado forte e um presente perfumado pelo berço, pelas boas maneiras e pela tradição. O que temos? Todos os elementos que formam os apêndices, se não o cerne de uma aristocracia". (Nathaniel Burt, *First Families, The Making of an American Aristocracy* - Boston, Little, Brown & Co., 1970, p. 431)

Por sua vez, Walter Muir Whitehill observou que muitas famílias de elevado status social mantiveram "um extraordinário realce no cenário nacional, geração após geração. Esta é a versão americana de aristocracia, uma aristocracia de realização, alcançada por um considerável e inteligente esforço, porém impondo às sucessivas gerações uma responsabilidade tão inescusável, e algumas vezes tão restritiva, como aquela observada nas aristocracias tradicionais da Europa. (Walter Muir Whitehill, *Reflections of Europe in the Wilderness: American kinds of aristocracy and of inequality*, in: *American Civilization*, Daniel J. Boorstin, ed. London, Thames and Hudson, 1972, p. 156)

E Pio XII, em uma das suas alocuções ao Patriciado e à Nobreza Romana, referiu-se especificamente à transmissão das qualidades morais e espirituais pela família, ao longo das gerações, como foi visto no Capítulo V,2 de "Nobreza e Elites Tradicionais Análogas".

A transmissão hereditária do mérito, embora intimamente relacionada com a das qualidades, tem recebido escassa atenção e pode parecer estranha a muitos. Porém ela mereceu atenção de sociólogos como Bernard Farber, que admite a transmissão hereditária de algo mais que o mero patrimônio material.

"Possivelmente o mais valioso patrimônio de um grupo familiar, além da riqueza, é sua posição perante outros grupos familiares em termos de honra e de status, posição esta definida pelo conteúdo do patrimônio moral que este grupo familiar possui. Este patrimônio moral inclui os feitos e as honrarias conquistadas por aqueles indivíduos, vivos ou mortos,

pertencentes a tal grupo familiar. Geralmente falando, as famílias podem tornar-se conhecidas por meio de um grande antepassado, por sua riqueza ou pelos empreendimentos pessoais. Uma função dos grupos familiares na estratificação social é a de perpetuar e realçar estes patrimônios morais, que se tornam assim uma parte importante da cultura familiar". (Bernard Farber, *Kinship and Class* - New York: Basic Books Inc., 1971, p. 8)

Para uma mentalidade democrática, que só reconhece a recompensa devida ao mérito pessoal, a transmissão hereditária dos méritos seria uma das grandes injustiças de um regime aristocrático, em que muitos já nascem numa situação vantajosa, ou seja, num status social e econômico herdado de seus antepassados.

Porém, se muitos negam que o mérito possa ser herdado, muitos também julgam razoável que a gratidão possa ser manifestada não só diretamente na pessoa do benfeitor, mas também em seus descendentes.

Assim, quando alguém recebe de outro um grande favor, pode retribuí-lo em forma de benefício para o filho do benfeitor. Por exemplo, se um homem recebe de outro um auxílio para ajudá-lo a sair de uma situação difícil, uma vez que esta tenha sido superada o beneficiado pode perfeitamente manifestar sua gratidão na pessoa do filho do benfeitor. E ninguém, ou quase ninguém, julgaria estranha ou injusta esta forma de manifestar a gratidão.

Portanto, segundo o senso comum de todas as épocas, pode-se retribuir na pessoa do filho uma gratidão devida ao pai.

Isto se deve ao princípio de que todo o patrimônio do pai é hereditário. Este princípio faz com que também o patrimônio moral do pai seja hereditário. Ou seja, os favores, as atenções, etc, que o pai fez a diversas pessoas ou ao Estado.

O pai ama no filho uma projeção de sua própria personalidade. De maneira que ele considera como um bem feito a si próprio o bem feito ao filho. Assim, manifestar o gratidão devida ao pai na pessoa do filho é reconhecer neste um prolongamento do pai, uma continuidade hereditária entre pai e filho.

Isto que se passa entre duas pessoas, pode passar-se também entre um indivíduo e o Estado, sendo este o beneficiário da ação meritória, e aquele o benfeitor.

Por exemplo, um pai que prestou insígnies serviços a um rei ficou credor do afeto desse rei, portanto credor de um bem

puramente moral, inavaliável em termos materiais. Mas como ficou credor do afeto, ficou credor também do benefício. E o rei deve dar aos filhos o pagamento devido ao pai, na falta deste.

Em nossa história colonial este fato se observou quando William Penn recebeu do rei Carlos II a colônia da Pennsylvania, em agradecimento pelos serviços que seu pai havia prestado aos Stuarts.

De acordo com o historiador George Tindall, "após a morte de seu pai, Penn herdou a amizade dos Stuarts e um substancial patrimônio, inclusive o direito à devolução de um considerável empréstimo que seu pai havia feito à Coroa.... Em 1681 ele recebeu de Carlos II os direitos de donatário sobre uma extensa área na América. A terra foi denominada, por insistência do rei, em honra do pai de William Penn: Pennsylvania". (George Tindall, *America: A Narrative History*, p. 34)

Portanto, um grande homem que tenha prestado assinalados serviços ao seu país — por sua coragem, zelo, dedicação e competência, seja no campo militar, político, diplomático ou cultural — pode ter a gratidão que lhe é devida, manifestada também em seus descendentes. Gratidão esta reconhecida não só pelo Estado, mas também pelo público em geral.

É inegável, por exemplo, que ser um descendente de George Washington — ou de algum outro grande homem de nosso país — pelo simples fato de o ser, o torna alvo de uma consideração especial e contribui para acrescentar algo ao seu status na sociedade americana. Este acréscimo de status não provém dos méritos do indivíduo em questão, mas dos méritos e dos feitos de George Washington, e da gratidão que a nação tem para com seus fundadores.⁸

8 - Um caso muito bonito e exemplificativo dessa forma de hereditariedade ocorreu durante a guerra civil espanhola. Os comunistas haviam condenado à morte o Duque de Veraguas, último descendente de Cristóvão Colombo, cuja linhagem desapareceria se ele morresse. Todas as nações da América, embora repúblicas, escreveram uma carta ao governo comunista espanhol, pedindo clemência para o condenado, a fim de que não se extinguísse a descendência do descobridor da América. O pedido foi acolhido, e o governo, embora comunista, libertou o Duque. Este fato é um reconhecimento de que a gratidão pode ser manifestada num descendente daquele que teve algum mérito.

Além disso, cumpre acrescentar que a legitimidade de serem os descendentes credores do mérito ou da gratidão devida aos antepassados é sancionada pelo próprio Deus, em diversas

passagens da Escritura. Pois é sabido que Ele várias vezes poupou castigos ou concedeu favores ao povo eleito, em atenção aos méritos de seus grandes vultos, como Abraão, Isaac, Jacob, David e outros.⁹

9 - O livro do Eclesiástico, ao tratar dos antigos patriarcas, diz: "Louvemos os varões ilustres, os nossos maiores, a cuja geração pertencemos.... É por causa deles que os seus filhos permanecem para sempre; e nem a sua raça nem a sua glória terão fim" (44:1,13). E logo adiante, ao falar de Abraão: "Abraão foi o glorioso pai de uma multidão de nações; e não foi encontrado outro semelhante a ele em glória; guardou a lei do Excelso, e com Ele entrou em aliança. Em sua carne ratificou esta aliança, e na prova foi achado fiel. Por isso, jurou o Senhor que o havia de glorificar em sua descendência.... e que exaltaria a sua posteridade.... E com Isaac procedeu do mesmo modo, por amor de Abraão, seu pai" (44:20-24)

Também papas e santos constataram e ratificaram a transmissão dos méritos e das qualidades dos antepassados aos seus descendentes. Em suas alocuções ao Patriciado e à Nobreza Romana, ou à Guarda Nobre Pontifícia, Pio XII por mais de uma vez a isso se refere.¹⁰

10 - "Recordando os vossos antepassados, vós como que os reviveis. E vossos antepassados revivem nos vossos nomes e nos títulos que vos deixaram, pelos seus méritos e grandezas.... As desigualdades sociais, inclusive as ligadas ao nascimento, são inevitáveis.... Nenhum artifício jamais logrou ser tão eficaz a ponto de fazer com que o filho de um grande chefe, de um grande condutor de multidões, permanecesse em tudo no mesmo estado de um obscuro cidadão perdido no povo". (Ver: Documentos I, PNR, 1942).

"Saudamos em vós os descendentes e representantes de famílias que se assinalaram outrora no serviço da Santa Sé e do Vigário de Cristo, e permaneceram fiéis ao Pontificado Romano, mesmo quando este se encontrava exposto a ultrajes e perseguições.... A um tal atestado de reconhecida memória — que deve igualmente servir de impulso para o futuro — também o homem moderno, se quiser ter sentimentos de retidão e equanimidade, não pode negar compreensão e respeito". (Idem, PNR, 1950).

"A nobreza de sangue, vós a pusestes ao serviço da Igreja e para a guarda do sucessor de São Pedro; nobreza de obras esplêndidas de vossos maiores, que vos nobilita a vós mesmos, se tiverdes o cuidado de, dia a dia, aumentardes em cada um de vós a nobreza da virtude". (Ver: Capítulo II, 3, GNP, 1941).

Santos como São Carlos Borromeo deixaram bem claro ser legítima a herança do mérito e das qualidades de antepassados: "Se, pois, se deve considerar nobre aquele que tira sua origem do mérito de antepassados ilustres, quão grande é a nobreza de Maria, que teve princípio de

geração em reis, patriarcas, profetas e sacerdotes da tribo de Judá, da raça de Abraão, da estirpe régia de David.

"Antes de tudo, o esplendor do sangue, a virtude dos antepassados e os feitos famosos predispõem de modo maravilhoso o varão nobre a marchar sobre as pegadas daqueles de quem descende". (Ver: Documentos IV,8 - Homilia em 8/9/1584).

ELITES AUTÊNTICAS E INAUTÊNTICAS

No capítulo anterior, examinamos algumas teses da escola elitista de sociologia, cujas pesquisas confirmam a existência de elites estáveis e atuantes nos Estados Unidos. Ampliaremos agora os conceitos sobre a elite.

1. Elites¹

1 - No seu sentido social, a palavra elite é definida por Webster's Third New International Dictionary: The choice part or segment: Flower, Cream, Aristocracy; segment or group regarded as socially superior; a minority group or stratum that exerts influence, authority, or decisive power.

a. Elites locais

Num primeiro sentido, elite é um conjunto de pessoas de escol que se destacam, enquanto indivíduos, da massa de pessoas que constituem uma comunidade.

Este conjunto não é uma realidade apenas numérica. Não se trata de grandes homens considerados isoladamente, sem relações pessoais entre si, mas de um conjunto em que essas relações têm suficiente vida e assiduidade para que o convívio desses elementos exponenciais forme um ambiente que é o principal habitat psicológico e intelectual das pessoas que o compõem.

A elite, portanto, não é uma mera justaposição de pessoas eminentes. Ela se constitui quando essas pessoas eminentes entram em contato e relações entre si, com osmose de valores de umas para outras, de maneira a destilar-se um como que "caldo" especial, que é a cultura. A qual, por sua vez, é a síntese dos valores intelectuais e morais de todos os componentes deste grupo exponencial.

As pessoas que constituem uma elite não devem reunir-se necessariamente pelo atrativo de um tema concreto, mas pelo atrativo do *brouhaha* a respeito de temas introduzidos ao acaso, sob a inspiração da arte de bem conversar, cada um fornecendo uma colaboração própria, que resulta do interesse da conversa informal e espontânea.

É uma conversa que areja as cabeças dentro do imprevisto, do inesperado, com trânsito livre para qualquer assunto que apareça. Esta livre interpenetração de impressões e de idéias dá vida à conversa e faz o encanto e a importância cultural desse tipo de

interlocução, que costuma deleitar especialmente os membros das elites.

Tomemos, por exemplo, um grande diplomata, um alto financista, um literato eminente, um médico extraordinário e um advogado muito conhecido. Estes homens podem constituir um grupo se, por exemplo, eles se reunirem uma vez por mês para conversar durante meia hora. Mas isto não constitui uma elite.

Este grupo só constitui verdadeiramente uma elite quando esses homens conversam entre si com mais freqüência, por mais tempo e com menos regularidade, sem hora muito marcada, sobre assuntos vários, havendo assim entre eles um intercâmbio de valores, do qual resulta um ambiente próprio, que gera como produto final um matiz específico da cultura geral.

Este intercâmbio de valores será ainda mais completo e eficaz se as esposas desses homens também formarem – *more feminino* – um círculo de relações sociais, onde se realize similar intercâmbio de valores.

Cumprе notar entretanto que, neste gênero de assuntos, a precisão e o método, valores tão necessários e deleitáveis, devem estar presentes de modo discreto e, por assim dizer, flexível. De sorte que nesse círculo feminino não figurem necessariamente todas as esposas do círculo masculino, e só elas. Mas se admita de boa vontade que uma das esposas pertença a outro círculo, no qual mais se compraz; e que outra dessas esposas traga para o círculo sua irmã, cujo marido entretanto não pertence ao círculo masculino correlato. A espontaneidade é a condição da autenticidade deste tipo de relações, que devem nascer livremente do jogo natural das coisas.

Estas circunstâncias, e muitas outras do mesmo gênero, reforçarão a vitalidade e a riqueza de valores de alma de uma elite.

Destarte se compreende melhor a criatividade de toda elite digna desse nome. É só na medida em que ela gera algo de comum a todos os seus componentes, na ordem do pensamento e da cultura, que ela merece ser chamada elite.

Isto é um primeiro modo de conceituar a elite: O conjunto de pessoas que localmente constituem o escol nas respectivas atividades – as quais também são atividades de escol – e cujo convívio gera cultura.

Um segundo conceito, decorrente do anterior, é a elite enquanto composta só pelos excelentes. Este conceito não

considera o escol das várias profissões de primeira importância na cidade, mas apenas aquelas pessoas que são de uma importância excepcional, e que transcendem o ambiente da cidade.

Tais pessoas são uma elite num outro sentido da palavra. Pouco numerosas, elas não representam propriamente a elite cultural da cidade, mas são o creme da elite descrita no primeiro conceito, transcendendo-a.

b. Elites nacionais e internacionais

A elite da nação é formada pelas pessoas de primeira categoria dentro do país. Como é natural, a maior parte dentre elas não chega a ter fama internacional. Os que a alcançaram, sem deixar de pertencer à elite nacional, constituem dentro desta como que uma nata de especial qualidade.

No sentido mais alto da palavra, a elite de uma nação é o conjunto dos maiores expoentes de seus mais elevados setores de atividade, enquanto tendo entre si um certo convívio que pode dar-se, por exemplo, quando o presidente convida pessoas exponenciais no campo da política, das finanças, da cultura, etc, para um baile ou jantar na Casa Branca.

Abaixo desta elite nacional existem sucessivas camadas de elites menores, nas quais este convívio se repete, até chegarmos às elites locais descritas no item anterior.

Por exemplo, pode-se conceber uma cidade onde há uma forte presença das forças armadas, pela existência de uma renomada academia militar. Mas, ao mesmo tempo, há uma faculdade de Teologia, uma escola de pintura, e também pessoas ricas de alto nível social, que recebem em suas casas as sumidades dessas escolas. O convívio entre os diversos membros dessa elite local é menos alto que aquele em torno de um chefe de Estado que recebe os expoentes da nação, porém é análogo a ele.

Forma-se assim uma hierarquia que, começando pelas elites locais, chega até as elites mais quintessenciadas. É esta escala de elites, graduada e participativa, que constitui a estrutura de uma sociedade sadiamente elitista, onde as elites do mais alto nível destilam um estilo de vida e um tipo humano que influenciam de cima para baixo, harmonicamente, todo o conjunto de elites existentes nos diversos níveis sociais da nação.²

2 - Da mesma forma que relacionamentos harmônicos e influências devem existir dentro das elites, o mesmo relacionamento deve repetir-se entre as elites e os outros setores da população. Isto é próprio de uma

sociedade bem ordenada, que pode ser vista como um 'organismo' no qual existe uma interdependência entre todas as partes. Este conceito teve muitos defensores, embora em outros termos, ao longo da História, incluindo não apenas teólogos, como John of Salisbury, mas também filósofos políticos como Edmund Burke, economistas como Adam Smith, sociólogos como Herbert Spencer, e modernos cientistas sociais da escola elitista.

Esta conceituação da escala das elites representa a realidade social formada historicamente no Ocidente, segundo o modelo da Civilização Cristã.

A contínua osmose em sentido vertical, mediante a qual as pessoas de verdadeiro mérito podem passar de um nível de status ou de elite para outro mais elevado; ou a osmose horizontal, pela qual pessoas do mesmo nível se completam reciprocamente do ponto de vista moral, cultural, etc, recebem, nos países de civilização autenticamente cristã, um impulso e uma riqueza de conteúdo notáveis. Isto se deve ao fato de que a caridade cristã, com seu cunho marcadamente sobrenatural, tem uma eficácia sem igual para unir fraternalmente os homens.

c. Elites tradicionais, aristocráticas e autênticas

A palavra **elite** costuma ser acompanhada por diferentes qualificativos, como elite profissional, cultural, moral, étnica, etc.

Por isso é útil e ordenativo consignar aqui o sentido de três designações particularmente freqüentes da palavra elite, e enunciar-lhes o significado específico. Trata-se das designações: elite tradicional, elite aristocrática e elite autêntica.

Uma elite profissional pode ser tradicional sem ser aristocrática. Ela pode, por exemplo, constituir-se do escol dos pescadores que praticam sua profissão ao longo do litoral de Nova Inglaterra há muitas gerações.

Por sua vez, uma elite aristocrática é aquela cujos membros exercem uma atividade pessoal compatível com a condição de aristocrata. Além disso, ela não pode deixar de ser tradicional, ou seja, ela deve existir por um período de tempo adequado para conferir-lhe um caráter tradicional.

A autenticidade de uma elite, tanto a tradicional quanto a aristocrática, provém da excelente qualidade do que ela faz, do modo pelo qual ela vive, etc. Ela provém igualmente do fato de que seus membros sejam verdadeiramente o que anunciam ser. Assim,

uma elite artesanal de objetos de bijuteria, por mais qualificada e antiga que seja, não é autêntica se os seus membros se qualificam como joalheiros.

d. Elite e classe alta

A elite seria, por assim dizer, o nascedouro da classe alta. Não é ainda a classe alta, mas uma parte da classe alta provém dela. Fica mais fácil perceber a diferença entre uma e outra exemplificando-se com uma cidade pequena.

A elite da cidade, como já foi visto, é formada por aqueles que exercem profissões de alto prestígio, e que nessas profissões têm uma posição individual de primeira linha.

Um advogado ou médico sem destaque profissional não fazem parte da elite dessa cidade. Mas um médico ou advogado de prestígio, como também um fazendeiro ou um professor de relevo, fazem parte da elite. Portanto, todos aqueles que são de maior valor no conjunto das profissões mais importantes formam a elite, a qual ainda não é necessariamente uma classe social.

A elite assim formada é um conjunto de indivíduos, não é um conjunto de famílias. Quando esses indivíduos e sua descendência adquirem estabilidade em sua posição de alto nível, este hábito de estarem na primeira categoria passa a modelá-los, fazendo com que eles se tornem uma só classe. Isto por duas razões: porque eles se modelaram segundo a preeminência que adquiriram e porque as famílias se correlacionaram.

Assim, a classe alta é formada por um conjunto de famílias que atingiram um determinado grau de perfeição, pelo qual foram modeladas e no qual se fixaram.

e. O refinamento das elites

As anteriores considerações supõem um processo de refinamento e aculturação das pessoas e das famílias que aspiram à condição de membros da elite. Sem este refinamento elas poderão ser ricas, porém nunca serão uma elite tradicional autêntica.

Este processo se verifica quando um homem enriquece, e nasce nele o desejo de ter prestígio. Para conseguir tal prestígio é necessário que ele tenha predicados exteriores que o diferenciem do comum dos homens: mais cultura, melhor educação, maior refinamento, etc. Ele precisa adotar um estilo de vida que corresponda à idéia que o público tem a respeito do que deve ser um homem de prestígio. E, movido por tal desejo, ele começa a refinar-se segundo tal estilo.

Porém, quando este processo começou a dar-se nos Estados Unidos, a vida cultural norte-americana não oferecia padrões nacionais de prestígio nos seus mais altos graus. Como bem aponta Richard Bushman, a república truncou a cultura norte-americana, privando-a dos mais altos modelos humanos, isto é, os da aristocracia.³

3 - "Entre os problemas e dificuldades legados aos americanos, estava uma cultura truncada, cujo zênite e mais alta realização encontrava-se além das fronteiras nacionais. A república decepou o cimo da sociedade americana, ao proibir uma aristocracia americana. As linhagens aristocráticas, tradicionalmente portadoras da mais alta cultura, não podiam ser toleradas.... Isto significava que.... os modelos a serem seguidos estavam sempre fora do país.

"Até mesmo as melhores rodas sociais das grandes cidades viviam à sombra da sociedade aristocrática européia, ainda mais refinada.... Os aristocratas americanos viviam segundo um padrão que estava fora de seu próprio círculo. Eles não podiam libertar-se do hábito colonial e provincial de procurar a liderança alhures". (Richard L. Bushman, *The Refinement of America* - New York, Alfred A. Knopf, 1992, pp. 413-414)

Assim, os aspirantes à condição de membros da classe alta eram obrigados a imitar os modelos europeus, principalmente o inglês, que era o modelo natural para os norte-americanos. Por isso, eles achavam que viver à maneira de um *gentleman* inglês conferia prestígio social. Mas, como os ingleses reconheciam em geral a superioridade da moda feminina francesa, as esposas deveriam ser meio afrancesadas para terem prestígio junto ao público norte-americano.

Desse modo, elites nascentes, que na primeira geração poderiam ser inautênticas em seu estilo de vida, na segunda ou na terceira geração adquiriram uma certa autenticidade, que as tornava aptas a serem assimiladas pelas elites mais antigas.

Numa sociedade bem constituída, este processo de refinamento deveria acontecer em todas as classes sociais, e não só na mais alta. Subjacente a este processo está o desejo da perfeição.

2. Elites inautênticas

Qualquer estudo sobre as elites, nos Estados Unidos, depara-se com um problema, que é o das elites inautênticas. As elites do país são o resultado de um processo de refinamento na sociedade, e representam, em certo sentido, o que o país tem de melhor e

mais elevado. Porém, é inegável que numerosas pessoas de elite têm mentalidade francamente revolucionária, e que certos grupos de elite são os paladinos das transformações de caráter liberal e socialista em vários campos. Também é inegável que tais pessoas e grupos assumem, com frequência, atitudes de simpatia frente ao comunismo internacional.

Uma elite inautêntica pode possuir o patrimônio relevante ou a notoriedade pública, inerentes às elites autênticas, sem no entanto possuí-los há tempo suficiente para que deles resultem os predicados característicos das elites autênticas. Ou sejam, a largueza de horizontes, a excelência de tipo humano e de trato e a delicadeza de sentimentos que as distinguem.

Pode até acontecer que numa elite inautêntica exista um passado suficientemente longo para lhe proporcionar todos os predicados de uma elite autêntica e tradicional. Mas que esse grupo, movido por preconceitos ideológicos ou outros fatores, tenha preferido manifestar – ao lado de maneiras distintas, educação esmerada, e até hábitos aristocráticos – uma ideologia revolucionária e uma mentalidade democrática liberal, tendente a promover um Estado paternalista, em detrimento dos corpos sociais intermediários.

As elites inautênticas constituem verdadeiros corpos estranhos na tradicional contextura social de um país. E podem até formar, a respeito dos verdadeiros direitos e interesses do mesmo, uma noção tão anti-natural que chegue ao ponto de colaborar largamente com os adversários mais radicais e mais declarados desse país.

Ao fazer uma defesa genérica das elites, portanto, poder-se-ia perguntar se os autores da presente obra não estariam, ainda que implicitamente, favorecendo a ação demolidora destas elites liberais.

a. A "saparia"⁴

4 - O termo "sapo", com a conceituação que é desenvolvida no presente item, foi lançado em artigo do Professor Plínio Corrêa de Oliveira, publicado no diário "Folha de São Paulo", em 25-6-69.

Antes de tudo, parece necessário deixar bem claro que – ao tratar da questão das elites nos Estados Unidos – os autores as distinguem das elites artificiais ou inautênticas. Estas se apresentam sem ligações naturais com as melhores tradições deste país e os mais profundos anseios do povo norte-americano, chegando mesmo a contrariar essas tradições e esses anseios.

Dado que a distinção entre uma elite tradicional autêntica e tais elites espúrias nem sempre está presente com a devida nitidez no espírito de incontáveis pessoas, parece indispensável incluir o presente item explicativo.

Os estudos sociológicos citados mostram que existem elites tradicionais nos Estados Unidos, constituídas a partir de antecedentes históricos próprios a cada lugar. Essas elites têm ainda hoje uma influência social marcante sobre o conjunto da sociedade norte-americana, especialmente nas suas capilaridades.

Porém, muitas vezes os postos diretivos do Estado, das altas finanças, das grandes empresas, da mídia, das fundações e dos órgãos culturais, são ocupados por pessoas que não pertencem a elites autênticas, mas constituem uma espécie de contra-elite que faz ostentação de princípios, de idéias e de um estilo de vida em dissonância com o modo geral de pensar e de agir da maioria da população.

Estas elites inautênticas, longe de representarem a nação, nela constituem quase um corpo estranho, aparecendo aos olhos do público de modo muito mais visível – e, sob certos aspectos, mais brilhante – que as elites tradicionais. Elas ocupam muito maior espaço nos órgãos de publicidade e ofuscam o realce que as verdadeiras elites deveriam ter.

Assim, formou-se na mente de numerosos norte-americanos a idéia de que elite é só isto, podendo daí advir em muitos uma injustificada antipatia às elites *in genere*, em vez de uma não raras vezes explicável antipatia dirigida apenas contra as falsas elites.

Para simbolizar o perfil moral e psicológico do tipo humano de tais elites inautênticas – existentes nos Estados Unidos, como em quase todo o Ocidente – tomou curso no linguajar corrente das TFPs a palavra "sapo", e ao conjunto dos sapos a denominação coletiva de "saparia".

Em geral, o "sapo" nasceu da Revolução Industrial. Ou seja, ele é o fruto – artificial, sob certos pontos de vista – de uma economia de base industrial que gerou fortunas excessivamente

grandes, sem proporção com a massa geral dos patrimônios individuais do país. Estas fortunas podem ser de natureza industrial, financeira, e mesmo artística ou esportiva, como no caso de certas personalidades do cinema, da televisão e dos esportes.

Há um tal desequilíbrio entre os "sapos" e os outros níveis econômicos da população, que eles parecem viver numa espécie de estratosfera em relação ao restante do corpo social, levando uma vida econômica e socialmente desproporcionada às suas origens e ao seu nível cultural.

Pode haver também um tipo de "sapo", igualmente rico, descendente de famílias tradicionais, de aparência aristocrática, mas que usa de sua posição e de seu prestígio social para favorecer a implantação de reformas de caráter liberal e igualitário.

b. Caráter malfazejo da "saparia"

Nessas condições, o "sapo" – a expressão pode ser forte demais – é quase um câncer no corpo social. Longe de ser o coroamento de uma hierarquia harmônica de elites, a "saparia" dá ensejo ao estabelecimento no país da própria estrutura de poder, de influência e de prestígio dela, sem imbricação com os demais níveis de elites. O peso dessa estrutura anti-natural acaba por prejudicar seriamente aquilo que deveria ser uma sadia e equilibrada vida política, econômica, social e cultural da nação. Mesmo que, individualmente, os membros desta contra-elite possam não ter essa intenção, o próprio dinamismo do sistema por eles dirigido acaba conduzindo a este fim.

Assim como o último degrau da escada deve ter proporção com os degraus anteriores, a elite verdadeira deve ter proporção com os outros elementos do corpo social. Uma escada em que o último degrau fosse exageradamente mais alto que os outros, tornaria a escada inutilizável.

Nas sociedades modernas e industriais, este último degrau exageradamente alto teve sua origem, muitas vezes, em fortunas desmedidas, acompanhadas de um poder, de uma influência e de uma cobertura publicitária igualmente desmedidas. Os possuidores de tais fortunas, sejam eles indivíduos ou empresas, famílias novas ou antigas, têm haveres e interesses em muitas regiões do país e em diversas partes do mundo, escapando assim aos limites naturais e sadios da propriedade privada, e constituindo quase estados dentro do Estado.

Pela amplitude que tomam, estas contra-elites acabam gerando em seus membros uma mentalidade característica, que leva ao ceticismo geral no terreno doutrinário, com desprezo por tudo quanto representa idéias, maneiras e tradições de uma Civilização Cristã. Leva também a uma exclusiva valorização do poder e do status que a super-fortuna confere, como meio para exercer uma ação a seu modo tirânica sobre o país.

Este conjunto de super-fortunas supra-nacionais, sejam elas individuais ou societárias, forma no cume da vida econômica do país uma trans-elite, que mais se assemelha a uma "*nomenklatura*".

c. Os "sapos" e o comunismo

Ao observar como foi o comportamento desta "saparia" nos países capitalistas ocidentais, em relação ao mundo comunista, constata-se um fato perplexitante: Longe de estar na liderança de uma ampla ação contra o comunismo internacional — como sua condição pareceria exigir — os membros da "saparia" se mostraram concessivos frente a ele, sempre prontos a negociar, a abrir-lhe os cofres do crédito ocidental, a aplainar-lhe o caminho em tudo que fosse possível.

Esta atitude foi uma das características mais chocantes de tal contra-elite. Pois ela freqüentemente se dispôs a salvar de seu fracasso um regime que sempre fez questão de se apresentar como o pior inimigo do capitalismo. Foi o caso, por exemplo, de titulares de grandes patrimônios, que destinaram à Rússia comunista, até mesmo nos períodos de tensão daquele país com nossa pátria, recursos econômicos indispensáveis para a sobrevivência daquele regime.

Embora a explicação mais profunda deste fato seja bastante complexa, e até enigmática, para ser exposta em poucas linhas, é certo que um dos fatores que mais pesou para essa atitude foi a semelhança entre o papel desta "saparia" nos regimes capitalistas ocidentais e a "*nomenklatura*" nos Estados comunistas. Realmente o super-poder do Estado comunista, dotado de uma capacidade de ingerência em todos os campos da vida humana, tem muito de parecido com o super-poder de que esta contra-elite goza em países do Ocidente. Assim sendo, a *nomenklatura* é uma imagem da "saparia" dentro do regime comunista.

Não é de surpreender, portanto, que entre duas "elites", tão afins sob certos aspectos, as barreiras ideológicas se transponham com facilidade, e que a "saparia" capitalista ocidental mostre simpatia para com sua congênere — que é ao mesmo tempo sua antítese — do capitalismo de Estado.⁵

5 - Domhoff aponta os fatores que levaram a uma *weltanschauung* comum entre a saparia norte-americana e a *nomenklatura* soviética: "O internacionalismo, a aceitação do governo centralizador e do Estado providenciário, são três características do pensamento atual no mundo dos grandes negócios. Isto levou os ultra-conservadores a comparar o país [Estados Unidos] dominado pelas grandes empresas à situação vigente na Rússia soviética. Existe, afinal, uma semelhança apreciável. O grande homem de negócios da atualidade não tem uma concepção religiosa do mundo.... Sua concepção é laica e baseada em sua educação liberal e cientificista". (G.W. Domhoff, *The Governing Class in America, The Higher Circles*, p. 295)

d. O "jet set"

Também como exemplo expressivo de elite inautêntica, cumpre distinguir o que a linguagem moderna designa com o nome de *jet set*.

A expressão *jet set* indica os mais ricos – de todos os tipos – que vivem gastando e se divertindo. O *jet set* pode incluir uma princesa real, um *croupier*, um jockey famoso, uma estrela de cinema, etc. As pessoas mais díspares entre si figuram no *jet set*, desde que tenham dinheiro em quantidade que lhes permita gastá-lo a mancheias.

O que caracteriza o *jet set* é a posse de dinheiro com a vontade de gastar e de aparecer aos olhos do público. Poder-se-ia quase fazer a tal propósito uma equação matemática: dinheiro + vontade de gastar + vontade de aparecer = *jet set*.

Neste campo também se manifesta a ação nociva da mídia, ao assestar os holofotes da propaganda quase exclusivamente sobre o *jet set*, relegando as elites tradicionais ao ostracismo. Para o *jet set* a mídia é generosa. Assim, se um membro de uma família tradicional pertence ao *jet set*, quando houver um casamento nessa família a mídia lhe dará toda publicidade, negligenciando outros membros que se mostrem mais tradicionais.

Na realidade o *jet set* constitui a caricatura de uma elite autêntica.

Este aspecto caricatural nota-se não só nas pessoas, mas também nas decorações e nos ambientes típicos do *jet set*, profundamente marcados pelo predomínio do desejo de manifestar riqueza, e não pela distinção ou pelo bom gosto. São ambientes que, ao lado de uma nota de opulência e extravagância, apresentam

um luxo que nunca é aristocratizante, mas sim vistoso e demagógico.

3. As diferentes vias para as elites autênticas e inautênticas

Quando uma pessoa adquire fortuna por mérito próprio ou por herança, ela tem diante de si dois caminhos: refinar-se a ponto de abrir para si – ou, pelo menos, para seus descendentes – as portas da assimilação às elites tradicionais; ou enveredar pelo caminho da "saparia".

a. O caminho da assimilação às elites tradicionais

No primeiro caso estão as pessoas que, tendo adquirido uma certa fortuna, não se preocupam muito em aumentá-la. Julgam elas que, ao assimilar valores da tradição e da cultura européias, isso já lhes basta para ter um prestígio suficiente em seu meio social. A administração equilibrada de seus bens lhes permite desenvolver um estilo de vida refinado, análogo ao da aristocracia, sem maiores preocupações de ordem financeira.

Segundo esta mentalidade, desde que o patrimônio seja suficiente para manter o status já adquirido, e a pessoa tenha valores culturais correspondentes à sua alta posição, ela se julga realizada em suas aspirações. Seu prestígio vem mais do status de elite do que de sua fortuna.

Tais pessoas tornam-se independentes em relação às máximas de uma sociedade revolucionária, às imposições das altas finanças e aos imperativos de certas modas extravagantes e da propaganda. Passam então por um processo de aperfeiçoamento, que as torna assimiláveis às elites tradicionais. Elas adquirem um feitio de espírito aristocrático, um modo de ser que lhes dá uma superioridade intrínseca que não vem do dinheiro, mas de fatores psicológicos e culturais. Podem então formar parte de uma autêntica elite tradicional, seja ela de âmbito regional ou nacional.

b. As vias da "saparia"

Outras pessoas tomam um rumo oposto, enveredando pela via do pragmatismo revolucionário, menosprezando a tradição e visando acima de tudo a aquisição de fortuna e poder econômico cada vez maiores.

Elas têm como idéia fixa que o dinheiro é a única fonte de prestígio, e querem aumentar seu patrimônio a todo custo. Para isso lançam-se no mundo das finanças internacionais e rompem os laços que as prendiam às tradições de seu lugar de origem.

Inteiramente tomadas pela preocupação dos negócios, falta-lhes de todo em todo o espírito ponderado próprio à verdadeira aristocracia.

Uma terceira via é representada por aquelas pessoas ricas que não colocam sua maior preocupação em negócios ou na aquisição de novas riquezas. Embora às vezes oriundas das elites tradicionais, e apresentando um estilo de vida marcado por hábitos aristocráticos, professam idéias liberais e igualitárias, favorecendo o avanço da Revolução em nível nacional e internacional. Neste sentido assemelham-se ao "sapo" descrito no parágrafo anterior.

Porém, mesmo os descendentes de um primitivo "sapo" podem se aristocratizar. Se após algumas gerações, passadas predominantemente na conquista de riqueza, esta apetência se atenua para dar lugar maior às coisas do espírito e da cultura, eles podem ser incorporados às elites aristocráticas, desde que tenham a alma aberta para assimilar seus valores e modos de vida.

4. Classes sociais⁶

6 - No seu sentido social, a palavra classe é definida no Webster's New International Dictionary: One group of a usually society-wide grouping of people according to social status, political or economic similarities, or interests or ways of life in common; social rank, especially high social rank; an economic or social rank above that of the proletariat.

a. O conceito de perfeição aplicado aos indivíduos e às famílias

O conceito abstrato de perfeição é fácil de ser entendido. Embora a palavra "perfeição" pertença inteiramente ao vocabulário corrente, seu uso comporta os mais diversos matizes. Entretanto, em todos os casos seu conceito mais elementar e essencial se encontra presente, sempre que ela é usada.

Perfeição é o estado de um ser que tenha os atributos necessários para sua própria integridade; e, se se trata de um ser racional, para que ele seja capaz de conhecer de modo objetivo seus próprios fins e possua as aptidões para realizá-los.

Assim conceituada, a perfeição comporta graus distintos.

Há um grau de perfeição mínima, que consiste na posse daqueles atributos em número e em qualidade apenas suficiente para sua integridade e para a realização de seus fins.

Outro grau maior consiste nessa posse em número e qualidade bastante amplos para que, além da presença da integridade, a realização dos fins se dê com certa folga ou abastança.

Por fim, há um mais alto grau de perfeição, que consiste na posse de tais atributos em grau e em abundância suficientes para que seu possuidor possa destacar-se de um modo prestigioso – e por vezes até glorioso – no conceito comum dos homens.

Os graus dessa escala têm algo de intransponível. Cada homem não pode passar além da extensão máxima a que lhe permitem chegar a extensão e a elasticidade naturais de seu ser. De sorte que um indivíduo pode alçar-se, à custa de esforço, à condição de um músico mediano, agradável de ser ouvido; porém jamais poderá alcançar a condição de um compositor dotado da desconcertante facilidade e do talento encantadoramente harmonioso de um Mozart.

A ascensão através dos diversos graus de perfeição é habitualmente penosa. Pois, se é verdade que todos os homens retos tendem para sua perfeição, poucos conseguem atingir o fim da trajetória escarpada do próprio aperfeiçoamento.

Não é raro que, caracterizando-se uma família pela posse nativa da mesma perfeição em graus diferentes, se todos os seus membros procuram alcançar esta perfeição por uma nobre porfia e uma fraterna entre-ajuda, pelo menos alguns deles conseguem atingir esta perfeição em grau insigne.

A título de mera ilustração, cabe aqui lembrar a afirmação de que uma região é o campo de influência de uma grande família. E uma grande família é aquela que, realçada por grandes qualidades naturais, dilatadas até o máximo pelo esforço contínuo rumo a esta perfeição – entrevista no ideal familiar comum e assegurada em sua continuidade por um forte espírito tradicional – chega a granjear para a quase totalidade de seus membros uma perfeição de nível comum, e para alguns uma perfeição inteiramente excepcional. Em suma, uma grande família pode ser como que a alma de uma região ou de um país.

b. É próprio a todas as classes sociais tender à perfeição

É próprio de tudo aquilo que é saudavelmente vivo tender continuamente a crescer em perfeição. Esta tendência natural à perfeição deve também manifestar-se nas classes sociais.

A perfeição tem graus. Sob este ponto de vista, uma classe social, qualquer que seja seu nível, é um conjunto de famílias que atingiu um grau de perfeição próprio àquele nível.

É natural que os pais de família – sejam eles operários, burgueses ou nobres – queiram dar aos filhos os meios de continuar a viver com a largueza com que eles próprios viveram. Esta continuidade é justa, porém não é suficiente. Na medida de suas possibilidades, os pais devem querer legar a seus filhos condições melhores.

Esta tendência a melhorar não deve ser entendida primordialmente no sentido de que a um pai operário deve suceder um filho advogado. A condição de vida de um operário é suscetível de grandes aperfeiçoamentos, e seu nível cultural pode aprimorar-se sensivelmente no decorrer das gerações.

Outro campo de aperfeiçoamento é o progresso nas virtudes. Pode haver progresso no amor conjugal, no amor materno e paterno, em tantas outras virtudes. Com o progresso espiritual vem necessariamente, mais cedo ou mais tarde, o progresso artístico, cultural, etc, sem mudar de nível social.

Um efeito deste aprimoramento dentro da própria classe, na história da Civilização Cristã, foi o aparecimento da arte popular, que chegou a produzir verdadeiras obras-primas feitas por artesãos ou por camponeses. Não foi uma arte aprendida numa escola de belas artes ou inspirada numa revista especializada, mas sim concebida e executada como expressão de qualidades de alma.

Por outro lado, não deixa de ser lícito passar de uma classe para outra mais elevada. É saudável e bom que isto aconteça, quando aparece alguém com talentos especiais que justifiquem, ou até imponham, tal ascensão. Mas deve ser fato excepcional, embora avidamente aproveitado.⁷ Uma pessoa nessas condições não deve ser rejeitada pela classe alta como um fenômeno subversivo, que pode perturbar o equilíbrio geral. Se apareceu e tem um grande talento, as portas das classes mais altas lhe devem estar abertas. Quem sobe assim, não está chefiando uma revolução, está apenas participando de um progresso. Se ele se refinar até o nível de sua nova classe, os filhos já nascerão nessa classe.

7 - Esta excepcionalidade é observada na sociedade norte-americana, como afirma o sociólogo Paul Mott: "O fato mais evidente acerca da mobilidade em nossa sociedade é que o filho geralmente segue o mesmo tipo de ocupação profissional que o pai, ou um pouco acima ou abaixo dele. É muito raro passar de um

extremo da escala profissional para o outro". (Paul Mott, *The Organization of Society* - Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1965, p. 204)

Isto faz parte do processo rumo à perfeição, que deve dar-se em todas as classes, mas que é especialmente necessário nas famílias de mais alto nível, tendo em vista o exemplo que elas devem dar ao restante da sociedade.

Essa caminhada através dos vários graus de perfeição representa o progresso harmônico e verdadeiro da sociedade. Nisso há a idéia de Civilização Cristã: a sociedade inteira caminhando para um ponto ideal comum, mas que se concretiza de modo diferente para cada classe.

c. Nosso Senhor Jesus Cristo, tipo humano perfeito

As diversas classes vão elaborando tipos humanos que lhe são próprios, cada vez mais próximos do tipo ideal, enquanto realizado nos padrões daquela classe.

Esse modelo, esse tipo humano ideal, esse pólo de perfeição, não é um modelo teórico, mas teve realização histórica. É a pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, o Homem-Deus. Esta marcha ascensional da humanidade é, pois, uma marcha rumo a Nosso Senhor Jesus Cristo, que, em sua humanidade, realiza o tipo humano perfeito.

A perfeição da natureza humana se encontra nele elevada a um grau superior a si mesma, pela união hipostática com a natureza divina. Em Nosso Senhor Jesus Cristo todas as virtudes humanas estão presentes harmonicamente e em grau supremo. Elas se fundem umas nas outras de modo perfeito, revelando assim, por trás delas — como o abajur revela a luz — a existência da própria perfeição divina, pois Ele é o Homem-Deus.

Uma sociedade que, tomada em seu conjunto, tenha o firme propósito de assimilar tanto quanto possível o que se poderia chamar o tipo humano de Nosso Senhor Jesus Cristo, sobe continuamente rumo à perfeição. Nisto consiste o verdadeiro progresso.

5. Aristocracia⁸

8 - No seu sentido social, a palavra aristocracia é definida pelo Webster's New International Dictionary: *Government by the best individuals or by a relatively small privileged class; a form of*

government in which the power is vested in a minority consisting of those felt to be best qualified to rule; a governing body made up of those outstanding citizens, especially, nobles or those of high rank; a upper class made up of an hereditary nobility; a patrician order; the aggregate of those felt to be superior.

a. A aristocracia cristã

Foi na aristocracia que a elaboração desse tipo humano ideal, a busca desse alto padrão de perfeição para o qual deve tender toda a sociedade, foi mais completa. Em outras palavras, compete a ela realizar o tipo humano mais perfeito, mais elevado, mais nobre.

Assim, o tipo humano de Nosso Senhor Jesus Cristo está no cerne do conceito ocidental de aristocracia.

Com efeito, o Ocidente elaborou seus padrões políticos, sociais e culturais no fluxo da civilização cristã.⁹ O tipo humano do gentleman cristão, modelo da aristocracia ocidental, teve como ideal primeiro e supremo a imitação das perfeições de Nosso Senhor Jesus Cristo.

9 - A posterior divisão da Europa – e depois a das Américas – num bloco católico e outro protestante não afeta, deste ponto de vista, o alcance das considerações aqui feitas. A presente análise é sociológica e histórica, e não religiosa. Neste sentido, é inegável que os fundamentos da ordem ocidental, e concretamente de sua tipificação social, provém do grande tronco da civilização cristã, comum a católicos e protestantes. E esta civilização era baseada na pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, como aliás seu próprio nome o indica.

De fato, as virtudes que compunham o perfil moral do aristocrata cristão – honra, abnegação, coragem, magnanimidade, respeito, veracidade, etc – se inspiravam no exemplo e nos ensinamentos de Nosso Senhor Jesus Cristo, em quem se encontram em grau supremo, a bem dizer, divino.

Conclui-se daí, portanto, que a verdadeira aristocracia é aquela que realiza, com toda seriedade e todo enlevo, esse modelo de perfeição. E que se torna confusa e desbotada na medida em que dEle se afasta.

b. Aristocracia e santidade

Do que até aqui foi dito, não se pode deduzir simplesmente que a condição de aristocrata se identifique inteiramente com a santidade. Pois não se pode negar que haja santos não aristocratas e aristocratas não santos.

Mas se a aristocracia não se confunde com a santidade, também não se dissocia inteiramente dela. Pode acontecer que uma pessoa tenha santidade, mas não realize na sua personalidade todos os reflexos de ordem temporal que a santidade pode produzir. Pode haver santos que não consigam ou não queiram permear a sua virtude com as qualidades que distinguem o aristocrata, porque isto não está na sua vocação.

Algumas vocações dentro da aristocracia procuram apenas garantir a solidez e a força dos elementos fundamentais da sociedade temporal. Outras procuram ir mais longe e alcançar os mais altos padrões de beleza e de perfeição dessa sociedade. Isto poderá fazer do aristocrata também um santo. Ao seguir a vocação que Deus lhe deu, ele faz florescer seus dons, sobretudo os de ordem temporal, até os mais altos píncaros; e procura ver nas coisas temporais as relações com os bens do espírito e com o próprio Deus.

Naqueles que não são aristocratas, a santidade não tende necessariamente para a aristocracia. Mas ela inegavelmente favorece a realização, de um modo excelente, do que é próprio à condição da pessoa. A santidade, portanto, eleva o indivíduo dentro de sua condição, mas não necessariamente para uma condição mais alta.

São duas vocações diversas dentro do conjunto social.

c. A aristocracia sintetiza as perfeições da coletividade

Os anteriores comentários consideram a aristocracia do ponto de vista do mais alto pólo de perfeição ao qual ela deve tender. Mas ela também pode ser considerada enquanto exprimindo de modo exímio a perfeição coletiva de uma cidade ou região.

Com efeito, toda cidade ou região tem uma como que personalidade coletiva, algo que se poderia chamar uma "alma comum", a qual, em certo sentido, valeria mais do que a soma das almas ou das personalidades individuais. Essa "alma comum" é, no fundo, uma síntese das perfeições para as quais tendem os indivíduos, as famílias e as classes dessa cidade ou região. Ela é o produto coletivo da marcha geral rumo à perfeição.

O aristocrata, melhor que os outros, exprime o elemento coletivo que representa aquele conjunto em seus aspectos mais altos. Ou seja, eleva-se a um padrão acima do conjunto, e fica sendo como que a encarnação daquele lugar. Por isso, ele tem a missão de representar aquele traço de alma, aquele estado de espírito, aquela virtude que são próprios àquele lugar. É peculiar à sua missão estar voltado para o bem comum. A tarefa superior do aristocrata é ser fiel a essa missão, conservar esse espírito, elevá-lo e fazê-lo progredir.

d. Aristocracia e grandeza

O aristocrata só se realizará inteiramente quando tiver uma idéia clara do que deve ser a grandeza do país, e se dispuser a representá-la.

Numerosos fatos históricos serviriam como exemplos de uma grandeza norte-americana. Um deles está representado na célebre foto dos soldados cravando a bandeira em Iwo Jima. Estudando de perto alguns grandes generais norte-americanos, também nota-se que eles tiveram características de grandeza, tais como, no século atual, os generais George Patton e Douglas McArthur.

Para realizar o ideal de grandeza ao qual nosso país é chamado, seria preciso que as famílias da elite tradicional nos Estados Unidos elaborassem os traços característicos e, mais especificamente, o perfil aristocrático dessa grandeza.

Porque, em princípio, em todas as famílias da elite há, em estado germinativo, um "sonho" de grandeza que elas deveriam desdobrar em toda a sua amplitude, abarcando nele o próprio país, considerado enquanto a mais abarcativa das coletividades. Porém a magnífica expansão desse "sonho" é circunscrita habitualmente, já em seu nascedouro, pela pressão contrária do mito igualitário.

Aqui se define a diferença entre os norte-americanos entusiasmados pela grandeza quantitativa – ou seja, a produtiva-econômica – e os entusiasmados pela grandeza qualitativa, ou seja, a honra e a glória da nação.

Capítulo III

O SENTIMENTALISMO COMO EXPLICAÇÃO PARA UMA MENTALIDADE IGUALITÁRIA

1. Uma compaixão mal entendida

Existe em não poucos norte-americanos uma aversão às desigualdades sociais e econômicas, a qual provém, não tanto de convicções filosóficas, como de uma disposição temperamental, em cujo cerne encontra-se um sentimento de mal entendida compaixão.

Este sentimento faz com que a pessoa tenha a idéia de que as desigualdades, especialmente as de caráter social e econômico, são causa de sofrimento para os que têm menos.

Segundo esta falsa percepção, uma pessoa, mesmo possuindo o suficiente para levar uma vida sem privações, se sente diminuída e menosprezada pelo fato de outros terem mais do que ela. E isto a faz sofrer.

Mais ainda. Esta percepção também leva a supor que, mesmo pessoas ricas, se sentem diminuídas e sofrem pelo simples fato de haver outras ainda mais ricas que elas. No fundo, se encontra aí, silenciosa mas atuante, o que se poderia talvez chamar uma filosofia da inveja.

Esta atitude resulta de uma interpretação errada da verdadeira compaixão cristã diante das desigualdades sócio-econômicas.

A compaixão cristã não obriga a ter pena de quem tem o necessário para viver, como convém segundo sua condição social. Ela simplesmente leva ao desejo de socorrer aqueles que não têm o que é proporcionado a uma vida digna, segundo as necessidades da natureza humana e próprias à condição de cada um. Assim, não há razão alguma para alguém envergonhar-se simplesmente por se apresentar como mais rico e de melhor condição social que outros. O fato de ter menos não faz o homem reto sofrer, mas deve levá-lo a um espírito admirativo, contente por ver que outros têm mais que ele.

Esta idéia errada a respeito da compaixão afeta os membros das elites tradicionais de um modo curioso. Julgam eles ser seu dever não ostentar sua alta condição, sua educação, seu brilho. Crêem assim cumprir um dever cristão, ao evitar que outros sofram diante da evidência de sua condição inferior.

Porém, as classes mais altas têm obrigação de brilhar aos olhos das classes mais baixas. E estas têm o direito de

contemplar o brilho das classes mais altas e de enlevar-se com ele.

Com efeito, a condição das classes mais altas deve servir de estímulo a que os membros das classes baixas melhorem as condições de sua própria classe. E que um ou outro membro desta última, provido de dotes excepcionais, deseje legitimamente ascender a uma condição mais alta. Tal desejo não se deve confundir com uma vil "cobiça dos bens alheios", proibida pelo décimo mandamento do decálogo.

Esta cobiça ocorre quando alguém sente pesar em que outrem seja ou tenha mais do que ele, ou que o leve ao ódio de seu próximo e ao censurável anseio de lhe subtrair o que lhe pertence, e locupletar-se com isso.

Ora, todos os sentimentos vis não podem confundir-se com um nobre desejo de, admirativamente, adquirir para si, com um esforço aplicado e inteligente, uma situação que vê reluzir em outro, ou até excedê-la.

Não se pode negar também que em certas situações é compreensível alguém afastar-se do olhar público. Se as classes altas sabem que o brilho de sua vida social vai ser mal interpretado e manipulado maliciosamente contra elas, cabe-lhes o direito de manter a discreção que julgarem adequada.

2. Filantropismo liberal, reformista e igualitário

Movidas pela falsa compaixão de que falamos, muitas pessoas ricas julgam que sua própria felicidade não será completa, se houver outras que sofrem por não possuir tanto quanto elas.

Esta atitude as leva inicialmente a um sentimentalismo filantrópico, a sentir um bem estar em ajudar materialmente não só aos realmente pobres, mas a todos os menos favorecidos que elas. Para afiançar sua própria felicidade, tornam-se filantropas.

Em seguida, passam a querer solucionar as supostas causas que jazem na raiz de tal "infelicidade", isto é, as desigualdades sociais e econômicas. Nasce assim um anseio reformista de cunho liberal e igualitário, para transformar a sociedade no sentido revolucionário.

Este anseio se manifesta, por exemplo, na condução da política externa norte-americana, orientada freqüentemente segundo princípios liberais, e tentando impor medidas democratizantes, as quais, segundo seus mentores, seriam o

remédio mágico para os males econômicos e sociais dos países mais pobres.

Nos Estados Unidos, as reformas liberais e igualitárias de cunho socialista muitas vezes partiram dos elementos revolucionários das classes altas, e não das classes trabalhadoras.

Capítulo IV

A ESTRUTURA JURÍDICO-SOCIAL DA COLONIZAÇÃO

Os primeiros colonizadores da América do Norte foram espanhóis católicos. Quase um século antes da colonização inglesa, já tinham eles explorado o continente até a sua parte mais central, estabelecendo colônias, fundando cidades e evangelizando os índios.

A França iniciou sua exploração do continente norte-americano na primeira metade do século XVI. Porém, devido às convulsões internas no país, ela estabeleceu sua primeira colônia permanente apenas no século seguinte, com a fundação de Québec em 1608. A primeira colônia inglesa em Jamestown (Virginia) fora implantada um ano antes, em 1607. Ao longo do século XVII, colonizadores e missionários franceses, vindos do Canadá, exploraram o Mississippi em toda sua extensão.

Foi a colonização inglesa, porém, a que prevaleceu e deu a tônica aos Estados Unidos.

Não se pode traçar uma história uniforme das colônias inglesas na América do Norte. São tais as diferenças entre cada colônia – entidades politicamente independentes umas das outras – que, a bem dizer, cada qual constituiu um caso particular. Entretanto, tiveram elas um traço comum: todas desenvolveram aristocracias locais, que poderiam ser consideradas verdadeiras nobrezas da terra.

1. A estrutura social inglesa na era da colonização: Uma visão geral

Para se entender o caráter da aristocracia nos Estados Unidos da época colonial, é preciso considerar o modelo no qual se inspiraram os colonizadores: a sociedade inglesa da época. A Inglaterra passava então por profundas mudanças religiosas, políticas, sociais e econômicas, que estavam em via de derrubar muitas das instituições da Idade Média, ainda subsistentes naquela época.

A antiga nobreza tinha sido dizimada pela chamada Guerra das Duas Rosas, na qual se enfrentaram os partidários das casas de York e de Lancaster, numa feroz guerra civil que durou 35 anos (1450-1485), provocando a extinção de muitas casas nobres de origem medieval e abalando profundamente o antigo sistema feudal vigente. Menos de um século depois o cisma anglicano agravou ainda mais a situação. Os soberanos ingleses protestantes introduziram o costume de compensar as pessoas que os apoiavam na revolta contra Roma, com concessões de terras e riquezas – muitas

vezes provindas da espoliação dos bens da Igreja – e com títulos de nobreza.

Nasceu assim uma oligarquia titulada, sem vínculo histórico com as terras a ela adjudicadas, nem com seus ocupantes. Esta oligarquia substituiu largamente a antiga nobreza medieval, sem entretanto conseguir atrair sobre si todo o respeito de que aquela nobreza gozava.

Apesar das rápidas transformações que então ocorriam, a Inglaterra dos séculos XVI e XVII era ainda uma nação predominantemente agrária, onde a terra e não o comércio, a vida rural e não a urbana, eram os elementos de maior influência sobre aqueles que constituíam as classes mais elevadas. A posse da terra conferia qualidade e posição social ao proprietário.

Havia uma ampla classe de aristocratas rurais (*country gentry*), conhecidos como *esquires*, ou simplesmente *gentlemen*. Em contraste com as monarquias absolutas da Europa continental, onde as respectivas aristocracias já não governavam, os membros desta aristocracia rural tornaram-se a classe governante do país. Muitos desses *gentlemen* obtinham escudos de armas do *Royal College of Heraldry* (Real Conselho de Heráldica), e com eles um estado de fidalguia reconhecida.

A *country gentry* tinha jurisdição sobre determinadas extensões de terra, que constituíam as chamadas *manors*. Em cada *manor* havia uma ou duas pequenas cidades e aldeias. Uma parte das terras era de propriedade direta e exclusiva do senhor – a *demesne* – e as demais eram terras dos proprietários consuetudinários – os *freeholders* – cujos direitos advinham dos costumes, e que pagavam uma quantia fixa ao senhor, de natureza semelhante a um imposto.

Os *freeholders* pertenciam à categoria social dos chamados *yeomen*, pequenos proprietários rurais ou industriais, cujo status estava acima do trabalhador manual, mas abaixo da *gentry*. Um certo número de *yeomen* fez fortuna e, adquirindo mais terras, pôde ascender até a *gentry*, e inclusive obter escudo de armas.

Além destes havia também os *foreiros* – os *copyholders* – cujos direitos e deveres sobre a terra eram estipulados por um contrato com o senhor, e não pelos costumes da *manor*.

Assim tais *manors* tinham ainda certas características feudais, pelo menos quanto ao seu aspecto legal. Entre elas, as formas de relacionamento econômico, ainda existentes em lei, foram abolidas em 1660 e substituídas por um imposto fixo – o *quit-rent* – e por um juramento de submissão ao rei. Embora

mantendo ainda muito da forma feudal em seu aspecto social, este foi um método simplificado e mais flexível para conservar uma propriedade rural, de acordo com as transformações sociais e econômicas, de sentido capitalista, que estavam ocorrendo.

Em suma, a *manor* constituía o elemento básico da estabilidade da vida rural inglesa. Nela se definiam as relações entre as diversas classes sociais.

Por outro lado, gozando de prestígio e poder, a *country gentry*, e não a antiga nobreza titulada, controlava a administração pública e a Câmara dos Comuns do Parlamento inglês, orientando a política colonial da Inglaterra até a época da independência americana.

A Coroa deixava em larga medida o governo dos *counties* (municípios) nas mãos desses *gentlemen*, que assim exerciam o poder político e judiciário nas suas terras e nas pequenas cidades da região. Em troca de serviços prestados, alguns receberam títulos de cavaleiros ou barões, incorporando-se assim à baixa nobreza. Outros se elevaram até a condição de Pares do Reino.

Apesar dos muitos fatores que contribuíam para solapar esta estrutura social e transformar o senhor de *manor* em um mero proprietário rural, a *gentry* ainda se conservava como o fundamento da ordem social, o próprio símbolo da Inglaterra rural, gentil e aristocrática.

Com o crescente mercantilismo ao longo do século XVII, muitos negociantes, que haviam feito suas fortunas no comércio e na indústria, conseguiram penetrar nas fileiras da *gentry*.¹ Tendo ganho suficiente dinheiro, e almejando um estilo de vida mais honroso, eles compravam terras e mudavam-se para o campo, passando a viver como fidalgos, muitas vezes até ocupando os espaços sociais deixados vazios pelo extermínio da antiga nobreza feudal.²

1 - É preciso ter em vista que, diferindo de outros países, na Inglaterra o comércio e a indústria eram consideradas profissões honrosas, às quais os nobres podiam se dedicar, sem desdouro de sua posição.

2 - "Na Inglaterra do século XVII - comenta o historiador Daniel Boorstin - a ambição de todo comerciante próspero era de se tornar um *country gentleman*. Aposentar-se da vida de negócios e passar a habitar um amplo solar, no meio de vastas terras, era o sonho da classe media emergente". (Daniel Boorstin, *The Americans. The Colonial Experience* - New York, Random House, 1958, p. 99)

Este processo lento e gradual de interpenetração da aristocracia rural com a classe de comerciantes e industriais, em benefício da nascente sociedade urbana e industrial, constituiu o aspecto predominante da vida social inglesa na época da colonização da América e prosseguiu até fins do século XIX, quando o poder da aristocracia rural foi definitivamente quebrado em meio às violentas transformações produzidas pela Revolução Industrial.

O historiador Charles Andrews resume estas transformações ocorridas na ordem social inglesa: "O antigo relacionamento entre o senhor e os simples proprietários ou arrendatários, que havia sido determinado por laços que eram pessoais e sociais - e, em menor grau, econômicos - estava por terminar. A antiga *manor*, como conjunto de componentes ligados pelo costume e por hábitos de longa data, estava em desintegração. O velho senhorio estava se transformando numa empresa capitalista.... e os padrões sociais foram sendo influenciados mais pelo dinheiro que pela "ancestralidade". (Charles Andrews, *The Colonial Period of American History* - New Haven, Yale University Press, 1939, vol. 2, p. 218)

E ao referir-se às modificações observadas nos status das diversas categorias sociais, diz ainda o mesmo autor: "O antigo sistema *manorial* estava sofrendo importantes modificações em sua estrutura interna e no status de seus aldeões e arrendatários. O próprio senhor estava perdendo seus ornamentos senhoriais e tornando-se um mero proprietário rural. Ele ainda era chamado *lord of the manor*, o dono da propriedade e do aforamento e recebedor do aluguel de seus arrendatários.... A Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, embora mais aristocrática que senorial, era ainda um país de propriedades rurais e de *manors*. (Charles Andrews, *The Colonial Period of American History*, p. 216)

Tal era, em rápidos traços, a estrutura social inglesa na época da colonização da América do Norte.

2. Os primeiros colonizadores e povoadores ingleses no Novo Mundo: O início de uma aristocracia colonial nativa

As pessoas que chegavam às plagas norte-americanas eram, em sua maior parte, de origem burguesa ou popular: comerciantes, industriais, artesãos, funcionários públicos e operários.

Embora relativamente poucos nobres titulados tivessem emigrado para o Novo Mundo, o número de filhos não primogênitos de *gentlemen* e de *esquires* disseminados pelas colônias não foi pequeno, especialmente na Virgínia, em Maryland e nas Carolinas.³

3 - A respeito da classe alta das Carolinas, nos primeiros tempos, Frederic Jaher afirma que "a maior parte eram da pequena *gentry*, *yeomen* bem estabelecidos, comerciantes e capitães de navio". Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment* (Chicago: University of Illinois, 1982), p. 321. Privados da herança pelas leis do morgadio, muitos tentaram a sorte no Novo Mundo. Com eles veio algo do espírito da *gentry* e, notadamente, o desejo de fazer fortuna para adquirir o status de seus maiores. "Não devemos esquecer, diz Louis Wright, que muitos emigrantes do século XVII provinham de famílias da *gentry*, talvez em número suficiente para servir de fermento para uma aristocracia em desenvolvimento". (Louis B. Wright, *The First Gentlemen of Virginia* - Charlottesville, The University Press of Virginia, 1940, p. 40)

Ao se tornarem ricos proprietários rurais, os imigrantes — tanto os filhos não primogênitos da *gentry* como os de origem mais humilde — tomavam o *gentleman* inglês como modelo, em seu novo status social.⁴

4 - O historiador Clifford Dowdey comenta, referindo-se à Virginia: "Foi a aristocracia rural, e não a nobreza, que serviu de modelo para os emigrantes bem sucedidos, na Colônia da Virginia". (Clifford Dowdey, *The Virginia Dynasties* - Boston, Little, Brown & Company, 1969, p. 13). Destarte, da massa inicial dos imigrantes começou a surgir uma aristocracia local. "A maior parte dos primeiros povoadores eram pessoas de origem humilde", diz o conhecido historiador Thomas Jefferson Wertenbaker. E acrescenta: "Mas dessa massa emergiu gradualmente uma aristocracia". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *The Founding of American Civilization. The Old South*, p. 21)

É digno de nota o caso dos *cavaliers* que chegaram à Virginia em meados do século XVII. Chamavam-se *cavaliers* os partidários do Rei Carlos I, na guerra civil contra os sectários parlamentaristas de Oliver Cromwell (1640-1645). Com a derrota do partido da Corte, muitos *cavaliers* — monarquistas convictos — preferiram exilar-se nas colônias norte-americanas a sofrer o despotismo puritano de Cromwell. Se bem que muitos não fossem nobres, sua militância monárquica ajudou a consolidar os sentimentos aristocráticos na Virginia. "A vinda dos *cavaliers* nos estágios formativos da colônia, diz o escritor Clifford Dowdey, deu mais corpo à incontestável simpatia monarquista na Virginia". (Clifford Dowdey, *The Virginia Dynasties*, p. 17)

Na ausência de uma nobreza titulada e hereditária, e devido ao forte senso de hierarquia social trazido da Europa, as colônias inglesas na América de Norte criaram condições sociais e econômicas que propiciaram a formação gradual de uma elite dirigente nativa, baseada nos costumes e na mentalidade vigentes na Inglaterra.

Como na Europa, em todas as colônias a posse da terra sempre foi a via mais segura e mais rápida para a aquisição de status social; e daí para o acesso aos círculos dirigentes da sociedade colonial. Em pouco tempo grupos de famílias, inter-relacionadas por casamentos, foram reconhecidos como autoridades locais. "Em todas as colônias os conselhos eram quase totalmente constituídos pelos membros dessas pequenas aristocracias". (James T. Adams, *A History of American Life; Provincial Society* - New York, MacMillan Co. 1941, vol. 3, p. 130)

Esta elite foi pouco a pouco adquirindo prestígio, riqueza e poder. Concomitantemente, ela refinou seus gostos e maneiras, adquiriu cultura e aquele senso do dever público e de *noblesse oblige*, próprio às classes altas. Nasceu assim uma verdadeira aristocracia local.

Depoimentos sobre a formação dessa aristocracia colonial nativa

Os historiadores T. Harry Williams, Richard Current and Frank Freidel mostram como entre os imigrantes da América colonial havia uma tendência para imitar o tipo humano representado pelo *gentleman* inglês, e para estabelecer uma sociedade hierarquizada: "Da Inglaterra os colonos extraíram suas concepções acerca do relacionamento adequado dos homens entre si na sociedade. Eles assumiram o ideal inglês do *gentleman*, como uma pessoa acima, mas não à parte, do resto da humanidade, uma pessoa com privilégios especiais, mas também com obrigações especiais, inclusive a do serviço público e a de ajudar os menos favorecidos.... Nem na Inglaterra nem nas colônias os ingleses acreditaram na igualdade social". (T. Harry Williams, Richard Current, Frank Freidel, *A History of the United States, to 1876* - New York, Alfred A. Knopf, 1962, p. 22). Desde o início a hierarquização social era evidente, e "a consciência e as distinções de classe eram bem manifestas na América colonial. (Idem, p. 73)

Os mesmos autores descrevem este processo geral de estratificação social nos seguintes termos: "Um sistema de classes desenvolveu-se na sociedade colonial. Quando as diferenças sociais já estavam bem estabelecidas, como ocorreu por meados do século XVIII, as classes mais elevadas eram constituídas por funcionários da Coroa, pelas famílias

donatárias, pelos grandes proprietários rurais no norte e pelos plantadores no sul; e ainda pelos mais importantes negociantes.

"Todos, com exceção dos escravos, poderiam aspirar a um lugar mais elevado socialmente, para si próprios ou, ao menos, para seus filhos. Uma vez que um homem tivesse feito fortuna, ele era logo aceito por aqueles que, até então, o tinham considerado como socialmente inferior.... Mais tarde seus descendentes tendiam a esquecer a origem humilde – ou até pouco recomendável – da fortuna familiar, e a se considerar como aristocratas por inteiro. (Idem, p. 72)

Também o historiador Louis Hartz chama a atenção para um estilo de vida aristocrático cultivado por uma elite nativa norte-americana, diferente da nobreza européia, porém análoga a ela: "Pode-se indicar as grandes propriedades de Nova York, onde os *patroons* (termo holandês para designar um grande senhor de terras, com direitos para-feudais) viviam de um modo que era em algo parecido com o esplendor feudal. Ou a sociedade do sul, onde a vida era extraordinariamente estratificada, com os escravos embaixo e um conjunto de *gentlemen* plantadores no alto. Pode-se inclusive apontar para os brilhantes grupos sociais que se reuniam em torno dos governadores reais no norte". (Louis Hartz, *Liberal Tradition in America* - New York, Harvest Books, 1955, p. 52)

Assim, qualquer que fosse a região, uma aristocracia local surgiu e estava já firmemente estabelecida na época colonial. O historiador social Edward Pessen assinala este fato, freqüentemente ignorado: "É um lugar comum entre os historiadores da América colonial, que, apesar das diversidades entre as regiões.... em cada uma delas a sociedade era vitalmente influenciada pelas classes sociais e pelas diferenças entre elas. Uma camada superior surgia sempre, qualquer que fosse a topografia, a produção, o sistema de trabalho, e as principais indústrias de cada localidade ou região.... Esta camada superior chegou praticamente a monopolizar posições de influência, tanto nos conselhos dos governadores como nas assembleias legislativas das colônias, ou ainda nos grupos de leigos que formulavam a política das então muito influentes organizações religiosas."

Pessen prossegue: "Por toda a sociedade [colonial] as distinções de classe eram manifestadas em matérias tão díspares como o traje apropriado, as formas de tratamento ou o lugar a ser ocupado na igreja.... Os dirigentes da sociedade colonial continuavam a pensar.... que somente alguns, com um especial ou grande interesse no bem comum da sociedade, poderiam merecer a confiança para governar com responsabilidade." (Edward Pessen, *Status and Social Class in America*, in: Luther S. Luedtke, ed.,

Making America - Washington, D.C., United States Information Agency, 1988, pp. 273-275)

A ordem social existente nas colônias, e as diversas elites aristocráticas então formadas, variavam de uma colônia para outra, de acordo com as condições locais. Assim, por exemplo, no sul as elites aristocráticas eram constituídas principalmente pela classe dos plantadores, enquanto no norte predominavam os grandes proprietários e comerciantes.

Estas elites aristocráticas são assim descritas por Louis Wright: "Muitas famílias na Virginia, em Maryland, na Nova Inglaterra, em Nova York, em Nova Jersey, na Pennsylvania e nas Carolinas, já estavam lá por várias gerações. Elas cultivavam a terra, navegavam os mares, pescavam, engajavam-se em inúmeros negócios, artesanatos e atividades comerciais. Algumas constituíram grandes fortunas, e se estabeleceram como uma ativa e aristocrática *gentry*". (Louis Wright, *The Thirteen Colonies* - American Heritage Publishing Co., 1967, p. 299)

O mesmo autor prossegue mais adiante: "Em todas as colônias formou-se uma camada superior de plantadores ricos, negociantes ou proprietários de navios, que rapidamente assumiram os ares e as pompas de uma aristocracia. Esta aristocracia dos plantadores das colônias de base agrícola se assemelhava às famílias da aristocracia rural da Inglaterra, mais do que qualquer outro grupo social na América". (Louis Wright, *The Thirteen Colonies* - p. 311)

Na época da independência norte-americana uma aristocracia bem estabelecida encontrava-se em todas as colônias, onde assumia a liderança nos assuntos sociais, culturais, políticos e militares, como indica Arthur Schlesinger: "Por volta de 1776, a aristocracia colonial já estava estabelecida por mais de um século e meio nas regiões de mais antiga colonização, e por mais de um século nas outras. Nos lugares restantes havia deitado profundas raízes. Com o passar do tempo, ela havia consolidado sua posição e constantemente renovado sua vitalidade, com a admissão de novos membros. Muito especialmente, seus integrantes não haviam utilizado sua posição social exclusivamente para sua própria ostentação mundana, mas, como uma classe, se consideravam os fiadores do bem comum.

"Em todas as colônias, homens de alto nível ocupavam os postos de responsabilidade em todos os campos da atividade pública: nos poderes executivo, legislativo e judiciário locais, bem como nas forças armadas.... Em grau não menor, assumiram também a liderança cultural". (Arthur M. Schlesinger Jr., *The Birth of the Nation* - New York, Alfred A. Knopf, 1968, p. 145)

3. A estrutura jurídica das colônias norte-americanas propiciou o desenvolvimento de elites

A Coroa inglesa não participou diretamente nos empreendimentos iniciais da colonização da América de Norte. Eles foram realizados, em sua quase totalidade, pela iniciativa particular. Sobre este fato, assim se exprime Marshall Harris, estudioso dos aspectos históricos e atuais da posse da terra nos Estados Unidos: "Nenhuma das 13 colônias originais foi colonizada pela Coroa. Em consequência, todos os seus governos eram, em seu início, corporativos ou outorgados. As três colônias dos puritanos foram colonizadas por corporações estabelecidas por carta-patente real, enquanto os primeiros governos das outras dez colônias foram estritamente outorgados a particulares, excetuados talvez os de Nova York e Virginia". (Marshall Harris, *Origin of the Land Tenure System in the United States* - Westport, Connecticut, Greenwood Press, 1953, pp. 76-77)

É importante notar que, quando a América foi descoberta, a Europa ainda estava muito marcada pelo sistema sócio-econômico que havia vigorado durante a Idade Média. "No que diz respeito à sociedade ocidental, o padrão de referência para todos estes contrastes [de estruturas sociais] é a transição da Europa medieval para a Europa moderna. É a estrutura social da Idade Média, real ou imaginada, que forneceu o comum ponto de partida para interpretações as mais diversas.... Ela deve ser também nosso ponto de partida." (Robert Nisbet, *The Quest for Community* - New York, Oxford Univ. Press, 1953, p. 79)

Apesar de seu declínio no mundo europeu, o sistema feudal ainda foi utilizado amplamente para regular a posse da terra e outras relações sócio-econômicas no Novo Mundo, como observa o historiador Everett Dick: "Embora o sistema feudal estivesse em declínio no Velho Mundo, ele constituiu a base para os primeiros sistemas da posse da terra na América. O rei fazia concessões de terras, e embora os termos 'barão' ou 'lorde' não fossem usados, a mentalidade feudal prevaleceu. Quer um homem viesse como empregado de uma companhia de comércio, quer como colono na terra de um donatário, quer ainda como um recém-chegado na terra do rei em uma colônia real, não havia a princípio a noção do homem comum com direitos absolutos sobre o solo que ele cultivava". (Everett Dick, *The Lure of the Land* - Lincoln, Nebraska, University of Nebraska Press, 1970, pp. 2-3)

Assim, na colonização da América não é de surpreender que, qualquer que tenha sido a forma de posse da terra aqui implantada, ainda havia muito daquela ordem feudal já em declínio no Velho Mundo, como indica Louis Hartz: "Feudalismo é um termo

que, tecnicamente, se refere às instituições da era medieval. É bem conhecido que aspectos do feudalismo – mesmo em seu período final e já decadente – como o direito de primogenitura, de herança inalienável e o *quit-rent*, estavam presentes na América, até mesmo no século XVIII". Estes aspectos feudais contribuíram para preservar a base econômica das grandes famílias da era colonial. (Louis Hartz, *The Liberal Tradition in America* – New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1955, p. 3)

No que diz respeito ao governo das colônias, três formas se estabeleceram: o governo diretamente real (colônia real), o governo de uma corporação (colônia corporativa) e o governo de um donatário (colônia de donatário).

a. Colônias reais

Uma colônia real era governada pelo rei, através de um governador por ele nomeado. O rei indicava não só o governador, como também tinha direito de nomear um conselho que servia como órgão consultivo para assessorar o governador. Além disso, tinha ele plenos poderes executivos – através do governador – para conceder terras a particulares, criar donatários e regular todos os aspectos administrativos da vida colonial.

Os proprietários, submetidos diretamente ao governo real, pagavam os impostos referentes às suas terras aos cofres da Coroa.

b. Colônias corporativas

Nas colônias corporativas da Nova Inglaterra – Massachusetts, Rhode Island e Connecticut – o sistema de posse da terra era diverso, em seus primórdios, dos sistemas existentes nas outras colônias. Tais diferenças estavam, em parte, associadas às convicções religiosas de seus primeiros colonizadores, refletidas nas organizações corporativas que constituíram. Estas eram corporações de cunho político e comercial, dotadas de carta-patente pela Coroa, com extensos privilégios, amplos direitos sobre o solo, grande poder no governo da colônia e direito a eleger seu próprio governador.

Estas colônias deveriam ser assim governadas de acordo com suas cartas-patente, as quais definiam os poderes do governo. Nessas colônias todos os homens livres recebiam um lote de terra e estavam isentos de obrigações feudais. Eles também elegiam periodicamente representantes a uma assembléia, a qual tinha direitos gerais sobre as terras e controlava sua distribuição.

c. colônias de donatários

Neste tipo de colônias, o direito de promover a colonização e de conceder terras era outorgado pelo rei a determinados indivíduos, os donatários (*Lord Proprietors*), os quais tinham amplo direito de jurisdição sobre o território recebido em doação (*proprietorship*).

Assim como na Inglaterra feudal os senhores que guarneciam as fronteiras do reino tinham privilégios especiais e exerciam uma autoridade quase régia, assim também na América os direitos e os privilégios de supremos senhores de terra eram concedidos aos donatários, a fim de estimulá-los na tarefa cheia de riscos e imprevistos de colonizar uma terra distante.

As *proprietorships* eram enormes extensões de terra cedidas pelo rei a pessoas importantes, por serviços prestados à Coroa.

Entre os principais donatários havia nobres que se tinham destacado na luta pela restauração dos Stuart. Eles se tornavam senhores dessas terras, onde exerciam amplos poderes de governo, restringidos apenas pelos seus deveres de súditos do rei e pelo respeito às leis inglesas.

Exemplos notáveis de *proprietorships* foram a colônia de Maryland, cedida em 1632 a Lord Baltimore pelo Rei Carlos I; as colônias de Pennsylvania e Delaware, cedidas em 1681 e 1682 a William Penn pelo Rei Carlos II e pelo Duque de York; o feudo da família Fairfax, na colônia da Virginia, que compreendia quase meio milhão de hectares; e as Carolinas, cedidas a um grupo de oito donatários.

Parece conveniente dar uma explicação mais detalhada sobre esta forma de governo e de posse da terra existente, já que ela vigorou, na fase inicial da colonização, em quase todas as colônias.

Em diversas ocasiões do período colonial sete delas foram transformadas em colônias reais, quer por decreto da Coroa, com a revogação da carta-patente do donatário, quer por vencimento do prazo estipulado para sua vigência, quer ainda pela compra dos direitos do donatário pela Coroa. Porém, mesmo após o estabelecimento do governo real, permanecia o sistema de posse da terra.

Os donatários raramente viviam nas colônias, administrando suas terras desde a Inglaterra, através de agentes. Todos eram nobres ou membros da *gentry*.

Eles se incumbiam de povoar e desenvolver a colônia, recebendo em recompensa os aluguéis e os impostos. Dentro de seu território vendiam lotes de terra, segundo modos que variavam de colônia a colônia. Foram assim aparecendo proprietários rurais grandes, médios e pequenos, dependentes do donatário, ao qual deviam um tributo anual, o *quit-rent*, normalmente pago em espécie.⁵

5 - O *quit-rent* é um tributo de origem medieval. Era pago pelo súdito de um senhor, para se eximir (*quiter*) de algum serviço devido. Outras vezes as terras eram arrendadas, ou então cedidas em recompensa por algum ato meritório, como lutar contra os índios.

Por sua vez, os proprietários de terras dependentes do donatário podiam vender ou ceder lotes a terceiros, os quais ficavam na dependência imediata desses proprietários.

Depoimentos de autores sobre o governo de donatários nas colônias norte-americanas

A respeito dos amplos poderes governamentais outorgados aos donatários, relata Charles Andrews: "A maioria delas era, em seu início, *proprietary*, em forma e no modo de governo. Seus donatários freqüentemente gozavam, em virtude de suas cartas-patente, de prerrogativas mais absolutas até que aquelas do doador, ou seja, do próprio rei da Inglaterra.... Os donatários, que em sua maioria nunca visitaram suas possessões, e que em apenas alguns casos tentaram governar pessoalmente seus súditos, solicitaram desde o início pleno reconhecimento de seus direitos sobre a terra, e - em maior ou menor extensão, variando com as diferentes colônias - exigiram laços de obediência e fidelidade a si mesmos, como senhores absolutos enquanto governando seu território". (Charles M. Andrews, *The Colonial Period of American History. The Settlements* - New Haven, Yale University Press, vol. 2, p. 197)

O mesmo fato é realçado por James T. Adams, que mostra a evolução do sistema colonial de governo e de posse da terra no sentido daquele já observado no sistema *manorial* na Inglaterra: "O sistema colonial de posse da terra tinha assim um caráter preponderantemente feudal. Porém, pelo fim do século XVII, o tipo de posse estritamente feudal, com a exigência do serviço pessoal do arrendatário pelo senhor, havia geralmente desaparecido, e o *quit-rent* se havia tornado a maneira de cumprir a maioria das obrigações do arrendatário. Seu pagamento era o reconhecimento de que o verdadeiro direito à propriedade estava com o senhor, e não

com o arrendatário, embora isto não limitasse a inteira liberdade deste último para vender ou legar em testamento sua terra, desde que tivesse cumprido suas obrigações para com o senhor". (James T. Adams, *A History of American Life. Provincial Society* - New York, Macmillan Company, 1941, vol. 3, p. 12)

Apesar das variações de colônia a colônia, fora das três colônias da Nova Inglaterra, o pleno direito de propriedade era só do rei ou do donatário, como explica o mesmo autor: "Em todos os lugares o sistema de posse da terra estava sob o domínio de um senhor, fosse ele o rei ou um donatário a quem a Coroa houvesse doado as terras que, por sua vez, ele venderia ou alugaria aos colonizadores. (Idem, pp. 11-12)

Marshall Harris assim explica esta situação: "Os governos de donatários eram estabelecidos segundo cartas-patente, pelas quais a Coroa concedia poderes de governo a uma ou mais pessoas como donatário ou donatários. O donatário tinha quase a mesma autoridade que aquela que o rei mantinha sobre as colônias reais. Contudo, os donatários Baltimore e Penn tinham mais direitos para o estabelecimento de propriedades em suas colônias, do que aqueles que tinha o rei em relação ao território da Inglaterra.... O donatário ou os donatários invariavelmente estabeleciam assembleias eleitas pelos homens livres de sua colônia, porém mantinham, com poucas exceções, prerrogativas exclusivas de poder executivo, indicavam oficiais de justiça e convocavam ou dissolviam as assembleias quando o desejavam". (Marshall Harris, *Origin of the Land Tenure System in the United States* - Westport, Connecticut, Greenwood Press, 1953, p. 76)

4. Feudalismo nos Estados Unidos

a. As Manors

Como foi visto acima, na Inglaterra medieval as *manors* eram unidades com organização social, jurídica, econômica e administrativa, que incluíam propriedades rurais, tudo sob o governo de um senhor que detinha direitos feudais sobre seus habitantes. Na época da colonização este sistema estava sofrendo transformações, que eliminavam muitos de seus aspectos feudais.

No Novo Mundo, o termo *manor* passou a ter um significado mais flexível, designando realidades similares, porém não iguais.

Enquanto sistema jurídico de posse da terra, as *manors* só foram estabelecidas de maneira duradoura em Maryland e em certas áreas da colônia de Nova York, onde o termo *manor* significava mais um sistema para-feudal de posse da terra do que uma simples propriedade rural particular.

Em outros lugares, como na Virginia ou nas Carolinas, a palavra adquiriu mais um significado nostálgico, para designar uma grande propriedade rural, com seu solar ancestral, suas terras e o relacionamento que organicamente existia entre o proprietário e seus subordinados, sem uma vinculação jurídica.

Em qualquer das duas situações o termo exprimia um sistema social propício ao desenvolvimento de uma elite aristocrática.

As *manors*, juridicamente consideradas, eram as outorgadas pelo rei, pelo donatário ou pelo governador. A concessão investia o proprietário com atributos próprios a um senhor feudal. Ele tinha o direito de governar suas terras, administrar justiça, cobrar impostos, possuir milícia própria e manter um corpo administrativo semelhante a uma pequena corte, com condestáveis, oficiais de justiça, etc. Por sua vez, ele comprometia-se a cultivar e povoar a região, manter a ordem, cuidar dos caminhos e das pontes. Este proprietário recebia o título de "*Lord of the Manor*".

Do mesmo modo que os donatários, os senhores de *manors* também podiam, por sua vez, conceder lotes de terras a terceiros. Algumas concessões eram mediante cessão de posse, em cujo caso o proprietário dependia apenas parcialmente do senhor, ao qual devia o pagamento do *quit-rent*. Havia também concessões sem posse da terra, onde o locatário ficava em maior dependência do senhor. Todos ficavam na dependência administrativa e judicial do senhor, e não podiam alienar a terra sem prévia combinação com este.

Surgiram assim numerosos pequenos proprietários e arrendatários, cujas relações com o senhor se inspiravam, em maior ou menor grau, no feudalismo.

Na base desta pirâmide social estavam os trabalhadores assalariados e os serventes contratados. Estes últimos eram imigrantes, cuja viagem era paga por um proprietário ou pelo governo local, que se comprometiam a cuidar do alojamento e sustento do servente. Este, em troca, trabalharia sem remuneração até repor o equivalente da viagem. O contrato durava normalmente entre 4 e 7 anos. Após o termo do mesmo, os serventes contratados geralmente compravam ou recebiam um lote de terra e utensílios agrícolas, convertendo-se assim em pequenos proprietários. Os escravos só viriam em grande número mais tarde.

As *manors* foram gradualmente transformadas em meras propriedades rurais de natureza comercial, cultivadas por escravos ou alugadas para arrendatários, perdendo assim muitas de

suas características de interdependência pessoal entre o proprietário e seus subordinados.

b. Transformação das manors nas colônias do sul, rumo a uma sociedade de plantações

O sistema de *proprietorships* e *manors* foi uma tentativa de transplantar às colônias uma ordem jurídica que havia vigorado na Inglaterra. Porém, devido às condições peculiares de cada uma dessas colônias e às transformações sócio-econômicas que ocorriam naquela era histórica, tal sistema não pôde manter-se estavelmente em todas elas.

Entretanto, ele foi a semente de uma nova ordem social que desabrochou mais tarde, formada segundo um modo mais orgânico e mais adaptado às condições locais. No sul, isso foi a sociedade das grandes plantações, cujo elemento humano mais dinâmico era constituído pelos grandes plantadores-negociantes e por toda uma hierarquia social, que se desenvolvia em torno e abaixo deles.

Vários fatores levaram a esta transformação nas colônias do sul.

Em primeiro lugar, o próprio fato de haver nas colônias regiões de desbravamento e colonização, onde as estruturas sociais eram naturalmente muito fluidas, fazia com que os donatários e os senhores de *manors* não tivessem condições de aplicar o sistema por inteiro. O *quit-rent* não era pago com regularidade, e o cumprimento dos deveres dos proprietários para com os senhores nem sempre era exigido. Vivendo nos confins da civilização, num ambiente que exigia iniciativa e autonomia, muitos proprietários agiam, na prática, com maior independência em relação aos senhores.

Além disso, os grandes proprietários, visando obter arrendatários para suas terras ociosas, ofereciam contratos mais liberais.

Por outro lado, para remediar a falta de mão de obra européia, em fins do século XVII os fazendeiros começaram a importar escravos negros, o que trazia evidentes vantagens econômicas para o plantador. Porém, contribuiu para transformar a organização social da *manor* numa plantação de caráter empresarial, especificamente comercial e capitalista, onde as relações de trabalho deixaram de ter o cunho pessoal e orgânico entre o proprietário e seus subordinados.

Curtis Nettels explica esta transformação ocorrida em Maryland: "Não eram encontrados trabalhadores que se sujeitassem

permanentemente ao status dependente de arrendatários. Assim, as antigas *manors* foram forçadas a constituir sua mão-de-obra com serventes contratados e escravos negros. Em consequência, a *manor* converteu-se numa plantação do tipo existente na Virginia, embora o nome tenha sobrevivido". (Curtis P. Nettels, *The Roots of American Civilization: A History of American Colonial Life* - New York, Appleton-Century-Crofts, 1963, p. 306)

Por todo o sul o tipo de plantações da Virginia veio a dominar a vida econômica e social: "Uma sociedade baseada nas plantações de natureza comercial veio a predominar em todos os estados do sul, com exceção da Carolina do Norte.... À medida que as regiões foram sendo sucessivamente desbravadas, os grandes plantadores iam comprando grandes extensões de terra, que eram cultivadas com o trabalho escravo ou arrendadas. Só gradualmente os arrendatários adquiriam terras e se tornavam fazendeiros independentes". (Jackson Turner Main, *The Social Structure of Revolutionary America* - Princeton, New Jersey, Princeton Univ. Press, 1965, pp. 44-45)

A introdução do trabalho escravo em ampla escala fez crescer não só a área que um plantador poderia cultivar, como também o valor da terra, estimulando assim a formação de grandes propriedades com monocultura, de natureza comercial, tendo em vista os grandes mercados internacionais.

O fluxo de escravos foi o golpe de graça no sistema das *manors*, e teve um efeito nocivo sobre os pequenos proprietários da classe média rural. "O fluxo dos escravos - escreve Wertenbaker - não só acabou quase completamente com a importação de serventes brancos, mas também teve efeitos desastrosos sobre os *yeomen* da Virginia". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *The Planters of Colonial Virginia*, pp. 137-139)

Um outro fator de transformação da estrutura social foi a disponibilidade quase ilimitada de terras virgens. "Para alguém ter terras, só precisava pedir", segundo Tindall. (George Brown Tindall, *America. A Narrative History*, p. 94). Desta forma, os imigrantes não viam necessidade de se sujeitar ao patrocínio dos senhores e dos grandes proprietários, uma vez que podiam facilmente adquirir suas próprias terras: "Dado o baixíssimo preço da terra e a facilidade de ganhar dinheiro para comprá-la, dadas as condições tão propícias de fazer uma carreira independente, não era de se esperar que homens livres se contentassem em ficar na condição de trabalhadores assalariados. Igualmente, não tinham motivo para ficarem arrendatários". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *The Planters of Colonial Virginia* - New York, Russell & Russell, 1959, p. 44)

Com o declínio das *manors*, o desenvolvimento do sistema de plantações nas colônias do sul e a ascensão concomitante de uma classe comercial nas colônias do norte, os destinos de ambas regiões começaram a divergir.

Como será visto posteriormente, esta divergência foi-se acentuando, até atingir um clímax no penoso episódio da Guerra Civil de 1860-1865, chamada pelos sulistas de Guerra entre os Estados. Enquanto o norte caminhou para uma ordem mercantilista, industrial e bancária, o sul permaneceu, em boa medida, numa ordem de características rurais e patriarcais. Esta diferença de rumos marcou também a índole das respectivas elites.

Enquanto no norte surgiu uma classe rica mercantil e, mais tarde, industrial e bancária, que haveria de tender futuramente para aristocratizar-se, o sul conservou uma aristocracia predominantemente rural, marcada pelo estilo de vida da *country gentry* inglesa.

FORMAÇÃO DE UMA ARISTOCRACIA COLONIAL NAS DIVERSAS REGIÕES

1. O Sul Colonial: Virginia, Maryland, Carolinas

a. Virginia - aristocracia dos grandes plantadores

1) Os primeiros anos da colonização

Fundada em 1607, a colônia da Virginia foi o primeiro estabelecimento inglês permanente no Novo Mundo, e ponto de partida para a expansão colonial em grandes porções do continente norte-americano.

A elite nativa e seu estilo de vida, tais como se formaram na Virginia, repetiram-se em Maryland, e tornaram-se o modelo, em graus diversos, para outras regiões do Sul e do Oeste. Por este motivo, uma explicação mais extensa sobre a sociedade da Virginia e sua aristocracia serve como explanação geral para o Sul Colonial em seu conjunto.

A primeira colônia inglesa em solo americano foi o resultado do trabalho da *Virginia Company of London*, um empreendimento comercial de caráter colonizador – constituído por nobres, *gentlemen* e negociantes – e dotado de carta-patente pelo rei Jaime I. Nesta carta era concedida à *Virginia Company* a *Proprietorship* sobre a colônia, ou seja, os direitos de donatária da mesma. Mais tarde, em 1624, a empresa cedeu seus direitos à Coroa.

Os anos iniciais da colônia foram vacilantes. Os primeiros colonos "não eram um tipo de gente para arar e cultivar a terra". Eram aventureiros atraídos mais pela perspectiva de encontrar ouro e fazer fortuna rapidamente, do que pela tarefa árdua de desbravar e colonizar.

Logo, porém, a colônia cresceu em número e em estabilidade. Isto se deveu principalmente à chegada de colonos voltados mais para a agricultura que para a aventura, o que permitiu haver maior amparo à iniciativa individual e à propriedade privada.

A fim de aumentar a área da colônia e sua população, a empresa emitiu títulos de propriedade para aqueles que desejassem ocupar terras, povoando a colônia com suas famílias e seus servidores. Mais de quarenta títulos foram assim concedidos a indivíduos ou a grupos, para constituir "propriedades rurais, *manors*, e plantações de grande extensão". (Cfr. Charles Andrews, *The Colonial Period of American History*, vol. 1, pp. 128-129)

Os senhores de muitas dessas *manors* foram investidos com privilégios e poderes governamentais sobre todos os seus arrendatários, que os tornavam praticamente independentes. Porém, em meados do século XVII, a maioria das *manors* na Virginia já havia perdido sua autonomia.

Surgiu assim na colônia uma ordem social primitiva, e ainda extremamente fluida, baseada na propriedade da terra e tendo a *gentry* inglesa como modelo social: "Eles se tornariam proprietários de terras, assemelhando-se tanto quanto possível à *country gentry* da Inglaterra. Porém eles adaptariam sua *gentility* às necessidades das novas condições. Quaisquer que fossem suas origens sociais, isto foi o que eles fizeram". (Louis Wright, *The First Gentlemen of Virginia* - Charlottesville, Virginia, The University Press of Virginia, 1964, p. 46)

A abundância de recursos naturais, aliada a uma grande mobilidade social, fez com que um certo número de pessoas adquirisse riquezas e ascendesse rapidamente na escala social, como descreve o historiador Daniel Boorstin: "Nos primeiros anos da colonização da Virginia eram freqüentes as oportunidades de alguém se elevar até as fileiras da *gentry*.... Muitas famílias da Virginia foram fundadas por comerciantes ou artesãos, homens de extraordinário talento, prosperidade ou boa sorte. Eles adquiriram vastos latifúndios, e logo puderam levar o estilo de vida próprio de um *country gentleman*". (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 100)

2) Nasce uma aristocracia

Nas décadas que se seguiram a 1620, chegaram à colônia muitos homens de fortuna e de boa condição social. Eram eles os filhos não primogênitos da *gentry* e de negociantes ingleses, *yeomen* abastados e comerciantes. Em torno deles desenvolveu-se uma influente classe de plantadores, que manteve o controle político e econômico da colônia. "Eles e seus descendentes tornaram-se homens de fortuna e fundadores de algumas das mais conhecidas famílias da Virginia colonial". (Charles Andrews, *The Colonial Period of American History, The Settlements*, vol. 1, p. 209). São os chamados "fundadores de dinastias".

Falando da Virginia, o historiador Clifford Dowdey descreve como surgiu nesta colônia uma aristocracia rural: "Os homens e mulheres que povoaram a Virginia, ao estabelecer uma classe governante, fundaram uma aristocracia local. No começo eles constituíram uma aristocracia só no sentido formal, ou seja, um governo de poucos.... Com o tempo, porém, os atributos sociais ligados a uma aristocracia foram desenvolvidos, junto com o

estilo de vida gentil e elegante que caracterizava essa sociedade.

"Na Virginia, as primeiras famílias que atingiram uma elevada posição estabeleceram os fundamentos de uma classe governante, a qual evoluiu na segunda e terceira geração, até tornar-se uma aristocracia". (Clifford Dowdey, *The Virginia Dynasties*, pp. 9, 14)

Sobre o mesmo assunto escreve o já citado historiador Louis Wright: "Mesmo antes de 1700, muitas das famílias que seriam importantes em gerações posteriores já estavam estabelecidas.... [Elas] já haviam colocado os fundamentos das dinastias, que cresceriam em riqueza e influência no século seguinte". (Louis Wright, *the Thirteen Colonies - American Heritage Collection*, pp. 174-175)

A Virginia passou então de sua primeira fase de colonização e povoamento¹ para a constituição de uma ordem social baseada na classe dos grandes plantadores-negociantes. Estes homens elevaram-se a uma situação de grande destaque social, e se apossaram do controle político e econômico da colônia.

1 - A fase inicial de colonização da Virginia se encerra historicamente em 1641, com a chegada de Sir William Berkley como governador.

Segundo Boorstin, já em fins do século XVII "a Virginia tinha-se tornado uma aristocracia.... A maioria das famílias que haveriam de governar a Virginia mais tarde.... já tinham posto as bases de suas fortunas em vastas propriedades rurais, adquiridas antes de 1700. As melhores famílias tendiam a se casar entre si, e já em meados do século XVIII, provavelmente não mais de 100 famílias controlavam a riqueza e o governo da colônia". (Daniel Boorstin, *The Americans. The Colonial Experience*, p. 103)

3) As plantações

Após alguns anos de lavouras de subsistência e economia fechada, os colonizadores encontraram uma atividade altamente lucrativa: a plantação do tabaco. Tratava-se de um produto de exportação que gerava grandes lucros, permitindo que os proprietários rurais se enriquecessem rapidamente e adquirissem vastas extensões de terra, a serem cultivadas por grande número de escravos. Acelerou-se então a consolidação do sistema das plantações e da classe dirigente dos plantadores no centro da vida social.

Assim se generalizou uma nova estrutura agrária – as plantações – sem grandes centros urbanos, caracterizada pelos latifúndios, pela monocultura, pelo trabalho escravo e pela simbiose com o meio mercantil ultramarino.

Contribuiu também para isto a ocupação de novas terras no oeste, onde os proprietários desenvolviam, sem entraves, a produção do tabaco.

Boorstin assim descreve a vida auto-suficiente nas plantações da Virginia: "[As plantações] eram pequenas cidades.... A vida numa grande plantação estava longe de ser a de uma simples economia agrária. Havia centenas de escravos, artesãos brancos, capatazes, lacaios e comerciantes. A plantação produzia tabaco como safra de exportação, produzia sua própria alimentação e fabricava seus próprios utensílios e roupas, tanto para uso próprio como para venda nos mercados locais e no exterior, para onde a mercadoria era levada nos navios do próprio plantador". (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 108)

Sobre o desenvolvimento de um sistema social próprio às plantações, escreve o historiador sulista Richard M. Weaver: "Tal era a diversidade de ocupações [nas plantações], que havia uma tarefa adaptada para cada um. E quando um trabalhador tornava-se velho demais para um determinado tipo de tarefa, ele era paternalisticamente deslocado para outra mais adaptada à sua condição. O forte senso das particularidades pessoais e locais, existente nessas plantações, provinha principalmente da circunstância de que cada um tinha seu lugar. O sentimento de estar ligado a um local, que foi quase inteiramente perdido pela população desenraizada das metrópoles modernas, era uma parte da mentalidade habitual do habitante da plantação, e importante fator para seu auto-respeito". (Richard M. Weaver, *The Southern Tradition at Bay*, p. 52)

E mais adiante o mesmo autor volta a falar sobre os aspectos para-feudais das plantações do sul: "A relativa auto-suficiência da plantação, a *noblesse oblige* de seu proprietário, as distinções sociais entre aqueles que a habitavam, tinham o efeito de criar respeito e lealdade, em vez de inveja e ódio; o senso de pertencer àquela terra, presente também nos seus habitantes mais humildes.... eram os pontos básicos do feudalismo, como ele se desenvolveu no sul.... Ele tinha estabilidade, uma condição indispensável para o florescimento de valores positivos: mantinha a sociedade no único sentido verdadeiro do termo, pois tinha estrutura e articulação, e tornava possível uma organização social em que as pessoas eram conhecidas por seus nomes e suas histórias. (Richard M. Weaver, *The Southern Tradition at Bay*, pp. 58-59)

Por fim, escreve o historiador social Jack Greene: "[As plantações] eram comunidades diversificadas e, em alguns casos, até quase auto-suficientes, que rapidamente se tornaram o principal símbolo da sociedade de Chesapeake".²

2 - O termo Chesapeake se refere à região banhada pela baía de Chesapeake, e correspondia na época colonial às colônias de Virginia e Maryland. (Jack P. Greene, *Pursuits of Happiness, The Social Development of Early Modern British Colonies and the Formation of American Culture* - Chapel Hill, North Carolina, The University of North Carolina Press, 1988, p. 92)

4) Uma aristocracia de plantadores-negociantes

Os maiores plantadores, nas colônias do sul, não eram apenas grandes fazendeiros. Eram os chamados plantadores-negociantes, os quais não se limitavam a plantar, mas também comerciavam sua produção diretamente com a metrópole. Possuíam seus próprios portos, navios e depósitos. Os portos de suas fazendas eram centros marítimos de grande importância, e todo o comércio na região fazia-se através deles.

Clifford Dowdey, em seu livro "*The Virginian Dynasties*", ilustra bem o desenvolvimento orgânico da aristocracia rural na Virginia: [A aristocracia da Virginia] não era formada por elementos aristocráticos vindos da nobreza inglesa, mas por elementos nativos, não nobres de nascimento. Eram proprietários de grandes plantações, de grandes extensões de terra ou comerciantes. Quaisquer que fossem suas ocupações, devido à sua capacidade e competência eles acabaram por se constituir numa elite social e econômica, que gradualmente formou a 'nobreza da Virginia'. Eles conservavam o poder político, e gradualmente se aristocratizaram em suas maneiras, educação e modo a identificar-se com o *gentleman* elisabetano.

"Além da propriedade da terra – que lhes conferia o status social – eles também se distinguiram na luta contra os índios e na defesa da colônia contra a política desrazoável da Coroa Inglesa. Essa classe servia de ponto de união das colônias, tornando-se uma nobreza local com forte base popular, no estilo do *gentleman* rural inglês". (Cfr. Clifford Dowdey, *The Virginia Dynasties*, p. 13)

Fica assim bem claro que esta aristocracia colonial, constituída pelas famílias dos plantadores e principais fazendeiros, não tomou como modelo a nobreza titulada da

Inglaterra: "Foi a aristocracia rural, e não a nobreza, que forneceu o modelo que inspirou os imigrantes bem sucedidos na colônia da Virginia", afirma o mesmo autor. (Clifford Dowdey, *The Virginia Dynasties*, p. 13)

Louis Wright mostra como as circunstâncias naturais inerentes à vida colonial trouxeram para estas famílias da elite rural as obrigações sociais e as responsabilidades características de uma aristocracia: "A independência da vida na plantação, as responsabilidades pela direção dos negócios, e as necessárias obrigações sociais para com a comunidade local, serviram para fazer dos maiores proprietários autênticos líderes.... Eles logo ocuparam posições de uma aristocracia rural, quaisquer que tenham sido seus antepassados na mãe-pátria". (Louis Wright, *The First Gentlemen of Virginia*, p. 57)

5) Poder político da aristocracia rural

O cume da pirâmide social na Virginia era constituído por um grupo de famílias de plantadores de maior fortuna e prestígio — amplamente inter-relacionadas entre si — e que exercia também o poder político na colônia, de um modo praticamente hereditário.

Segundo Louis Wright, "a Virginia não tinha aristocracia titulada, mas tinha o equivalente disso naqueles 'grandes' que tinham assento no Conselho de Estado. Nos últimos anos do século XVII, a aristocracia da Virginia havia evoluído para um ponto em que uma pequena classe dirigente não só monopolizava os cargos públicos, como também dominava a vida econômica da colônia". (Louis Wright, *The First Gentlemen of Virginia*, pp. 54-55)

As atribuições destes plantadores, no exercício do poder, eram variadas. Eles serviam de juizes de paz, oficiais da Marinha, oficiais da milícia, dominavam os conselhos paroquiais da igreja anglicana,³ constituíam o legislativo estadual, que se reunia quatro vezes ao ano, e faziam parte do Conselho de Estado, que assessorava o governador.

3 - Tal como na Inglaterra, a religião oficial da colônia da Virginia era anglicana. Porém sua organização era sensivelmente menos hierarquizada, pois o verdadeiro poder de decisão em assuntos administrativos e disciplinares se encontrava em mãos dos leigos. "A Igreja da Virginia — explica Daniel Boorstin — era um grupo de paróquias independentes, governadas nas matérias temporais pela Câmara dos Burgueses [da colônia]. Em matérias doutrinárias não havia qualquer autoridade.... Nessas condições, a definição das práticas religiosas cabia a leigos importantes da paróquia.... Cada paróquia, através de

seu Conselho, escolhia seu próprio ministro". (Daniel Boorstin, *The Americans. The Colonial Experience*, p. 127)

Louis Wright refere-se ao poder político da aristocracia rural existente no sul, nos seguintes termos: "Os grandes plantadores, possuindo às vezes milhares de acres, formaram uma aristocracia rural que conseguiu monopolizar grande parte do poder econômico e político.... Eles atuavam como juizes de paz, autoridade policial nos condados, coronéis da milícia local, membros do Conselho de Estado (câmara alta) e da Casa dos Burgueses (câmara baixa). A nata desta aristocracia de plantadores reunia-se na pequena Williamsburg (capital da Virginia colonial), para realizar atividades políticas e contatos sociais, dos quais careciam em suas distantes propriedades". (Louis Wright, *The Thirteen Colonies - American Heritage Collection*, pp. 309-310)

Afirma Wertenbaker: "A sociedade era aristocrática, e não democrática. A riqueza, a educação e o poder político estavam concentrados nas mãos de um grupo relativamente pequeno de pessoas, que monopolizavam o Conselho de Estado, o Tribunal Superior e, até certo ponto, também a câmara baixa da Assembléia. Eles dominavam os conselhos paroquiais, detinham todos os postos de comando na milícia, construíam suas imponentes mansões, contratavam tutores para seus filhos, possuíam várias plantações e dezenas de milhares de acres de terras.

"Logo abaixo, muito mais numerosos, estavam os *yeomen*, proprietários de pequenas plantações de 50 a 200 acres. Prósperos, inteligentes, auto-suficientes, ciosos de seus direitos, eles formavam a espinha dorsal da região, e sua influência sentia-se na Assembléia Geral.... Mas eles seguiam a liderança da aristocracia, tanto em matérias políticas como nas econômicas". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *The Founding of American Civilization. The Old South* - New York, Cooper Square Publishers, 1963, pp. 10-11)

Esta classe social de grandes famílias considerava o exercício do poder público como algo que lhes era próprio: "Em épocas recentes, talvez nunca um grupo dirigente tenha tomado, em relação aos cargos públicos, uma atitude mais apropriativa. Durante os anos da Revolução e as primeiras décadas da Independência, os membros da Câmara dos Burgueses (câmara baixa da Virginia, dominada inteiramente pela aristocracia dos plantadores) selecionaram, quase exclusivamente entre si, os governadores da Virginia, os membros do Conselho, os juizes, os oficiais militares e os delegados às convenções federais. Seu conhecimento pessoal de cada membro da classe dirigente da

Virginia os qualificava para distribuir as dignidades e os encargos públicos, com uma sabedoria impressionante, ou até quase infalível". (Daniel Boorstin, *The Americans, The Colonial Experience*, p. 112)

6) Papel militar da elite colonial

A milícia colonial era uma importante instituição numa região de fronteira, onde as incursões de índios hostis e belicosos constituíam uma ameaça constante, e onde conflitos intermitentes entre as colônias inglesas de um lado, e as espanholas e francesas de outro, acompanhavam quase sempre as guerras européias.

Nas colônias do sul, onde a tradição aristocrática era mais pronunciada, a liderança para as ações militares recaía sempre sobre os dirigentes civis, e assim os plantadores assumiram os mais altos postos na milícia colonial. "A patente na milícia geralmente correspondia à posição social na comunidade. (Cfr. *American Military History* - Washington, D.C., Center of Military History of the United States Army, 1989, p. 28)

Embora não fossem especialistas em estratégia bélica, os plantadores eram geralmente nomeados coronéis da milícia local, e tinham a seu cargo a manutenção da ordem nos condados. Diz Louis Wright: "O principal plantador, em cada condado, era designado comandante da milícia e das forças navais dentro de sua jurisdição, e lhe era dado o título de 'coronel'. Ele era responsável não só pelo treinamento da milícia nos tempos de paz, e do comando da mesma na hora de perigo, mas também pela observância da lei". (Louis B. Wright, *The First Gentlemen of Virginia*, pp. 52-53)

Acrescenta Clifford Dowdey: "O título de coronel não era de nenhum modo vazio. Pelo contrário, servia para designar um alto status. O título era usado, ao se tratar com um coronel, como o de lorde ao se tratar com um nobre". (Clifford Dowdey, *The Virginia Dynasties*, p. 44)

7) O senso das obrigações sociais na classe dos plantadores

Com o hábito do exercício do poder, a aristocracia rural dos plantadores foi adquirindo também um senso muito agudo de suas obrigações sociais e cívicas, enquanto classe dirigente da colônia. Isto determinava neles uma disposição de servir o bem público, o que era feito muitas vezes sem remuneração, e até com prejuízo de seus interesses pessoais.

Além disso, é preciso desmentir o mito de que os plantadores eram como sanguessugas, que tiranizavam o povo, acumulando todos os cargos de poder na colônia, sem contribuir para o bem comum da sociedade. "A idéia, às vezes repetida por cínicos, de que os plantadores ricos monopolizavam o poder civil e militar exclusivamente para seu benefício pessoal, é falsa. Eles herdaram, de uma época anterior, um senso de obrigação de serviço ao Estado; freqüentemente ocupavam cargos públicos tediosos, sem remuneração e sem se queixarem. Quando seus serviços na milícia eram requeridos, acudiam sem hesitação, até com prejuízos pessoais e perda de valioso tempo". (Louis B. Wright, *The Cultural Life of the American Colonies 1607-1763* - New York, Harper & Row, 1957, p. 6)

Em sua análise da sociedade de Chesapeake, Carl Brindenbaugh apresenta como um dos aspectos característicos desse senso das obrigações sociais, e do espírito aristocrático, o hábito da "*noblesse oblige*": "Era uma parte tão integrante dos hábitos da *gentry* de Chesapeake, como o era na época do Antigo Regime na França. As pessoas das classes médias e baixas geralmente consideravam o grande proprietário de terras como uma pessoa cortês, amável, um juiz justo e compreensivo no tribunal, pronto a estender a mão para ajudar, antes mesmo que sua ajuda fosse pedida. Um *gentleman* conhecia seus vizinhos de todos os níveis, e os chamava pelo nome. Acima de tudo, os plantadores mais importantes estavam imbuídos da convicção de que eles constituíam uma classe, cujas obrigações de bem servir e governar deveriam ser cumpridas, em troca dos privilégios que constituíam seu direito por nascimento". (Carl Brindenbaugh, *Myths and Realities, Societies of the Colonial South* - Westport, Connecticut, Greenwood Press, 1981, p. 16)

Ainda sobre o senso das obrigações sociais destas novas elites, que sua condição privilegiada lhes impunha, observa Louis Wright: "Muitos destes novos aristocratas nas colônias, tanto na Nova Inglaterra como no sul, tinham um senso agudo das obrigações sociais, e uma convicção de que o privilégio trazia consigo a responsabilidade". (Louis Wright, *The Thirteen Colonies*, p. 314)

8) Vida social e tónus aristocrático

Para aliviar o isolamento das plantações, os aristocratas do sul tinham o costume de visitar fazendas próximas, com o que surgiu uma vida social intensa e elegante. Assim nasceu a proverbial hospitalidade sulista que, até certo ponto, subsiste ainda hoje.

"As amenidades da vida de plantação facilitaram o cultivo das qualidades sociais próprias da *gentry*. Os *gentlemen* e as

ladies educavam-se na arte do bem agradar, das boas maneiras, aprendiam os segredos do cumprimento polido e da conversa agradável, a ser graciosos na dança e razoavelmente cultos em assuntos musicais e literários". (Louis B. Wright, *The First Gentlemen of Virginia*, p. 79)

Estes aristocratas da Virginia estavam muito orientados para a Europa, na qual viam o modelo a seguir, e onde freqüentemente eram educados. Tinham hábito de visitar as grandes capitais européias, para lhes assimilar a cultura e o espírito. Diz Wecter: "Apesar de todas as suas vaidades, o plantador da Virginia tinha bom gosto. Freqüentemente havia sido educado em Eton, Winchester, Oxford ou Cambridge.... Visitava Londres, ou talvez viajasse a Paris ou Roma num *Grand Tour*". (Dixon Wecter, *The Saga of American Society*, p. 24)

Nesta classe alta havia um inegável desejo de possuir um escudo de armas, devidamente outorgado pelo College of Heralds, de Londres, em nome do Rei. A este respeito escreve Wright: "Tendo adquirido o estado e a dignidade de *country gentleman*, os plantadores da Virginia logo começaram a almejar um escudo de armas.... A ânsia da *gentry* da Virginia, de possuir um brasão, bem mostra sua aspiração a ser como a aristocracia da metrópole". (Louis B. Wright, *The First Gentlemen of Virginia*, pp. 60-61). Segundo um genealogista da Virginia, mais de 150 famílias tinham direito hereditário a possuir escudo de armas.

Os plantadores exerciam uma função social típica da nobreza: a liderança nos vários âmbitos da vida cultural e social. Comenta a este respeito Clifford Dowdey: "Os grandes plantadores eram modelos que.... estabeleciam os costumes e os valores, os estilos e gostos, e sobretudo as atitudes". (Clifford Dowdey, *The Virginia Dynasties*, p. 124)

Estes plantadores adotaram ainda outra característica da aristocracia: a ereção de solares familiares, que serviam como "sedes dinásticas": "A construção de mansões solarengas.... começou na década de 1720.... seguindo o costume da alta *country gentry* inglesa.... A maioria das sedes dinásticas combinava elementos locais com grandeza, a casa central era normalmente ladeada de construções laterais". (Clifford Dowdey, *The Virginia Dynasties*, p. 368)

"As margens do James, do Potomac e do Severn — escreve Wertenbaker — viram se elevar uma série de mansões que, em dignidade e correção das proporções, no encanto dos detalhes, nada tinham a invejar às mansões da aristocracia rural inglesa". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *The Founding of American Civilization*, pp. 47-48)

Privados do contato freqüente com os centros de cultura, os plantadores construíram enormes e elegantes bibliotecas que, em muitos casos, eram o centro da mansão. A leitura e a conversa se tornaram passatempos quotidianos, o que favoreceu muito o incremento da vida cultural e social. Wertenbaker descreve a aristocracia do sul como "educada, culta, muito lida e rica, cujos interesses [intelectuais] variavam desde a política até a astronomia, da música à filosofia, da medicina à jardinagem". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *The Founding of American Civilization*, p. 70)

Wright igualmente afirma que "a aristocracia da Virginia não só era uma aristocracia de riqueza e posição, mas também de inteligência e educação". (Louis B. Wright, *The First Gentlemen of Virginia*, p. 350)

O meio século antes da independência, segundo explica Wertenbaker, foi o apogeu desse esplendor da vida social e fidalga dos plantadores da Virginia: "Eles estenderam seus domínios de terras, dobraram ou triplicaram o número de escravos.... construíram suas imponentes mansões nas margens do James, do Potomac e do Severn, adornaram-nas com mobílias caras, pratarias e aristocráticos jardins, e receberam com grande luxo os nobres ingleses". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *The Founding of American Civilization*, pp. 27-28). O mesmo autor igualmente constata que, em seu amor à elegância, a aristocracia da Virginia só era superada pela nobreza francesa. (Cfr. Thomas Jefferson Wertenbaker, *Patrician and Plebeian in Virginia* - New York, Russell & Russell, 1959, p. 111)

Pelo fim da era colonial, esta aristocracia de plantadores havia conferido à sociedade sulista um brilho que marcou profundamente sua vida colonial, como indica Dixon Wecter: "O quarto de século desde 1740 até 1765 viu o maior florescimento de luxo que este país tenha jamais visto: sedas, jóias, baixelas de ouro e prata, vinhos franceses e espanhóis, quadros de inúmeros personagens, carruagens feitas em Londres, corridas de cavalos, caças à raposa, concertos, bailes e teatros.... As pessoas de posses não precisavam fingir uma simplicidade republicana, que só se tornaria moda após as revoluções americana e francesa". (Dixon Wecter, *The Saga of American Society: A Record of Social Aspiration 1607-1937* - New York, Charles Scribner and Son, 1970, pp. 22-23)

9) Mudança de mentalidade

A partir das primeiras décadas do século XVIII, a classe dos plantadores, havendo adquirido os hábitos e as maneiras da

aristocracia, mudou um pouco de mentalidade em relação ao mero negociante, que passou a ser encarado como alguém pertencente a um status social inferior: "O plantador aristocrata da Virginia, apesar de algumas alianças familiares, com o passar do tempo começou a considerar os negociantes como uma classe algo inferior, e a atividade mercantil não inteiramente adequada à condição de *gentleman*". (T.J. Wertenbaker, *The Golden Age of Colonial Culture* - Ithaca, Cornell University Press, 1970, p. 11)

O grande proprietário, estabelecido como um senhor em sua plantação, acostumou-se a uma posição de comando, autoridade e responsabilidade em relação à comunidade que lá vivia, o que lhe conferiu maior espírito cavalheiresco, ao mesmo tempo que perdia em algo o instinto mercantil, mais marcado nas gerações anteriores:

"As condições econômicas e políticas da colônia operaram uma mudança [na mentalidade] do plantador da Virginia. A gradual perda do instinto mercantil, o hábito de mando adquirido pelo controle de serventes e escravos, o prolongado exercício do poder político, o crescente patriotismo, eventualmente instilaram nele um amor cavalheiresco à guerra, não muito diferente do que tinham os cavaleiros de antigamente.

"Era claro que, já agora, havia uma nova atmosfera na Virginia. O plantador não mais era um comerciante, mas um cavaleiro. O espírito comercial tinha-se tornado desagradável para ele". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *Patrician and Plebeian in Virginia*, pp. 73, 102)

Essa mudança de mentalidade do plantador se manifestou também por um aumento do senso patriarcal, próprio ao espírito feudal: "Separado de seus vizinhos, o plantador passava a vida num isolamento quase tão grande como o dos barões feudais da Idade Média. A plantação era para ele um pequeno mundo, cujo destino estava em suas mãos". (Thomas Jefferson Wertenbaker, *Patrician and Plebeian in Virginia*, p. 54). São significativas as palavras de um destes plantadores, William Byrd, da Virginia, no início do século XVIII: "Como um patriarca, eu tenho meu povo e meu rebanho, meus servos e minhas servas, e toda a espécie de comércio entre meus próprios servos. De modo que vivo numa independência de todos, menos da Providência". (Citado por Jan Lewis, *The Pursuit of Happiness - Family and Values in Jefferson's Virginia* - Cambridge, Cambridge University Press, 1983, p. 12)

10) Mobilidade social

Uma última observação a respeito da ordem aristocrática na Virginia é que, longe de ser fechada, nela houve também a mobilidade social. Pequenos proprietários rurais podiam aumentar suas posses, e eventualmente ser assimilados pela aristocracia rural. Do mesmo modo, entre as famílias dessa aristocracia, por má administração ou esbanjamento de suas posses, algumas podiam decair para um status social mais baixo.

Como explica Wright, "embora os principais plantadores logo tomassem consciência de constituir uma classe superior, eles nunca se converteram numa casta. Do mesmo modo que na Inglaterra, havia um constante fluxo e refluxo nas fileiras da classe alta. Os pequenos plantadores prosperavam e ascendiam a condições superiores, enquanto antigos plantadores conheciam maus dias e perdiam suas possessões". (Louis B. Wright, *The First Gentlemen of Virginia*, p. 48)

Este arranjo social e político conferiu ao Sul Colonial um caráter pacífico e estável, onde o conflito social era desconhecido. Comenta a este respeito Carl Bridenbaugh: "A gente de Chesapeake.... conseguiu estabelecer uma sociedade agrária estável, na qual não havia distúrbios. O equilíbrio desse sistema – baseado numa estrutura de classe amplamente aceita e reconhecida, na qual a aristocracia dominava completamente – era evidente para todos os observadores.

"O gênio dessa gente estava na agricultura e na política! E se mostrava como *noblesse oblige*, hospitalidade cortês, energia para viver, polidez sem esforço, todas as formas de ação em harmonia com seu estilo de vida. A sociedade de Chesapeake produziu uma singular aristocracia burguesa, em que os homens com espírito nobre e grande eram mais numerosos que os encontrados em outros lugares. Eles eram homens cultos de pensamento, não porém uns eruditos". (Carl Bridenbaugh, *Myths and Realities*, pp. 51 e 53)

b. Maryland

1) Revolta protestante contra um donatário católico

Em 1632 o Rei Carlos I outorgou carta-patente (*charter*) ao nobre católico George Calvert, primeiro Lord Baltimore, concedendo-lhe o território que depois constituiu o Estado de Maryland. Calvert tinha em vista tornar a colônia um refúgio para os católicos perseguidos na Inglaterra, pois a concessão dava o direito de liberdade a todas as religiões.

A carta patente delegava ao dito fidalgo poderes semelhantes aos de um soberano local, incluindo o direito de outorgar títulos de nobreza e distribuir terras e honrarias.

A colonização ficou a cargo de seu filho Cecil Calvert, segundo Lord Baltimore, e seus descendentes. Em 1634, este enviou à colônia um grupo de 16 a 20 gentlemen, em sua maioria católicos, e duzentos a trezentos colonos, predominantemente protestantes.

Em sua primeira década, a vida da colônia foi próspera e pacífica. Porém, logo as lutas políticas e religiosas que eclodiram na Inglaterra se estenderam às terras coloniais. Com a vitória dos sectários puritanos liderados por Cromwell, sobre o governo real, em Maryland ocorreram convulsões de caráter religioso, social e político, em que a maioria puritana revoltou-se contra o donatário e os senhores de *manor* católicos, levando a cabo saques e depredações em nome do parlamento inglês, dominado pelos revolucionários puritanos.

Em 1654, a facção puritana de Maryland revoltou-se novamente contra a política de tolerância dos católicos, e exigiu que os estatutos anti-católicos em vigor na metrópole fossem aplicados na colônia. Tal facção tomou o poder, depôs o governo do donatário e suprimiu a liberdade religiosa para os católicos. Relata Sydney Ahlstrom, professor de História em Yale: "Os puritanos vitoriosos proibiram então o Catolicismo, saquearam as propriedades dos jesuítas, exilaram todos os padres e executaram pelo menos quatro católicos. Lord Baltimore retomou seus direitos de donatário em 1657, sob a condição de que um protestante fosse nomeado governador". (Sydney E. Ahlstrom, *A Religious History of the American People* - New Haven, Yale Univ. Press, 1972, p. 335)

A restauração de Carlos II, em 1660, foi também seguida pela restauração de governos anteriores nas colônias. Os Calverts retomaram seus direitos de donatários, porém a vida na colônia permaneceu agitada, devido à animosidade dos protestantes contra os donatários católicos. Esse período de agitação trouxe como consequência uma debilitação da estabilidade do sistema de *manors* e uma tendência à democratização revolucionária das estruturas políticas da colônia.

Em 1689, um ano após a deposição do rei católico Jaime II na Inglaterra, também em Maryland o poder ocupado pelos donatários católicos foi usurpado por uma revolta protestante. Em 1691, Guilherme III revogou a carta-patente concedida a Baltimore por Carlos I, e Maryland tornou-se temporariamente uma colônia real, com o anglicanismo como religião oficial. Somente em 1715 os

Calverts foram reinvestidos em seus poderes como donatários, cedendo à condição de renunciar à Fé Católica.

2) Caráter feudal das manors de Maryland

O brilho da vida social da aristocracia rural de Maryland era, em quase todos os seus aspectos, igual àquele observado na Virginia. As sociedades das duas colônias formavam, por suas fortes analogias, um só conjunto, que é designado pelos autores como sendo a sociedade de Chesapeake. Este item visa mostrar apenas aquilo que, em sua estrutura jurídico-social, a aristocracia de Maryland se diferenciava daquela da Virginia, e o sistema para-feudal de *manors* que lá vigorou por algum tempo.

A mais completa e duradoura tentativa para implantar nas colônias o sistema inglês de *manors*, com todos os seus vínculos pessoais e sua hierarquia feudal, teve lugar em Maryland durante o primeiro meio século de sua vida colonial. Paul Wistach, em seu livro sobre a vida colonial na região do baixo Potomac, refere este fato: "O desenvolvimento de tais plantações (chamadas *manors*) em Maryland, devido ao sistema de posse da terra lá estabelecido, à vida doméstica e social que nelas florescia, e às grandes personalidades que elas produziram, é um dos aspectos mais cativantes da história do baixo Potomac". (Paul Wistach, *Potomac Landings* - Garden City, New York, Doubleday, Page and Company, 1921, p. 65)

Um dos motivos para o êxito desta concessão foi o fato de que os membros da família encarregados do governo da colônia estavam lá, sempre presentes. Munidos de amplíssimos poderes, os Calverts, nas palavras de Dixon Wecter, "se consideravam senhores feudais de suas terras, viam os plantadores como seus barões e os trabalhadores como seus camponeses". (Dixon Wecter, *The Saga of American Society*, p. 29)

O donatário de Maryland, contrariamente às tendências já em voga na Inglaterra, estabeleceu um sistema feudal de governo e de posse da terra, *manors*, cortes manoriais e enfeudamentos secundários. Este sistema funcionou com todo vigor por mais de meio século.

Sobre este sistema, relata Richard M. Weaver: "Politicamente a estrutura feudal era desejável porque, ao tornar o proprietário de vastas extensões de terra seu verdadeiro senhor, a administração resultava simplificada. Lord Baltimore reconheceu este fato quando, em Maryland, ele concedeu poderes de senhores de *manor* para aqueles capazes de assumir esta responsabilidade.

Cerca de 60 propriedades foram assim concedidas e dirigidas, mais ou menos como uma *manor* inglesa medieval, até a época em que elas se foram transformando em sua feição norte-americana, a "plantação sulista". (Richard M. Weaver, *The Southern Tradition at Bay* - New Rochelle, Arlington House, 1968, pp. 48-49)

Tal foi o êxito dos Calverts em repetir no Novo Mundo o sistema que durante tanto tempo vigorou na Inglaterra, que Paul Wilstach pôde afirmar: "Uma analogia foi estabelecida entre o donatário, os senhores de *manors* e os pequenos proprietários da colônia do Potomac, de um lado, e o rei, os barões e a *gentry* da Inglaterra, de outro". (Paul Wilstach, *Potomac Landings*, p. 66)

E segundo Marshall Harris, "a autoridade e o poder conferidos a Cecil Calvert (filho de George Calvert) eram verdadeiramente régios, sem coisa alguma reservada ao rei, salvo o poder soberano. Maryland foi um senhorio feudal de estilo medieval". (Marshall Harris, *Origin of the Land Tenure System in the United States*, p. 121)

Maryland era um grande palatinado, ou seja, uma área onde um senhor feudal exercia sua soberania. Charles Andrews explica essas relações feudais existentes na colônia: "A área toda era um palatinado, uma grande baronia, dentro da qual, colocados em relação feudal com o donatário, estavam os senhores das *manors* e os pequenos proprietários com suas habitações.... Isto criou na colônia um sistema rural descentralizado de plantações, organizado segundo um plano manorial que imitava, tanto quanto possível, os traços de uma baronia inglesa". (Charles M. Andrews, *The Colonial Period of American History*, vol. 2, p. 293)

Para ser um senhor de *manor*, o proprietário deveria possuir um mínimo de mil acres de terras e ser investido como tal pelo donatário ou pelo seu governador. A mera posse da terra não tornava alguém automaticamente um senhor de *manor*, pois os direitos manoriais só poderiam ser concedidos por carta-patente. Era deste modo que um senhor de *manor* se distinguia da aristocracia dos plantadores, que se desenvolvia paralelamente às *manors*.

Além disso, "Maryland tinha uma classe alta de plantadores muito parecida com a da Virginia. Alguns desses plantadores adquiriram grandes extensões de terras e constituíram dinastias familiares de duradouro poder e influência". (Louis B. Wright, *The 13 Colonies*, p. 310)

No decurso do século XVII, os Calverts erigiram mais de 60 *manors*, não incluindo aquelas que pertenciam a si próprios e aos seus parentes. Isto criava uma hierarquização social definida,

distinguindo a fidalguia do resto da população, marcando a vida social no período colonial, e até além dele, como observa Charles Andrews: "No início, Maryland não era um palatinado meramente no papel; era uma terra de autênticas *manors*, terras senhoriais, pequenas propriedades, *rent-rolls* e *quit-rents*, etc". (Charles Andrews, *Colonial Period of American History*, vol. 2, p. 297)

O mesmo autor mostra ainda como as distinções sociais se refletiram na ordem política: "Por ordem do donatário, os oito conselheiros.... que eram sempre senhores de *manors*, eram acrescidos de sete outros, cada um dos quais também deveria ser senhor de *manor*, a fim de qualificá-lo para o posto. Estes 15 conselheiros formavam a câmara alta da assembléia, a qual, sendo composta pelos plantadores 'mais capazes', constituía uma como que câmara dos lordes colonial. Maryland tinha algo como se fosse um pariató local". (Charles Andrews, *Colonial Period of American History*, vol. 2, p. 329)

Em meados de século XVII, havia em Maryland senhores de *manors* que presidiam pequenas cortes, com barões, oficiais de justiça, condestáveis, arrendatários e camponeses. Fato típico da nobreza feudal, a justiça era administrada por aqueles senhores através de dois tribunais: o *Court Baron* e o *Court Leet*. Neles eram julgadas as disputas surgidas no território da *manor*, segundo seus próprios regulamentos. Neles também os arrendatários e camponeses juravam fidelidade ao seu senhor, em termos feudais, prometendo ser francos e fiéis. Embora o *Court Baron* e o *Court Leet* fossem uma fonte de grande poder e vantagem para o senhor da *manor*, enquanto ele manteve sua jurisdição, este sistema judicial foi-se enfraquecendo, e logo cedeu lugar ao sistema eletivo de juizes para os tribunais dos condados. (Cfr: Paul Wilstach, *Potomach Landings*, p. 68; Thomas J. Wertenbaker, *The Founding of American Civilization*, pp. 309-310)

c. As Carolinas

1) A Constituição nobiliárquica das Carolinas

Em 1663, Carlos II outorgou as Carolinas a um grupo de oito donatários, entre os quais estavam alguns dos nobres mais em evidência na época, que se haviam destacado na luta pela restauração dos Stuarts. Sendo uma região contestada – alvo de reivindicações espanholas na América da Norte – as Carolinas representavam um posto avançado ao sul do crescente império inglês na América.

Após um começo difícil, a colônia se desenvolveu rapidamente com a plantação de arroz. Nesse período inicial, um dos donatários, Earl de Shaftesbury, promulgou as celebradas

"Constituições Fundamentais da Carolina". Estas tinham por finalidade "evitar uma democracia excessiva" e criar uma "nobreza hereditária", baseada na propriedade da terra.

Em seu relato histórico sobre a Carolina do Sul, Louis Wright descreve as Constituições Fundamentais nos seguintes termos: "Uma estranha mistura de idéias medievais e avançados conceitos de tolerância, as Constituições Fundamentais prescreviam uma sociedade hierárquica, com uma nobreza rural constituída por *Landgraves* e caciques no topo; logo abaixo vinham os *commoners*, que poderiam ser senhores de *manors*, seguidos pelos pequenos proprietários e os *yeomen*". (Louis B. Wright, *South Carolina, A Bicentennial History* - New York, W.W. Norton and Company, 1976, p. 40)

As Constituições criavam um parlamento, tanto para os nobres como para os *commoners*, com todos os poderes jurídicos e administrativos residindo na câmara alta, bem como o poder de aprovar ou rejeitar as leis aprovadas pela câmara baixa.

Geralmente os historiadores, ao comentar as Constituições Fundamentais, realçam o fato de que elas não conseguiram implantar de modo completo o sistema social que pretendiam. Realmente, este sistema nobiliárquico foi de aplicação parcial e de limitada duração. Em 1721 a Coroa readquiriu os direitos sobre as Carolinas, cessando assim a vigência das Constituições. Porém, muitos grandes proprietários já tinham-se estabelecido solidamente, assentando as bases de uma ordem aristocrática, que haveria de durar até a Guerra Civil de 1860.

"Embora a ordem nobiliárquica não tenha sobrevivido, explica Frederic Jaher, já na década de 1690 tinha surgido uma *gentry* nas regiões costeiras. Grande parte das terras e do poder desta *gentry* permaneceram nas mãos de seus descendentes diretos até à Guerra Civil". (Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment*, p. 320)

Observa Louis Wright: "Apesar do malogro do plano para o estabelecimento de uma nobreza, a aquisição de grandes extensões de terras pelas famílias coloniais, onde havia o trabalho escravo dos negros, estabeleceu de fato uma aristocracia peculiar, que permaneceu por cerca de dois séculos". (Louis Wright, *South Carolina, A Bicentennial History*, p. 41)

Assim, os donatários das Carolinas tiveram menos êxito, em sua tentativa de estabelecer um governo durável desse tipo em sua colônia, do que os de Maryland e da Pennsylvania. Entretanto, durante o período de seu governo – algumas vezes turbulento, especialmente em sua fase final – "a colônia sobreviveu e

conseguiu prosperar". (Louis Wright, *South Carolina, A Bicentennial History*, p. 62)

2) A aristocracia colonial das Carolinas

Frederick P. Bowes, um especialista da época colonial das Carolinas, indica como importante consequência das Constituições Fundamentais o estabelecimento de uma ordem social aristocrática na colônia:

"De longe os elementos mais numerosos da elite governativa eram os ricos proprietários de terras, cujas grandes plantações cobriam a região plana em volta de Charleston. A terra era a principal fonte e forma de riqueza na colônia, e a política dos donatários, de fazer concessões senhoriais a certos indivíduos favorecidos, deu origem a um grupo exclusivo de ricos proprietários, os quais em pouco tempo tomaram conta das melhores terras na região de Charleston.... Estes proprietários, muitos deles conselheiros e membros da assembléia, aproveitaram o intervalo entre a extinção do regime dos donatários e a compra da colônia pela Coroa para se apropriarem de cerca de 800.000 acres adicionais de terras valiosas, próximas à foz do rio, valendo-se de prévias cartas-patente, que haviam sido concedidas pelos donatários". (Fredrick P. Bowes, *The Culture of Early Charleston* - Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1942, pp. 115-116)

A aristocracia colonial da Carolina do Sul é comparada à da Virginia por Louis Wright, nos seguintes termos: "No período colonial, Carolina do Sul e Virginia constituíram aristocracias que tinham alguma semelhança com a *gentry* da Inglaterra, porém as classes elevadas das duas colônias diferiam notavelmente. As grandes famílias da Virginia, que vieram no início do século XVII, eram mais cômicas de uma antiga tradição de fidalguia, e estavam decididas no seu esforço para reproduzir padrões de vida semelhantes aos da aristocracia rural da mãe-pátria.

"As grandes famílias da Carolina do Sul foram fundadas por homens que vieram em épocas posteriores do século XVII, e no início do século XVIII.... Mas isso não quer dizer que a *gentry* da Carolina do Sul era menos consciente de seu status do que seus irmãos da Virginia, ou menos preocupada em afirmar seus privilégios e manifestar sua condição de classe elevada. Tais famílias refletiam mais os padrões sociais da Londres da época da rainha Ana e dos reis Hanover, do que as tradições mais antigas da aristocracia rural inglesa". (Louis Wright, *South Carolina, A Bicentennial History* - New York: Norton e Norton 1976, pp. 102-103)

A aristocracia das Carolinas era de formação mais recente do que as da Virginia e de Maryland. Não obstante, ela cresceu até formar uma *gentry* culta e influente, mais rica do que a da Virginia: "Durante as décadas que precederam a Revolução, a sociedade das Carolinas estava tomando rapidamente forma.... Em menos de 40 anos emergiu uma plutocracia de plantadores, baseada em fortunas feitas no cultivo de arroz e índigo, ou no comércio. Esta plutocracia começou a transformar-se numa aristocracia, nos moldes do Velho Mundo". (Carl Bridenbaugh, *Myths and Realities*, p. 116)

Louis Wright, ao mostrar o papel do negociante-plantador na formação de uma bem estabelecida elite aristocrática na Carolina do Sul, ao fim do período colonial, declara: "Os 'grandes' da Carolina do Sul, da região das marés, combinavam agricultura e comércio.... A Carolina do Sul tinha uma classe alta, cujas fortunas vieram da plantação de arroz, algumas vezes associada ao comércio e aos negócios.... Muitos dos aristocratas proeminentes do fim do período colonial tinham suas origens em simples trabalhadores, que conseguiram fazer fortuna com a compra de terras e o comércio". (Louis Wright, *The Thirteen Colonies*, American Heritage Collection, pp. 310-311)

Fredrick P. Bowes, em seu livro sobre a época colonial na Carolina do Sul, relata com muito acerto o desenvolvimento de um estilo de vida aristocrático entre os plantadores e negociantes: "De um grupo de proprietários rurais, comerciantes e industriais, formou-se, com o desenvolvimento da cultura do arroz e o crescimento do comércio, uma sólida classe de ricos plantadores e negociantes.... Ela era, em todos os sentidos, uma aristocracia. Pois ao poder, riqueza e privilégio ela acrescentou, com o passar do tempo, educação, maneiras e refinamento, para elevar ainda mais seus membros acima do nível social comum. Os casamentos entre essas famílias ricas, e a formação de clubes e sociedades exclusivos, serviram para estreitar cada vez mais os laços que uniam essa classe". (Frederick P. Bowes, *The Culture of Early Charleston* - Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1942, p. 115)

Nas Carolinas o senso do dever cívico por parte das classes altas era muito marcante. Em 1770 o Governador da Carolina do Sul, William Bull II, constatou que "muitos exercem cargos públicos gratuitamente, por um desejo de mostrar espírito cívico e poupar despesas ao Estado. Alguns membros da Assembléia desdenham qualquer forma de pagamento". (Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment*, p. 329)

De especial interesse na história dos primeiros tempos da colônia de Carolina do Sul, foi a imigração de numerosos huguenotes, expatriados da França devido à revogação do Edito de Nantes por Luís XIV. Em sua grande maioria, eram artesãos especializados, havendo também alguns de melhor condição profissional e social. Muitos enriqueceram, subiram rapidamente na escala social, casando-se nas melhores famílias e tornando-se membros destacados da aristocracia local.

3) Charleston: uma vida social brilhante

Ao falar das Carolinas é preciso dizer uma palavra sobre Charleston, a capital da Carolina do Sul. Foi a única cidade de real importância na região, até bem depois da Guerra da Independência. Nenhuma outra cidade do sul teve seu brilho social. Situada na confluência dos rios Ashley e Cooper, nela reunia-se a aristocracia constituída pelos grandes plantadores e negociantes, que dominavam a vida econômica e política da região costeira das Carolinas.

Louis Wright, em seu livro sobre a história da Carolina do Sul, refere-se à classe dirigente de Veneza e de Charleston, que ele impropriamente qualifica como oligarquia. Outros autores, porém, a qualificam mais acertadamente como uma aristocracia: "Charleston, como Veneza em seu apogeu, era uma cidade-estado governada por uma oligarquia inteligente e culta, de grandes famílias que conseguiram monopolizar o poder, geração após geração.... Quaisquer que fossem suas origens, os ricos e poderosos logo assumiam o controle do governo colonial; e por mais de um século eles concentraram todo o poder político da colônia em Charleston". (Louis Wright, *South Carolina*, p. 100)

Carl Bridenbaugh assim descreve o brilho social da cidade: "Charles Town era o grande centro da alta sociedade das Carolinas.... Ela oferecia uma visão maravilhosa da vida elegante, pairando por cima da esfera da vida comum, e brilhava como a estrela da aurora, cheia de esplendor, vitalidade e alegria. Ali a aristocracia do arroz e do índigo ostentava e consumia sua riqueza.... Era a única sociedade prazenteira de toda a América colonial. Ali se reuniam as pessoas para quem a delicadeza, o charme e o refinamento eram o *summum bonum*". (Carl Bridenbaugh, *Myths and Realities*, pp. 116-117)

O célebre escritor e filósofo conservador inglês Edmund Burke, ao se referir a Charleston, disse que, de todas as cidades americanas, ela era a que "mais se aproximava do refinamento social das grandes capitais européias". Em fins do século XVII, Crèvecoeur declarou que "Charleston é, para a América do Norte, o

que Lima é para a América do Sul". (Citados em: Dixon Wecter, *The Saga of American Society*, p. 32)

Em outra de suas obras, o historiador Louis Wright assim comenta o brilho da vida social de Charleston: "Possuindo o mais alto ingresso *per capita* do país, Charleston não poupava esforços para imitar o *beau monde* de Londres. Seus principais cidadãos seguiam as modas e as notícias da metrópole inglesa. Em meados do século XVIII, sua meticulosidade nas maneiras dava-lhes um ar que competia com a aristocracia inglesa da época.... As famílias mais ricas contratavam tutores e governantas para seus filhos, e freqüentemente os mandavam para a Inglaterra ou para o Continente, a fim de terminar sua educação. Quando voltavam, tentavam fazer de Charleston uma réplica da Londres hanoveriana. Construíram um teatro, importavam livros de Londres e organizavam concertos. Em suma, estabeleceram uma cultura urbana polida e sofisticada". (Louis B. Wright, *Cultural Life of the American Colonies* - New York, Harper & Row, 1957, p. 19)

Por último, uma descrição vivaz sobre o requinte daquela aristocracia de plantadores, que fazia de Charleston o centro de sua vida social: "Charleston tornou-se então o centro de uma sociedade requintada, que se comprazia em ostentar sua riqueza em belas residências, bailes suntuosos, jardins luxuriantes, jantares magníficos, entretenimentos musicais, espetáculos teatrais, retratos por pintores célebres, clubes literários, mobílias de alta categoria e pratarias. Inspirando-se nos *esquires* ingleses, os charlestonianos ombreavam com eles em todas as amenidades da vida e nas graças da cultura aristocrática. Embora a riqueza tenha sido a base desta sociedade tão requintada, com o passar do tempo a simples riqueza já não era suficiente para nela ser admitido". (T.J. Wertenbaker, *The Golden Age of Colonial Culture*, pp. 129-130)

2. Nova Inglaterra: Massachusetts, Connecticut e Rhode Island

a. Os tempos iniciais: a "sociedade religiosa" dos puritanos

Em 1620, o *Mayflower* aportou às costas da Nova Inglaterra, trazendo o primeiro grupo de imigrantes ingleses que lá se estabeleceram. Tratava-se dos *pilgrims* (peregrinos), uma seita radical protestante existente na Inglaterra, que não reconhecia a igreja anglicana, nem o rei como chefe religioso. Eram de modesta condição social e econômica, "a maioria de pouca ou nenhuma educação". (Charles Andrews, *The Colonial Period of American History*, vol. 1, p. 274)

Dos 41 homens que assinaram o contrato de fundação da comunidade, apenas 11 podiam usar o "Mr." (*mister*) antes do nome,

e nenhum podia ser qualificado como *gentleman*. Deles diz Wecter que "difícilmente seria concebível um grupo de emigrantes ingleses mais insignificantes socialmente". (Dixon Wecter, *The Saga of American Society*, p. 37). Devido ao seu caráter marcadamente sectário, estes *pilgrims* não se misturaram com os outros imigrantes que depois vieram à Nova Inglaterra, permanecendo por muito tempo alheios à vida comum da colônia.

Poucos anos mais tarde, em 1629, teve início na Inglaterra a chamada Grande Migração Puritana, rumo à Nova Inglaterra. Ela consistiu na emigração de grande número de puritanos calvinistas ingleses – contrários à hierarquia, doutrinas e ritos da igreja anglicana, ainda com fortes traços de antigas tradições católicas – que resolveram dirigir-se ao Novo Mundo para lá tentar a fundação de uma sociedade temporal orientada exclusivamente por seus princípios religiosos igualitários.

Tais princípios eram fundamentados na doutrina calvinista de fundo também igualitário, que propunha uma igreja sem hierarquia, sem pompa, sem cerimônias e sem adornos, governada pelas interpretações bíblicas e regulamentos emanados de seus "teólogos" e ministros "divinamente" iluminados.

Havendo desistido de "purificar" a igreja anglicana, eles se julgavam incumbidos, em virtude de uma "aliança" com Deus, da missão de fundar no Novo Mundo uma nova Jerusalém calvinista, sem a interferência da hierarquia anglicana ou do Estado.

Esses imigrantes puritanos, que chegaram à Nova Inglaterra com tal finalidade, eram de condição social e econômica bem melhor que seus predecessores *pilgrims*. A Grande Migração Puritana era organizada e dirigida por homens ricos e influentes da classe média britânica, bem educados e com experiência política.

Charles Andrews assim os descreve: "Primeiramente, alguns de alta posição, ligados ao pariato. Em segundo lugar, alguns abastados *esquires* ingleses influentes, porém não numerosos, sempre chamados *misters*. Em terceiro lugar, *yeomen*, *goodmen*, e suas esposas, da classe média, porém abaixo dos *esquires*, e que eram, via de regra, pequenos fazendeiros, honestos e vivendo segundo seus princípios religiosos, migrando em busca de terras e de lares.... ou ainda, no caso dos artesãos e comerciantes, em busca de maior liberdade para exercer sua profissão. Em quarto lugar, os colonos que trabalhavam nas terras senhoriais, a maioria dos quais eram trabalhadores rurais de posição, inteligência e educação inferiores.... e que provavelmente vieram, em muitos casos, em grupos liderados por um chefe.

(Charles Andrews, *Colonial Period of American History*, vol. 1, p. 502)

O aspecto religioso dominou os primeiros anos da vida colonial. Baseados na doutrina calvinista da "aliança com Deus" (*theology of the alliance*), os puritanos procuravam construir uma ordem temporal segundo suas próprias concepções religiosas e estabelecer um estado governado por uma oligarquia: "A Canaan do Novo Mundo teve início como uma povoação agrícola, cuja direção civil e espiritual recaía sobre uma oligarquia de magistrados e ministros". (Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment*, p. 15)

A ordem social na primitiva comunidade puritana era, assim, a de um "comunitarismo hierárquico". (Digby Baltzell, *Puritan Boston and Quaker Philadelphia* - New York, Macmillan, 1979, p. 124). O centro da vida política, social ou econômica era mais a cidade ou a vila, do que a própria colônia.

Neste mesmo clima ainda persistiam alguns dos aspectos residuais do antigo sistema de *manors*, especialmente os mais comunitários, como indica T. Harry Williams: "Na primitiva Nova Inglaterra os colonizadores geralmente se apropriavam da terra em grupos, e cada indivíduo recebia um pequeno lote para sua residência, compartilhando comunitariamente as pastagens e os bosques, e cultivando as áreas a ele destinadas nos campos circunjacentes. Este sistema era o resquício do sistema de *manors*, porém aqui a corporação tomava o lugar do senhor feudal". (T. Williams, *The History of the United States to 1876*, p. 60)

Assim, nas primeiras décadas da colonização, a Nova Inglaterra foi caracterizada - do ponto de vista religioso, político e social - por governos não só confessionais, mas também intolerantes - mesmo em relação a outras seitas protestantes. E por uma sociedade onde as elites eram mais intelectualizadas e formadas principalmente por elementos provenientes da classe dos profissionais liberais, do "clero" puritano e de uma nascente classe de negociantes.

Os puritanos formaram um estado religioso, excluindo aqueles que recusassem prestar juramento de fidelidade às suas doutrinas calvinistas. Desta maneira colocaram o governo nas mãos da elite social e religiosa puritana. Segundo Andrews, o líder puritano John Winthrop (John Winthrop, um dos principais fundadores da colônia de Massachusetts, e seu primeiro governador) estava profundamente convencido de que "era para o bem de todos que o poder deveria ser mantido nas mãos daqueles cuja vocação cristã era governar, e que seu número deveria permanecer tão pequeno quanto possível. Ele sempre temeu uma tirania plebéia - o

controle pelas classes inferiores - e estava convencido de que o 'povo' não merecia confiança para eleger uma autoridade tão importante como um governador". (Charles Andrews, op. cit., pp. 438-439)

Porém, na falta de qualquer autoridade religiosa central, tornou-se impossível manter a unidade religiosa e social. Por volta de 1640 as dissidências e os cismas se multiplicaram na crescente comunidade puritana, o que serviu para a formação de novas colônias. Isto contribuiu também para diminuir o status social e a influência dos ministros calvinistas na vida colonial. A desagregação religiosa da comunidade puritana transformou-a "em facções antagônicas e muitas vezes irreconciliáveis". (Jack Greene, *Pursuit of Happiness*, p. 60)

No final da década de 1660 o senso de missão religiosa puritana já se estava evanescendo, e o peculiar aspecto religioso da colônia "perdeu sua antiga preeminência na vida da comunidade". (Jack Greene, *Pursuit of Happiness*, p. 61)

b. Uma elite urbana e mercantil

Com o decréscimo do fator religioso, o caráter da antiga vida colonial nas comunidades puritanas também se modificou, dando lugar aos novos valores do individualismo mercantilista, então vigentes na Inglaterra. As elites puritanas voltaram suas energias para o comércio, e se dispuseram a construir o reino de "mammon" com o mesmo zelo auto-confiante que haviam empregado para construir, à sua maneira, o reino de Deus.

Tendo a Coroa assumido o controle da colônia em 1684, isto contribuiu para "eliminar entre os colonos qualquer vestígio da idéia de que eles formavam uma comunidade especial, divinamente escolhida", (Jack Greene, *Pursuit of Happiness*, p. 60) e, por outro lado, acelerou a formação de novas elites.

Nas colônias da Nova Inglaterra as condições econômicas e sociais não favoreciam a existência de propriedades rurais de grande extensão, não havendo portanto uma classe de grandes plantadores, como havia no sul.

Por volta de 1650 - embora permanecendo predominantemente uma sociedade agrícola de pequenos fazendeiros - o desenvolvimento econômico deu origem a uma elite mercantil, cuja riqueza provinha principalmente da construção de navios e do comércio.

Essa elite cresceu e prosperou em várias cidades costeiras da Nova Inglaterra, passando a dominar a vida social, política, e

econômica dos maiores centros urbanos da região. Ela gradualmente fundiu-se com a elite política e religiosa dos puritanos, daí se estabelecendo na Nova Inglaterra uma aristocracia de caráter mercantil, bem diversa da aristocracia rural dos plantadores, que se havia formado no Sul.

Eis como Thomas Wertenbaker descreve esta situação: "Foi o solo estéril da Nova Inglaterra que lhe proporcionou uma classe de pequenos fazendeiros, em vez de uma aristocracia de plantadores; foram suas florestas que lhe tornaram possível a indústria de construção naval; foram os grandes cardumes de bacalhau e arenque que fizeram de Gloucester, Salem e Marblehead centros pesqueiros; e seus portos, numerosos e bem situados, estimularam o comércio e favoreceram a instituição de sua aristocracia mercantil. Esta aristocracia foi largamente responsável por muito daquilo que a cultura colonial da Nova Inglaterra tinha de distinto e de elegante". (Thomas J. Wertenbaker, *The Golden Age of Colonial Culture* - Ithaca, New York, Cornell University Press, 1949, pp. 8-9)

No mesmo sentido, diz Frederic Jaher: "A rápida emergência de uma liderança mercantil em cidades portuárias como New Haven, Salem, Newburyport, Beverly e Boston, inibiu a realização de uma comunidade de devotos calvinistas. Virtualmente desde sua fundação, havia em Boston um enclave de comerciantes que exerceu considerável influência nos assuntos da cidade. Esta elite assumiu funções de autoridade social, dirigiu os recursos essenciais da comunidade e desenvolveu o senso de seus interesses coletivos.... Desde o início, destacados comerciantes constituíram uma elite multi-dimensional, que sustentou os empreendimentos-chave da comunidade e ocupou cargos públicos de importância". (Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment*, pp. 15-16)

Homer Carey Hockett, antigo professor de História na Universidade Estadual de Ohio, faz notar o status adquirido por esta classe de negociantes: "O desenvolvimento do comércio introduziu uma nova classe nos grupos sociais da Nova Inglaterra. Antes que Boston completasse dez anos de existência, os negociantes começaram a reivindicar uma participação na influência exercida pela *gentry*".⁴

4 - Na Nova Inglaterra, o nome *gentry* era atribuído à classe constituída pelos magistrados e ministros puritanos, dos quais muitos descendiam da *gentry* inglesa. (Homer Carey Hockett, *Political and Social Growth of the American People* - New York, The Macmillan Company, 1940, p. 73)

Referindo-se a Boston - principal centro da vida urbana da Nova Inglaterra - diz Carl Bridenbaugh: "O número e a importância dos negociantes de Boston cresceu com o comércio do porto até cerca de 1690, quando eles atingiram a dignidade de uma classe econômica e social que desafiou a supremacia do clero puritano". (Carl Bridenbaugh, *Cities in the Wilderness*, - New York, Alfred A. Knopf, 1964, p. 38)

Curtis Nettels aponta a ascensão desta elite mercantil, que se tornaria característica e predominante na sociedade dos estados do norte: "Nas cidades do norte, o crescimento de um capitalismo mercantil produziu, por volta de 1700, o núcleo de uma classe alta.... Quando um negociante adquiria uma grande propriedade e dedicava seu tempo à sua supervisão geral, mais do que a negócios de rotina; e quando sua renda provinha principalmente de seus investimentos, ele havia atingido uma posição nitidamente de classe alta". (Curtis P. Nettels, *The Roots of American Civilization. A History of American Colonial Life* - New York, Appleton-Century-Crofts, 1963, p. 309)

c. Uma aristocracia opulenta com liderança política

Após várias gerações, a elite comercial começou a tomar aspectos definidos de uma aristocracia mercantil. Relata Louis Wright: "Duas gerações depois da fundação de Boston, Newport, New York, Philadelphia e outras cidades, os comerciantes já estavam agregando navios e silos a suas possessões, acumulando capital, construindo casas confortáveis e às vezes imponentes, e estabelecendo dinastias familiares. Eles eram uma aristocracia mercantil, um grupo poderoso e orgulhoso, que cresceria em grandeza ao longo do período colonial.... Alguns deles adquiriram uma ufania de família e de lugar que igualava, se não superava, as pretensões da aristocracia rural das colônias do sul". (Louis B. Wright, *Cultural Life of the American Colonies*, p. 30)

O mesmo autor prossegue mais adiante na descrição da vida requintada dessa elite: "Os mais ricos e os mais ativos eram os grandes negociantes, proprietários de navios.... Eles se tornaram os aristocratas do mundo dos negócios na época colonial.

"Boston e Newport tinham numerosos "grandes" que, pelo fim do período colonial, estavam vivendo numa magnificência que igualava, se não superava, aquela de seus equivalentes em Londres e Bristol. Eles possuíam belas residências, mobiliadas com fino gosto; os retratos de suas esposas e filhos, e de si próprios, eram pintados em quadros a óleo pelos melhores pintores que eles podiam encontrar". (Louis Wright, *The Cultural Life of the American Colonies, 1607-1763*, p. 34)

Jack Greene também descreve com nitidez o estilo de vida e opulência daquela elite mercantil: "Os poucos habitantes da Nova Inglaterra que gozaram de tão impressionante riqueza aspiravam, como a *gentry* de Chesapeake, a criar na América a civilização aristocrática de então. Com essa finalidade, eles construíram casas maiores e mais confortáveis, nas quais colocaram mobílias inglesas e européias, além de outros objetos de luxo na moda, faziam doações caritativas, construíram em suas cidades numerosos edifícios públicos de grande estilo, criaram inúmeras associações urbanas particulares, e, de um ou de outro modo, procuraram reproduzir as amenidades urbanas das cidades inglesas provincianas.... Em todos os lugares, o comportamento das elites na Nova Inglaterra era calculado de modo a reforçar a tradicional associação entre riqueza, status social e autoridade política". (Jack Greene, *In Pursuit of Happiness*, p. 70)

No decurso do século XVIII as famílias ricas da Nova Inglaterra constituíram uma elite urbana dirigente, impropriamente denominada por Greene de oligarquia: "As cidades [da Nova Inglaterra] com estruturas econômicas mais desenvolvidas mostraram uma poderosa tendência rumo à oligarquia, com um punhado de ricas e proeminentes famílias.... dominando tanto os cargos eletivos como os preenchidos por indicação. Na maioria das cidades estas dinastias políticas familiares estavam baseadas numa longa associação com a história da cidade". (Jack Greene, *idem*, pp. 70-71)

Schlesinger também realça a liderança política exercida pelas elites: "A liderança social e política na Nova Inglaterra pertencia costumeiramente aos 'bem nascidos': o clero, as classes profissionais e os comerciantes mais ricos. As cadeiras nas assembléias, os lugares nas mesas e nas procissões eram distribuídos segundo o nível social das pessoas. Até mesmo na Universidade de Harvard os alunos se sentavam segundo seu nível social". (Arthur Meier Schlesinger Jr., *New Viewpoints in American History*, p. 73)

No mesmo sentido diz Carl Bridenbaugh: "Em cada comunidade um pequeno grupo de homens, alguns dos quais incrivelmente ricos, reuniam em suas mãos o controle do comércio colonial e, com ele, o poder político e o prestígio social". (Carl Bridenbaugh, *Cities in the Wilderness. The First Century of Urban Life in America, 1625-1742* - New York, Alfred. A. Knopf, 1964, p. 38)

Assim, ao fim do período colonial, o papel político da elite mercantil e profissional da Nova Inglaterra era equiparável àquele exercido pelos plantadores no sul: "Os negociantes do norte também se equiparavam à classe dos plantadores do sul em

influência política. Eles geralmente controlavam o conselho do governador e os governos locais de suas cidades". (Curtis Nettles, *The Roots of American Civilization*, pp. 311-312)

3. Nova York

a. *Patroons* holandeses e *manors* inglesas

Nova Holanda, que mais tarde tornou-se Nova York, foi fundada em 1624 pelos holandeses, como um avançado posto comercial no Rio Hudson, para o negócio de peles.

Porém, somente em 1629 foi iniciada uma colonização sistemática, devido à carta-patente emitida naquele ano tornando possível, ao imigrante com capital suficiente, adquirir grandes extensões de terra para colonizar. Deram-se então os primeiros passos rumo ao estabelecimento de um sistema semi-feudal de *manors*. Cada uma delas era outorgada a um senhor, denominado *patroon* (termo holandês que indica um senhor de terras, a ele concedidas com direitos equivalentes aos de um senhor de *manor* inglês), a quem eram concedidos amplos direitos para governar suas terras à maneira de um feudo.

Sobre este sistema assim se exprime Louis B. Wright: "O outorgado, conhecido como *patroon*.... tinha direitos similares aos exercidos pelo senhor inglês de uma *manor*.... Ele podia impor regulamentos com força de lei, estabelecer cortes manoriais.... coletar impostos e dispor de sua terra outorgada para venda ou concessões". (Louis B. Wright, *History of the 13 Colonies* - New York, Simon and Schuster, 1967, p. 129)

Em 1664 o Duque de York conquistou a Nova Holanda, dando-lhe o nome de Nova York, passando a ser então seu donatário. Mais tarde, quando ele se tornou o rei da Inglaterra, Nova York transformou-se em colônia real.

T.H. Williams descreve a continuidade na estrutura social da colônia, quando esta passou do domínio holandês para o inglês: "Nova York, a antiga Nova Holanda, já como propriedade do Duque de York, de quem proveio seu novo nome, pertencia-lhe como donatário. Ele podia governá-la como um monarca absoluto. Porém, em vez de ir para a América, ele delegou seus poderes a um governador e a um conselho; confirmou as *patroonships* holandesas (equivalentes às *manors* inglesas) já estabelecidas e distribuiu a homens ingleses propriedades rurais comparáveis às *patroonships*. Deste modo criou uma classe de influentes proprietários leais a ele". (T. Harry Williams, *A History of the United States, to 1876*, pp. 43-44)

Também a historiadora Maud Goodwin, em seu estudo sobre o vale do Rio Hudson na época colonial, mostra o estabelecimento de uma aristocracia rural na colônia de Nova York a partir do sistema de concessões de terras e de *manors*: "Quando os ingleses tomaram posse da Nova Holanda, em 1664, as antigas *patroonships* foram confirmadas como concessões manoriais por parte da Inglaterra. Com o correr do tempo, muitas novas *manors* foram constituídas, até que a província foi definitivamente incorporada à Inglaterra, em 1674. Nessa ocasião os senhores de *manors* ao longo do Rio Hudson já haviam assumido as proporções de uma aristocracia rural". (Maud Wilder Goodwin, *Dutch and English on the Hudson* - New Haven, Connecticut, Yale University Press, 1919, p. 47)

Um novo estímulo para o desenvolvimento de grandes propriedades rurais, semelhantes às *patroonships* holandesas, foi dado pelo governo inglês, quase ao fim do século XVII, como descreve Marshall Harris: "As grandes propriedades manoriais criadas pelas subseqüentes concessões por parte da Coroa inglesa, eram dificilmente distinguíveis de seus primos mais velhos, as *patroonships* holandesas". (Marshall Harris, *Origin of the Land Tenure System in the United States*, p. 93)

A respeito dessa elite rural, Harris comenta: "Esta forte aristocracia feudal marcou a fundo a subseqüente vida política e social da colônia. (Marshall Harris, *Origins of the Land Tenure System in the United States*, p. 97)

Esta elite rural formou uma ordem social aristocrática, que haveria de durar por muitas gerações. Ela deu origem a uma bem sucedida classe de senhores de terras, sob a qual viviam aqueles que as cultivavam como arrendatários.

Os senhores de *manors* em Nova York eram obrigados a lutar constantemente, para superar os desafios do governo local aos seus direitos manoriais. Embora muitos deles continuassem a possuir vastas propriedades rurais, os privilégios de estilo feudal, que diferenciavam a *manor* de uma simples grande propriedade rural, foram sendo gradualmente eliminados, até que, ao fim do primeiro quartel do século XVIII, a diferença entre a *manor* e as grandes propriedades rurais havia, em boa medida, cessado de existir, embora permanecesse a designação de *manor*. (Cfr. Sung Bok Kim, *Landlord and Tenant in Colonial New York* - Chapel Hill, The Univ. of North Carolina Press, p. 87)

Entretanto, apesar da diminuição de seus direitos legais e de sua jurisdição, esta aristocracia rural manteve seu status social: "Os senhores de *manors* ainda dominavam em suas terras, não devido a um poder legal.... mas devido ao seu status de

senhores de terras. Os proprietários dessas manors.... referiam-se a si próprios como 'senhor' ou 'senhor donatário', evocando sua antiga carta-patente, mesmo que esta já tivesse perdido, em substância, seu significado". (Sung Bok Kim, *Landlord and Tenant in New York*, p. 122)

Do mesmo modo que o prestígio social, também o poder político foi conservado por essa aristocracia rural, após a perda de seus direitos e de sua jurisdição sobre as *manors*: "Seria um erro supor que a debilitação do senhorio sobre a manor tivesse deixado os proprietários sem poder político.... O simples fato de que esses homens possuíam grandes extensões de terras e grande fortuna, colocava-os no topo da hierarquia social da província, e lhes proporcionava uma variedade de cargos públicos respeitáveis, os quais, em troca, davam a eles uma considerável influência". (Sung Bok Kim, *Landlord and Tenant in Colonial New York*, p. 107)

b. Uma classe dirigente formada por proprietários rurais, negociantes e advogados

As elites sociais na colônia de Nova York refletiam aspectos tanto das aristocracias rurais das colônias do sul, como das elites urbanas comerciais e profissionais que predominavam na Nova Inglaterra, formando assim uma sociedade aristocrática de brilho especial.

Em fins do século XVII se havia constituído uma aristocracia rural formada por senhores de *manors* e grandes proprietários, muitos dos quais haviam sido negociantes na cidade: "Negociantes que se haviam enriquecido em atividades comerciais, levados a efeito no próspero porto de Nova York, procuraram com empenho adquirir terras no interior, e muitos deles chegaram a possuir extensas baronias. Quase ao fim do século, o governador real constituiu algumas dessas propriedades como *manors*, e investiu seus proprietários com os privilégios concedidos aos senhores de *manors* na Inglaterra. Estes proprietários rurais constituíram uma aristocracia, que monopolizou tanto o poder como o privilégio naquela província. Os nomes de muitos deles ocupam lugar de destaque na história de Nova York. (Louis Wright, *History of the Thirteen Colonies*, p. 165)

Estes senhores de *manors* e barões da terra, em Nova York, pareciam-se muito mais com os *gentlemen* sulistas do que com os magistrados e negociantes puritanos da Nova Inglaterra: "O antigo patriciado [de Nova York] parecia-se mais com a *gentry* do sul do que com os negociantes, magistrados e ministros puritanos que governavam a colônia de Massachusetts Bay, no século XVII. As enormes concessões no Vale do Hudson permitiram aos grandes proprietários rurais viver num esplendor baronial, que rivalizava

com o dos plantadores da Virginia e da Carolina do Sul, e que raramente existia na relativamente igualitária Nova Inglaterra. A primogenitura e o morgadio impediram algumas vezes que grandes propriedades – em Nova York e no sul, durante o século XVIII – fossem divididas ou alienadas, preservando assim um status econômico e social herdado". (Frederic Jaher, *The Urban Establishment*, p. 160)

Apesar do dinamismo mercantilista das elites comerciais, na cidade de Nova York, a preeminência social na colônia pertencia aos grandes proprietários rurais e aos senhores de *manors*: "Em Nova York a preeminência pertencia à aristocracia rural, vivendo com elegância feudal em suas grandes propriedades ao longo do Hudson, e dominando os assuntos da província em virtude de suas ligações, por negócios ou por casamentos, com as ricas famílias de negociantes na cidade de Nova York". (Arthur Schlesinger, *New Viewpoints of American History* - Macmillan, 1922, p. 73)

Louis Wright também constata a união da aristocracia rural com a elite comercial em Nova York: "Nova York teve uma aristocracia constituída por famílias ricas e influentes, algumas das quais possuíam grandes extensões de terras, enquanto outras viviam do comércio.... Estas famílias ricas casavam-se entre si, e consolidaram ainda mais suas já grandes fortunas. (Louis Wright, *The Thirteen Colonies*, p. 313)

Relacionadas entre si por vínculos matrimoniais e interesses financeiros, a elite rural e a elite mercantil de Nova York formaram uma alta classe colonial de especial importância e influência: "A elite mercantil fundiu-se com a aristocracia rural, fazendo da colônia uma cidade-estado, com uma aristocracia mais poderosa e coesa do que as elites que emergiram das povoações e das cidades portuárias da baía de Massachusetts". (Frederick C. Jaher, *The Urban Establishment*, p. 170)

Estas elites controlavam quase totalmente o poder político e econômico em Nova York colonial: "Elas controlavam as patentes de terras, os altos postos militares e civis, os regulamentos e operações mercantis, e conseguiram ter riqueza, posição social e influência junto à administração real. Cada faceta de sua liderança reforçava as outras, e o conjunto era fortalecido pelos casamentos entre seus membros". (Frederic Jaher, *The Urban Establishment*, p. 160)

Devido aos interesses comuns entre a vida rural e as atividades comerciais, estas não representavam um estigma social, especialmente se exercidas em benefício dos interesses familiares: "Praticamente todos os grandes clãs da vida rural também figuravam entre as mais importantes famílias de

negociantes da província". (Frederic Jaher, *The Urban Establishment*, p. 161)

Aos grandes proprietários de terras e aos ricos negociantes vieram juntar-se advogados de alto nível, para formar uma classe dirigente unida por interesses comuns e laços familiares, como aponta Louis Wright: "Grandes proprietários de terras, prósperos negociantes e influentes advogados formaram a aristocracia dirigente em Nova York. Constantemente havia casamentos entre esses grupos, e muitas das principais famílias tinham membros nas três categorias". (Louis Wright, *The Cultural Life of the American Colonies*, p. 41)

Esta união também é constatada pela historiadora Virginia Harrington: "Social, política e economicamente, os proprietários rurais, os advogados e os negociantes formavam uma única e privilegiada classe dirigente, em confronto com a massa de pequenos proprietários, arrendatários, artesãos, lojistas, e trabalhadores manuais. Os casamentos entre membros dos três primeiros grupos durante várias gerações acabaram por consolidá-los num grande e inter-relacionado clã, cujos interesses não poderiam ser separados", (Virginia D. Harrington, *The New York Merchant on the Eve of the Revolution - Gloucester, Mass.*, Columbia University Press, 1964, p. 11)

Em meados do século XVIII, a Ordem dos Advogados de Nova York formava uma associação exclusiva de homens de família, ricos e educados. A profissão estava unida à aristocracia rural e à elite mercantil, como participante da classe dirigente: "A diferença entre senhor de terras, advogado e negociante desaparecera. Os três grupos formavam uma única e privilegiada classe dirigente, e dificilmente havia um advogado preeminente na colônia que não fosse relacionado, por laços de sangue ou de casamento, a uma das grandes famílias de senhores de terras ou de negociantes". (Joseph R. Frese, S.J., Jacob Judd, *Business Enterprise in Early New York - Tarrytown, N. Y.*, Sleepy Hollow Press, 1979), p. 183)

c. O controle político pela elite colonial em Nova York

Durante o período colonial, os grandes proprietários tiveram importantes funções no governo, tanto da colônia como do condado. Cargos públicos, tais como o de juiz de paz, eram frequentemente ocupados por eles ou por seus leais arrendatários.

"Um senhor [de *manor*] poderia ser nomeado encarregado da conservação e construção das estradas que passavam pela área sob seu governo. Ele poderia ser consultado pelo governo sobre a nomeação de oficiais da milícia e juizes de paz no seu distrito.

E poderia receber uma patente suficientemente alta para assumir o comando de sua milícia. Ele poderia ainda ser convocado por um juiz de paz e por habitantes do distrito para ajuda e conselhos em pequenas disputas locais, familiares e pessoais. Estas funções eram mais obrigações de caráter aristocrático do que o exercício de um cargo solicitado". (Sung Bok Kim, *Landlord and Tenant in Colonial New York Manorial Society, 1664-1775*, p. 123)

Curtis Nettles também confirma o domínio político da classe dirigente em toda a colônia: "Politicamente os magnatas dominaram o governo local através dos xerifes, seus aliados; eles administraram a justiça entre seus arrendatários. E no legislativo da província eles agiram, após 1693, especialmente através da assembléia, onde alguns ocuparam lugares como representantes de suas propriedades, e sempre dominando as eleições em seus distritos". (Curtis Nettles, *The Roots of American Civilization*, p. 309)

Segundo Jaher, a política na cidade de Nova York "era dominada pelos negociantes da cidade e pelos grandes proprietários rurais, sendo mais elitista que o governo de Massachusetts". (Frederic Jaher, *The Urban Establishment*, p. 160)

Diversas *manors* tinham o privilégio especial de um lugar no Legislativo Estadual. Tais lugares eram normalmente preenchidos pelo senhor da *manor*, por um membro de sua família ou por alguém por ele indicado. Eis como Sung Bok King, especialista na história colonial de Nova York, descreve o fato:

"Os lugares reservados às *manors*, na assembléia, foram habitualmente ocupados pelo senhor e seus parentes, ao longo do período colonial, o que fez um funcionário descontente da província notar que eles se haviam tornado membros hereditários.... Para o distrito de uma *manor*, eleger um representante que não fosse o próprio senhor, ou seu indicado, seria considerado um absurdo não só pelo senhor, como provavelmente também por seus arrendatários. Isto era particularmente verdadeiro numa sociedade política em que o sistema representativo era por natureza ligado à terra, e a posse desta era considerada uma pré-condição para a participação política". (Sung Bok Kim, *Landlord and Tenant in Colonial New York*, p. 118)

Sung Bok King relata ainda como estes mesmos senhores se tornaram os membros mais aguerridos no combate às prerrogativas reais: "Sem exceção, representantes de *manors*, inicialmente ligados aos interesses dos governadores nas décadas de 1720 e 1730, mais tarde se tornaram os mais combativos membros contrários às prerrogativas reais.... e constituíram uma força

que os elementos conservadores da colônia se esforçaram por suprimir nos anos subseqüentes, especialmente durante a época da Revolução. Assim, ironicamente, os privilégios manoriais, concedidos originalmente para acentuar as prerrogativas da Coroa, acabaram por criar uma força contra estas mesmas prerrogativas. (Sung Bok Kim, *Landlord and Tenant in Colonial New York*, p. 116)

4. Dos *quakers* da Pennsylvania aos *gentlemen* de Filadélfia

a. Uma utopia igualitária de fundo religioso

Em 1681 o aristocrata William Penn, filho de um proeminente realista (*royalist*) que havia lutado pela restauração dos Stuarts, recebeu do rei Carlos II uma carta-patente que o tornava donatário das terras que seriam os futuros estados de Pennsylvania e Delaware. Ele fez dessas terras um refúgio para os membros da seita *quaker*, à qual ele pertencia, e que estavam sendo perseguidos na Inglaterra por motivos religiosos e civis.

A seita *quaker* era um movimento religioso de protesto, surgido na Inglaterra no século XVII, contra o Estado e a igreja anglicana. Pelo seu igualitarismo radical, ela representava a extrema esquerda da revolução protestante na Inglaterra. Os *quakers* não tinham crenças, doutrinas e estruturas bem definidas. Seu igualitarismo se fundamentava na doutrina da imanência divina e da "luz interior" em cada pessoa. Eram tolerantes quanto às divergências doutrinárias, e acreditavam que todos os homens eram essencialmente bons e iguais, porque em cada um deles estava um fragmento da essência divina.

Nenhuma das seitas que procuraram refúgio na América era mais insistente que eles em sua crença na igualdade e na democracia comunitária. Os *quakers* eram "conhecidos por seu desprezo pelas formalidades e pelas hierarquias, por sua fluidez doutrinária e sua antipatia ao dogma". (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 41)

William Penn planejara uma sociedade austera, simples e igualitária, evitando o luxo e a opulência da aristocracia. Teatro, música, mobílias e vestuários finos, tudo deveria ser banido.

Porém, apesar das crenças e hábitos igualitários dos *quakers*, a sociedade sem distinções de classe, baseada só no amor fraterno, logo se revelou uma utopia. De fato, na sociedade fundada pelos *quakers* no Novo Mundo logo se estabeleceu, orgânica e inevitavelmente, a diferenciação de classes e de grupos sociais.

Devido ao fluxo de imigrantes de origens étnicas variadas, os *quakers* logo se tornaram uma minoria em sua própria colônia. Filadélfia, a capital e cidade mais importante, tornou-se um centro cosmopolita, "uma sociedade móvel de leigos – negociantes, cientistas, médicos, reformadores, artistas e artesãos – provenientes de todas as classes sociais e de várias partes do Novo e do Velho Mundo". (E. Digby Baltzell, *Puritan Boston and Quaker Philadelphia*, p. 143)

Apesar dessa população heterogênea, durante a maior parte do período colonial os *quakers* conseguiram manter as rédeas do governo, e passaram a ter a preeminência social e a autoridade que eles desprezavam no Velho Mundo. Assim, quando se defrontaram com a tarefa de governar e construir um Estado, "os *quakers* se deram conta de que suas doutrinas religiosas, se fossem seguidas a risca, lhes causariam sérias dificuldades para governar a colônia. Uma coisa era viver segundo os princípios *quakers*, outra bem diferente era governar por meio deles". (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 43)

A doutrina liberal *quaker* em relação à autoridade tornou a colônia quase impossível de ser governada. A vida política na Pennsylvania dividiu-se então numa luta entre o partido rural, democrata radical, e o partido conservador dos ricos negociantes da cidade.

b. Progresso material forma elites aristocráticas

Apesar das dificuldades de ordem política, "o primeiro meio século da história da Pennsylvania foi notavelmente próspero" (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 43), enquanto numerosos *quakers* se desviavam "da comunidade para a contabilidade". À medida que as pessoas cresciam em riqueza e posição social, uma elite mercantil começou a se formar. "Filadélfia, situada próximo ao estuário do caudaloso Delaware, e recebendo em seus ancoradouros os maiores navios que cruzavam o oceano, também recebia a riqueza agrícola que provinha do interior. Isto lhe possibilitou a formação de uma aristocracia mercantil". (Thomas Wertenbaker, *The Golden Age of Colonial Culture*, p. 9)

O aumento da riqueza e o estabelecimento de uma hierarquia social definida "atenuou, em alguma medida, a disposição dos *quakers* de levar uma vida simples. Sob o impacto da prosperidade, os negociantes *quakers* construíram confortáveis residências, mobiliadas com luxo, vivendo no mesmo estilo que os outros 'grandes'". (Louis B. Wright, *The Cultural Life of the American Colonies*, p. 43)

Ao fim do século XVII e início do XVIII, "um pequeno grupo de homens, aparentados entre si por meio de casamentos, detinha a maioria das cargos importantes da colônia. Eles fizeram fortuna percorrendo os mares como ousados mercadores e negociantes, ou no interior comerciando com os índios, a quem trataram bem desde o início. Estes primeiros 'grandes' *quakers* constituíam um grupo piedoso, que colecionava livros, formava bibliotecas e construía jardins aprazíveis e formais". (Digby Baltzell, *Philadelphia Gentlemen*, p. 79)

c. Brilho social, econômico e cultural de Filadélfia

No decurso do século XVIII, Filadélfia superou Boston e Nova York como centro comercial, e ao fim do período colonial "se tornara a segunda cidade do Império Britânico, orgulhando-se de ter algumas das mais poderosas famílias de comerciantes na América". (Louis B. Wright, op. cit. p. 42)

"Filadélfia era a segunda maior cidade inglesa – somente Londres a ultrapassava em número de habitantes. Filadélfia e outras capitais de colônias americanas eram centros culturais relativamente conhecidos nesse tempo: possuíam universidades e sociedades doutas, e sua elite mantinha assíduo contato com a vida intelectual e científica da Grã-Bretanha, com a qual colaborava". (Seymour Martin Lipset, "A Sociedade Americana", – Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966, p. 113)

Assim, Digby Baltzell, estudioso das estruturas sociais da Filadélfia colonial e descendente de uma de suas tradicionais famílias, pode afirmar: "Filadélfia era a maior cidade da nova nação, e possuía talvez a mais rica, mais bem sucedida, mais alegre e mais brilhante elite do país". (E. Digby Baltzell, *Puritan Boston and Quaker Philadelphia*, p. 4)

Esta elite absorvia as últimas modas e as correntes de pensamento mais em voga. "Nas décadas centrais do século XVIII, as idéias do iluminismo francês – laico, racionalista, humanista, democrático, igualitário e individualista – foram trazidas à América através da próspera cidade de Filadélfia". (Digby Baltzell, *Puritan Boston and Quaker Philadelphia*, p. 143). Muitas das idéias que mais tarde fermentariam na Revolução Americana foram cultivadas em seus aristocráticos salões.

"A idade de ouro da aristocracia de Filadélfia estendeu-se ao longo dos últimos 25 anos do século XVIII. Esta foi também a época em que se fundaram a maior parte das dinastias de suas Primeiras Famílias. Muitos dos círculos mais fechados da classe alta tradicional de Filadélfia, em meados do século XX – homens que dominam o *Philadelphia Club*, o *First City Troop*, os

tradicionais *Assembly Balls*, bem como os bancos – têm antepassados que foram homens proeminentes no período revolucionário". (Digby Baltzell, *Philadelphia Gentlemen*, p. 81)

5. Georgia: O malogro de um planejamento filantrópico

Embora a elite social da Georgia ainda estivesse em fase de elaboração, no fim do período colonial, essa colônia merece uma rápida menção aqui, por ter sido um exemplo prefigurativo muito frisante do malogro de planejamentos agrários, feitos de acordo com os princípios e métodos do socialismo utópico do século seguinte.

De fato, a colônia foi estabelecida com base em ideais utópicos, não de inspiração religiosa, como no caso dos *quakers* e puritanos, mas de natureza filantrópica.

Fundada em 1732, meio século após a Pennsylvania, a Georgia foi a última das colônias inglesas a ser implantada na costa leste da América de Norte, para evitar a expansão espanhola em territórios ainda vazios e reclamados por ambas as nações.

A colônia foi concedida por carta-patente real a um grupo de 21 donatários filantropos, liderados por James Oglethorpe, pelo período de 21 anos.

Oglethorpe e seus associados fundaram a colônia como uma empresa meramente filantrópica, sem visar lucros. Tinha ela a finalidade principal de oferecer uma oportunidade para os endividados e outras categorias de pessoas caídas na pobreza, às voltas com a lei inglesa da época. A colônia seria um refúgio para "aqueles que estivessem mais aflitos e fossem virtuosos e competentes". (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 79). E lhes daria uma oportunidade de obter manutenção para si e suas famílias.

Desde o início, aos colonos não foi concedida qualquer participação no governo. Todas as decisões, mesmo aquelas referentes aos menores detalhes da vida da comunidade, eram tomadas em Londres.

A tal ponto a iniciativa individual foi coarctada pela fantasia dos donatários distantes, que Boorstin comenta: "Tal planejamento, em relação aos que emigravam para a Georgia, tinha mais o aspecto de uma prisão bem dirigida, ou de um exército de mercenários, do que o de uma colônia de homens livres procurando fazer fortuna em um mundo novo". (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 87)

A empresa filantrópica de Oglethorpe implantou na Georgia um sistema de posse da terra totalmente artificial e bastante semelhante às utopias socialistas de épocas posteriores. Ou seja, promoveu um igualitarismo forçado, que resultou em desastrosos efeitos econômicos.

A cada colono eram concedidos 50 acres de terra. O limite máximo de uma propriedade era de 500 acres. Ela não poderia ser alienada nem dividida, e só poderia ser legada em testamento a um herdeiro masculino. Na falta deste, a propriedade reverteria à empresa, quando morresse o primeiro beneficiário.

Este sistema sufocou a formação de uma elite nativa. Aos colonizadores da Georgia não era oferecida a oportunidade, que havia nas outras colônias, de adquirir mais terras e de subir na escala social. Agindo desse modo a empresa filantrópica dos donatários impediu o desenvolvimento econômico, social e político da colônia.

"Seu pecado [dos donatários] não foi tanto o de serem ignorantes [das condições da colônia], mas sim o de agir como se não o fossem; e através de suas leis, impor sua ignorância aos colonizadores". (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 81)

Com a estagnação da colônia, muitos daqueles cuja livre iniciativa era impedida pelos regulamentos utópicos, elaborados em Londres, resolveram deixá-la e tentar melhor sorte em outras, onde havia maior oportunidade para progredir: "Não se sabe ao certo que parcela da população abandonou a Georgia, em busca de melhores oportunidades na Carolina e outras colônias, em meados do século.... Porém muitos saíram, e.... a Georgia estava em via de se tornar uma colônia deserta". (Daniel Boorstin, *The Americans*, p. 95)

Incapaz de fazer cumprir seus regulamentos, a empresa filantrópica devolveu sua patente à Coroa, em 1752. A Georgia passou a ser uma colônia real, e só então teve início seu verdadeiro progresso, inclusive os primeiros passos rumo ao desenvolvimento de uma elite nativa.

6. O anti-catolicismo ao longo do período colonial

As lutas religiosas que se observavam na Europa a partir do século XVI se refletiram nas colônias americanas, especialmente nas colônias inglesas na América do Norte, onde o protestantismo dominava em suas diversas modalidades.

Excluindo Maryland, as elites das diversas colônias eram formadas por membros de seitas protestantes, cujo grau de adesão

aos princípios igualitários de sua religião importava em maior ou menor animosidade em relação a Igreja Católica. Essa animosidade era aumentada, especialmente nas colônias de Nova Inglaterra, pelas contínuas e sangrentas lutas contra católicos franceses de Québec e seus aliados índios.

O espírito anti-católico difuso, na era colonial, é assim descrito pelo historiador Sydney Ahlstrom: "A história colonial está repleta de um anti-catolicismo explícito e sem disfarces.... Os católicos americanos enfrentaram discriminações em todas as colônias, até mesmo em Maryland.... O progresso da noção de igualdade, durante a Revolução Americana, teve efeitos moderadores sobre tal anti-catolicismo. Mesmo assim, sete das treze colônias iniciais levaram para o período pós-independência uma legislação que continha ainda algo daquele anti-catolicismo, apesar do *Bill of Rights* (a Primeira Emenda à Constituição, que assegura a liberdade religiosa). (Sydney Ahlstrom, *A Religious History of the American People*, pp. 558-559)

Na Pennsylvania os católicos eram menos perseguidos que nas outras colônias, e por isso um maior número deles lá se estabeleceu. Porém, no época da rainha Anne esta colônia também foi obrigada a aplicar as leis inglesas, que tiravam aos católicos o direito de voto e de ocupar cargos públicos. Essas leis tiveram vigência não só na Pennsylvania, mas em todas as colônias, até o fim do período colonial.

Em Nova York, após a queda dos Stuarts e o advento de Guilherme de Orange, os católicos tiveram suas liberdades suprimidas de modo categórico. Durante a administração de mais de trinta governadores daquela colônia até a Independência, a situação dos católicos não melhorou. Em 1701, eles foram privados do direito de voto e de ocupar cargos públicos, sendo também proibida a entrada de qualquer sacerdote católico na colônia. Por mais de 75 anos os católicos não tiveram sequer uma igreja aberta, embora ocasionalmente a Missa fosse celebrada na clandestinidade.

"Fora de Maryland e Pennsylvania, onde pequenas ilhas de catolicismo conseguiram sobreviver publicamente ou quase em segredo, a história da Igreja Católica no fim do período colonial não passa de meros rumores, 'tradições' sem substância e cautelosas suposições". (Sydney E. Ahlstrom, *idem*, p. 341)

Isso privou as elites coloniais da preciosa contribuição que o espírito católico poderia fornecer, para a formação social e cultural delas e para o florescimento de um tipo humano mais plenamente cristão e aristocrático.

Capítulo VI

REVOLUÇÃO AMERICANA, INDEPENDÊNCIA E CONSTITUIÇÃO

1. Elites coloniais no período revolucionário (1763-1781)

A Revolução Americana – ou seja, o movimento revolucionário que resultou na luta armada contra a Inglaterra, pela independência das treze colônias inglesas na América do Norte (Guerra da Independência) – teve causas diversas. É difícil explicá-la somente pelas idéias políticas radicais dos *whigs*¹ ingleses. Ou apenas pela influência da filosofia de John Locke, e de outros filósofos do iluminismo, sobre amplos setores das classes cultas da América do Norte. Na verdade, múltiplas causas convergiram para dar origem à Revolução Americana.

1 – *Whig* era a designação de um dos maiores partidos da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Os *whigs* lutavam para limitar a autoridade real e aumentar o poder do Parlamento; estavam geralmente ligados aos grupos religiosos dissidentes.

Gordon Wood, em sua famosa obra sobre a Revolução Americana, refere-se a elas quando declara: "Inspirando-se nas repúblicas da antiguidade e no próprio passado constitucional inglês, como lhes foi transmitido pela tradição radical *whig*, os americanos procuraram formular uma ciência política da História, que explicaria o que estava acontecendo à Inglaterra e a eles próprios. Uma explicação que, quando reunida a uma complicada mistura de noções tomadas ao iluminismo, ao racionalismo e à teologia puritana da aliança, tinha implicações revolucionárias". (Gordon Wood *Creation of the American Republic*, p. 17)

Porém, ao considerar a complexidade de fatores que levaram à independência norte-americana, uma coisa é certa: a lenda popular de um povo amável, virtuoso e livre, levado à revolta pela tirania de um monarca implacável, não corresponde à realidade.

É ainda Gordon Wood quem afirma: "Nada havia daquela lendária tirania, que tantas vezes na História levava povos desesperados à rebelião. Os americanos não eram um povo oprimido,

nele não havia algemas imperialistas para serem arrancadas.... A realidade social objetiva dificilmente seria capaz de explicar uma revolução". (Gordon Wood, *Creation of the American Republic*, pp. 3-4). De fato, ele indica que os norte-americanos, em seu conjunto, provavelmente tinham mais direitos que a maioria dos povos daquela época.

Estudos históricos modernos questionaram este mito do povo oprimido por uma tirania. Pois mostraram que o movimento que levou à guerra pela independência – ao contrário de uma mera disputa por questões concretas de ordem política ou econômica – teve um caráter ideológico, nitidamente revolucionário, semelhante ao que sucederia na França. Seu efeito sobre a vida das elites tradicionais americanas, embora menos imediato e extremado, foi entretanto profundo.

É fato que havia conflitos de interesses entre a metrópole e as colônias. A década que precedeu a Revolução foi caracterizada por um crescente esforço da Coroa Inglesa para implantar uma política imperialista padronizada nas colônias. Por seu lado, o Parlamento procurava promover uma política mercantilista, de efeitos nocivos para os interesses das elites coloniais, que se opuseram com firmeza a tais pretensões da Coroa e do Parlamento, contrárias aos seus direitos e costumes tradicionais.

Normalmente tais diferenças teriam sido resolvidas por meios pacíficos. Porém, as chamadas da controvérsia foram mantidas acesas por elementos radicais, que orientaram o descontentamento para prosseguir no desafio à política britânica: "O prosseguimento da agitação após 1770 foi devido aos radicais, que visavam reformar as relações com a Inglaterra e as próprias relações domésticas". (Homer C. Hockett, *The Political and Social Growth of the American People*, - New York, MacMillan, 1940, p. 180)

O ímpeto da ofensiva ideológica a favor do movimento pela independência foi obra dos elementos mais radicais. Isto manifestou-se com toda evidência na retórica revolucionária, que varreu o país para modificar os princípios, as opiniões, os sentimentos e as apetências do povo.

a. Do ressentimento pessoal ao desejo de uma república aristocrática

Nesse período de crescente intervenção da Coroa e do Parlamento nas colônias, houve um tipo de descontentamento em relação ao governo inglês, de natureza muito mais pessoal que política. Entre os numerosos *whigs* moderados existentes nas elites coloniais, houve ressentimentos contra favoritismos e indicações reais em detrimento de suas pessoas.

Eles se queixavam constantemente "do abuso da autoridade real ao criar distinções políticas, e conseqüentemente sociais; das manipulações de indicações oficiais, que permitiam a certas pessoas, por meio de ligações poderosas e de bajulações.... passar à frente daqueles igualmente ou mais qualificados para preencher posições lucrativas, de poder e de prestígio". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, pp. 79-80)

Porém, apesar desse descontentamento, eles não tinham a intenção de destruir a hierarquia social com a introdução da república. Aquelas elites eram "agudamente conscientes de graus e posições, sensíveis ao menor insulto de natureza social". Esquecidas do inevitável efeito nivelador do republicanismo revolucionário, elas esperavam ver destruídos apenas "os parasitas bajuladores da Coroa". (Gordon Wood, *Creation of the American Republic*, pp. 71-72)

Aderindo ao apelo revolucionário para construir uma nova sociedade baseada numa "igualdade natural", governada por uma "aristocracia natural", as elites coloniais pretendiam ocupar as altas camadas da escala social, livres de "distinções artificiais" concedidas arbitrariamente pela Coroa, ou resultantes de privilégios não ligados ao mérito.

Gordon Wood assim descreve como tais elites coloniais revolucionárias concebiam uma "aristocracia natural": "Era algo muito mais sutil que a mera posse de riqueza. Era um sentimento social mais profundo, um senso de estar socialmente estabelecido, de possuir atributos – família, educação, refinamento – que faltavam aos outros. E, acima de tudo, de ser aceito e de ser capaz de circular livremente entre aqueles que se consideravam respeitáveis e cultos". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 497)

"O ideal, especialmente nas colônias do sul, era a criação e a manutenção de uma aristocracia verdadeiramente natural, baseada na virtude, temperança, independência e dedicação ao bem comum". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 71)

"Os revolucionários estavam geralmente confiantes de que existia na comunidade uma parte senatorial – uma elite natural, social e intelectual – a qual.... encontraria seu lugar de direito nas câmaras altas dos legislativos". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 209) Nesta ordem republicana, sem dúvida, o plantador do sul ou o advogado gentilhomem de Nova Inglaterra almejava uma posição de destaque.

b. A Revolução Americana: obra de elites

O que havia começado como uma inconformidade contra imposições do Parlamento e da Coroa sobre as colônias, dentro de uma década eclodiu como um genuíno movimento revolucionário.

A Revolução Americana foi definidamente um fenômeno de elites. A caminhada rumo à Independência tornou-se possível pela solidariedade nos setores da classe alta de todas as colônias. Os aristocratas que a planejaram, em suas mansões às margens do Potomac, do James, do Hudson e de outros rios, "eram deístas e livres pensadores. Obras de Voltaire, Hume, Gibbon e Thomas Paine poderiam ser encontradas em suas estantes". (Clement Eaton, *The Growth of Southern Civilization* - Harper and Row, p. 13)

Segundo von Borch, foi uma elite aristocrática colonial, adepta de princípios republicanos, que articulou a revolta contra a Inglaterra: "Temos aqui, talvez, o mais enraizado paradoxo no emergir dos Estados Unidos como nação independente. A 'dinastia da Virginia', dos primeiros presidentes do Estado federal independente.... veio precisamente da aristocracia dos plantadores. Dentro dessa aristocracia desenvolviam-se os poderes e as idéias que tornaram as colônias independentes da Inglaterra, e lhes deram um regime doméstico liberal, mas ainda um tanto conservador. A revolução contra a Inglaterra foi planejada nas senhoriais propriedades das margens dos rios da Virginia.... Os auto-confiantes senhores de plantações, vivendo seu estilo de vida, foram os líderes de uma revolta contra a Inglaterra". (Herbert von Borch, *The Unfinished Society*, pp. 216-217)

No coração desse homem de elite revolucionário havia uma dicotomia entre seus hábitos aristocráticos e suas idéias republicanas: "Um advogado da Nova Inglaterra e um plantador da Virginia poderiam encher seus diários com a narração de suas lutas internas, entre as atrações e as repulsas do mundo do prestígio e do refinamento social. Esta forma de tensão e de ambivalência de atitude, bem difundida, criou uma dolorosa disjunção de valores e uma situação social muito instável". (Gordon Wood, *idem*, p. 75). Tornou-se desde então uma característica das elites norte-americanas.

Resumindo os efeitos sociais, políticos e econômicos do movimento revolucionário, Edward Pessen declara: "A Revolução Americana não solapou o sistema de classes sociais, nem debilitou as barreiras existentes entre elas, que haviam sido formadas durante a era colonial. Indubitavelmente, uma nova ordem política mais democrática emergiu em nível nacional e estadual.... O verdadeiro poder político continuou a ser principalmente concentrado nas mãos de poucos, eles mesmos subordinados aos

homens ricos em seus estados e localidades. Na medida em que a riqueza é uma indicação de classe social, ela tornou-se mais desigualmente distribuída após a Revolução do que fora antes. Os novos ricos de então não vieram substituir os ricos de épocas anteriores, mas sim engrossar as suas fileiras". (Edward Pessen, *Making America*, p. 275)

c. A divisão da sociedade colonial em face da Revolução

A sociedade colonial, incluindo os grupos de elite, ficou dividida em duas facções: os *whigs*, liberais e reformistas, controlados por uma minoria de elementos radicais que desejavam a independência em relação à Inglaterra; e os *loyalists*, formando uma maioria – ora ativa, ora passiva – favoráveis a queixas contra a Inglaterra, mas rejeitando a separação, e desejando o retorno ao prévio status quo e a reconciliação; eram também conhecidos como *tories*.

"Nenhum líder, nem mesmo o mais declarado patriota americano, era anti-britânico, quando teve início a longa evolução de acontecimentos que culminaram com a Revolução", diz Pauline Maier, da Universidade de Massachusetts. (Pauline Maier, *From Resistance to Revolution*, - New York, Random House, Vintage Books, 1974, p. XI).

Antes de 1775, poucos americanos se davam conta do alcance da resistência colonial. Os líderes radicais tiveram de vencer a força da corrente *loyalist* no público, moderando o que escreviam. Em 1774, Thomas Jefferson confessou que o caminho de transição para a independência "ainda era muito longo, para a massa dos nossos cidadãos". (Cfr. Merrill D. Peterson, *Thomas Jefferson and the New Nation*, p. 71)

Confirmando que os *loyalists* constituíam a maioria, Claude H. Van Tyne escreveu que "a lealdade à Coroa era uma condição normal na colônia". E observa que eram os *whigs* radicais que necessitavam mudar a opinião dos habitantes, para que estes seguissem a nova ordem revolucionária, desejada por eles para as colônias. (Claude H. Van Tyne, *The Loyalists in the American Revolution*, p. 23)

No norte, entre os *loyalists*, havia numerosos negociantes da Nova Inglaterra, de Nova York e da Pennsylvania. No sul os plantadores, em seu conjunto, constituíam uma classe de *whigs* moderados, dominados por líderes radicais; porém, numerosos pequenos fazendeiros das regiões da fronteira tendiam fortemente para os *loyalists*.

"Os *loyalists* eram numerosos e constituíam a posição dominante, mas concordavam entre si apenas no temor de que a resistência à Inglaterra poderia ser levada longe demais. A falta de um programa positivo reduziu seu peso a um mínimo. Os *whigs*, por seu lado, eram ativos e bem unidos. Seus comitês locais impediam a manifestação das opiniões *loyalists*". (Homer C. Hockett, op. cit., pp. 190-191). Comitês revolucionários introduziam a Revolução em cada casa, conseguindo adesões mediante ameaças de ostracismo, difamação ou violência física.

No decurso da Revolução, que tomou aspectos claros de guerra civil, com violentos combates entre as duas facções acima mencionadas, muitos dos *loyalists* de todas as classes sociais se exilaram na Inglaterra ou no Canadá: "A Revolução foi uma das grandes sublevações neste continente. Ela levou 80.000 pessoas ao exílio, de uma população de dois milhões". (Hereward Senior, *The Loyalists of Québec* - Montréal, Price-Patterson Ltd. 1989, p. 3)

Este fato é narrado também por Schlesinger: "Quando eclodiu o conflito armado, milhares de homens e mulheres, considerados partidários dos *tories*, foram forçados a fugir para a terra dos seus antepassados, muitos se estabelecendo como colonizadores no Canadá.... Suas propriedades e fortunas foram confiscadas pelos governos revolucionários, e decretos de proscrição foram emitidos contra seu possível retorno.... Porém, outros membros da classe alta, como a aristocracia rural do sul e alguns dos grandes negociantes *quakers*, jogaram seu destino com os revolucionários, embora muitos deles desaprovassem as doutrinas extremistas advogadas pelos líderes populares". Arthur Schlesinger, *New Viewpoints in American History*, p. 77)

2. A Declaração de Independência (1776)

Em maio de 1775 o Congresso Continental reuniu-se pela segunda vez, em Filadelfia. Este congresso era uma assembléia de representantes das colônias, para expor reivindicações contra a política colonial inglesa. Em fins do mesmo ano havia pouca esperança de reconciliação. A facção radical pressionava cada vez mais, no sentido de uma ruptura, não apenas com o Parlamento Inglês, mas com a própria Coroa, para a formação de 13 estados republicanos independentes.

Em 1776, a exigência de uma Declaração de Independência tornara-se o traço característico dos radicais". (Cfr. Pauline Maier, *From Resistance to Revolution*, p. 266)

Em 2 de Julho daquele ano, após uma pressão frenética exercida pelos patriotas radicais", o passo final e definitivo da independência total foi dado quando o Congresso Continental

aprovou a *Declaração de Independência*, escrita pelo plantador aristocrata e democrata radical Thomas Jefferson. "A Declaração de Independência, formulada pelo Congresso Continental, foi realmente uma Declaração dos 'treze Estados Unidos da América' proclamando que, como 'Estados livres e independentes, eles têm o pleno poder para declarar guerra, negociar a paz, contrair alianças, estabelecer comércio, e realizar qualquer outro ato que Estados independentes têm o direito de realizar'". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 356)

Assim, impelida por princípios filosóficos liberais, a facção radical deu um passo sem precedentes: fundar uma nova nação, inspirada nesses mesmos princípios.

"Em 1776, um empreendimento colonial foi transformado numa sociedade livre e independente, por um ato de vontade deliberado e bem ponderado. E porque isto não se deu de modo natural, mas foi implantado artificialmente, o país que daí resultou, mais que qualquer outro na História, pode ser identificado com uma filosofia particular. A utopia que os *Founding Fathers* desejavam realizar para sempre em solo norte-americano.... [foi inspirada] numa fusão de idéias e sentimentos, conhecidos na história da Filosofia como iluminismo, racionalismo, otimismo e deísmo". (Herbert von Borch, *The Unfinished Society*, p. 12)

A Declaração também adotou para o governo e a sociedade os princípios da democracia liberal, realizando assim uma ruptura com as tradições políticas e religiosas de seu passado colonial.

"Sua mensagem é a mensagem do século XVIII sobre a ilimitada capacidade do homem, como um ser livre, para criar seu próprio sistema social, e para recriá-lo tantas vezes quantas ele falhar em satisfazer os dois valores que Jefferson considerava supremos – Liberdade e Felicidade". (Herbert von Borch, *The Unfinished Society*, p. 13)

Ao adotar a Declaração de Independência como sua Carta fundamental, as elites coloniais do Congresso Continental uniram a filosofia liberal revolucionária à revolta colonial e transformaram uma rebelião dentro do Império num símbolo de libertação para toda a humanidade.

Uma minuciosa ponderação dos elementos contidos na *Declaração de Independência* torna manifesta a presença simultânea de duas ações distintas:

1 - A ruptura das treze colônias com a Coroa inglesa. Esta ruptura, considerada em si mesma, não operaria senão o nascimento político de treze pequenas nações, independentes não só da antiga metrópole, como também independentes entre si;

2 - A formação de um liame entre essas treze unidades. Este liame as unia como um feixe, em face de todo o mundo, para efeitos de paz ou de guerra com Inglaterra, aliança com a França, e eventuais negociações pacíficas com outros povos.

A coordenação da ação simultânea dessas treze unidades aliadas tocava evidentemente ao Congresso Continental (ou seja, uma assembléia pan-norte-americana).

A descrição total do passo então dado deve fazer menção de outros elementos que, sem serem propriamente políticos, são entretanto do maior realce, e ricos em impulsos dinâmicos.

Um deles consiste em que nos treze estados se professe oficialmente que um mesmo conjunto de princípios de filosofia política, proclamados como verdades evidentes (*self-evident truths*), que devem nortear a vida do povo em todos os estados, constituem a filosofia oficial da coligação das treze ex-colônias. Este conjunto de princípios iria substituir, em nível meramente filosófico e deísta, o estado confessional da era anterior; e, em nível mais universal, faria do novo país um modelo paradigmático, a ser imitado por todas as nações do mundo. A difusão desse modelo daria um caráter missionário à recém-fundada república.

Ao proclamar tais princípios filosóficos como seus, aquele "feixe" de estados assume algo do timbre de voz de um arauto que deseja "converter" todos os povos a um *novus ordo seculorum*.

Em tudo isso se nota que, já no berço, a coligação apresenta tendências que se transformam em cartilha de pensamento e programa de ação. Disso resultou a formação de um Estado que se tornaria forte, embora oficialmente federativo, que se erigiu em dado momento na maior potência da terra; e que abarcou em seu seio todas as treze ex-colônias inglesas, às quais foram progressivamente acrescentados novos territórios, até chegar aos cinquenta estados de hoje, da bandeira das estrelas e listas.

Por outro lado, a prevalência dos princípios filosófico-religiosos — ou melhor, laico-filosóficos — do ato de Independência, permaneceu até o presente, com matizes ora mais carregados ora menos.

Tais princípios conferiram à nova nação um sentido missionário laico-filosófico-democrático, de significado internacional; o qual, por sua vez, deu origem a uma das mais importantes controvérsias de nossa história: isolacionismo vs. expansionismo.

3. Os anos que se seguiram à independência (1781-1787)

Ao final das hostilidades, em outubro de 1781, as 13 colônias recém-independentes constituíram um frouxo governo central, regulado pelos Artigos da Confederação, elaborados pelo Congresso Continental.

Este exercia um limitado poder central, especialmente nos assuntos de política exterior, decidindo questões sobre guerra e paz, comércio exterior, etc. Porém tinha pouca autoridade para agir no interior de cada Estado. Não havia chefe de Estado com poderes executivos, nem um poder judiciário comum.

Imediatamente após a independência, teve início no âmbito legislativo dos governos estaduais um movimento destinado a eliminar os privilégios sociais e atingir – em prazo médio ou longo – o maior nivelamento possível, também no campo econômico. Este movimento tinha por finalidade solapar as bases econômicas das elites aristocráticas e diminuir, ou até mesmo impedir, seu predomínio enquanto tal, na sociedade.

Assim, já nos primeiros 15 anos, a primogenitura e o morgadio foram eliminados em todos os estados: "Eles eliminaram os direitos legais da primogenitura e do morgadio, os quais, antes da guerra, haviam ajudado a manter a aristocracia rural pela transferência integral da propriedade ao filho mais velho, e pela preservação dessa propriedade intacta de geração a geração". (Williams, Current, Freidel, *A History of the United States*, p. 143)

A Revolução Americana foi o primeiro passo para a eliminação gradual das grandes propriedades rurais, base econômica das famílias patricias da era colonial. Terras pertencentes à Coroa, aos donatários e aos *loyalists* foram desapropriadas ou confiscadas, e divididas em pequenas fazendas.

No decurso das gerações subseqüentes, as grandes propriedades remanescentes foram também divididas, em virtude da aplicação das leis contra a primogenitura e o morgadio. "Exceto no sul, – diz von Borch, – a classe alta começou a cortar seus laços com o solo e assumir a liderança de uma sociedade econômica, industrial e financeira". (Herbert von Borch, *The Unfinished Society*, p. 217)

A formação de uma confederação de estados americanos no fim da Guerra da Independência, não trouxe paz nem harmonia social: "No outono de 1786, muitos passaram a ver os Artigos da Confederação mais como um plano de anarquia que de governo".

(Minor Meyer jr., *Liberty without Anarchy* - Charlottesville, University Press of Virginia, 1983, p. 70)

Em todos os estados, da Nova Inglaterra à Carolina do Sul, a atmosfera igualitária espalhada pela retórica da Revolução fez com que todas as superioridades, devidas a circunstâncias várias que não fossem o mérito, se tornassem insuportáveis. Ao mesmo tempo, a aversão republicana às desigualdades herdadas estava sendo ampliada, numa denúncia geral contra todas as diferenças, fossem elas de ordem econômica, social, intelectual ou profissional. Republicanos radicais atacavam qualquer manifestação de superioridade ou refinamento social, como sendo contrária ao espírito e aos princípios da Revolução. Até mesmo simples referências a graus de respeitabilidade tinham uma sonoridade aristocrática para os mais igualitários. (Cfr. Gordon Wood, op. cit., pp. 399, 400, 482)

Nas mais altas posições da vida política, novas figuras passaram a preencher o vazio deixado pelos *loyalists* que se exilaram. Em muitos estados uma nova elite política e econômica, desconhecida uma década antes, ocupava suas assembleias: "O mais assinalado efeito social da Revolução não foi a harmonia ou a estabilidade, mas o súbito aparecimento de novos homens por toda a parte, na política e nos negócios.... Homens que não eram respeitáveis - nem pela sua propriedade, nem pela sua virtude, nem pelas suas capacidades - estavam tomando a direção dos assuntos públicos". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, pp. 476-477)

John Jay, uma figura destacada das elites tradicionais de Nova York, queixava-se de que "se concedia posição e importância aos homens a quem a Sabedoria haveria deixado na obscuridade". O mesmo juízo era feito pelo futuro presidente James Madison, para quem os legislativos estaduais "estavam sendo ocupados, e anualmente reocupados, por fisionomias diferentes, frequentemente por homens sem leitura, experiência ou princípios". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 477)

Muitos esperavam, especialmente no sul, que a Revolução viesse minorar a instabilidade social. Ora, o que ocorreu foi exatamente o contrário: "A igualdade não estava criando harmonia e contentamento. O que se notava é que ela se havia tornado a própria causa dos males que estava destinada a eliminar". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, pp. 398-399)

Durante este período de elaboração das constituições estaduais, prevaleceu o princípio revolucionário de transferência da soberania para "o povo". Isso teve como consequência uma convulsão na vida política de vários dos novos estados. Arruaças,

comícios eleitorais, convenções populares para manifestar a vontade do "povo" nos menores aspectos da vida pública, tornaram-se generalizados.

Segundo Gordon Wood, por todos os estados "um excessivo poder do povo estava conduzindo não apenas à licenciosidade, mas a uma nova espécie de tirania, exercida não por governantes, mas pelo próprio povo. Foi o que John Adams qualificou, em 1776, como uma contradição teórica, um despotismo democrático". (Gordon Wood, op.cit., p. 404)

Mais adiante o mesmo autor afirma: "Os americanos experimentaram assim, na década de 1780, não apenas uma crise de autoridade – a licenciosidade conduzindo à anarquia – o que era um abuso compreensível da liberdade republicana, mas também um sério abalo dos velhos métodos de examinar a política, e um questionamento fundamental do governo de maioria, que ameaçava sacudir as bases de sua experiência republicana". (Gordon Wood, idem, p. 411)

Em vez da formação de um governo exercido pela "aristocracia natural" – ou seja, por elites sociais não hereditárias – sobre um povo virtuoso e ponderado, como haviam desejado os teóricos do republicanismo, a Revolução parecia estar produzindo o efeito oposto, "ao permitir que homens socialmente insignificantes.... subissem a posições de mando, sem passar através dos diversos níveis sociais, e sem adquirir o status reconhecido para a liderança social". (Gordon Wood, op. cit., p. 481)

Ao fazer de uma pessoa desqualificada um líder, o povo alardeava seu poder, voltando-se contra toda a classe patricia: "Os plantadores [no sul] se viram confrontados por desafios espalhados contra sua autoridade, os quais não poderiam ter sido previstos em 1776". (Gordon Wood, op. cit., p. 482)

Carentes de uma autoridade forte no poder executivo, e com os membros dos legislativos absorvidos em disputas paroquiais de seus eleitores, muitos estados mergulharam numa situação de turbulenta ingovernabilidade. Em alguns deles ocorreram violentas explosões populares, enquanto qualquer forma de um efetivo governo federal praticamente cessou de existir.

Todos estes fatores estavam rapidamente conduzindo ao pressentimento de que a experiência revolucionária havia falhado, e alguma forma de repressão social e de governo centralizado era necessária para resolver a crise.

O crescente radicalismo observado nos estados estava intimidando a classe dos proprietários, os quais começaram a

sugerir que um governo federal forte e centralizado se tornava necessário para "assegurar a tranqüilidade doméstica", garantir "a forma republicana de governo" e proteger a propriedade contra a "violência interna". (Dye and Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 32)

Em suma: "Apesar da Declaração de Independência, – diz Edward Pessen – os líderes da sociedade colonial continuaram a pensar após a Revolução, como já antes dela pensavam, que somente os poucos dotados de um especial ou grande interesse pelo bem social, poderiam merecer a confiança para governar com responsabilidade". (Edward Pessen, *Making America*, p. 275)

4. A Constituição: seus autores e suas metas (1787-1788)

a. Os *Founding Fathers*: uma elite aristocrática nacional

Em 1787, representantes de 11 estados reuniram-se em Filadélfia, a fim de elaborar uma constituição federal para uma república federativa, que deveria substituir aquilo que fora até então uma livre confederação de 13 estados de recente independência.

Esta elite de homens de negócios, advogados e plantadores – que representava em boa medida o elemento aristocrático da sociedade norte-americana pós-revolucionária – encontrou-se a portas fechadas, para elaborar a Constituição. Significativamente, não participaram do encontro os líderes revolucionários mais radicais, alguns por estar no estrangeiro, outros recusando-se a comparecer.

Era um auto-selecionado grupo de homens, que tomou a si a tarefa de redigir uma constituição federal. Presididos por George Washington – "com suma distinção, nascida tanto do seu carisma pessoal, como do carisma de sua classe" (Digby Baltzell, *Puritan Boston and Quaker Philadelphia*, p. 187) – eles tinham a autoridade que lhes conferia sua classe social e seu passado familiar, representando o melhor da tradição colonial. Eles constituíram um grupo de aristocratas, sobre o qual a duradoura legenda dos *Founding Fathers* foi construída.²

2 – Seymour Martin Lipset indica como um dos fatores de legitimação do governo pós-revolucionário o carisma pessoal de seus líderes (Cfr. *A sociedade Americana*, p. 37)

Eis como Dye e Zeigler os descrevem: "Aqueles 55 homens que redigiram a Constituição dos Estados Unidos e fundaram uma nova nação eram uma elite verdadeiramente excepcional, não apenas

ricos e bem nascidos, mas também educados, talentosos e capazes". Quando o democrata radical Thomas Jefferson, que então representava a nação perante a Corte de Versailles, viu a lista dos delegados à Convenção, escreveu ao seu amigo John Adams, então representante do país na Inglaterra: "É realmente uma assembléia de semi-deuses". (Dye and Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 27)

Foi esta assembléia de semi-deuses que dispôs o curso da república norte-americana para as gerações futuras. Nela estavam representadas elites de diversos níveis de prestígio e projeção, como constata Baltzell: "Esses 55 homens constituíam um clássico exemplo de liderança de homens, pertencentes a uma classe com autoridade há longo tempo estabelecida. Dois deles, Washington e Franklin, eram conhecidos internacionalmente; pouco mais de dez eram figuras de projeção nacional; os outros eram, pouco mais ou menos, líderes locais". (Digby Baltzell, *Puritan Boston and Quaker Philadelphia*, p. 186)

Os *Founding Fathers* impunham respeito e confiança, eram seguros de si e tinham aquela autoridade moral que só uma elite autêntica poderia manifestar: "Os 55 homens que se reuniram no verão de 1787, para estabelecer um novo governo nacional, constituíam o mais prestigioso, rico, educado e habilidoso grupo de "notáveis", jamais reunido na América para um encontro político. Os *Founding Fathers* eram verdadeiramente a elite das elites, tanto desejosa quanto capaz de agir com ousadia criativa, no estabelecimento de um governo para toda a nação.... Os *Founding Fathers* estavam conscientes de que as elites são mais eficientes nas negociações, compromissos e decisões quando operam em segredo.... Somente homens confiantes em seus próprios poderes e aptidões, homens de princípios e de propriedade, seriam capazes de proceder desta maneira audaz". (Dye and Zeigler, *The Irony of Democracy*, pp. 34-5)

Louis Wright assim descreve a origem aristocrática destes líderes revolucionários: "Das fileiras dos homens que utilizaram seu tempo de lazer para cultivar seus espíritos saíram os líderes que deram forma aos destinos do país, em 1776 e 1787. A Constituição foi obra de *gentlemen* cômescios de seu dever de servir os mais altos interesses do Estado". (Louis B. Wright, *The First Gentlemen of Virginia - Charlottesville, Virginia, Dominion Books*, 1964, p. 350). "Os plantadores aristocratas governaram a Virginia por direito consuetudinário, e das fileiras de seus descendentes saíram os homens de Estado que ajudaram a reunir as treze colônias revoltadas numa só nação". (Louis B. Wright, *The First Gentlemen of Virginia*, p. 2)

Contradizendo o mito democrático das origens populares da república norte-americana, Dye e Zeigler afirmam: "A Constituição dos Estados Unidos não foi 'ordenada e estabelecida' pelo 'povo'. Apenas uma pequena fração do 'povo' participou, de algum modo, na adoção da Constituição. Esta foi preparada em Filadélfia por uma pequena, educada, talentosa e rica elite, representativa de poderosos interesses econômicos – credores (dos governos revolucionários), investidores, negociantes, grandes proprietários e plantadores". (Dye and Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 56)

Assim, esta elite nativa, constituída por homens de família e de propriedade, reuniu-se em Filadélfia para elaborar uma Constituição que permitisse a sobrevivência da primeira experiência de um governo republicano nas Américas, baseada em princípios revolucionários. Um apoio maciço à Constituição foi manifestado pelas elites dos diversos estados, as quais se haviam retraído devido à turbulência social dos anos precedentes.

b. O passo atrás dado pela Constituição

Muitos líderes radicais daquela época, bem como historiadores liberais de épocas posteriores, viram uma fundamental incompatibilidade entre as idéias "democráticas", representadas na Declaração de Independência, e as estruturas políticas e sociais hierarquizadas, estabelecidas e protegidas pela Constituição. Para eles, existe "um conflito ideológico fundamental na história americana, entre o espírito da Declaração de Independência e a Constituição: uma devotada aos direitos do homem, e a outra aos direitos da propriedade; uma voltada para Jefferson, a outra para Hamilton".³

3 - (James L. Bugg Jr., *Jacksonian Democracy, Myth or Reality?* - New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962, p. 34). Alexander Hamilton foi um líder federalista, Secretário do Tesouro no governo de George Washington. Foi um ativo defensor de um governo aristocrático, e até de uma monarquia constitucional para os Estados Unidos. Ele adornou o exercício da presidência com cerimoniais e etiquetas que faziam lembrar uma corte européia.

Dos delegados à Convenção de Filadélfia – embora em grande parte aristocratas, e alguns com sentimentos monárquicos – a maioria acreditava na forma republicana de governo, e fizeram o máximo para, por meio dela, estabilizar a ordem social que a Revolução havia subvertido. "Por 'governo republicano' eles queriam significar um governo representativo, responsável e não-hereditário. Mas também por 'governo republicano' eles certamente

não queriam significar uma democracia de massa, com participação do povo nas tomadas de decisão.... As decisões deveriam ser tomadas por homens de fortuna, educação e comprovada capacidade de liderança". (Dye and Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 39)

Para os *Founding Fathers*, "igualdade não significava que os homens fossem iguais em nascimento, riqueza, inteligência, talento ou virtude. As desigualdades na sociedade eram aceitas, como um efeito natural da diversidade entre os homens. Definidamente, não era função do governo reduzir essas desigualdades. De fato, o 'perigoso nivelamento' era uma séria violação do direito do homem à propriedade, ao direito de usá-la e de dispor dos frutos de seu trabalho. Pelo contrário, era a função específica do governo proteger a propriedade, e evitar que a influência 'niveladora' reduzisse as naturais desigualdades de riqueza e poder". (Dye and Zeigler, *The Irony of Democracy*, pp. 38-39)

Vista sob este prisma, embora ideologicamente liberal, a Constituição era um documento favorável às desigualdades sociais, destinado a atenuar o impulso suscitado pela retórica democrática que atiçou as paixões populares na época da Revolução. Ela serviu como instrumento para restaurar e prolongar a tradicional influência das elites na política, a qual estava sendo solapada pelas transformações sociais, especialmente após a Revolução. "A Constituição era intrinsecamente um documento aristocrático, destinado a deter as tendências democráticas da época". (Gordon Wood, op. cit., p. 513)

A Constituição tinha por meta criar um governo nacional estável. Com esta finalidade os convencionais lutaram para "trazer a aristocracia natural de volta às suas funções, e conceder autoridade somente àqueles que – por natureza, educação e boas disposições – fossem qualificados para governar. Era este problema que a Constituição Federal desejava resolver". (Gordon Wood, op. cit., p. 510)

Numa perspectiva mais ampla, a Constituição pode ser vista como um documento político inspirado pelas forças sociais da época. Seus aspectos favorecedores de uma ordem social hierárquica, e o regime federativo que ela propunha, provocaram uma divisão dentro das próprias elites. Embora, em sua grande maioria, elas fossem favoráveis à forma republicana de governo, divergiam entre si a respeito da orientação política e social que a nova república deveria assumir.

5. Federalistas e anti-federalistas

Quando a Constituição entrou na fase de ratificação pelos estados, a vida política do país estava dividida: "Sendo a Constituição um programa elaborado pela velha classe dominante, a questão de sua ratificação produziu, pela primeira vez, uma divisão de amplitude nacional, segundo linhas de clivagem que, até então, haviam sido meramente locais". (Homer C. Hackett, *Social and Political Growth of the American People*, p. 298)

Aqueles que lhe eram favoráveis se auto-denominavam "federalistas", realçando a aspecto federativo do novo plano de governo, onde haveria um governo central dotado de autoridade suficiente para impedir a desagregação do país. Para os federalistas, diz Claude Bowers, "era impossível conceber um governo forte e capaz sem a direção da aristocracia". (Claude G. Bowers, *Jefferson and Hamilton, the Struggle for Democracy in America* - New York, Houghton Mifflin Company, 1925, p. 29)

Aqueles que se opunham a ela eram denominados "anti-federalistas", desfavoráveis a um governo central - por verem nele a manifestação aristocrática de uma elite dirigente - e adeptos do fortalecimento dos governos locais de índole populista. Na base dessa divisão estava a luta para formar o perfil cultural e político da nação.

"Tanto os proponentes como os oponentes da Constituição focalizaram, ao longo dos debates, um ponto essencial de sociologia política que, em última análise, deve ser utilizado para distinguir um federalista de um anti-federalista. Era fundamentalmente um debate entre aristocracia e democracia". (Gordon Wood, *The Constitution*, in: Gerald Grob and George Billias, eds., *Interpretations of American History*, - New York, Collier Macmillan, 1982, vol. 1, p. 175)

Homens pertencentes às diversas aristocracias locais eram encontrados em ambas as correntes políticas. Tal divisão, portanto, não foi uma luta entre as elites e as demais classes sociais, mas sim as próprias elites que se dividiram: uma facção adotou a marcha mais rápida da Revolução, e a outra a marcha mais lenta. (Plínio Corrêa de Oliveira, *Revolution and Counter-Revolution* - New Rochelle, Foundation for a Christian Civilization, 1980, p. 47)

Os anti-federalistas se opuseram à ratificação da Constituição, porque percebiam nela um plano aristocrático para solapar os princípios de governo popular, proclamados na Declaração de Independência, e para transferir o poder de muitos para poucos. (Cfr. Gordon Wood, op. cit., p. 516)

Os anti-federalistas se consideravam os verdadeiros campeões da luta pelos princípios revolucionários, democráticos e igualitários contra um governo formado pelas elites tradicionais do período colonial. De acordo com estes oponentes da Constituição, "ofenderia o gênio da democracia" instaurar um governo com poderes centrais, uma câmara alta dominada pela aristocracia na república, repudiando tudo aquilo pelo que se havia lutado em 1776. "Eles acusavam a nova Constituição de criar uma câmara alta aristocrática e uma presidência quase monárquica". (Thomas Dye and L. Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 54)

Os obstáculos à ratificação da Constituição, levantados pela poderosa facção antifederalista, foram efetivamente removidos quando a argumentação dos federalistas a favor de um governo central mais poderoso foi envolvida numa retórica e em princípios revolucionários, desmontando assim a oposição que lhe faziam os anti-federalistas; e permitindo que o pensamento federalista manifestado na Constituição parecesse a via mais razoável a ser seguida.

O desejo comum de impedir o fracasso da experiência republicana uniu temporariamente os principais líderes de ambas as facções em torno da Constituição, embora cada uma lhe desse sua própria interpretação.

Os federalistas, embora possuindo evidentes propensões aristocráticas e, em alguns, até monárquicas, afinal não voltaram as costas à república. Apesar dos aspectos anti-igualitários da Constituição, seus autores adotaram a retórica democrática da Revolução, ao considerar "o povo" como fonte exclusiva para "ordenar e estabelecer a Constituição para os Estados Unidos da América".

Neste sentido, o caminho estava aberto para uniformizar as bases do pensamento político e conduzir progressivamente a uma ideologia uniforme e dominante, democrática e liberal: "Os federalistas, em 1787, apressaram a destruição de qualquer chance ainda existente na América para o desenvolvimento de uma manifesta concepção aristocrática de política, e contribuíram assim para criar uma tradição liberal, dominante e abarcativa.... Ao tentar enfrentar e retardar o ímpeto da Revolução com a retórica da Revolução, os federalistas fixaram os termos para as futuras discussões da política americana. Eles assim levaram a ideologia da Revolução à sua plena realização, e criaram uma teoria política especificamente americana, mas à custa de um posterior empobrecimento do pensamento político americano". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 562)

Ao adotar a retórica democrática da Revolução, a Constituição permitiu que as elites governassem a nova república sem romper abruptamente com o passado, e sem abandonar o cerne de suas doutrinas revolucionárias.

Os líderes federalistas que formularam a Constituição "não se viam a si mesmos repudiando a Revolução e o governo popular, mas salvando a ambos de seus excessos. Eles declararam repetidamente que, se a Constituição não tivesse sido promulgada, o republicanismo estaria arruinado e a grande experiência estaria perdida; a divisão da confederação, a monarquia ou até algo pior teria resultado". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 517)

Assim, para estes mesmos líderes, "o movimento em direção ao novo governo centralizado tornou-se o último e supremo ato de toda a era revolucionária; foi tanto uma tentativa progressista para salvar a Revolução, em vista de seu iminente malogro, como um esforço reacionário para reprimir excessos". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 475)

De fato, diante de um movimento no período pós-Independência, que tinha manifestações radicais espantosas, eles não contestaram doutrinariamente este radicalismo. Muitas disposições constitucionais inspiravam-se nos princípios revolucionários já presentes na Declaração de Independência. Porém, na ordem concreta, estabeleceram medidas conservadoras que preservavam os direitos inerentes às legítimas desigualdades sociais, à propriedade privada e à livre iniciativa.

Imbuídos de hábitos aristocráticos, os *Founding Fathers*, ao aceitar os princípios da democracia liberal, deixaram o caminho livre para as futuras transformações, que seriam mais no sentido de uma evolução dentro daquilo que a Constituição já estabelecera, do que de mudanças de natureza revolucionária.

6. Tendências aristocráticas e monárquicas na época da Independência e da Constituição

Como já foi visto, no início do processo revolucionário que resultou na Independência das 13 colônias, a maioria da população não pensava em separar-se da Inglaterra, nem sequer em mudar sua própria forma de governo. Até quase o fim do processo que levou à revolução armada, os norte-americanos reivindicaram apenas aqueles direitos e liberdades que consideraram comuns a todos os ingleses, permanecendo como súditos fiéis da Coroa Britânica.

Por isso, para a maioria dos habitantes, inicialmente o problema não se punha em termos de passar de uma colônia monárquica para uma república independente. Para eles, "a independência não se identificava com a república.... No início da agitação os americanos não estavam empenhados em derrubar a autoridade do Rei". (Pauline Maier, *From Resistance to Revolution*, pp. 288, 161)

Porém, a radicalização do confronto em suas fases finais, a Declaração de Independência e as constituições dos diversos estados deixaram bem claro que o conflito não era apenas para assegurar as liberdades constitucionais de todos os súditos ingleses, em cujo nome a revolta das colônias tinha sido feita. O conflito havia adquirido então um novo conteúdo ideológico: ele se havia tornado uma revolução republicana, "sustentada por um credo poderoso e milenarista, segundo o qual os americanos se viam não mais apenas lutando pela proteção de liberdades particulares, mas no ponto de inaugurar uma nova era de liberdade". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, p. 44)

Até então, mesmo o conceito de república enquanto forma de governo não era claro para a opinião pública, nem mesmo para aqueles que a desejavam implantar. "O próprio nome [república] inspirava confusão, a tal ponto que John Adams, talvez o mais erudito estudioso de política no país, queixava-se de que 'nunca entendera' o que é um governo republicano, e acreditava que 'ninguém jamais entendera ou viria a entender'". (Pauline Maier, *From Resistance to Revolution*, p. 287)

O êxodo maciço dos *loyalists* politicamente atuantes e a severa repressão de sentimentos e manifestações monarquistas em outros setores da população revelou a existência de tendências monárquicas, latentes ou declaradas, que os revolucionários republicanos eram obrigados a energeticamente enfrentar e reprimir, contrariando seus próprios princípios liberais.

Essas tendências não se extinguíram com a Independência, mas permaneceram dinâmicas ao longo do primeiro e crucial período da vida nacional. Elas se mostraram particularmente pujantes nas forças armadas da nova nação, no Exército Continental (Ver: Ordem de Cincinnati, item 3,4,a). O próprio Washington "comentou que, em mais de uma ocasião, ele havia sido pressionado para tornar-se um monarca". (Minor Meyers Jr., *Liberty Without Anarchy*, p. 84)

Nos períodos de Washington e Adams a presidência estava cercada de um cerimonial que emulava aqueles da realeza européia. As sensibilidades revolucionárias ficavam particularmente ericadas quando o Chefe de Estado era conduzido em uma elegante

carruagem puxada por seis cavalos brancos, com postilhões e lacaios em libré. Mais ofensivo ainda aos ouvidos republicano-democratas foi a proposta apresentada no Senado, de conceder ao presidente o tratamento de "Sua Alteza, o Presidente dos Estados Unidos da América" (*His Highness, the President of the United States of America*).

Este cerimonial era realizado para satisfazer as tendências dominantes na sociedade: "O governo estava inevitavelmente impregnado com o tônus dominante na sociedade.... Adams, e muitos outros, pensavam que algo da pompa e majestade das cortes do Velho Mundo era necessário, para impressionar o povo com a majestade e a autoridade do novo governo. O aroma de uma corte, embora de uma corte republicana, estava por toda a parte". (Merrill D. Peterson, *Thomas Jefferson and the New Nation* (New York: Oxford Univ. Press, 1970), pp. 405-406)

Uma prova insuspeita da existência e da difusão desses sentimentos aristocráticos e tendências monárquicas é a correspondência particular de Thomas Jefferson, um líder republicano-democrata, inteiramente contrário a eles.

Ao retornar à capital norte-americana em 1790, para assumir o posto de Secretário de Estado no governo de George Washington, assim descreve o sentimento monárquico prevalente no governo federalista da época: "Encontrei um estado de coisas que não teria julgado possível. Voltando após prolongada ausência, eu era festejado em todos os lugares.... A Revolução que eu deixara [em França], e aquela que nós havíamos realizado há pouco com a mudança de nosso governo, eram temas comuns de conversação. Fiquei perplexo em constatar a geral predominância dos sentimentos monárquicos. Tanto assim que, ao manifestar meus sentimentos republicanos, eu os tinha que sustentar contra todos, raramente encontrando entre eles um companheiro na defesa de meus argumentos.... O mais longe que alguém poderia ir, em apoio aos aspectos republicanos de nosso novo governo, seria dizer que "a presente Constituição está bem como um início, a ela deve ser concedida a oportunidade para ver se dá bom resultado; mas ela é, de fato, apenas uma pedra de apoio para algo melhor". (Arthur Schlesinger Jr., *New Viewpoints in American History*, p. 82)

A existência de tais propensões monárquicas naquela época foi reconhecida pelo próprio Washington, que sentiu necessidade de atenuá-las: "Após dizer que a monarquia era contrária à psicologia norte-americana, Washington (em carta a Madison, de 31 de Março de 1787) fez uma observação espantosa: 'Para mim também é claro que, mesmo admitindo a utilidade e até a necessidade da forma monárquica, ainda não chegou o tempo de adotá-la sem abalar o país até seus fundamentos'. Ou seja, as objeções de Washington

referiam-se à oportunidade, e não à idéia da monarquia. A época para a monarquia simplesmente 'ainda não havia chegado'". (Minor Meyers Jr., *Liberty Without Anarchy*, p. 85)

Capítulo VII

A REPÚBLICA NORTE-AMERICANA ATÉ A GUERRA CIVIL

1. A república aristocrática (1788-1828)

As quatro décadas que se seguiram à ratificação da Constituição Federal poderiam ser adequadamente designadas como a era da república aristocrática, cuja presidência foi ocupada por uma sucessão de *gentlemen*, quer plantadores da Virginia, quer advogados de Massachusetts.

Nessa nova república, ao ser adotado um aspecto cultural aristocrático, a crítica contra a forma aristocrática de governo decaiu e passou a haver mais tolerância para com as aristocracias, o que constituiu uma vitória do aristocratismo. Pois algo neste passou a ser apetecido como um ideal cultural, imprimindo um certo tônus aristocrático à vida política e social.

Na década imediatamente posterior à ratificação, a vida pública, social e econômica do novo país foi dominada pela elite federalista, que a tinha planejado. Foi um período em que os desafios à autoridade federal foram em grande medida superados, estabelecendo-se um governo nacional de base sólida. Schlesinger declara: "O governo da riqueza e da inteligência, tal como foi exercido pelos federalistas, produziu frutos incomparáveis, por meio de uma legislação construtiva, sob Washington e Adams". (Schlesinger, *New Viewpoints in American History*, p. 83)

O programa federalista era amplamente orientado no sentido dos interesses das elites financistas e mercantis do norte. Por isso ele suscitou oposições dos plantadores do sul e de outros proprietários rurais, os quais se beneficiavam menos com essa política, e assim se aliaram aos republicanos-democratas (como passaram a ser designados os anti-federalistas). Ao fim do século, pela primeira vez em sua história, o país estava dividido politicamente entre dois partidos competidores.¹

1 - A eclosão da Revolução na França deu novo ímpeto a esta divisão: "As tensões comuns à implantação de uma nova estrutura de autoridade foram aumentadas, pelo fato de que a nação e os partidos embrionários dividiam as suas preferências entre os dois principais contendores na

guerra européia: a França revolucionária e a Inglaterra". (Seymour Martin Lipset, "A Sociedade Americana", p. 57)

Nas palavras de Jefferson, "a forma que nosso próprio governo deveria tomar dependia muito mais dos acontecimentos da França do que se poderia imaginar". (Daniel Sisson, *The American Revolution*, p. 167).

O período do Terror foi particularmente temido e rejeitado pelos federalistas, parecendo confirmar suas apreensões a respeito do governo das massas. Por outro lado, o mesmo Terror revolucionário francês foi aplaudido por muitos dos republicanos: "Os americanos adotaram diferentes pontos de vista a respeito dos acontecimentos na França; os federalistas os atacaram e os republicanos os aplaudiram. De fato, muitos republicanos imitaram os radicais franceses (jacobinos), usando cabelos curtos e calças compridas, e tratando-se um ao outro como 'cidadão'. Durante algum tempo era possível deduzir o partido a que um homem pertencia, pelo seu aspecto e pelas suas maneiras. Os federalistas conservavam o cabelo longo ou a peruca empoadada da antiga moda, os culotes e a tradicional etiqueta do *gentleman*". (Williams, Current, Freidel, *A History of the USA*, pp. 193-194)

Os republicanos-democráticos agiram sobre as bases tradicionais dos líderes federalistas, que dominavam os negócios e os cargos públicos. Eles "desenvolveram organizações partidárias.... para consolidar uma oposição baseada no apoio popular". (Seymour Martin Lipset, "A Sociedade Americana", p. 51). "Os republicanos-democráticos recém-surgidos estavam indo diretamente ao povo, numa tentativa virtualmente sem precedente, não só de representar os interesses e as preocupações populares, mas de monopolizar a oposição popular aos que exerciam o poder". (Seymour Martin Lipset, "A Sociedade Americana", p. 56)

Em vez de atacar a Constituição, como fizeram seus antecessores anti-federalistas, o novo Partido Republicano-Democrático entrou na luta política, fazendo alarde de sua interpretação democrática da mesma Constituição.

Os federalistas, por sua vez, aderiram a uma idéia mais tradicional de estrutura partidária. Formaram eles um partido federalista, em que os membros estavam ligados entre si apenas pelo compromisso com o programa comum, sem haver um mecanismo partidário funcionando em nível local, em contato mais estreito com o povo. Para obter votos, os candidatos federalistas contavam com sua influência social e seu prestígio dentro de suas comunidades.

As eleições de 1800 deram a vitória aos republicanos-democráticos. Tão importante foi a derrota federalista de 1800, para o curso da cultura política, que ela tem sido freqüentemente mencionada como a segunda revolução americana. A presidência foi então sucessivamente ocupada por três representantes das elites tradicionais da Virginia – Jefferson, Madison e Monroe (Thomas Jefferson foi presidente de 1800 a 1808; James Madison, de 1808 a 1816; James Monroe, de 1816 a 1824) – os quais, embora aristocratas pela família e pelos hábitos, eram dirigentes do Partido Republicano-Democrático. Resultou daí um governo praticamente monopartidário, que durou até 1828.

"Derrotados para a presidência em 1800, os federalistas nunca mais foram capazes de reconquistar o poder em escala nacional, e virtualmente desapareceram depois de 1814". (Seymour Martin Lipset, "A Sociedade Americana", p. 58)

Segundo Seymour Lipset, uma das causas desse desaparecimento seria, da parte dos federalistas, "sua relutância ou inabilidade para aprender a se conduzir como um partido de oposição numa democracia igualitária". E sugere que "o erro básico dos federalistas consistiu em que, como homens convencidos de seu direito 'natural' de governar, não acreditavam em partidos que apelavam para o povo". (Seymour Martin Lipset, "A Sociedade Americana", pp. 58-59). Os antigos federalistas reuniram-se então aos democratas, ou se retiraram da vida política ativa.

Quanto aos republicanos-democráticos, uma vez no poder, embora continuassem em larga medida com a política de seus predecessores, descartaram muito do formalismo e do cerimonial do regime federalista. A "simplicidade" republicana tornou-se a ordem do dia, enquanto as regras elaboradas de etiqueta, que os federalistas haviam introduzido no cerimonial da presidência, foram quase todas suprimidas. Isso não significou, porém, que a atmosfera de distinção, própria aos plantadores do sul, estivesse inteiramente ausente dos círculos governamentais em Washington.

Esta substituição de elites no poder, no período da república aristocrática, foi comentada por Schlesinger: "No retrospecto da História torna-se claro que o poder político passou de uma aristocracia mercantil, formada segundo o modelo inglês, para uma aristocracia rural, aclimatada ao ambiente americano. Os grandes plantadores do sul proporcionaram a atmosfera de refinamento na qual a administração federal em Washington se movia e existia". (Arthur Schlesinger Jr., *New Viewpoints of American History*, p. 84)

Seymour Lipset declara ainda que, durante este período, Jefferson, Madison e Monroe – aristocratas e aureolados pelo

prestígio que advinha do seu papel na fundação do país e da liderança que exerciam no todo-poderoso Partido Republicano-Democrático – utilizavam seu poder pessoal e a influência de sua classe para legitimar a autoridade nacional e o governo democrático. (Cfr. Seymour M. Lipset, "A Sociedade Americana", p. 63)

A república aristocrática foi um regime de influências e poderes, compartilhados por antigos aristocratas e pelas novas elites. Em alguns setores dominava a antiga aristocracia, e em outros os representantes dessas novas elites. Estes últimos, porém, após terem subido em nome da igualdade, paradoxalmente desejavam igualar-se aos que estavam por cima, diferenciando-se dos que permaneciam abaixo deles.

A república aristocrática foi também o fruto de uma elite colonial já revolucionária. Com seu desaparecimento foi inaugurada uma nova era na vida da república norte-americana, geralmente referida como sendo a "era do homem comum".

A transformação do país nesse período

Durante as quatro décadas iniciais de vida nacional sob a constituição federal, que terminaram com a eleição de Andrew Jackson para a presidência em 1828, o país sofreu imensas transformações.

Ele passou de uma sociedade insular, predominantemente agrária, fortemente enraizada na família e nos laços comunitários interpessoais, para uma sociedade de grande desenvolvimento urbano e industrial, com proporções continentais, marcada pela conseqüente debilitação da família e pela instabilidade social.

Durante todo o período colonial, o povoamento e a colonização raramente haviam ultrapassado algumas centenas de milhas em direção ao interior. No meio século após a Independência, 11 novos estados foram acrescentados à União, vastos territórios foram conquistados ou adquiridos, os quais logo estenderam o país do Atlântico ao Pacífico. A população quadruplicou e o fluxo imigratório cresceu enormemente.

Por fim, as novas condições sociais, provocadas pela industrialização, urbanização e imigração, causaram mudanças profundas no modo de viver em todo o país, transformações estas estimuladas pela influência crescente da ideologia democrática em todas as classes sociais.

2. As etapas análogas de uma Revolução internacional

Ao longo de todo o período colonial da história das futuras nações do continente americano, nas metrópoles colonizadoras vigorava um regime que, com algumas variantes, era o mesmo em todas elas. Era o que se poderia chamar o *Ancien Régime*, que essas metrópoles levaram às suas respectivas colônias.

Com a proclamação da independência das nações americanas, esse regime cessou de existir em toda a América. Neste sentido, os diversos movimentos de libertação política equivaleram a outras tantas "revoluções francesas", porque acabaram destruindo quase tudo aquilo que representava o *Ancien Régime* nas Américas. Esse regime foi substituído pelas metas e pelos "ideais" da Revolução Francesa e da Revolução Americana.

É uma ilusão pensar que os diversos movimentos surgidos nas colônias americanas visavam apenas proclamar a independência em relação às respectivas metrópoles. Tratava-se, de fato, de fazer a Revolução, que não era apenas uma revolução pela independência, mas a Revolução igualitária de derrubada do *Ancien Régime* e instauração de um começo de democracia igualitária em todos os países.

Existe uma idéia generalizada de que no continente americano — preparado com longa antecedência por doutrinas de filósofos e pensadores do iluminismo inglês e francês, em grande voga nas últimas décadas do século XVIII — de um momento para outro se alastrou um só incêndio de caráter republicano e igualitário. E que nessas chamas se consumiram os últimos resquícios da tradição anterior à independência.

Há um visível exagero nessa concepção.

Sem dúvida há um fundo ideológico revolucionário comum em todas essas revoluções. É claro também que elas tiveram uma influência contagiante umas sobre as outras, de maneira que, vitoriosa uma delas em um determinado país, criava a convicção de que podia vencer nos outros países do continente. Isto dava um *élan* aos revolucionários, que lhes foi precioso para alcançar a sua grande vitória.

Mas enganam-se redondamente os que pensam que este incêndio igualitário e revolucionário se alastrou pelo continente sem qualquer espécie de resistência. Muito pelo contrário, houve resistências importantes, que muitas vezes obrigaram a Revolução a traçar para si mesma, não um itinerário retilíneo — como seria o de um canal artificial — mas um itinerário cheio de voltas, de dobras e de surpresas, como seria o de algum caprichoso rio

chinês. Isto é observado sobretudo na história dos Estados Unidos, que é o país, em todo o continente americano, onde a democracia é mais característica, mais coerente, mais inteira, mais poderosa, e com mais força de contágio sobre todos os outros países. Aí houve resistências monárquicas e resistências aristocráticas, que obrigaram o movimento republicano e igualitário a caminhar com muita prudência, adotando fórmulas gradualmente mais intensas.

Este processo gradual foi constatado mais claramente na Revolução Francesa, que percorreu as seguintes fases:

- 1) Monarquia absoluta, até 1789 (Estados Gerais);
- 2) Governos revolucionários cada vez mais radicais, com monarquia aparente, até a abolição da realeza em 1792 (Assembléia Constituinte e Assembléia Legislativa);
- 3) Governo revolucionário republicano radical (Convenção e Terror).

Raramente esta seqüência de etapas foi percorrida com tanta ordem como na Revolução Francesa. Mas nota-se também a presença delas no traçado de grande número de revoluções igualitárias no continente americano.

Além disso, não se pode pretender que essas revoluções, em seu conjunto, tenham tido características de luta de classes. Pelo contrário, em muitas ocasiões a revolução inicial tomou um caráter aristocrático e procurou ganhar a si a aristocracia, procurou habituar a aristocracia a uma ordem de coisas em que ela mesma aceitasse, de bom grado, o evanescimento de suas próprias características.

De fato, a Revolução avançou por meio de homens que tinham a confiança pública, porque eram aristocratas. O povo confiava neles em virtude da categoria social a que pertenciam suas famílias, e do tônus de seriedade e moralidade que eles conferiam à vida pública.

Realmente é digna de nota a presença de numerosas pessoas pertencentes à aristocracia, para facilitar e apressar a vitória dos ideais revolucionários. Vários aristocratas tomaram a direção do movimento democrático, comunicando-lhe confiabilidade e autenticidade junto ao povo, o que tornou possível a aceitação de democracias populistas *avant la lettre*, nos Estados Unidos e em outros países da América.

Se muitas democracias não tivessem contado no início com o apoio de aristocratas no governo, o povo não teria apoiado esses regimes democráticos, ou os teria apoiado muitas décadas mais tarde.

3. A época de Jackson: a democracia popular (1828-1840)

Andrew Jackson, eleito em 1828 e empossado em 1829, foi o primeiro presidente dos Estados Unidos não oriundo das elites tradicionais. Sua elevação à presidência marca o fim da república aristocrática e a maior difusão da ideologia democrática, de modo amplo e profundo, na vida política, social e cultural do país.

Embora haja múltiplas interpretações de estudiosos modernos acerca da pessoa daquele presidente e da era política e social que se inaugurava, o fato é que Jackson representou o símbolo em torno do qual se cristalizou o mito da igualdade democrática norte-americana, cuja formulação mais precisa, como já vimos, foram os escritos de Alexis de Tocqueville.

Andrew Jackson foi um homem de forte personalidade, um *self-made man* transformado em herói e em personificação do ideal norte-americano do "homem comum", em luta contra aquilo que era considerado como uma injusta predominância aristocrática na vida política e econômica da nação. Ou seja, contra privilégios de ordem social, política e econômica próprios às elites.

Segundo o historiador social James Bugg, "Jackson, o herói da época, simbolizava para os americanos todas aquelas características que fizeram deles um povo escolhido, destinado a converter e salvar o mundo.... Havia de fato dois Jacksons, um como figura histórica, o outro como símbolo do mito americano". (James L. Bugg Jr., *Jacksonian Democracy, Myth or Reality*, edited by James L. Bugg Jr. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962, p. 107)

Para Richard Hofstadter, "Jackson rompeu as cadeias de uma ordem política fixa e estratificada. Tendo sido originalmente uma luta contra o privilégio político, o movimento jacksoniano se expandiu numa luta contra o privilégio econômico, reunindo em seu apoio numerosos capitalistas do meio rural e empresários de pequenas cidades". (Richard Hofstadter, *The American Political Tradition and the Men Who Made It*, in: *Jacksonian Democracy, Myth or Reality*, edited by James L. Bugg Jr. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962, p. 7)

Nos anos decorridos entre a eleição de Jackson e a Guerra de Secessão houve uma gradual transformação na própria natureza do republicanismo norte-americano. O país passou de um governo formado por um "corpo escolhido de cidadãos, cuja sabedoria, patriotismo e amor à justiça fariam discernir melhor qual era o

genuíno interesse do país", para um governo de maioria popular. "Por volta de 1837 a palavra "republicanismo" havia sido amplamente suplantada pelo termo "democracia", na linguagem política nacional". (Robert V. Remini, *The Legacy of Andrew Jackson* - Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1988, pp. 24, 28)

Assim como na fase anterior - dominada pela dinastia da Virginia - houvera um empenho revolucionário para estabelecer uma igualdade política, o democrata jacksoniano "passa agora à fase seguinte, e tenta a realização da igualdade social, de tal modo que a real condição dos homens na sociedade esteja em harmonia com seus reconhecidos direitos como cidadãos". (Citado por Arthur M. Schlesinger, *Jacksonian Democracy as an Intellectual Movement*, in *Jacksonian Democracy, Myth or Reality*, edited by James L. Bugg, Jr. - New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962, p. 77)

Os democratas jacksonianos aplaudiram as agitações e revoltas que eclodiram pela Europa naquela época, formando com os revolucionários do Velho Continente um intercâmbio de inspirações e ardores revolucionários, como relata Schlesinger: "Os jacksonianos observavam com agudo interesse as agitações e revoltas que ocorriam no exterior. Jackson e seu gabinete juntaram-se às celebrações que se realizavam em Washington, por motivo da revolução de 1830 na França.... Lamennais, a voz eloqüente das aspirações populares francesas, era lido nos círculos jacksonianos.... Os jacksonianos tinham fé no significado internacional de sua luta.... Os Estados Unidos eram o terreno de prova da democracia, e era missão dos democratas americanos exhibir ao mundo as glórias de um governo exercido pelo povo". (Arthur M. Schlesinger, *Jacksonian Democracy as an Intellectual Movement*, in: *Jacksonian Democracy, Myth or Reality*, edited by James L. Bugg Jr. - New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962, pp. 81-82)

a. Conseqüências políticas, econômicas e sociais para as elites tradicionais

Uma das conseqüências mais imediatas de um governo de democracia popular foi o estabelecimento da máquina política para mobilizar as massas, agitando os ressentimentos com a retórica da luta de classes, e aviltando as prerrogativas e o estilo de vida aristocráticos.

Sob este violento ataque, as elites tradicionais iniciaram uma progressiva retirada da vida pública, excetuados alguns estados do sul. Embora elas ainda ocupassem altos cargos e tivessem muita influência nos governos estaduais, a perspectiva de uma classe governante formada por "aristocratas naturais",

baseada no mérito pessoal, na preeminência social e na distinção familiar, estava socialmente derrotada.

A posição de liderança não mais dependia do status pessoal, da classe ou da educação. A vida política não era mais o quadro em que o "aristocrata natural" representava o conjunto do espectro social. "Vencer as eleições tornou-se, em grau jamais visto, um negócio de profissionais, que manejavam máquinas poderosas". (Marvin Meyer, *The Jackson Persuasion* - Stanford, Stanford University Press, 1957, p. 7)

Sob tais condições, "quase todos os 'aristocratas de talento e virtude' haviam se retirado da vida pública, impedidos por seus padrões de honra pessoal de atuar na política daquele modo, necessário para ganhar eleições. Eles foram substituídos por um novo grupo de 'políticos profissionais', cuja pretensão ao cargo estava estreitamente ligada à sua experiência em manobrar partidos políticos". (Victor M. Litz, *Founding Fathers and Party Leaders*, in: Harold J. Berhady, ed., *Social Class and Democratic Leadership* - Philadelphia, University of Pennsylvania Press, p. 268)

Antes do advento da democracia populista, a política era uma atividade na qual se podia demonstrar a honorabilidade e a respeitabilidade que se tinha, e até aumentá-las. Era quase um exercício espiritual.

Porém, na passagem da república aristocrática para a república populista de Jackson, a liderança política escapou, em boa parte, das mãos das famílias tradicionais. Com este fato a própria liderança política perdeu muito de seu prestígio social, tendo em vista o aparecimento de aventureiros e de demagogos sem verdadeira intelectualidade, no cenário político da nova era. De tal maneira que, aquilo que a nova classe política conquistou, em suas próprias mãos se envileceu. Por outro lado, a influência social da elite tradicional ficou intacta, ou até maior.

Realmente, a partir do momento em que o cenário político foi abandonado pelos homens para os quais a honorabilidade era um predicado indispensável para vencer na política, esta passou a ser um tipo de atividade exercida por máquinas eleitorais, com o fito exclusivo de ganhar as eleições.

Ora, como as eleições trazem consigo grandes despesas, devido à propaganda, e esta se foi tornando cada vez mais onerosa à medida que os "homens comuns" começavam a dirigir a política, resultou freqüente uma distorção da democracia, pela qual esta deixou de ser a expressão da opinião pública na sua nobre

espontaneidade, para ser como uma "máquina" imensa, feita para produzir a opinião pública.

A política deixou de ser a causa através da qual a opinião pública acionava a democracia. O dinheiro passou a acionar a opinião pública, não para que ela dissesse o que sentia, mas para fazê-la sentir o que o dinheiro queria. Esta ação do dinheiro se exercia através da imprensa, mais tarde também do rádio, da televisão, das técnicas de propaganda.

As eleições se transformaram num empreendimento colossal de manobra de opinião pública, absorvendo incalculáveis quantidades de dinheiro. Para fornecer esse dinheiro era necessária a colaboração dos grandes homens de negócios. Ao mesmo tempo, era indispensável o concurso de especialistas para recolher e gerir esse dinheiro, e para manobrar complexas máquinas políticas com a finalidade de obter a tão almejada vitória eleitoral.

Isto já nada tinha de comum com a democracia idealizada pelos filósofos e intelectuais do século XVIII, onde cada homem aparecia como um pensador político autônomo, desinteressado e sereno na hora de dar seu voto.

b. As novas lideranças

"O período jacksoniano representou uma profunda mudança na composição social da liderança do país. Sem mudar as palavras, ele trouxe um novo significado democrático à Constituição republicana, significado que os *Founding Fathers* dificilmente teriam antecipado, e certamente teriam reprovado". (Victor M. Litz, *Founding Fathers and Party Leaders*, in: Harold J. Bershad, ed., *Social Class and Democratic Leadership* - Philadelphia, University of Pennsylvania Press, pp. 266-267)

"Tornara-se politicamente fatal ser rotulado como um aristocrata" (George Tindall, *A Narrative History of the United States*, p. 338) - diz George Tindall. Assim, as elites tradicionais se retiraram da cena pública, para cultivar um estilo de vida aristocrático nos círculos privados, na alta sociedade e nos clubes exclusivos. Elas exerciam influência por meio de seu poder econômico e de suas organizações filantrópicas. Não havia qualquer pessoa com pretensões políticas, ou qualquer partido político, que ousasse representar abertamente os interesses das elites aristocráticas.

A retórica democrática da época alimentou divisões sociais, manifestadas sempre como sendo "uma luta dos trabalhadores honestos contra os aristocratas corruptos, entre os poucos (aristocratas) e os muitos (trabalhadores)". (Robert V. Remini,

The Legacy of Andrew Jackson - Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1988, p. 21). Esta filosofia social, violentamente ativista, "foi enunciada e repetida em todos os níveis da retórica política, desde as mensagens presidenciais até os discursos de rua, desde os editoriais de imprensa até cartas particulares". (Arthur M. Schlesinger Jr., *Jacksonian Democracy as an Intellectual Movement*, in *Jacksonian Democracy, Myth or Reality*, edited by James L. Bugg Jr. - New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962, p. 72)

A linguagem da democracia de massas era uma linguagem de conflito e de oposições: disputas entre classes produtoras e não produtoras; os fazendeiros de um lado, os financistas e homens de negócios de outro; tudo num contexto de ânimo crescente contra a riqueza hereditária do *gentleman* sulista, e contra a elite mercantil tradicional. Uma animosidade que se jactava de ser uma luta da "liberdade" contra a "dominação", da superioridade moral do *self-made man* contra a corrupção das elites tradicionais ociosas.

A retórica da época de Jackson colocava assim uma oposição essencial entre o "povo" e a "aristocracia". Ele apresentava "a grande luta entre o povo e a aristocracia, pela direção da república.... Para Jackson, havia um só corpo: o povo soberano, coberto pelas chagas da aristocracia". (Marvin Meyer, *Restoration of the Old Republic Theme*, in: *Jacksonian Democracy, Myth or Reality*, edited by James L. Bugg, Jr. - New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962, p. 112)

A democratização na economia deslocou as elites tradicionais, de seu controle quase absoluto sobre os bancos e o mercado de capitais. Bray Hammond apresenta os conflitos daquele período como sendo uma luta entre as elites novas e as tradicionais, fato inevitável, a seu ver, num país em rápida expansão. Ele afirma que a política econômica da época não era, de modo algum, "um golpe contra o capitalismo ou a propriedade.... Foi um golpe contra um grupo mais antigo de capitalistas, executado por um grupo mais novo e mais numeroso. Como consequência da democratização dos negócios, houve a difusão do espírito empreendedor entre o povo, e a transferência da primazia econômica da velha e conservadora classe mercantil para um grupo mais novo, mais agressivo e mais numeroso, de homens de negócios e especuladores de toda espécie". (Bray Hammond, *The Jacksonians*, in: *Jacksonian Democracy, Myth or Reality*, edited by James L. Bugg Jr. - New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962, p. 94)

Apesar de todos os fatores que contribuíram nessa época para a democratização da vida americana, "certas famílias de prestígio

preservaram sua distinguida reputação na era do homem comum.... De fato, praticamente em todas as localidades, desde Portland, no estado do Maine, até Nova Orleans, havia elites rurais ou mercantis. Muitas dessas famílias promoviam casamentos entre seus membros, e eram bastante exclusivas em sua vida social". (Douglas T. Miller, *The Birth of Modern America, 1820-1850* - New York, Pegasus Books, p. 119-120)

4. As elites nas décadas anteriores à Guerra Civil

a. Na região norte: ascensão e assimilação dos novos ricos

Na época que precedeu a Guerra Civil, teve início uma tendência que se iria intensificar nos anos posteriores à guerra. Devido ao número maciço de novos ricos na sociedade, multiplicaram-se as instituições privadas da classe alta, como uma barreira social contra a impetuosidade e a ostentação daqueles, e também como um meio de assimilá-los gradualmente nas fileiras da classe alta tradicional.

No norte do país as tendências econômicas já referidas multiplicaram as riquezas e o número de ricos. Novas elites de atividade manufatora surgiram, ao lado das antigas famílias da elite mercantil, as quais mantinham ainda sua posição e seu prestígio. Os novos ricos foram sendo gradualmente assimilados aos antigos, por meio de casamentos. As leis contra a primogenitura e o morgadio produziram seus efeitos: a elite rural tradicional estava em decadência econômica, embora seu status social permanecesse insuperado.

Este fato é constatado por Douglas Miller: "Numerosos oportunistas encheram as fileiras dos ricos, tornando difícil às famílias estabelecidas desde os tempos coloniais preservar sua preeminência". (Douglas T. Miller, *The Birth of Modern America, 1820-1850* - New York, Pegasus Books, p. 119)

E o mesmo autor acrescenta mais adiante: "Nos estados costeiros havia uma acentuada tendência para o declínio das grandes propriedades.... Contudo, as antigas famílias respeitáveis podiam preservar-se desse declínio - e muitas vezes de fato o fizeram - unindo-se aos *parvenus* por meio de casamentos, comerciando a respeitabilidade para obter dinheiro.... Casamentos arranjados entre membros de famílias ricas, porém novas, e de antigas famílias respeitáveis, tornaram-se cada vez mais freqüentes nas décadas de 1830 e 1840". (Douglas T. Miller, *The Birth of Modern America, 1820-1850*, pp. 120-121)

Enquanto no sul as elites mantinham suas estruturas sociais tradicionais e sua economia de base agrária, as elites

tradicionais mercantis e rurais do norte mantinham seu status por meio da diversificação de seus investimentos em empreendimentos industriais.

Segundo Douglas Miller, no norte "a Revolução Industrial – aliando os ganhos provenientes das atividades comerciais e da valorização dos terrenos urbanos – estava criando uma poderosa e prestigiosa classe de magnatas financistas no cerne de um país democrático. Em muitas áreas um grupo limitado estava adquirindo riqueza, status social e uma boa parte do controle sobre os setores de manufatura, transporte e comércio.... Por toda parte o crescimento e a expansão [da economia do país] aumentaram a prévia estratificação". (Douglas T. Miller, op. cit., pp. 133-134)

As antigas elites adaptaram-se às novas condições econômicas e as estimularam. Unidos à tradicional elite mercantil, os novos industriais forneceram os meios para manter o padrão de vida da antiga classe alta, dentro de um clima econômico em transformação. Sobre esta transformação, Frederic Jaher exemplifica com Boston: "[Os novos industriais] se tornaram o novo cerne econômico da aristocracia de Boston, mas praticamente toda família ilustre fornecia acionistas e diretores. A indústria, possuída e administrada por famílias interligadas, era uma empresa comum, que os laços familiares e a herança conservaram em mãos da classe alta pelo restante do século". (Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment*, p. 51)

Mais adiante o mesmo autor acrescenta: "Além de controlar essas instituições [financeiras], os de sangue azul eram diretores e principais acionistas em cinco dos sete maiores bancos de Boston. O controle sobre a maior fonte de capital, em Massachusetts, permitiu à classe alta exercer um domínio financeiro sobre o estado". (Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment*, p. 53)

Em Nova York, naquela época, a aristocracia rural estava perdendo importância, enquanto a nova plutocracia crescia em poder e influência: "A aristocracia em Nova York estava em um estado de transição. A classe da *gentry* estava em declínio, enquanto a classe dos ricos capitalistas estava em ascensão". (Douglas T. Miller, *Jacksonian Aristocracy* - New York, Oxford University Press, 1967, p. 80). "No norte, e particularmente em Nova York, as classes ricas estavam começando a exercer um poder e uma influência jamais alcançados anteriormente por qualquer elite americana". (Douglas T. Miller, *Jacksonian Aristocracy* - New York, Oxford University Press, 1967, p. 181)

"A imagem do aristocrata havia passado do *esquire* tradicional e patriarcal para o rico plutocrata, o negociante citadino ou industrial, mais preocupado com salões e finanças do que com *manors* e arrendatários. Diversamente da aristocracia rural, cuja posição como grupo de elite declinou continuamente diante das forças da democracia, os aristocratas capitalistas prosperaram sob as condições econômicas de *laissez-faire*, prevalentes na época jacksoniana". (Douglas T. Miller, *Jacksonian Aristocracy* - New York, Oxford University Press, 1967, p. 70)

b. Como passaram a viver as elites tradicionais no norte

Nesse período as elites tradicionais representaram um papel menos importante na política do que durante as épocas anteriores. Porém exerciam sua influência nas grandes cidades, por meio de entidades privadas de natureza filantrópica. Segundo Edward Pessen, "New York, Brooklyn, Boston e Philadelphia não eram governadas por um 'patriciado', nas décadas anteriores a 1850. Porém as elites das grandes cidades do nordeste dirigiam centenas de associações particulares que complementavam, e em alguns casos superavam em importância, o trabalho realizado pelas instituições políticas municipais. A política era deixada aos homens de fortuna, porém não aos de maior fortuna, e a alguns representantes esparsos de elites familiares". (Edward Pessen, *Riches, Class and Power Before the Civil War*, p. 294)

Eis como o mesmo autor descreve a situação típica das elites numa grande cidade do norte, na época: "A elite de uma cidade constava tipicamente de algumas centenas de famílias de grande prestígio. Muitas delas haviam ocupado uma posição eminente desde o século XVII, porém um número surpreendente delas se tornaram conhecidas somente a partir do meio e do fim do século XVIII. Estas famílias moviam-se numa órbita social restrita, mantendo relações exclusivas tanto no nível formal como no informal, comparecendo aos mesmos jantares e bailes, pertencendo aos mesmos clubes e associações particulares, vivendo em bairros residenciais próprios, casando-se segundo a regra da endogamia social, e geralmente, embora não invariavelmente, possuindo grande fortuna". (Edward Pessen, *Riches, class and Power Before the Civil War*, p. 283)

Em Boston, por exemplo, continuava a existir uma elite tradicional antes da Guerra Civil, descendente de antigas famílias da época colonial, e que formava o cerne de sua classe alta: "Dezenas dos mais ricos habitantes de Boston, nas décadas de 1830 e 1840, eram descendentes de famílias que haviam emigrado da Inglaterra para Massachusetts dois séculos antes, e se tornaram proeminentes logo após a chegada, ou pouco depois,

permanecendo assim desde então". (Edward Pessen, *Riches, Class and Power Before the Civil War*, p. 111)

A grande riqueza dessas elites de Boston possibilitou-lhes um aprimoramento social e cultural, como descreve ainda Frederic Jaher: "A aposentadoria precoce do mundo dos negócios, a riqueza herdada e a maior preocupação pela cultura estimularam a atividade social. Apareceram salões, multiplicaram-se encontros sociais de caráter intelectual.... Atividades caritativas e culturais eram conduzidas ao mesmo tempo, o que era característico dos empreendimentos dos patrícios". (Frederic Jaher, *The Urban Establishment*, pp. 66, 63)

O mesmo fenômeno teve lugar, em graus diferentes, em outras cidades. "As sociedades de Filadélfia e de Baltimore eram similares à de Boston, enquanto inter-relacionadas por estreitos vínculos de parentesco, e fundamentadas no nascimento e na riqueza". (Douglas T. Miller, *The Birth of Modern America, 1820-1850*, p. 133)

"As origens da classe rica de Filadélfia, no início do século XIX, eram semelhantes às das elites de Nova York e Boston. Como em suas grandes rivais urbanas do norte, as famílias mais prestigiosas eram, com poucas exceções, as famílias mais antigas, que acompanharam William Penn em sua viagem no *Welcome*.... ou então as que chegaram pouco depois, associando-se aos primórdios da cidade". Os filadelfianos ricos da década de 1840 eram descendentes "das talvez mais aristocráticas famílias de Filadélfia". (Edward Pessen, *Riches, Class and Power Before the Civil War*, p. 120)

Em Nova York, certas instituições privadas, baseadas na ancestralidade, tornaram-se um dos principais focos da aristocracia na cidade: "A vida social em Nova York movimentava-se em torno de festas elegantes e bailes formais. Ambos oferecidos por particulares ou promovidos por associações". (Douglas T. Miller, *Jacksonian Aristocracy - New York*, Oxford University Press, 1967, p. 77)

Clubes exclusivos tinham como membros os descendentes da elite mais tradicional na cidade e no estado: "A cidade de Nova York tinha mais clubes sociais, naquela época, do que os outros grandes centros urbanos. Algumas dessas associações eram dedicadas especialmente a assegurar aos seus membros de elite um maior exclusivismo em suas atividades de lazer". (Edward Pessen, *Riches, Class and Power Before the Civil War*, p. 225)

Em resumo, nos anos que precederam a Guerra Civil as elites tradicionais do norte do país foram obrigadas a aceitar em suas

fileiras muitas famílias de recente riqueza. As famílias patricias passaram a ter uma participação maior nas profissões liberais, enquanto diminuía sua participação direta na vida política. A liderança social permaneceu com as elites tradicionais, cujo estilo de vida a classe dos novos ricos procurava imitar.

A nova aristocracia, que se formou pela fusão da antiga elite tradicional com as novas elites plutocráticas, estava destinada a ser o padrão de uma nova classe alta americana, surgida após os trágicos anos da Guerra de Secessão: "Desprezados pelos patricios sulistas como 'novos ricos', estes novos aristocratas em ascensão estavam destinados a ser os precursores daquela classe, que iria suplantará a aristocracia sulista nos anos que se seguiram à Guerra Civil, e tornarem-se os modernos guardiões das tradições aristocráticas". (Arthur Schlesinger Jr., *New Viewpoints in American History*, p. 92)

c. No sul: O plantador, ápice social e tipo humano

Anteriormente à Guerra Civil, na sociedade do sul, imbuída ainda de uma mentalidade muito mais ligada à vida rural e à hierarquia social, o impulso rumo à industrialização foi menos notável, as divisões políticas mais superficiais, e as tendências democratizantes menos marcadas que no norte e no oeste.

"A civilização sulista era ordenada e ordeira. A estrutura de classes era nitidamente, embora não rigidamente, definida. Alguns grupos sociais ocupavam posições mais elevadas que outros, porém cada um mantinha um status com o qual estava amplamente satisfeito. Como resultado, a competição entre as classes era mínima.... Todas as classes gozavam uma vida confortável, sem ter que trabalhar demais para isso". (T. Harry Williams, Richard N. Current, Frank Freidel, *The History of the United States, to 1867*, p. 474)

Malone e Rauch descrevem os valores prezados pela sociedade sulista: "As virtudes mais elogiadas não eram aquelas do mundo do comércio, mas aquelas da aristocracia rural do Velho Mundo e da desaparecida época da cavalaria; não era a eficiência, a astúcia e a agressividade, mas a honra, a generosidade e as boas maneiras. De modo muito evidente, os sulistas mais eminentes encontravam seus modelos no passado, enquanto os do norte olhavam adiante, para uma nova era de negócios e de progresso ilimitado". (Dumas Malone and Basil Rauch; *Crisis of the Union, 1841-1877* - New York, Appleton, Century-Crofts, 1960, p. 98)

Segundo Williams, Current e Freidel, "o sul subscrevia o mito democrático, porém, mais que isso, glorificava a liderança

aristocrática. Seu sistema agrícola era comercial e especializado, em harmonia com as tendências modernas, porém muitas de suas instituições sociais eram mais feudais que modernas". (T. Harry Williams, Richard N. Current, Frank Freidel, *The History of the United States, to 1867*, p. 476)

A estrutura social do sul estava constituída em torno dos plantadores. Eles davam o tônus à vida econômica, social e política: "Os plantadores eram reconhecidos, por consenso, como modelos sociais e líderes naturais da sociedade". (George Tindall, *American: A Narrative History*, p. 551)

"No topo da sociedade sulista estavam os plantadores aristocratas, compreendendo aproximadamente mil famílias.... A este nível social pertenciam alguns dos antigos 'grandes' do século XVIII – os quais, apesar das leis contra o morgadio, salvaram o suficiente para manter o estilo de vida da família – e também plantadores mais novos, e até mais ricos". (Dixon Wecter, *The Saga of American Society*, p. 104). Abaixo deles estavam os plantadores menores e numerosos fazendeiros, profissionais liberais e comerciantes.

As qualificações para ser considerado um plantador eram fluidas e definidas de vários modos, de acordo com o tempo e o lugar. Dentro da própria classe dos plantadores existia uma hierarquia. Os grandes plantadores – em geral os que possuíam plantações de mais de 800 acres, em que trabalhavam 40 escravos ou mais – eram os que constituíam o cume da pirâmide social.

"Os grandes plantadores representavam, do ponto de vista social, o modelo ideal do sul. Enriquecidos por vastos rendimentos anuais, habitando em palacetes, cercados por amplas terras e muitos escravos, eles constituíam a classe à qual todos os sulistas prestavam deferência e todo sulista ambicioso aspirava. Capacitados por sua riqueza à prática das artes de lazer, eles cultivavam a distinção no viver, as boas maneiras, a erudição e a política. Seu padrão social determinava, em considerável medida, o tônus de toda a sociedade do sul". (T. Harry Williams, Richard N. Current, Frank Freidel, *The History of the United States, to 1867*, p. 478). Assim, ao que tudo indica, a classe dos plantadores do sul constituía, nos Estados Unidos, a condição mais próxima àquela da nobreza européia.

A elite rural das plantações preservava as tradições da aristocracia inglesa, tais como o senso de *noblesse oblige*, prestação de serviços públicos, a prática da hospitalidade e a adesão ao código do *gentleman*. Ela prezava especialmente a idéia da dignidade pessoal e da honra.

Ao referir-se especificamente à vida social da aristocracia rural da Carolina do Sul, diz o historiador Clement Eaton: "Eles eram uma classe dirigente bem unida, cujo poder e prestígio diminuíram com a Revolução, mas ainda possuindo grande vitalidade, mesmo após a ascensão da democracia jacksoniana na década de 1820". (Clement Eaton, *The Growth of Southern Civilization* - New York, Harper and Row, 1961, p. 1)

Enquanto no norte as elites tradicionais consolidavam seu status econômico, pela fusão com os novos ricos negociantes e industriais, e rejeitando freqüentemente uma participação direta na vida política, no sul os plantadores mantinham a preeminência social e a liderança política, embora adotando uma retórica democrática: "Os próprios plantadores faziam concessões, ao adotar um estilo político democrático, porém sua liderança nunca foi seriamente questionada". (Douglas T. Miller, *The Birth of Modern America*, p. 136)

Segundo Miller, no sul havia "uma retórica democrática envolvendo uma ordem aristocrática.... Desde o início estava presente uma classe de plantadores cuja liderança o povo estava acostumado a aceitar.... Embora o sul continuasse a falar em democracia do homem comum, os movimentos reformistas pujantes, que varreram o norte naqueles anos, não se verificaram no sul". (Douglas T. Miller, *The Birth of Modern America*, pp. 136-137)

Ainda a respeito da liderança incontestada exercida pela classe dos plantadores na sociedade sulista, declara Frank Freidel, da Universidade de Harvard: "Os plantadores exerciam uma liderança dominadora, porque a grande maioria dos brancos desejava que eles executassem tal função. Como os plantadores eram o modelo social aspirado por todos na região, eles também se apresentavam às massas como os líderes naturais no sul.... Como sua fortuna lhes proporcionava lazeres, eles estavam aptos a cultivar a arte da liderança e a empregar seu tempo em exercê-la, tempo este que pessoas de nível menos elevado freqüentemente não poderiam dispor". (T. Harry Williams, Richard N. Current, Frank Freidel, *The History of the United States, to 1867*, p. 479)

A classe patriciana sulista resistiu à intromissão das novas elites endinheiradas, mais efetivamente que as antigas elites mercantis do norte. Os arrivistas só eram absorvidos pela sociedade tradicional quando adotavam seus costumes e sua mentalidade conservadora.

Advogados, médicos, militares e políticos estavam ligados, tanto por laços familiares como por interesses econômicos, à classe dos plantadores, cujo prestígio era também manifestado pelo desejo dos negociantes de a ela pertencerem.

No período anterior à Guerra Civil, a classe dos homens de negócios se situava abaixo dos plantadores, políticos, militares e profissionais liberais.... Exceto em poucos centros urbanos, não se desenvolveu um relacionamento capital-trabalho entre os assalariados e os empregadores. O domínio do ideal agrário era manifestado pela aspiração dos homens de negócios a se tornarem plantadores. (Cfr. Williams, Current, Freidel, *The History of the United States*, p. 480)

A cultura do algodão como produto comercial enriqueceu muitos plantadores sulistas, e estimulou sua expansão pelas regiões do sudoeste. Muitas antigas famílias da Virginia e das Carolinas colonizaram e desenvolveram a região fronteira, com a rapidez e eficiência que somente aqueles que possuíam o hábito da liderança e capital suficiente poderiam realizar, cobrindo as melhores terras com plantações de algodão. Assim, como diz Eaton, "a fronteira nunca foi uma região onde o pobre predominava". (Clement Eaton, *The Growth of Southern Civilization*, p. 18)

O estilo de vida aristocrático foi levado àquelas regiões, onde serviu como modelo aos novos plantadores, que aspiravam obter o prestígio social que viam personificado no plantador tradicional. "O ideal do *country gentleman* foi transportado pelos emigrantes da Virginia e das Carolinas aos mais remotos rincões do sul". (Clement Eaton, *The Growth of Southern Civilization* - New York, Harper and Row, 1961, p. 2)

"A vasta expansão da cultura do algodão, entre 1800 e 1830, conferiu uma nova dignidade e importância a esta requintada elite rural. Alguns milhares de 'primeiras famílias' viviam dos rendimentos das plantações e formavam a camada superior da sociedade sulista. Elas passavam os invernos em Nova Orleans, as primaveras em Charleston, os verões nas estações de águas da Virginia.... O ideal pessoal dessa aristocracia era resumido pelo termo 'cavalheirismo'; uma expressão que denotava as qualidades de polidez para com as damas, cortesia para com os inferiores, senso de honra e hospitalidade generosa". (Arthur Schlesinger Jr., *New Viewpoints in American History*, pp. 90-91)

Os aristocratas sulistas herdaram da autêntica nobreza européia o gosto pelo espírito militar e pela cavalaria: "Os patricios sulistas compartilhavam com a *gentry* e a nobreza européias uma inclinação pela vida militar, legado da época da cavalaria, que não era observado nas elites urbanas e comerciais do norte e do oeste.... De acordo com a tradição aristocrática européia, os sulistas constituíam a maioria dos oficiais de cavalaria [no exército dos Estados Unidos]". (Frederick Jaher, *The Urban Establishment*, p. 386)

Essa aristocracia, embora adepta de algumas concepções revolucionárias, permaneceu mais conservadora em relação à sua congênere progressista do norte, nas décadas anteriores à Guerra Civil.

O "velho sul", apesar de seus defeitos, foi uma civilização onde havia um *charm* que lhe era próprio, um sadio senso das realidades, uma economia estável com a propriedade bem distribuída, convivendo harmonicamente com valores do espírito. Havia uma ordem social que era bem aceita por todos, pois, em geral, cada um se sentia no lugar que lhe era próprio. A ganância e a competição desenfreadas estavam contidas por uma ética que valorizava tanto o trabalho quanto o lazer. Havia respeito pelo passado, em vista do futuro, e um desenvolvido senso estético, que se exprimiu na arte de bem viver: trajes, conversas, maneiras, refeições, caça, oratória política e religiosa.

O historiador I.A. Newby resume os valores do Velho Sul como sendo os que caracterizavam uma "boa sociedade": raízes profundas, senso religioso, mais rural que urbana, conservadora em sua política e descentralizada em seu governo. Seu povo era leal à família, à classe e às sociedades locais.

E o mesmo autor acrescenta: "Só sua religião não era a certa: O 'velho sul' havia sido protestante, quando tudo indicava que ele deveria ter sido católico. O protestantismo era a religião do individualismo e do capitalismo liberal, e não do tradicionalismo e da autoridade. Ou, como afirmou Tate, 'quase não era uma religião, mas o resultado de uma ambição laica'. O 'velho sul' havia sido então uma anomalia, uma sociedade feudal sem uma religião feudal, e isto foi uma das razões pelas quais seu estilo de vida não sobreviveu após a derrota militar". (I.A. Newby, *The South: A History* - Holt, Rinehart and Winston, 1978, pp. 450-451)

Somente na década imediatamente anterior à Guerra Civil as elites do sul começaram a perder terreno para as tendências democráticas da época. Porém, foi a própria guerra que desfechou o golpe de morte na aristocracia sulista e no seu modo de viver.

Sua tentativa malograda de separar-se do norte e formar uma nação de estados confederados, de civilização agrária e tradicional, teve implicações no contexto da Revolução e da Contra-Revolução nos Estados Unidos daquela época.

"A Guerra Civil desfechou um golpe mortal na mais exclusiva aristocracia que nosso país jamais conheceu. A antiga classe dominante saiu do conflito com o estigma de rebeldes mal

sucedidos; eles haviam perdido seus melhores homens e a maior parte de suas riquezas.... A aristocracia do 'velho sul', que havia representado um papel tão importante na história da nação e produzido muitos de seus homens mais eminentes, estava aniquilada, destinada a viver apenas como uma esplêndida e romântica recordação dos dias de 'antes da guerra'". (Arthur Schlesinger Jr., *New Viewpoints in American History*, p. 93)

A este respeito I.A. Newby tem ainda as seguintes palavras: "Os confederados [os estados do sul] estavam tentando uma anomalia: uma revolução conservadora, uma mudança política para evitar uma transformação econômica e social. Diversamente de outros movimentos modernos pela independência e pela soberania, este era muito mais um movimento conservador e contra-revolucionário do que radical e revolucionário". (I.A. Newby, *The South: A History* - Holt, Rinehart and Winston, 1978, p. 211)

Nessa ocasião, ao final da Guerra Civil, diversamente do que poderia parecer, não havia no país uma confrontação de caráter principalmente ideológico e doutrinário entre os partidários de um regime aristocrático e os favoráveis ao regime democrático.

Pelo contrário, havia uma forma de alheamento ideológico do conjunto da sociedade norte-americana. Os espíritos mais inteligentes, os intelectuais de primeira linha, as pessoas mais capazes, os jornais mais influentes, não tomavam o tema monarquia-aristocracia-democracia como assunto principal de seus escritos e de suas conversas.

A preocupação por este tema era algo que existia apenas meio difusamente na sociedade norte-americana. Decorria daí que essa luta ideológica se desenvolvia numa espécie de bruma, de relativa desatenção, até mesmo por parte daqueles que tinham nessa luta uma posição tomada e interesses definidos.

5. O anti-catolicismo no período anterior à Guerra Civil

A Revolução Americana, a Declaração de Independência e a Constituição proporcionaram aos católicos, pelo menos oficialmente, uma entrada na vida social e política da nação. Ou seja, passaram a gozar de direitos políticos que até então lhes haviam sido recusados. Entretanto, na prática os resultados desse movimento não foram tão encorajadores para os católicos, como a aplicação da teoria liberal poderia fazer esperar. Realmente, fora de Maryland e da Louisiana, onde a presença de elites católicas tradicionais se faziam notar desde os tempos coloniais, os católicos permaneceram como uma pouco numerosa sub-classe sócio-política.

Com o enorme fluxo de imigrantes católicos nas décadas anteriores à Guerra Civil, a Igreja Católica transformou-se, de uma instituição praticamente inexistente, no maior grupo religioso do país. Este rápido crescimento foi já constatado no Primeiro Concílio Provincial, em 1829.

Nessa mesma época o anti-catolicismo retomou um novo vigor, manifestando-se sob uma nova forma, a do movimento nativista (*nativism*), que encontrou ampla repercussão em todas as classes sociais.

A hostilidade dos protestantes norte-americanos nativos de todas as denominações foi crescendo, até o ponto de formar uma "cruzada protestante" unificada, contra a influência católica no país. O Papa, os jesuítas e a hierarquia católica eram acusados de formar uma "Santa Aliança" para promover a imigração de católicos, e assim subverter a democracia na América.

Também em 1829, a promulgação da Lei de Emancipação dos Católicos, na Inglaterra, provocou uma inundação de literatura anti-católica naquele país, a qual se difundiu largamente para os Estados Unidos, excitando ainda mais os sentimentos anti-católicos.

Porém este anti-catolicismo não se limitou a uma literatura difamatória. Pregações anti-católicas insuflaram ainda mais essa animosidade, a qual explodiu em violentas manifestações realizadas em várias cidades do país. Em Boston, por exemplo, foram queimados um convento e uma escola católica. Uma década depois, a violência explodiu novamente, desta vez em Filadélfia, onde duas igrejas católicas e dezenas de casas de imigrantes católicos irlandeses foram queimadas, com um balanço final de treze mortos e cinquenta feridos. Poucos dias depois, a ameaça de uma violência semelhante contra os católicos de Nova York levou o bispo daquela cidade, Mons. Hughes, a agir com decisão, colocando católicos fortemente armados em torno das igrejas, o que esfriou o fervor belicoso dos nativistas.

O fenômeno nativista não era meramente agitação de massa. O anti-catolicismo fundiu-se com o repúdio nativista em relação aos imigrantes, proporcionando o motivo em torno do qual se agruparam segmentos da classe alta, como indica Sydney Ahlstrom: "O sentimento anti-católico difundiu-se pelas classes média e alta de ancestralidade americana.... unindo um vago sentimento de orgulho anglo-saxônico com a consciência de classe". (Sydney E. Ahlstrom, *A Religious History of the American People*, p. 564)

O movimento nativista constituiu uma sociedade secreta de cunho político, geralmente conhecida como os "*know-nothings*".

Seus membros juravam opor-se à eleição de imigrantes e de católicos aos cargos políticos, e removê-los dos mesmos sempre que possível. A partir de 1854 eles obtiveram vitórias espetaculares em eleições de nível municipal e estadual em todo o país. E pareciam destinados a dominar o Congresso, e até mesmo a obter uma vitória nas eleições presidenciais, quando os problemas e os debates sobre a escravidão e a secessão dividiram sua base política.

Segundo Ahlstrom, assim como o movimento nativista e o anti-catolicismo constituíram poderosas forças sociais anteriormente à Guerra Civil, "o mesmo aconteceria após a dita Guerra. No fundo de quadro das rápidas transformações sociais, tanto o nativismo como o anti-catolicismo se tornariam novamente penosas realidades". (Sydney E. Ahlstrom, *A Religious History of the American People*, p. 568)

Também em amplas regiões onde o "fundamentalismo" protestante era forte, e havia poucos católicos, estes quase não tinham status social. As poucas famílias católicas existentes em tais comunidades viviam à parte da principal estrutura social da região. Nos locais onde os católicos eram mais numerosos, as famílias católicas tendiam a ser admitidas no sistema social, porém em uma base instável, e somente na medida em que conservassem privada e discreta a prática de sua religião. Assim, os católicos tendiam a constituir um grupo à parte, devido à sua religião. (Cfr. John L. Thomas, S.J., *The American Catholic Family* - Englewood Cliff, Prentice-Hall, 1958), pp. 139-140)

Capítulo VIII

AS ELITES APÓS A GUERRA CIVIL

1. Revolução social conseqüente à Guerra Civil

A Guerra Civil foi uma encruzilhada, um marco na vida norte-americana. A vitória do norte configurou para sempre qual seria, daí em diante, o perfil da elite nacional norte-americana. A guerra acelerou o processo de industrialização e transformou profundamente a face da nação.

Nesse sentido ela foi também uma revolução social, uma colisão entre dois modos de vida, entre duas mentalidades. Ela subjugou a classe dos plantadores, que tendiam a uma ordem social tradicional, e impôs o capitalismo industrial como o regime sócio-econômico no qual as elites norte-americanas subseqüentes deveriam viver. E acima de tudo, influiu possantemente sobre a formação do tipo humano que serviria de modelo para futuras elites.

Realmente, mais importante que o prejuízo econômico foi a desmoralização do tipo humano do plantador, o dismantelamento do seu estilo da vida, do poder e da influência das elites tradicionais no sul: "O antigo patriciado sulista sofreu um desastre abrupto com a Guerra Civil. A tradição militar, o mito do cavaleiro, a determinação de defender a civilização sulista, as atitudes da elite realçando as obrigações especiais para proteger a ordem social, a coragem de liderar o combate e de enfrentar o perigo, tudo isso estimulou os aristocratas a se oferecerem para a luta armada.... Uma boa parte de sua aristocracia, que poderia ter liderado e sustentado a classe nas décadas subseqüentes, desapareceu na primavera da vida. O alto índice de mortalidade e uma grande destruição das propriedades, como resultado do conflito, que se desenrolou principalmente no sul, traumatizaram a classe alta e impediram uma restauração dos patricios após a Guerra". (Frederick Jaher, *The Urban Establishment*, p. 399)

Mesmo após a humilhação da derrota e as penosas conseqüências que dela advieram, os hábitos de deferência para com a antiga classe dos plantadores permaneceu. "Cada comunidade tinha seu grande homem, ou seu pequeno grande homem, em torno do qual se reuniam seus conterrâneos quando desejavam alguma informação, e cujos monólogos eles ouviam com um respeito próximo à humildade". (George Tindall, *America: a Narrative History*, p. 715)

O norte, vitorioso na guerra, acelerou muito o impulso rumo ao capitalismo industrial. A transformação econômica e social dos Estados Unidos numa nação industrializada e dominada pelas elites urbanas e industriais daquela região, já em processo antes de 1860, chegou à sua plenitude na segunda metade do século XIX, como afirmam Dye e Zeigler: "A importância da Guerra Civil, para a estrutura das elites nos Estados Unidos, foi a posição de comando que o novo capitalista industrial conseguiu durante a luta.... Enquanto os plantadores sulistas eram removidos do cenário nacional, o governo em Washington tornou-se o domínio exclusivo das novas elites industriais". (Dye and Zeigler, *The Irony of Democracy*, p. 73)

Desta época em diante as elites tradicionais do sul ocuparam uma posição secundária em relação às elites industriais e financistas do norte. "A Guerra Civil reforçou muito o poder da aristocracia do norte, e deu às elites daquela região um grau de poder político nacional que elas até então jamais tiveram". (Douglas T. Miller, *Jacksonian Aristocracy* - New York, Oxford University Press, 1967, p. 180)

2. Os novos ricos e as elites tradicionais

Durante o meio século seguinte à Guerra Civil, a industrialização e o crescimento econômico lançaram nas fileiras das elites um grande número de novos ricos, cujas fortunas muitas vezes amesquinhavam a riqueza das gerações precedentes. Porém, a precedência social permaneceu com as antigas famílias.

A realidade desta linha divisória entre as antigas e as novas famílias é indicada por Herbert von Borch: "As antigas famílias, cuja fortuna data de época anterior a 1860, e que por isso são ricas há três ou quatro gerações, têm uma precedência social inquestionável. As grandes fortunas, que fizeram de alguns americanos os homens mais ricos do mundo, só foram feitas com a industrialização do país em escala continental, entre a Guerra Civil e a Primeira Guerra Mundial". (Herbert Von Borch, *The Unfinished Society*, p. 217)

Equipados com fortunas aparentemente inesgotáveis, desejando um estilo de vida refinado e um status social equivalente ao das elites tradicionais, os novos ricos da época proporcionaram espetáculos sem precedentes de ostentação e de esbanjamento.

Esta proliferação de novos ricos, pelo triunfo do industrialismo, provocou uma reordenação da classe alta norte-americana, sem reduzir a estratificação social, com o aparecimento de novas elites mais em sintonia com uma sociedade industrial.

"Após a Guerra Civil as aristocracias familiares e provinciais da costa leste dos Estados Unidos foram eventualmente substituídas por uma plutocracia associativa, exclusiva e competitiva, originada após a Guerra Civil, e que continua até hoje. Tal como ocorreu com muitas outras coisas na vida norte-americana, a década de 1880 testemunhou uma transformação na estrutura da classe alta". (Digby Baltzell, *Philadelphia Gentlemen*, p. 18)

Mais que uma substituição, o que houve realmente foi uma fusão entre as duas elites: "Nas metrópoles americanas, durante as duas décadas finais do século XIX, as aristocracias locais de berço e de educação fundiram-se com aquele mundo novo e mais colorido, conhecido como 'sociedade'. Enquanto os milionários se multiplicavam e tinham que ser aceitos, e perdia-se a pista para saber 'quem' eram as pessoas e 'o que' valiam, o Registro Social tornou-se o índice de uma nova classe alta nas metrópoles americanas". (Digby Baltzell, *Who's Who in America and the Social Register*, in: *Class, Status and Power*, Reinhard Bendix and Seymour Martin Lipset, eds. - New York, The Free Press, 1966), p. 274)

Max Lerner, porém, realça mais o aspecto do domínio da nova elite nacional das grandes metrópoles sobre as elites sociais das pequenas cidades: "O aparecimento de uma classe alta constituída por famílias de novos ricos transformou o mais alto nível do status social americano, tanto nas grandes como nas pequenas cidades, e introduziu um fermento de novos padrões morais. Anteriormente havia cidades que se vangloriavam de suas *Old Families* e de seus círculos fechados, em virtude do nascimento e da posição.... Porém, progressivamente, esta 'sociedade' local foi sendo subordinada aos centros de poder e aos ambientes sociais das grandes cidades, onde as celebridades se reúnem, o Registro Social classifica e homens tomam decisões para todo o país". (Max Lerner, *America as a Civilization*, p. 482)

3. A Revolução Industrial

a. A Revolução Industrial nos Estados Unidos

Nos anos subseqüentes à Independência, a vida sócio-política e econômica da nação foi marcada por um contínuo debate dentro das elites norte-americanas sobre a via que a nova república deveria seguir em seu desenvolvimento. De um lado estavam os que defendiam uma economia manufatureira e comercial, enquanto outros proclamavam que o bem-estar da nação só seria alcançado com a realização do ideal de uma sociedade predominantemente agrária, onde os produtores auto-suficientes fossem a maioria.

Embora na primeira metade do século XIX tanto o norte quanto o sul fossem afetados pelas forças que deram origem à Revolução Industrial, a vida social e econômica de ambas as regiões não reagiu da mesma maneira a tais forças.

O norte tornou-se cada vez mais voltado para o progresso e o bem material, mais urbano, mais industrializado e com uma economia mais diversificada.

No sul, a economia permaneceu, em boa medida, enraizada no regime das plantações. Era uma economia agrícola, que produzia matéria-prima para os mercados interno e externo, conjugada com uma quase auto-suficiência da propriedade rural no que diz respeito aos artigos de uso diário. Este último tipo de produção estava fora da economia de mercado. Com os lucros auferidos pela venda da matéria-prima agrícola, os plantadores compravam, no norte ou na Europa, artigos de luxo que não podiam produzir.

As cidades que surgiram no sul, ao contrário daquelas do norte, eram "um complemento do sistema das plantações, e não centros independentes de inovação social e econômica". (I.A. Newby, *The South*, p. 126)

Com a Guerra Civil, porém, o modelo sócio-econômico da Revolução Industrial foi imposto a todo o país. A migração de grande número de habitantes das áreas rurais para as cidades, concomitantemente com um maciço fluxo imigratório, transformou os hábitos e abalou os fundamentos de uma economia de base quase exclusivamente na vida rural.

b. Uma transformação de mentalidade

Porém, mais ainda que uma transformação de hábitos e de estruturas sócio-econômicas, a Revolução Industrial ocasionou o aparecimento de uma nova mentalidade, laica e pragmática, voltada principalmente para os problemas concernentes ao conforto e ao progresso material. E assim, com uma impostação diferente em relação aos problemas ideológicos e religiosos.

De fato, os mentores e dirigentes da Revolução Industrial difundiram a idéia de que o melhor para o país seria um progresso material rápido e pujante, obtido através da industrialização da produção. Um ilimitado progresso científico e tecnológico deixaria num segundo plano os debates e as desavenças sobre questões de ordem ideológica ou religiosa, as quais só serviriam para causar atritos e divisões entre os diversos setores da população, em prejuízo do bem comum. A promoção do culto da máquina — enquanto símbolo do progresso material e da riqueza que

daí advém – seria a melhor maneira de manter a paz social e a concórdia entre as classes, tornando possível o que antes só era conseguido pela moral e pela religião.¹

1 - Segundo Christopher Lasch, "a idéia de progresso, de acordo com uma interpretação comum, representa uma versão laicizada da crença cristã na Providência. Carl Becker apresenta a mesma idéia em outros termos: "Não é por acaso que a crença no progresso e a preocupação pela vida terrena cresceram na proporção em que a crença na Providência e a preocupação pela vida futura diminuíram". (In: Christopher Lasch, *The True and Only Heaven* - New York, W.W. Norton and Company, 1991, p. 40)

Porém, um mero progresso material laico tira o senso dos problemas religiosos. A laicização da ordem temporal – ou seja, sua velada ateização – produz uma transformação profunda da ordem moral e religiosa em qualquer sociedade. Como indica o sociólogo italiano Acquaviva, uma crise religiosa sempre acompanha o processo de industrialização. (Cfr. S.S. Acquaviva, *The Decline of the Sacred in Industrial Society*, p. XI)

A nova classe trabalhadora, integrada dentro do sistema industrial, é profundamente influenciada por um ambiente onde dominam os valores laicos e materialistas. O mundo das empresas industriais forma uma complexa rede de relações psicológicas, tudo sustentado pela ciência, pela máquina, pela tecnologia e pelas novas condições urbanas e massificadas de vida, que causam, em seu conjunto, um efeito dessacralizante sobre a sociedade. (Cfr. Idem, p. 151)

Isto aconteceu não só nos Estados Unidos, mas na maior parte das sociedades do mundo ocidental. Nelas os interesses de ordem material subjugaram os sentimentos e os princípios religiosos.

Porém, o progresso material assim obtido é falso e efêmero, porque solapa as bases de um edifício social cuja solidez é fundamentada nos valores de ordem moral e espiritual, segundo as tradições da Civilização Cristã.

A promoção desse falso progresso materialista serviria então como etapa para jogar o país em uma crise de valores morais e religiosos, que acabaria por levá-lo a um estado de coisas ainda mais revolucionário que a própria Revolução Industrial.

c. Super-produção e super-consumo — Equilíbrio e temperança

Entre as más conseqüências de ordem econômica, que surgiram com o advento da Revolução Industrial, estão a super-produção e o super-consumo.

É inegável que existe hoje em dia, especialmente nos países do chamado primeiro mundo, uma super-produção de alimentos e de muitos artigos de consumo. Esta super-produção vem, em boa medida, da idéia cônica de que produzir 500 é sempre melhor que produzir 5. Porém, uma vez produzidos os 500, não sabem o que fazer deles.

Deve ser estabelecido então um equilíbrio: nem miséria nem super-produção.

Este equilíbrio estava certamente presente em determinado tipo de regime econômico, que vigorou em épocas passadas e depois foi sendo progressivamente abolido, especialmente com o advento da Revolução Industrial.

Uma propriedade rural produzia não apenas aquilo que era colhido diretamente da terra, mas também tecidos, móveis e objetos de artesanato variado, freqüentemente de boa qualidade. Era uma produção suficientemente abundante para se viver com muita folga, e a carência era inexistente. Não havia uma super-produção desnecessária, e até prejudicial. Isso porém não impedia a venda e até a exportação do principal produto da região, cujo lucro revertia para a importação de artigos não encontrados na mesma. Nos Estados Unidos, como foi visto, este sistema teve sua expressão mais aproximada nas plantações do sul. Porém em todo o país era generalizada a propriedade familiar e rural semi-auto-suficiente. "Os americanos estavam habituados a considerar a propriedade rural familiar auto-sustentável como a norma da organização econômica e social, e o lugar onde as virtudes cívicas se desenvolviam e se manifestavam. Esse povo teve uma compreensível dificuldade em acomodar-se ao sistema de produção, de trabalho e de recompensas implantado pela industrialização". (Cfr.: *The Philosophy of Manufactures* - Michael Brewster Folsom and Steven D. Lubar, eds., Andover, Mass., MIT Press, 1982, p. XXII)

O consumo equilibrado controlava não só a quantidade, mas também a qualidade da produção. Este equilíbrio evitava também a formação da grande cidade e da super-indústria.

Nesse sistema de economia de base rural, havia um verdadeiro apreço pelos bens do espírito, que um lazer adequado proporciona. Não havia desejo de produzir febrilmente, mas de produzir

equilibradamente. A formação religiosa assegurava ao homem, através da virtude da temperança, este senso da proporcionalidade, que o fazia desejar somente o razoável e o equilibrado.

Este desejo de equilíbrio era próprio à estrutura de espírito do homem medieval. O fim da Idade Média, o Humanismo e o Renascimento marcaram uma época em que o homem mudou de mentalidade, perdendo o senso do equilíbrio e da proporção, passando a desejar grandes riquezas, grandes destinos e grandes papéis, inteiramente desproporcionados com sua condição.

Esta apetência desequilibrada acarretou o excesso de produção e de consumo, o excesso do desejo de prazer, etc.

Quanto aos verdadeiros valores do espírito – os valores religiosos, morais e culturais – foram sendo desprezados e relegados ao esquecimento.

Assim, a aflição do homem contemporâneo para produzir, consumir e desejar desequilibradamente é fruto dessa mentalidade nascida do Renascimento e do Humanismo, que rompeu o equilíbrio interno do homem e se reflete em todos os campos da atividade humana.

d. O mito do "*self-made man*"

Junto com a proliferação dos novos milionários, conseqüente à revolução industrial, surgiu o mito de que tais milionários eram, em sua maioria maciça, "*self-made men*". Inerente nesse mito estava a idéia, difundida pelo mundo inteiro, de que a grande maioria dos bem sucedidos homens de negócios neste país, a partir da segunda metade do século XIX, era constituída por homens que haviam nascido em famílias pobres, de baixo nível social ou filhos de imigrantes, e que, pelo próprio esforço e pelas oportunidades que uma sociedade democrática e igualitária lhes oferecia, conseguiram fazer grande fortuna e atingir o nível mais alto da escala social e econômica.

Tal concepção sociológica tem sido refutada por pesquisas mais recentes. Este tipo de ascensão social, embora existisse, era raro e constituía uma anomalia.

Segundo John Ingham, as novas elites econômicas e industriais "vinham geralmente da alta classe média e de famílias de brancos, anglo-saxões e protestantes". (John Ingham, *The Iron Barons: A social analysis of an American Urban Elite, 1874-1965*, p. 1). O mesmo autor declara ainda: "Embora seja agradável pensar em milionários que vieram da pobreza, o fato é que a vasta

maioria daqueles que ocupavam postos executivos no século XIX, e continuaram como parte de uma classe alta rica e poderosa no século XX, era originariamente de uma boa situação familiar e cultural". (John Ingham, *The Iron Barons: A Social Analysis of an American Urban Elite, 1874-1965*, p. 222)

Referindo-se agora aos milionários do ferro e aço, criados pela industrialização do século passado, Ingham afirma: "Os empresários do aço de Pittsburgh pouco diferiam dos homens de negócios de Filadélfia ou dos Estados Unidos em geral. Durante muito tempo houve uma idéia estereotipada sobre eles. Tal idéia via a cidade como o canteiro dos 'milionários em mangas de camisa', dos meninos descalços de famílias pobres, que haviam constituído grande fortuna e poder pelo esforço do seu próprio trabalho e inteligência. Porém, como este estudo vai mostrar, os homens do ferro e aço de Pittsburgh eram geralmente filhos de homens de negócios originários da alta classe média e da classe alta". (John Ingham, *The Iron Barons*, p. 5)

O sociólogo Robin Williams chega a conclusão semelhante em sua análise da mobilidade na sociedade norte-americana: "Os movimentos verticais de ordem profissional geralmente ocorrem passo a passo – de operário não especializado a especializado, de escriturário a gerente, e assim por diante – e não por subidas espetaculares do mito Horatio Alger ou das recentes histórias de sucesso de Hollywood.

"Estudos mais recentes mostraram que desde o início do século XIX os líderes do mundo dos negócios nos Estados Unidos vieram de famílias economicamente abastadas, numa proporção que se manteve estável por longo tempo, variando entre 3/5 e 3/4. Menos de 1/5 da elite dos homens de negócios vêm das categorias de trabalhadores, artesãos, pequenos empresários, funcionários burocratas de nível inferior ou fazendeiros". (Robin Williams, *American Society - A sociological Interpretation*, pp. 117, 123)

Herbert Von Borch constata que o mesmo fato continua a ser observado ao longo do século XX: "A riqueza possuída por alguém, cada vez mais se origina de uma riqueza herdada. E se torna cada vez mais raro que uma pessoa suba até a classe dos milionários partindo das classes mais baixas da sociedade. Atualmente, os *self-made men* constituem apenas 9% do grupo de mais alta renda; 23% têm suas origens na classe média, e 68% na classe alta, cuja riqueza provinha de longa data". (Herbert Von Borch, *The Unfinished Society*, p. 219)

Edward Pessen, referindo-se a outras pesquisas, afirma: "Estudos recentes a respeito do status e das origens familiares de 500 importantes homens de negócios, entre 1870 e 1900,

revelaram que eles eram, em sua grande maioria, de alto nível social e de famílias extraordinariamente bem sucedidas. William Miller, ao estudar as origens dos mais importantes homens de negócios dos Estados Unidos em 1900, constata que apenas 3% deles foram meninos pobres, imigrantes ou procedentes da zona rural. E conclui ironicamente que os meninos pobres que se tornaram líderes dos negócios sempre foram mais notados nos livros sobre a história dos Estados Unidos do que na própria história americana". (Edward Pessen, *Riches, Class and Power Before the Civil War*, p. 79)

Por sua vez, William Domhoff também cita Miller ao afirmar: "O trabalho de William Miller e seus colaboradores, no Centro de Pesquisas de História Empresarial em Harvard, mostrou que importantes líderes do mundo dos negócios e advogados de corporações, de 1870 em diante, têm sido pessoas nascidas em famílias anglo-saxônicas de elevado status social e de religião protestante, filhos bem educados de pais norte-americanos que também eram homens de negócios ou profissionais liberais.... Os poucos casos existentes, de pessoas que passaram da pobreza para a riqueza, trombeteados pelos meios publicitários e aceitos sem espírito crítico por alguns historiadores de uma geração anterior, constituíram raras exceções, e não a regra geral". (William Domhoff, *The Higher Circles, the Governing Class in America*, p. 73)

Também Seymour Martin Lipset e Reinhard Bendix indicam, em seu exaustivo estudo sobre a mobilidade social numa sociedade industrializada, que essa mobilidade nos Estados Unidos tem-se mostrado muito pouco diferente daquela observada nas sociedades industriais de outros países, como os da Europa Ocidental. (Cfr. Seymour Martin Lipset and Reinhard Bendix, *Social Mobility in Industrial Societies*, p. 13)

4. As instituições privativas: preservação e assimilação

Na reordenação da estrutura social da classe alta, os antigos hábitos e modos de vida das elites tradicionais foram sendo institucionalizados em associações onde a tradição das classes altas mais antigas modelava os estilos de vida e as aspirações das elites mais recentes. Essas instituições "estruturaram este processo de assimilação, fornecendo meios e modos para que os antigos e novos ricos pudessem jogar, aprender e praticar juntos o mesmo culto". (Digby Baltzell, *Philadelphia Gentlemen*, p. 10)

John Ingham também descreve a emergência de instituições da classe alta para conter e assimilar os novos ricos: "Muitas instituições de classe alta surgiram com esta finalidade. Eram

instituições que agrupavam moradores de um mesmo bairro e também igrejas exclusivas da classe alta, o que não constituía propriamente uma novidade na época, pois apresentava antecedentes. Havia também instituições educativas e clubes sociais exclusivos, os quais eram relativamente novos no cenário da classe alta. Estas instituições formais uniram-se a uma instituição informal mais antiga – o casamento – para estabelecer um sistema complexo, razoavelmente lógico, pelo qual as novas elites eram selecionadas, rotuladas e classificadas de acordo com o status. O sistema também estabeleceu com nitidez graus e estados que a nova elite teria que escalar antes de ser admitida àquela área mais fechada da assimilação social, ou seja, o casamento dentro das "melhores" e mais antigas famílias". (John Ingham, *The Iron Barons*, pp. 84-85)

Digby Baltzell explica como o modo de ser da classe alta tradicional foi transmitido pelas suas instituições educacionais privativas: "No decurso do século XX.... as escolas privativas da Nova Inglaterra, e as universidades do leste mais na moda, começaram a educar uma classe alta que procedia de todo o país. Estas instituições ensinavam aos filhos dos novos ricos e dos antigos – fossem eles de Boston, Baltimore, Filadélfia ou San Francisco – os matizes sutis do modo de vida da classe alta". (Digby Baltzell, *Philadelphia Gentlemen*, p. 10)

Assim, embora as elites tradicionais não tivessem mais a influência política de antigamente, sua influência social continuou a mesma, em virtude das instituições educativas que fundaram: "A classe alta aristocrática, da época colonial do nordeste, havia se retirado de uma participação direta na vida política, em meados do século XIX. Porém ela passou a dirigir instituições educativas, que orientaram socialmente gerações posteriores de elites de diversas origens. Deste modo ela continuou a deixar sua marca nas elites da era industrial". (George Marcus, *Elite Communities and Institutional Orders*, in: *Elites: Ethnographic Issues* - Albuquerque, New Mexico, University of New Mexico Press, 1983, p. 43)

a. Trusts e fundações familiares

Os antigos patrimônios familiares foram protegidos contra a sua dissolução por um sistema de "trustes" familiares. No "trust" o patrimônio familiar é conservado íntegro, e administrado em benefício dos membros da família em conjunto. Isto permitiu, ao longo das gerações, a manutenção do status econômico e da coesão familiar, e, conseqüentemente, de suas tradições.

Tal realidade é apresentada por George E. Marcus em seu estudo sobre a preservação do patrimônio das famílias da classe

alta norte-americana: "A família, organizada burocraticamente pelos *trusts*, estava agora subordinada, como unidade social, às instituições que ela criara, e que assumiram as suas funções. Os *trusts* e as fiduciárias preservaram as famílias organizadas, porém as marginalizaram, enquanto unidades, para os setores colaterais das atividades financeiras, ao mesmo tempo que liberavam seus membros para assumir profissões e ocupar posições de liderança no novo complexo das instituições culturais e financeiras". (George E. Marcus, *Idem*, p. 238)

Este processo estritamente legal, utilizado primeiramente pela elite tradicional de Boston na década de 1820, foi plenamente desenvolvido a partir da década de 1880. Tornou-se então um precioso instrumento para a preservação do patrimônio de muitas famílias da classe alta tradicional, em meio às transformações da era industrial, através das gerações até nossos dias. (Cfr. George E. Marcus, *Idem*, p. 230)

Em alguma medida, a existência dos "trustes" familiares tornou virtualmente obsoleta a noção da riqueza individual, entre as grandes fortunas do país. Para efeitos práticos, a maioria das fortunas familiares está na posse de famílias, e não de indivíduos. Em certo sentido elas são uma propriedade coletiva de toda a família. (Cfr. Michael Patrick Allen, *The Founding Fortunes* - New York, Truman Talley Books, 1987, p. 103)

A fundação filantrópica, ilimitada em sua duração e oferecendo consideráveis vantagens fiscais, também forneceu uma estrutura institucional para inúmeras modalidades de serviço público e para a "legitimação moral" das dinastias familiares. "A fundação filantrópica que apoiava as profissões liberais e a educação tornou-se o lugar adequado no qual a perpetuação de certas famílias pôde ser realizada". (George E. Marcus, *Idem*, p. 239)

Com os patrimônios assegurados em "trustes" familiares, e administrados por profissionais que os aplicam em grandes empresas, pode-se falar hoje de uma classe alta com uma inegável continuidade.

Essa continuidade, fruto da eficácia de suas instituições, proporciona a essa classe uma influência e um prestígio crescentes, no mundo marcado pelo signo de um igualitarismo democrático. William Domhoff, referindo-se às fases mais recentes da evolução das classes altas norte-americanas, declara: "Nos Estados Unidos 'os ricos' não são um punhado de excêntricos insatisfeitos, *jet setters* e últimos rebentos de antigas famílias decadentes, que foram empurrados de lado pela ascensão de grandes sociedades anônimas e de burocracias estatais. Em vez disso, eles

são membros plenos de uma florescente classe social, que se encontra em tão boas condições como ela sempre esteve". (William Domhoff, *The Powers that Be* - New York: Random House, 1978), p. 4).²

2 - O juízo popular favorável às dinastias locais e regionais é indicado na reportagem de capa "*The Rich in America*", de Paul Gastris, em: U.S. News and World Report, Novembro/1991: "Enquanto os nababos da distante Wall Street podem ser rejeitados, as dinastias das cidades do interior tendem a inspirar reverência, respeito, e mesmo afeto.... Elas não são nomes famosos no país. Porém, em suas respectivas cidades, são celebridades de incomparável poder". (p.40)

Capítulo IX

AS ELITES TRADICIONAIS NOS ESTADOS UNIDOS DE HOJE

No presente estudo foi visto inicialmente como é benéfica e necessária a existência de classes sociais e, entre elas, a de uma elite dirigente. E constatamos que a sociedade norte-americana não sai desta regra geral.

Em seguida foi apresentada uma breve resenha histórica sobre a existência das elites aristocráticas nos Estados Unidos, desde a época colonial, mostrando sua origem, seu apogeu e sua posterior evolução no Estado republicano.

Resta tratar agora a respeito de alguns aspectos da existência atual dessas elites tradicionais, embora no contexto do Estado democrático moderno elas não tenham ocasião de manifestar em toda sua plenitude o tónus aristocrático de sua vida própria.

1. As elites tradicionais na classe alta

Inicialmente pode-se afirmar que as elites tradicionais subsistem como parte integrante da classe alta.

Referindo-se ao lugar de destaque por elas ocupado nessa classe, o sociólogo Lloyd Warner declara: "O sistema de classes sociais nas cidades das diversas regiões dos Estados Unidos é basicamente semelhante.... Na região costeira da Nova Inglaterra, há seis níveis de classes sociais. A classe alta compreende uma nova e uma antiga aristocracia. No nível mais alto do arco social, constituindo sua pedra angular, estão as chamadas *Old Families* (antigas famílias). Imediatamente abaixo delas estão as chamadas "novas famílias". Novas, mais em relação ao status do que em relação à comunidade. São constituídas por pessoas ricas que subiram a um nível em que participam da vida social do grupo mais elevado, em seus clubes e em seus círculos. Estes (novos ricos) membros da baixa classe alta reconhecem estar abaixo daqueles nascidos numa alta posição, com linhagem de várias gerações. As antigas famílias mantêm sua posição por direito de herança, consolidado por uma reconhecida linhagem social". (W. Lloyd Warner, *American Life, Dream and Reality* - Chicago, The University of Chicago Press, 1968, p. 74)

Por outro lado, os estudiosos da classe alta da sociedade norte-americana mostram que os critérios utilizados para reconhecer alguém como membro dessa classe coincidem, em boa medida, com os padrões e critérios utilizados anteriormente para que uma pessoa — homem ou mulher — fosse considerada como pertencente às elites tradicionais e aristocráticas.

O sociólogo William Domhoff considera a "classe alta" como sendo um grupo de famílias de alta posição social e grande fortuna, cujos membros se relacionam e se casam entre si, possuindo um estilo de vida próprio. E acrescenta: "A alta classe social pode ser definida como um conjunto de pessoas classificadas em certos registros e indicadores sociais, que freqüentam certas escolas particulares e pertencem a certos clubes sociais exclusivos". (G. William Domhoff, *The Higher Circles, The Governing Class in America*, p. 32)

O tônus do estilo de vida dos setores mais requintados desta classe social é proporcionado principalmente pelas *Old Families*, que servem como guardiãs de suas instituições mais exclusivas.

Esta inter-relação entre a classe alta e as elites tradicionais, na sociedade atual, também é afirmada por Lucy Kavalier: "Um verdadeiro registro social teria que ser compilado segundo as listas de membros das organizações hereditárias". (Lucy Kavalier, *The Private World of High Society*, p. 7). Essas "organizações hereditárias" serão objeto dos itens 3 e 4 deste capítulo.

2. As elites tradicionais em outras categorias sociais

Além de sua presença na classe alta, as elites tradicionais dos Estados Unidos também podem ser encontradas nas seguintes categorias de pessoas, pertençam elas ou não à classe alta:

a. Descendentes de figuras notáveis no campo militar, governamental ou econômico, que desse modo promoveram o bem comum da sociedade de seu tempo, marcando com seu perfil moral uma cidade, uma região ou o país inteiro.

Assim, por exemplo, descendentes de oficiais que participaram de guerras, desde a Guerra da Independência até as mais recentes. Ou dos que marcaram sua época pela habilidade diplomática e política. Podem ainda pertencer a esta categoria os descendentes dos que forjaram o poder econômico do país.

b. Famílias que permaneceram fiéis às suas tradições e à sua hereditariedade, constituindo legitimamente uma elite tradicional.

Entrariam ainda nesta categoria as famílias que não possuem mais um status social comparável ao de seus antepassados, mas que mantêm viva, mesmo em âmbito restrito, a memória destes, e se esforçam para manter ou restaurar um nível de vida condizente com as tradições do passado.

Quando, porém, uma família não mantém mais a continuidade com o seu passado, nem transmite o seu espírito aos seus descendentes, senão de um modo vago, não deve mais reivindicar para si uma posição dentro da elite tradicional do país, porque tal já não lhe corresponde.

c. Elementos da nobreza tradicional européia – ou seus descendentes – que emigraram para os Estados Unidos e preservaram a noção de sua dignidade, posição e honra, provenientes de serviços prestados e de tradições seculares.

3. Associações próprias às elites tradicionais

a. Seu caráter aristocrático

As elites tradicionais, nos Estados Unidos, têm um modo muito próprio de manifestar e preservar seus aspectos mais aristocráticos e hereditários.

Elas o fazem por meio das numerosas associações e entidades que lhes são peculiares e exclusivas, onde vivem com muito mais intensidade e desenvoltura suas tradições, seus hábitos e costumes de outros tempos. Tais associações variam de acordo com sua origem, sua finalidade e as exigências para admissão aos seus quadros.

O impulso que deu origem à formação dessas associações aristocratizantes nasceu da própria natureza e das necessidades do convívio humano. Surgiram elas como solução encontrada por elites que desejavam conservar seu tônus aristocrático, em meio a uma sociedade onde prevalecem hábitos e costumes não aristocráticos.

Em sua análise da alta sociedade norte-americana contemporânea, o historiador social Cleveland Amory reconhece a função dessas associações e seu caráter aristocrático: "Em nossos próprios dias o aristocrata pode ser encontrado mais facilmente, em bom número, se não na sociedade, pelo menos numa sociedade, ou seja, numa das associações patrióticas e particulares desses aristocratas, tais como *Cincinnati*, *Colonial Dames*, *Colonial Wars*, etc.... Embora elas não sejam necessariamente a 'sociedade' de hoje, elas seguramente são, até mesmo genealogicamente, a de

ontem, o que as torna, naturalmente, a aristocracia de hoje". (Cleveland Amory, *Who Killed Society*, p. 67)

Algumas associações se destinam a cultuar a memória de antepassados ilustres, que se distinguiram por feitos militares desde o tempo das colônias, e mais especialmente na Guerra da Independência e na Guerra de Secessão. Outras rememoram antepassados que foram colonizadores e fundadores de cidades e de estados, na época colonial ou no período de expansão territorial no século XIX.

Para pertencer a tais entidades é geralmente exigida prova de descender das personalidades em questão, e a aprovação da diretoria ou até da unanimidade dos seus membros.

Existem também associações constituídas por descendentes da antiga nobreza européia radicados em território norte-americano.

E ainda outras que cultivam os hábitos aristocráticos e o requinte dos modos de viver, organizando encontros e festas onde tais hábitos podem manifestar-se em toda sua plenitude.

Por outro lado, a proliferação de associações hereditárias fundamentadas em motivos patrióticos não se explica inteiramente por razões patrióticas. Pois uma organização estritamente hereditária, na qual a admissão é condicionada aos méritos e realizações dos antepassados, pareceria contradizer o ideal das instituições republicanas modernas.

O paradoxo entre o patriotismo democrático e o princípio de hereditariedade que anima tais associações é assinalado por Wallace Davies em seu trabalho sobre as origens das entidades hereditárias norte-americanas: "A excitação do sentimento patriótico e uma absorção no passado norte-americano não conseguem explicar o caráter hereditário dessas sociedades. De fato, um renovado interesse nas instituições republicanas e nos ideais da democracia.... pareceriam inconsistentes com tal imitação da aristocracia do Velho Mundo, e com uma posição baseada na genealogia". (Wallace Evan Davies, *Patriotism on Parade: The Story of Veterans' and Hereditary Organizations in America 1783-1900* - Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1955, p. 47)

Cleveland Amory comenta esta adesão ao aspecto hereditário que caracteriza tais associações: "Apesar das exigências modernas, essas associações ainda têm um senso muito forte do princípio de hereditariedade". (Cleveland Amory, *Who Killed Society*, p. 71)

Os fundadores do país não quiseram que houvesse um estatuto de nobiliarquia oficial, com direitos políticos. Aristocratas eles mesmos, permitiram que houvesse uma cultura aristocrática apenas em âmbito privado.

É de supor que o desejo de muitos daqueles que fundaram as associações mais antigas teria sido o de fazer algo que fosse reconhecido oficialmente e funcionasse à maneira da nobreza européia. O que indica que, neste particular, foram tão longe quanto as leis e a cultura dos Estados Unidos permitiram. Isso revela no espírito deles uma intenção que se reflete no caráter aristocrático das entidades que fundaram.

Porém, pertencer a uma associação de caráter hereditário, só por si, não faz da pessoa um aristocrata. Aliás, nem todas essas associações possuem características que se possam chamar de aristocratizantes. Mas as motivações de ordem psicológica – nem sempre explícitas – que deram origem a muitas delas, são em geral análogas às observadas em uma aristocracia autêntica.

Também é necessário realçar a importante contribuição oferecida por essas associações para a vida cultural norte-americana em nossos dias. Ao rememorar antepassados – que tanto se distinguiram em benefício da *res publica* – seus atuais descendentes continuam a promover o bem comum da sociedade através de obras diversas, como manutenção de museus e bibliotecas, restauração de monumentos históricos e auxílio aos estudos relacionados com a história do país, de regiões e de famílias ilustres. Eles desenvolvem assim uma grande atividade em prol da herança cultural dos Estados Unidos.

b. Seu caráter privativo

Lamentavelmente, o tônus aristocrático existente nessas entidades não chega a influenciar o grande público. Este, na maior parte das vezes, nem sequer as percebe. Pois elas são associações exclusivas, que não fazem propaganda de si, algumas delas nem mesmo para comunicar sua existência. Elas não aceitam, em seu convívio, quem não pertença a uma parte restrita da sociedade. O que aí significa marcar uma diferença, uma desigualdade.

Este caráter seletivo produz, segundo as condições requeridas para a admissão de novos membros, círculos concêntricos de entidades compostas de famílias tradicionais, desde as muito abertas até as muito restritas. Enquanto algumas são menos rígidas, em outras é bem mais difícil, ou até impossível, conseguir entrar.

Cleveland Amory dá o seguinte exemplo: "Provavelmente a sociedade patriótica na qual seja mais difícil entrar é a Ordem dos Fundadores e Patriotas.... devido às exigências de ordem genealógica. O membro precisa descender de um 'Fundador' – ou seja, uma pessoa que viveu nas colônias anteriormente a 1700 – e de um 'Patriota', um homem que lutou no exército de George Washington". (Cleveland Amory, *Who Killed Society*, p. 70)

Outras associações, como o ramo de Filadélfia da Sociedade das Guerras Coloniais, além das exigências genealógicas, limita seus quadros a duzentas pessoas, mostrando claramente seu caráter exclusivo. (Cfr. Cleveland Amory, *Who Killed Society*, p. 70)

É de se notar também que todas as associações requerem a aprovação do candidato pelo conjunto de seus membros, ou por uma junta de diretores. Embora mantendo como principal critério de admissão o fator hereditário, este não é suficiente, pois a cláusula "o pretendente deve ser pessoalmente aceitável para a Sociedade" aparece invariavelmente nos estatutos.

Muitas dessas associações foram fundadas, tanto no norte quanto no sul, nos anos que decorreram entre a Guerra de Secessão e a Primeira Guerra Mundial, período que correspondeu também ao surto dos novos milionários e aos novos fluxos de imigração.

Sendo uma época de transformações sociais muito intensas, por causa da industrialização, o aparecimento de um número crescente de fortunas novas – que apequenavam as dos líderes sociais do período pré-guerra – levou as famílias tradicionais a sentirem necessidade de levantar muralhas de exclusão social.

Pois os novos milionários começaram a querer entrar, pelo poder do dinheiro, nos altos círculos sociais. Isso contribuiu para provocar um revide por parte das elites tradicionais, que fundaram associações hereditárias exclusivistas como um meio de se diferenciarem dos novos ricos.

John Ingham descreve esta realidade ao dizer que "a classe alta mais antiga havia construído uma rede de tradições e de maneiras, que muito contribuíram para manter fora os incultos e moderar as aspirações dos impetuosos". (John N. Ingham, *The Iron Barons: A social Analysis of an American Urban Elite*, p. 20)

Em suas instituições particulares, as elites tradicionais tinham, então, um certo modo de se defender contra a mera posse do dinheiro, pois os novos-ricos que nelas ingressavam o faziam numa atitude de quem presta homenagem à tradição, e não de quem quer pisar o aristocrata empobrecido.

E isto tem muito alcance, pois os donos do dinheiro que entram nessa classe social sentem que, para adquirir o status da classe alta, eles têm que respeitar o modo de ser dos antigos.

Lloyd Warner resume esta distinção social entre as elites tradicionais norte-americanas e os recém-chegados à classe alta, nos seguintes termos: "Freqüentemente uma família só pode ser considerada do nível mais alto da classe alta, se ela teve um comportamento de classe alta por várias gerações. Os membros do setor mais baixo da classe alta (os novos ricos), que subiram socialmente por meio do uso correto do dinheiro para imitar o comportamento da classe alta, só conseguem a admissão final, como sólidos membros do nível mais alto, com o lento passar do tempo, geralmente após três ou mais gerações". (W. Lloyd Warner, *American Life, Dream and Reality*, pp. 116-117)

Hoje, após várias gerações, muitos dos descendentes dos novos milionários do século passado já podem pertencer a essas associações, tendo sido assimilados por via de casamentos. Digby Baltzell descreve esta assimilação: "Em uma época marcada pela centralização do poder econômico sob o controle do capitalismo financeiro, os banqueiros e advogados de boa família.... enviaram seus filhos a escolas de elite.... Estes jovens provenientes de várias cidades, educados juntos, vieram a conhecer as irmãs de uns e outros nos bailes de debutantes e nos casamentos elegantes.... Depois de se casarem, quase invariavelmente dentro deste círculo seleto, eles passaram a viver nos mesmos bairros e a freqüentar os mesmos clubes de elite, com seus pares e seus pais. Repetindo o mesmo ciclo por várias gerações, uma nobreza do mundo dos negócios, de âmbito nacional, tornou-se uma realidade nos Estados Unidos". (Digby Baltzell, *Who's Who in America and the Social Register*, in: *Class Status and Power; Social Stratification in Comparative Perspective*, Reinhard Bendix and Seymour Martin Lipset, eds. - New York, The Free Press, 1966, pp. 274-275)

Este processo de assimilação cultural dos novos ricos ao estilo de vida da classe alta tradicional é apresentado por Frederic Jaher em seu exaustivo estudo sobre elites urbanas nos Estados Unidos: "De fato, os recém-chegados sentiram que sua própria elevação em status dependia, em parte, do aprendizado do estilo de seus antecessores. E quem poderia melhor ensinar-lhes, senão os descendentes das antigas famílias! Em consequência, os novos ricos que desejavam promover-se socialmente procuravam pertencer a prestigiosos clubes sociais, servir em juntas diretivas de afamadas instituições beneficentes e culturais, comparecer a jantares e bailes exclusivos, e enviar seus filhos a escolas secundárias e superiores de elite". (Frederic Cople Jaher, *The Urban Establishment*, p. 11)

Este fenômeno revela uma das forças mais significativas de conservadorismo social e de estabilidade nos Estados Unidos.

4. Alguns exemplos de associações de elites tradicionais nos Estados Unidos

a. Sociedades patrióticas de caráter hereditário

Há nos Estados Unidos mais de 120 associações desse tipo, que se manifestam em geral como associações culturais, históricas, "para preservação de monumentos históricos", etc.

A primeira – e, sob certo ponto de vista, a mais importante – dessas associações hereditárias é a "Ordem de Cincinnati", qualificada como "nada menos que uma aristocracia hereditária" (Amory Cleveland, *Who Killed Society?*, p. 69), "emulando uma ordem de cavalaria européia". (Minor Myers Jr., *Liberty Without Anarchy*, p.32)

Ela foi fundada no ano de 1783 por um oficial prussiano, General Barão von Steuben, Inspetor Geral do Exército Continental (o exército formado pelas treze colônias, para lutar contra as forças inglesas, sob o comando de George Washington, na Guerra de Independência) e pelo Major General Henry Knox, Ministro da Guerra durante o governo de George Washington, tendo como patrono o então rei de França Luis XVI. George Washington foi convidado a presidi-la.

A Ordem leva o nome de "Cincinnati" porque inspirou-se no patrício romano Cincinnatus, o qual, deixando sua condição de proprietário rural, aceitou a liderança militar para salvar Roma, quando esta se viu ameaçada por seus inimigos. Após a vitória, renunciou à chefia militar para voltar às suas terras.

Seus quadros são constituídos por descendentes diretos dos oficiais que combateram, pelo menos durante três anos, na Guerra da Independência, ou que estiveram no exército até o fim da mesma. Apenas uma pessoa de cada família, nessas condições, pode ser membro da entidade.

Fundada logo depois da Guerra da Independência, a Ordem de Cincinnati visava manter a influência da classe militar – que tanto se distinguira na luta recém-terminada – na vida nacional, para evitar que o país entrasse no caos das transformações do pós-guerra.

Ela se fez notar, durante os primeiros anos do governo republicano, pelas convicções monárquicas de seus fundadores e de muitos de seus membros, os quais, segundo diversos autores, queriam estabelecer oficialmente uma nobreza militar no país, e "uma sábia e limitada monarquia". (Minor Meyers Jr., *Liberty Without Anarchy*, p. 94)

Eles pertenciam a muitas das mais distintas famílias do período posterior à Guerra da Independência, e eram proeminentes na vida norte-americana da época. Relata Minor Meyers: "Muitos de seus membros [da Cincinnati] vieram dos mais altos níveis de riqueza e proeminência social.... Quer eles se vissem ou não como uma aristocracia nascente ou já estabelecida, o fato é que havia um inegável caráter de grandeza em torno de muitos dos membros da Cincinnati". (Minor Meyers Jr., *Liberty Without Anarchy*, p. 128)

Na época de sua fundação, a Ordem foi furiosamente combatida pela ala mais igualitária dos revolucionários, tais como Jefferson, Samuel Adams, Franklin e outros. Até o iluminista francês Mirabeau escreveu prevenindo os revolucionários americanos contra ela. Nas palavras do historiador Gordon Wood, "os ataques ferozes à Ordem de Cincinnati, na década de 1780-90, realmente representaram a mais notável expressão desses sentimentos igualitários. Pois essa tentativa 'descarada e arrogante' da parte de antigos oficiais do Exército Revolucionário para perpetuar sua honra foi considerada, por homens como Aedaneus Burke, James Warren e Samuel Adams, 'um grande passo em direção a uma nobreza militar e hereditária, como nunca tinha sido feito em tão curto tempo'". (Gordon Wood, *The Creation of the American Republic*, pp. 399-400)

O democrata radical Thomas Jefferson denunciou repetidamente as tendências monárquicas da Cincinnati. Em seu trabalho sobre a época da Independência norte-americana, o historiador Daniel Sisson mostra que Jefferson qualificou a Ordem de Cincinnati "como uma tentativa de 'enxertar' no 'futuro quadro do governo' uma 'ordem hereditária'.... Jefferson, ao que parece, sempre temeu as tendências monárquicas latentes nos Estados Unidos". (Daniel Sisson, *The American Revolution of 1800* - New York, Alfred A. Knop, 1974, pp. 127-128)

A intenção primeira dos fundadores da Cincinnati não chegou a se cumprir inteiramente, pois os seus opositores não permitiram que suas pretensões nobiliárquicas se estabelecessem oficialmente. Ela permaneceu apenas na esfera particular, sem reconhecimento do governo republicano revolucionário, a tal ponto que seus membros só podiam usar publicamente a insígnia da Ordem quando viajavam pelo exterior.

"Nenhum inglês se sente mais orgulhoso em ser um Cavaleiro da Jarreteira, ou um escocês um Cavaleiro do Cardo, do que um americano se sente em ser um membro da Ordem de Cincinnati". (*The Hereditary Register of the United States of America* - Phoenix, Arizona, Hereditary Register Publications, 1981, part I, p. 21)

Além da destacada posição social de seus fundadores, e do importante desempenho que tiveram na Guerra da Independência e na formulação da Constituição norte-americana, a Ordem de Cincinnati tornou-se o sustentáculo da ordem e da tradição nos conturbados anos iniciais da república norte-americana, e também serviu de modelo para as associações que se lhe seguiram, segundo as palavras de Minor Meyers: "Nos anos após a Guerra da Independência, a Cincinnati serviu como modelo para muitas outras associações hereditárias.... No fim do século XIX havia dezenas de tais associações, que rememoravam seus antepassados de todos os períodos da história norte-americana. Todas elas eram reflexos distantes da Cincinnati. E a alta sociedade norte-americana.... moveu-se discretamente em direção às associações de cunho aristocrático". (Minor Meyers Jr., *Liberty Without Anarchy*, p. 229)

Atualmente a Cincinnati possui mais de 1.500 membros. Não é permitido o acesso da mídia às suas reuniões e convenções.

Daremos alguns exemplos dessas associações posteriores à Cincinnati, e que nela se inspiraram.

Entre aquelas constituídas após a Guerra de Secessão – e por causa dela – está a "Ordem da Bandeira dos Estados Confederados do Sul" (*Order of the Stars and Bars*), fundada em 1938. Entre seus objetivos está "o de perpetuar o idealismo que animou a causa confederada; honrar a coragem, a devoção e a pertinácia daqueles que dedicaram suas vidas e seus esforços, durante os 4 anos da terrível guerra, à restauração da autonomia dos Estados da Federação, pela qual trabalharam como a herança mais preciosa da Revolução Americana". (*The Hereditary Register of the United States of America*, p. 233)

Para pertencer a esta associação é necessário ser descendente, por via masculina direta ou colateral, de um dos oficiais superiores das Forças Armadas dos Estados Confederados, que tenha deixado o serviço honrosamente.

Outra associação também ligada à memória da Guerra de Secessão, fundada para celebrar o valor militar dos combatentes sulistas, perpetuado em seus descendentes, é a denominada "Filhos dos Veteranos dos Estados Confederados". Michael Grisson refere-se ao ponto alto de sua convenção anual nos seguintes termos:

"O evento, de três dias de duração, culmina no *Cotillion Ball*, uma atraente vinheta do "Velho Sul". Senhoras com penteados característicos da época vestem-se com saia balão, enquanto os cavalheiros se apresentam em brilhantes uniformes do Exército Confederado e esplêndidos trajes de gala. Após a apresentação das debutantes na abertura do baile, a orquestra toca tradicionais músicas de dança para estes elegantes sulistas. A compostura é preservada até que a orquestra rompe o "*Dixie*" (canção simbólica da causa sulista). "Nesse momento, diz Grisson, "o pandemônio se estabelece numa fúria guerreira". (Michael Grisson, *Southern By the Grace of God* - Gretna, Louisiana, Pelican Publishing Company, Inc., 1992, p. 66). Embora mais de um século já se tenha passado desde a derrota na guerra, aqueles espíritos cheios de recordações saudosas de um inesquecível passado unem-se como sulistas, tanto os cavalheiros como as damas, no estridente brado de guerra dos antigos "rebeldes".

Para celebrar os homens e os feitos que levaram à fundação do estado do Texas, existem os "Descendentes de San Jacinto". Seus antepassados são os que lutaram na decisiva batalha de San Jacinto, na luta pela independência do atual estado. Somente pessoas de caráter, aprovadas pela Sociedade, e que descendam diretamente de um combatente da batalha de San Jacinto, podem pertencer aos seus quadros. (*The Hereditary Register of the USA*, p. 260)

Outras organizações, fundadas também para honrar os que lutaram para conquistar e manter a independência texana, são os "Filhos da República do Texas" e as "Filhas da República do Texas". (Cfr. idem, pp. 92 e 83)

Deve-se também ter em vista duas sociedades hereditárias, cujos membros se ufanam de ter ascendentes que permaneceram fiéis à Coroa Britânica na Guerra de Independência.

O fato de os "Descendentes dos Colonizadores de Nova Jersey" comemorarem a lealdade de seus antepassados à Coroa Inglesa, durante a Guerra da Independência, confere a esta sociedade um especial sabor aristocrático. São descendentes de colonizadores, homens de cultura e riqueza que, desejosos de permanecer leais à Coroa Inglesa, se deslocaram de Nova Jersey para o Mississippi, onde seus filhos se tornaram os maiores plantadores da região. (Cfr. idem, pp. 239-240)

Uma das entidades de mais difícil acesso é a "Ordem Hereditária dos Descendentes dos Realistas, Leais ao Rei da Inglaterra, e Patriotas da Revolução Americana". Um de seus objetivos é chamar a atenção para o fato de que a Revolução

Americana foi também uma guerra civil. Pois, segundo John Adams — um dos mais conhecidos líderes revolucionários da época da independência — nas vésperas da Revolução Americana só um terço da população era favorável a ela.

A Ordem luta por tornar conhecidas as vidas, os sofrimentos, as motivações, os feitos e os ideais desses dois terços de norte-americanos que não eram favoráveis à independência das colônias. Sem isso, dizem eles, não se compreende a posição dos leais ao rei da Inglaterra durante a Revolução Americana.

Para pertencer à entidade, é necessário ser descendente direto ou colateral de alguém que, durante a Revolução Americana, tenha sido leal à Coroa inglesa. Como prova de seu patriotismo aos Estados Unidos, cada membro deve mostrar que pertence também a uma associação patriótica hereditária.

Em seus elegantes encontros anuais, especiais brindes são levantados a Sua Majestade, a Rainha da Inglaterra, e ao Presidente dos Estados Unidos, bem como a figuras históricas da época da Revolução Americana, representativas de ambas as partes litigantes. Todos os discursos têm que ser relacionados com a causa da lealdade à Coroa Britânica. (Cfr. idem, p. 264)

É de se notar ainda que são poucos os estados que não têm uma associação para celebrar suas "*First Families*" (primeiras famílias).

O exemplo mais notável de tais associações é a "Ordem das Primeiras Famílias da Virginia", devido ao alto significado que tiveram essas famílias na história norte-americana.

Esta sociedade foi instituída com o propósito específico de reviver e preservar, para a honra da nação, a distinção singular de descendentes de homens e mulheres de "dignidade e consequência".

Além de manter o inter-relacionamento social de seus membros, ela tem entre seus objetivos o de realizar estudos genealógicos dessas famílias e publicá-los.

A admissão como membro é restrita a pessoas que sejam descendentes diretos de alguém que participou do estabelecimento da primeira colônia inglesa permanente na América — a Virginia — 13 anos antes que do *Mayflower* tivessem desembarcado os *Pilgrims* em Plymouth, Massachusetts. Os membros desta Ordem são, na realidade, descendentes não propriamente dos primeiros colonos, mas das primeiras famílias de riqueza e poder da aristocracia colonial. (Cfr. idem, p. 181)

"Sociedade dos Pioneiros da Califórnia", fundada em 1850 e constituída atualmente por muitas das mais antigas, mais ricas e mais tradicionais famílias daquele estado. Para pertencer a esta associação, é preciso ser descendente de uma família residente na Califórnia antes de ela pertencer aos Estados Unidos, ou seja, antes de 1850. Entre seus membros se encontram descendentes dos fidalgos daquela antiga colônia espanhola, titulados pelo Rei Carlos III de Espanha antes da independência do México.

Entre os objetivos desta sociedade está o de honrar a memória daqueles desbravadores cuja sagacidade, energia e empreendimento os levaram a vencer todos os obstáculos para colonizar e povoar novas terras, tornando-se assim fundadores de um novo estado. A entidade é também conhecida por sua considerável contribuição para a vida social e cultural da Califórnia, continuando assim nos descendentes a benéfica ação de seus antepassados. (Cfr. *idem*, p. 41)

Outra entidade de especial significado é a "Sociedade Nacional dos Descendentes dos Senhores de *Manors* de Maryland". Seus membros são descendentes, por linha direta e legítima, do primeiro Lord Baltimore ou dos colonizadores que receberam dele, ou de seus herdeiros, os direitos e privilégios referentes a um senhor de *manor*. Admissão como membro, só por convite. Seu objetivo é promover uma vida social entre as pessoas descendentes dos *lords* e *ladies* da aristocracia da Maryland colonial. (Cfr. *idem*, pp. 229-231)

Outra associação de mesma índole é a "Sociedade dos Senhores de *Manors* na América", fundada em 1911 por John Henry Livingston, descendente de uma das mais eminentes estirpes norte-americanas de senhores de *manors*, a qual teve uma destacada atuação na história dos Estados Unidos.

Ao escrever a história de sua família, Edwin Livingston tem palavras duras para com aqueles membros que, "em consequência de uma falsa idéia de modéstia, ou devido à ignorância, repudiam aquela nobreza para a qual eles estão inteira e legalmente credenciados". (Clare Brandt, *An American Aristocracy - The Livingstons* - Garden City, N.Y., Doubleday and Co., 1986, p. 210)

Com uma designação que deixa transparecer todo o sabor de sua tendência aristocrática, as "Damas Coloniais da América" são descendentes das primeiras famílias da aristocracia colonial dos Estados Unidos. A entidade é composta por senhoras que legitimamente descendem de algum antepassado de vida digna, que ocupava um cargo no governo ou nas forças armadas da época

colonial. Entre seus objetivos está o de promover uma vida social entre seus membros. (*The Hereditary Register of the USA*, p. 68)

Como a anterior, a "Sociedade Nacional das Damas Coloniais da América" é também composta por descendentes das famílias aristocráticas da era colonial, acrescentando ainda outras exigências, como a de descender de um signatário da Declaração de Independência, de um membro do Congresso Continental, do poder legislativo ou do judiciário. (Cfr. *idem*, p. 76)

Estes são alguns exemplos das muitas associações patrióticas e hereditárias, cujo caráter aristocrático varia de uma para outra, mas que se conservam fiéis aos mesmos princípios que dizem respeito à hereditariedade e à tradição. (Cfr. *The Hereditary Register of the United States of America*, Cap. I).¹

1 - Outras associações: Antiga e Honrosa Companhia de Artilharia de Massachusetts; Ordem Colonial do Acron; Sociedade Colonial da Pennsylvania; Descendentes de 1774; Ordem Hereditária dos Descendentes dos Governadores Coloniais; Sociedade Holandesa de Nova York; Sociedade de Jamestown; Sociedade Geral dos Descendentes do Mayflower; Sociedade Nacional das Senhoras da Nova Inglaterra; Sociedade Nacional dos Descendentes da Colônia de Plymouth; Sociedade Nacional das Damas dos Estados do Sul da América; Sociedade Nacional das Senhoras da Antiga e Honrosa Cia. de Artilharia; Sociedade Americana de Ascendência Colonial; Sociedade das Filhas das Damas da Holanda; Sociedade de Boas-vindas da Pennsylvania; Sociedade das Filhas de Cincinnati; Filhos dos Estados Confederados do Sul; Sociedade Geral dos Filhos da Revolução Americana; Sociedade Geral das Filhas da Revolução Americana; Sociedade Nacional das Filhas da Revolução de 1776; Sociedade Nacional dos Filhos da Revolução Americana; Sociedade dos Descendentes dos Legalistas; Filhos da Revolução Americana no Estado de Michigan; Sociedade Militar da Guerra Mexicana; Descendentes dos Veteranos da Guerra Mexicana; Sociedade dos Descendentes da Guerra Civil; Filhas dos Descendentes dos Veteranos dos Estados Federais da Guerra Civil; Associação da Brigada Hood do Texas; Ordem Militar da Legião Leal aos EUA na Guerra Civil; Damas da Legião Leal aos EUA na Guerra Civil; Filhos dos Veteranos Federais da Guerra Civil; Ordem Militar das Guerras Estrangeiras dos EUA; Ordem Militar do Coração Púrpura; Ordem dos Dédalos; Filhas Nativas do Oeste Dourado; Sociedade de Boonesborough; Descendentes dos Fundadores de Windsor (cidade mais antiga de Connecticut); Sociedade dos Descendentes dos Fundadores de Hartford (capital do Connecticut); Sociedade dos Fundadores de Norwich (Connecticut); Sociedade dos Pioneiros de Indiana; Sociedade Histórica de Indiana; Filhos e Filhas dos Pioneiros de Kansas; Sociedade dos Pioneiros de

Kentucky; Sociedade dos Descendentes Coloniais de Louisiana; Pioneiros de Piscataqua; Ordem Hereditária das Primeiras Famílias de Massachusetts; Filhos e Filhas dos Primeiros Colonizadores de Newbury, Massachusetts; Descendentes dos Fundadores de New Jersey; Sociedade dos Descendentes do Condado de Richmond, Virginia; Filhos e Filhas dos Pioneiros Território Cherokee; Filhos e Filhas dos Pioneiros de Oregon.

b. Sociedades de tons essencialmente aristocrático

Atualmente encontram-se muito difundidas nos Estados Unidos as associações cujo objetivo principal é cultivar, entre seus membros, um estilo de vida aristocrático, próprio à classe alta, e assimilar as novas elites. Tais entidades cumprem assim uma importante função social dentro da classe mais elevada.

Um lugar de destaque na vida social da classe alta norte-americana é ocupado por uma série de eventos, que conduzem anualmente ao baile das debutantes.

O ritual da debutante é um aspecto característico do longo e árduo processo que prepara as novas gerações para as exigências do estilo de vida da classe alta tradicional. O *debut* é apenas o passo final de uma longa caminhada, uma educação em etiqueta, comportamento e boas maneiras, que se inicia muito cedo, ainda na infância, e continua ao longo da vida da menina, da adolescente e da jovem, até que esta atinja a categoria de sub-debutante. Ele tornou-se a expressão de um elevado status social e de uma crescente tendência, em setores da alta classe norte-americana, para se organizar segundo o estilo da sociedade tradicional.

Em alguns bailes estabeleceu-se o hábito de convidar membros proeminentes da nobreza européia, para receber as debutantes na sociedade.

William Domhoff explica: "A temporada das debutantes consiste numa série de festas, chás e bailes, culminando em um ou mais grandes bailes. Isto anuncia a entrada da jovem de classe alta na sociedade dos adultos, realizada com a máxima formalidade e elegância. São rituais dispendiosos, nos quais grande atenção é dispensada a cada detalhe da comida, da decoração e do entretenimento, e que têm uma longa história na classe alta. Tais bailes surgiram em Filadélfia, em 1748, e em Charleston, em 1762, e variam pouco de cidade a cidade em todo o país". (G. William Domhoff, *Who Rules America Now*, p. 32)

O baile das debutantes tornou-se assim uma das instituições típicas do estilo de vida da classe alta nos Estados Unidos. Ao descrever a função social desse baile, Digby Baltzell afirma que ele é "um rito de passagem, cuja função é introduzir a pós-adolescente no mundo adulto da classe alta, e assegurar a endogamia nesta classe como um padrão de comportamento". (Digby Baltzell, *Philadelphia Gentlemen: Making of a National Upper Class*, p. 60)

Certos bailes de debutantes também constituíam um critério para saber quem pertencia ao círculo social mais exclusivo e tradicional da classe alta norte-americana. "Para pertencer ao círculo social mais interno – diz Mary Cable, cronista da alta classe social norte-americana – a jovem devia ser convidada não apenas a todos os bailes de debutante, mas a um baile especial, realizado anualmente. Em Filadélfia, era o baile da *Assembly*, ao qual não se tinha esperança de ser convidado, a não ser que se pertencesse à elite de Filadélfia, com uma ancestralidade de duzentos anos. O *St. Cecilia Ball*, de Charleston, tinha uma exigência semelhante, e também uma rainha, escolhida cada ano entre as debutantes.... Receber tal honra trazia para a jovem um prestígio tão grande, que permanecia pelo resto da vida". (Mary Cable, *Top Drawer American High Society From the Gilded Age to the Roaring Twenties* – Mt. Pleasant, PL., Atheneum Books, 1984, p. 178)

Atualmente existem pelo menos 155 bailes de debutantes em 31 estados, "tendo por modelo os fabulosos bailes de Nova York, Filadélfia, Charleston e Baltimore. Para milhões de americanos, o *debut* significa a mais alta expressão do reconhecimento do status social. Hoje em dia a apresentação em um dos grandes bailes de debutantes tornou-se o critério pelo qual uma jovem é reconhecida como membro da sociedade. E esta aceitação abrange igualmente a sua família". (Lucy Kavalier, *The Private World of High Society*, pp. 131-132)

Segundo os que escrevem sobre a vida social das elites tradicionais nos Estados Unidos, a "Sociedade de Santa Cecília", de Charleston, Carolina do Sul, é considerada como um bastião verdadeiramente aristocrático; e seu baile, o mais exclusivo de todo o país.

Fundada em 1737 como uma associação musical – daí o seu nome – e dirigida exclusivamente por homens, é um clube que promove um baile anual, do qual só podem participar seus membros e convidados especiais. A sociedade procura manter um nível moral elevado em suas atividades. A maior parte das exigências para admissão de novos membros nunca foram publicadas; sabe-se, contudo, que para tal admissão se requer a aprovação de todos os

demais. Atores e atrizes não são admitidos ao baile ou à sociedade, nem tampouco homens ou mulheres divorciados e recasados. A filha de um membro que não se casar com alguém pertencente à sociedade, poderá estar presente aos bailes, não porém seu marido e seus filhos. (Cfr. Stephen Birmingham, *America's Secret Aristocracy* - Boston, Little, Brown, & Co., 1987, pp. 149-152)

No seu livro sobre a alta sociedade norte-americana, Cleveland Amory ressalta o espírito aristocrático desse baile: "Nessa sociedade o dinheiro não exerce qualquer papel social, salvo quando utilizado segundo o estilo de vida verdadeiramente aristocrático. As senhoras da Sociedade Santa Cecília possuem um vestido especial para os bailes da associação, que usam orgulhosamente durante toda a vida. Os cavalheiros sem recursos para custear o traje a rigor, com gravata branca, podem assistir ao baile envergando terno azul-marinho ou preto, com gravata borboleta. Isto se prende a uma tradição.

"Quanto ao próprio baile, as regras são estritas: as danças de todas as participantes são marcadas de antemão, e somente se tocam valsas e foxtrotos lentos". (Cleveland Amory, *Who Killed Society?* - New York, Harper and Row, 1960, p. 91)

A associação jamais permitiu que a mídia estivesse presente em qualquer de suas atividades sociais.

"The Philadelphia Assembly", fundada em 1748, também promove um dos bailes mais antigos e aristocráticos dos EUA, comparável em prestígio ao da Sociedade Santa Cecília. É uma instituição marcadamente tradicional, e inclui o creme da alta sociedade de Filadélfia. Sobre seu baile anual, o historiador Nathaniel Burt declara: "'The Philadelphia Assembly' ainda é, provavelmente o mais prestigioso dos acontecimentos sociais norte-americanos".

E acrescenta: "A admissão é estritamente hereditária, segundo a linha masculina. Filhos e filhas dos membros podem participar do baile, embora não automaticamente, quando atingem a idade adequada. Se uma filha de um dos membros casa-se com alguém que não pertença à entidade, ela não pode mais participar do baile, enquanto um homem da *Assembly* pode casar-se com quem desejar, sem deixar por isto de pertencer aos seus quadros". (Nathaniel Burt, *The Perennial Philadelphians*, pp. 95, 278)

Nos bailes que a entidade promove, continuam a ser observadas tradições que, muitas vezes, têm duzentos anos de existência, como por exemplo a de erguer um brinde a George Washington, em cuja honra foi realizada a "*Assembly*" em 1793.

Homens e mulheres divorciados não podem participar dos bailes, um costume que continua a ser mantido apesar das dificuldades que hoje isto acarreta. Embora a "Assembly" seja, em princípio, hereditária, ela renova seus quadros por meio de casamentos entre os membros das famílias tradicionais que a ela pertencem e os membros das novas elites.

Em Baltimore, logo após a guerra de 1812, em pleno apogeu das grandes famílias patrícias de Maryland, surgiu o "*Bachelors Cotillion*", dirigido por homens da sociedade mais tradicional da cidade. E ainda hoje tal associação constitui um dos exemplos mais notáveis da existência de sociedades aristocráticas nos Estados Unidos.

O "*Bachelors Cotillion*" orgulha-se de estar entre os mais antigos bailes de debutantes do país. Reunindo as famílias tradicionais de Baltimore em um dos mais importantes eventos sociais aristocráticos, é também modelo para *Cotillions* similares em outras cidades e estados.

Em Nova York as famílias mais tradicionais (*Old Families*) continuam a ter uma vida social própria e exclusiva, na qual suas filhas fazem o seu *debut*. Ainda na classe alta, porém em nível menos elevado, existem bailes-chave para os diversos status sociais, formando uma pirâmide em cujo ápice estão aqueles eventos sociais quase exclusivos das "*Old Families*".

O "New York Junior Assembly" é o baile de maior prestígio fora dos bailes particulares das famílias mais tradicionais de Nova York. Nas palavras de Lucy Kavalier, "a vida de debutante em Nova York serve como modelo para tais atividades em todo o país.... Os bailes mais procurados e disputados são os '*Junior Assemblies*', que tiveram início há mais de 50 anos. Qualquer jovem que seja convidada a participar, entra automaticamente no círculo mais exclusivo da sociedade". (Lucy Kavalier, *The Private World of High Society*, p. 135)

Em Nova York, além das famílias tradicionais da "Velha Guarda", que mantêm seus próprios e exclusivos bailes para a apresentação de debutantes, algumas das associações patrióticas e hereditárias, tais como a "Sociedade de São Nicolau" e a "Sociedade dos Descendentes do Mayflower", apresentam as filhas de seus membros em bailes e jantares anuais.

Bailes promovidos por associações similares de vários tipos, que se movimentam em torno das elites tradicionais de cada região, marcam a vida social de muitos centros do país, como Nova Orleans, Boston, St. Louis, San Francisco, Los Angeles, Chicago, etc. Os que mencionamos são os mais antigos e conhecidos, tomados

como modelos para os outros; os quais, cada um em seu local, desempenham a mesma função social e conferem aos seus participantes diferentes graus de prestígio, de acordo com as circunstâncias de cada local e de cada baile.

c. Associações familiares

São igualmente dignas de menção as muitas associações de descendentes de certos personagens históricos e as sociedades de caráter familiar. Elas se constituíram para comemorar os feitos e o espírito dos fundadores de suas famílias, mantendo o *esprit de corps* familiar como um todo, através das gerações. Também se ocupam da assistência àqueles membros que se encontram em necessidade, ajudando assim a manter o status familiar.

Mais de duas mil associações familiares de vários tipos existem nos Estados Unidos. (Ver: *Family Associations and Societies and Reunions* - Munroe Falls, Ohio, Summit Publications, 1991/92 edition))

Um exemplo característico de associação familiar marcadamente aristocrática é a "Sociedade Nacional dos Descendentes da Família Washington". Ela foi fundada em 1954, com os objetivos de amar, manter e fortalecer os laços da família, e de perpetuar a memória de George Washington em seus descendentes.

Para alguém pertencer a ela, é preciso provar que descende de Washington em linha direta e legítima, por via masculina ou feminina, e ser aprovado pela totalidade dos membros da sociedade. Entre seus membros honorários está Sua Majestade a Rainha Elizabeth II.

d. Sociedades de descendentes da nobreza européia

A atração pela mística da nobreza foi sempre muito forte nos Estados Unidos. Prova disso é o interesse com que o público norte-americano acompanha as atividades de casas reais de todo o mundo, e a cordial recepção proporcionada pela sociedade a muitos membros da nobreza européia que, ostentando sua condição, visitam o país.²

2 - Por exemplo, quando Lord Fairfax visitou os Estados Unidos, no seu itinerário constava uma visita ao Condado de Fairfax, Virginia, que na época colonial era um feudo da sua família. Ele foi entusiasticamente recebido pela população do condado.

Por isso, não é de surpreender que haja várias associações de descendentes de famílias nobres ou reais que se radicaram nos Estados Unidos, ainda mais restritas que as precedentes.

A "Ordem Colonial da Coroa", por exemplo, fundada em 1898 por homens e mulheres de comprovada ascendência real ou nobre, estipula que as senhoras pertençam também à "Ordem das Damas Coloniais da América".

A "Ordem da Coroa de Carlos Magno nos Estados Unidos" foi fundada em 1940, como uma "associação patriótica e independente, assim chamada em honra do Imperador Carlos Magno", para perpetuar a sua memória e honrar o seu nome. Seus membros dizem descender daquele imperador e de seus cavaleiros. Ela visa manter e promover as tradições da cavalaria, como também colecionar e conservar documentos e relembrar os feitos do Imperador Carlos Magno e de seus sucessores.

Vale também aqui mencionar a "Ordem dos Barões da Magna Carta". É uma sociedade fundada em 1898, por descendentes dos condes e barões que assinaram a Magna Carta. Da mesma índole é a "Sociedade Nacional das Filhas dos Barões de Runnemedede", organizada em 1821 por senhoras também descendentes dos barões que firmaram aquele documento.

De particular interesse é a "Ordem Militar das Cruzadas", fundada em 1934 por descendentes de cavaleiros que participaram das Cruzadas, entre 1096 e 1291. A admissão é só por convite.

Finalmente, entre as mais características associações deste tipo, estão aquelas que congregam os descendentes da nobreza de diferentes países, tais como a "Associação da Nobreza Alemã nos Estados Unidos", a "Associação da Nobreza Polonesa nos Estados Unidos", a "Associação da Nobreza Russa na América do Norte", etc.³

3 - Algumas outras associações que vale a pena notar aqui: Nobre Ordem dos Descendentes dos Conquistadores e de seus Companheiros; Ordem dos Americanos de Ancestralidade Armorial; Descendentes dos Cavaleiros da Ordem Nobre da Jarreteira; Americanos de Ascendência Real; Sociedade Nacional das Damas da Magna Carta; Associação da Nobreza Alemã nos Estados Unidos; Associação da Nobreza Polonesa nos Estados Unidos; Associação da Nobreza Russa na América do Norte; Ordem Militar das Legiões Zuavas dos EUA; Ordem Militar e Religiosa dos Cavaleiros do Santo Sepulcro.

e. Associações tradicionais de outras etnias

Como foi visto, as elites tradicionais na sociedade norte-americana são amplamente constituídas pelas "*Old Families*", as quais, em termos étnicos, significam naturalmente famílias de origem européia, predominantemente anglo-saxônica, e muitas vezes remontando à época colonial. Entretanto, como seria de esperar, famílias de mais recente imigração e de etnias diferentes, através das gerações, ao adotar costumes e estilos norte-americanos, tornaram-se gradualmente elementos integrantes das elites norte-americanas. Além disso, elas também possuem, dentro de suas comunidades, sua própria hierarquia social.

A antiga condição de escravos sempre acarretou para os negros uma posição pouco favorecida na sociedade. Por isso, raras são as pessoas, mesmo nos Estados Unidos, que têm conhecimento de que existe, entre os negros norte-americanos, uma aristocracia com sua própria e intensa vida social, debutantes, clubes e *Old Families*, representando no seu meio um papel equivalente ao das elites tradicionais na sociedade norte-americana, em seu conjunto.

Lucy Kavalier chama a atenção para este fenômeno pouco conhecido: "O fato de que exista uma alta sociedade entre os negros constitui freqüentemente uma surpresa para os brancos. Suas atividades não são publicadas em jornais não dirigidos ao público negro. E, no entanto, mil jovens negras são debutantes cada ano. Elas são apresentadas à sociedade em dispendiosos bailes, realizados em cidades de todas as regiões do país. Líderes sociais da velha guarda, clubes sociais exclusivos, grupos filantrópicos, bailes de caridade e *cotillions* de debutantes, são tão característicos da sociedade dos negros, como o são da sociedade dos brancos.

"Contrariamente à crença popular, a realização pessoal não é o único meio utilizado por pessoas dessa raça para galgar posição social. Existe uma aristocracia baseada no nascimento, um grupo que corresponde, na sociedade dos brancos, às 400 primeiras famílias". (Lucy Kavalier, *The Private World of High Society*, p. 236)

Entre as mais notáveis associações de negros nos Estados Unidos estão a "Philadelphia Cotillion Society" e o "Pyramid Club", ambos em Filadélfia, este último considerado por muitos como o mais tradicional e seletivo clube negro nas Américas.

EPÍLOGO

VOLTAM-SE AS ESPERANÇAS PARA AS ELITES MARGINALIZADAS

Os debates e as controvérsias de caráter puramente ideológico em torno do problema da igualdade e desigualdade — especialmente no que diz respeito às formas de governo monarquia-aristocracia-democracia — não ocuparam habitualmente o primeiro lugar na vida social, política e cultural dos Estados Unidos.

Apenas durante os anos que se seguiram à Independência, até o fim do período federalista, um debate dessa natureza teve maior destaque na vida política. Exemplo disso foi a controvérsia entre Jefferson e Adams a respeito da influência dos princípios ideológicos da Revolução Francesa na política norte-americana. (Cfr. Merrill D. Peterson, *Thomas Jefferson and the New Nation*, - New York, Oxford University Press, 1970, p. 443)

Ao ser estabelecido um consenso a respeito da aceitação da forma republicana e democrática de governo, o quadro político norte-americano passou a girar principalmente em torno de outras questões, cujo conteúdo ideológico era mais implícito que explícito, tais como: impostos, administração, disputas entre regiões, expansão territorial, etc. Assuntos estes que só indiretamente refletiam a controvérsia aristocracia X democracia, a qual, na Europa, continuou a ocupar o lugar principal nos debates políticos e na vida intelectual e cultural. O único tema de conteúdo mais claramente ideológico, e que foi objeto de um apaixonado debate, foi a escravatura.

Isso teve como efeito que os americanos passaram cada vez mais a considerar a vida política e a função do Estado muito preponderantemente como instrumento para promover o progresso material e o bem estar da população, sem realçar os fundamentos ideológicos das medidas tomadas neste sentido.

A vida social, por seu lado, não era considerada como de importância para a vida política ou para o aprimoramento dos hábitos e dos costumes do país. Era apenas uma questão de etiqueta, de galanteios, de honrarias. Em suma, não era uma nota predominante da vida norte-americana.

Criou-se então uma dicotomia entre a vida política e a vida social. E os mesmos homens que podiam estar em muito desacordo no terreno político, poderiam conviver agradavelmente e sem desacordos no terreno social.

Depois da Segunda Guerra Mundial, passou a haver um apreciável crescimento de interesse, quer do público, quer dos intelectuais, em relação às questões da vida social, suas sutilezas e complexidades. Apareceram então muitos livros e trabalhos realçando a importância de tais questões.

Isso coincidiu com um crescente descontentamento a respeito da vida política tomada em seu conjunto. O político, pouco a pouco, foi deixando de ser considerado como autêntico representante do povo, para ser encarado muitas vezes como um oportunista, que apenas aparenta ser tal representante. Assim, em largos setores da opinião pública, o sistema representativo passou a ser considerado como um sistema falseado, onde os partidos dominantes não mais representam os verdadeiros sentimentos e interesses de seus eleitores.

Presentemente há nos Estados Unidos uma saciedade e um desapontamento cada vez maiores em relação aos políticos. Este desapontamento procura justificar-se alegando má conduta moral e irregularidades na gestão financeira deste ou daquele. Não se discute aqui se essas irregularidades existem e se esse descontentamento é justificado. Mas, pela observação direta dos fatos, pode-se concluir que o elemento mais profundo deste descontentamento está no contraste entre o que o norte-americano aprendeu nos bancos colegiais como sendo o mito democrático, e o que ele observa atualmente em nosso país.

Ele tinha uma idéia de democracia como o regime vigente em Atenas, onde falavam os grandes oradores para levar o povo a uma decisão em comum, ou como o regime vigente nas pequenas aldeias da Nova Inglaterra, no período colonial, onde o povo tinha plena consciência de sua participação na vida pública, ao dar seu voto deliberado nas assembléias locais. Mas muitos norte-americanos hodiernos acabaram por concluir que o regime vigente não pode mais ser chamado de democracia, e que esta parece ter entrado num processo de metamorfose em determinado momento de nossa história. Uma metamorfose pode ocorrer quando menos se espera, e de modo mais surpreendente. Ela nem sempre representa um passo inovador para o futuro. Pelo contrário, pode indicar uma apetência de hábitos de antigos tempos.

Por exemplo: Quem poderia imaginar que uma revista vanguardista da esquerda, como a *Utne Reader*, haveria de estimular, entre seus leitores, a instituição de salões de conversa em escala nacional, tendo por inspiração os antigos salões literários e da alta sociedade de Paris e de Nova York?

Em artigo publicado no "New York Times" de 13 de abril de 1992, Jonathan Rabinovitz informa que a revista vê em seus salões

um meio de realizar um movimento social no espírito dos anos noventa. Informa também que atualmente já existem mais de 500 salões organizados pelos leitores da revista.

Assim, os salões que exerceram um poder tão ativo, ou melhor, tão decisivo, para fermentar e divulgar as idéias revolucionárias entre as elites de outros tempos, voltam a ser utilizados na América do Norte contemporânea.

Entretanto, os fatos noticiados são claros. Eles indicam, não um novo rumo de idéias, mas uma nova apetência pelo estilo de conversar e de trocar opiniões, dentro de um contexto mais social que político, e que poderia facilmente chegar a ter influência ponderável sobre a própria estrutura da democracia americana.⁻

Diante da desilusão a respeito da vida política, muitos espíritos mais ponderados se voltam para as elites sobreviventes na vida social do país, como sendo o setor do qual se pode ainda esperar algo. Pois este setor é o que se encontra em um contato mais estreito com os anseios e aspirações do povo americano, e pode proporcionar soluções mais adequadas aos problemas nacionais.

Então, não só a intelectualidade, como também incontáveis pessoas, voltam-se para as elites e outros aspectos da vida social norte-americana, dos quais esperam algo mais autêntico e eficaz do que a política atualmente pode oferecer. Na realidade, elas esperam ver, hoje em dia, mais autenticidade de representação das coletividades nos setores sociais do que na vida política.

Essa preocupação e as aspirações que ela suscita poderiam mudar o rumo atual do próprio Estado norte-americano. E foi a bem dessa preocupação e dessas aspirações que este apêndice foi escrito.

ÍNDICE

ESTADOS UNIDOS: NAÇÃO ARISTOCRÁTICA NUM ESTADO DEMOCRÁTICO	1
INTRODUÇÃO	2
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS UNIDOS	8
1. <i>Uma imagem unilateral dos Estados Unidos</i>	8
a. A influência do mito americanista	8
b. Alexis de Tocqueville, principal artífice de uma falsa visão	9
2. <i>A escola elitista</i>	13
a. A falência do mito liberal	13
b. Algumas idéias-mestras da escola elitista	16
c. Elites, estratificação e desigualdades sociais: Elementos indispensáveis numa sociedade orgânica	17
3. <i>As elites nos Estados Unidos</i>	19
a. A sociedade norte-americana é hierarquizada	19
b. A história dos EUA é feita principalmente por suas elites dirigentes	23
4. <i>O paradoxo norte-americano</i>	26
Origens e efeitos do paradoxo americano	27
5. <i>Conceito e fontes de status na sociedade norte-americana</i>	29
a. Riqueza	29
b. Família e parentesco	31
c. Educação	33
d. Clubes e associações	35
e. Cargo e autoridade	37
6. <i>A hereditariedade do status social tende a formar uma aristocracia</i>	38
7. <i>Transmissão hereditária das qualidades e do mérito como patrimônio familiar</i>	39
ELITES AUTÊNTICAS E INAUTÊNTICAS	45
1. <i>Elites¹</i>	45
a. Elites locais	45
b. Elites nacionais e internacionais	47
c. Elites tradicionais, aristocráticas e autênticas	48
d. Elite e classe alta	49
e. O refinamento das elites	49
2. <i>Elites inautênticas</i>	50
a. A "saparia" ⁴	51
b. Caráter malfazejo da "saparia"	53
c. Os "sapos" e o comunismo	54
d. O "jet set"	55
3. <i>As diferentes vias para as elites autênticas e inautênticas</i>	56
a. O caminho da assimilação às elites tradicionais	56
b. As vias da "saparia"	56
4. <i>Classes sociais⁶</i>	57
a. O conceito de perfeição aplicado aos indivíduos e às famílias	57
b. É próprio a todas as classes sociais tender à perfeição	58
c. Nosso Senhor Jesus Cristo, tipo humano perfeito	60
5. <i>Aristocracia⁸</i>	60
a. A aristocracia cristã	61
b. Aristocracia e santidade	62
c. A aristocracia sintetiza as perfeições da coletividade	62
d. Aristocracia e grandeza	63
O SENTIMENTALISMO COMO EXPLICAÇÃO PARA UMA MENTALIDADE IGUALITÁRIA	64
1. <i>Uma compaixão mal entendida</i>	64
2. <i>Filantropismo liberal, reformista e igualitário</i>	65
A ESTRUTURA JURÍDICO-SOCIAL DA COLONIZAÇÃO	67

1. <i>A estrutura social inglesa na era da colonização: Uma visão geral</i>	67
2. <i>Os primeiros colonizadores e povoadores ingleses no Novo Mundo: O início de uma aristocracia colonial nativa</i>	70
Depoimentos sobre a formação dessa aristocracia colonial nativa	72
3. <i>A estrutura jurídica das colônias norte-americanas propiciou o desenvolvimento de elites</i>	75
a. Colônias reais	76
b. Colônias corporativas	76
c. colônias de donatários	77
Depoimentos de autores sobre o governo de donatários nas colônias norte-americanas	78
4. <i>Feudalismo nos Estados Unidos</i>	79
a. As <i>Manors</i>	79
b. Transformação das manors nas colônias do sul, rumo a uma sociedade de plantações	81
FORMAÇÃO DE UMA ARISTOCRACIA COLONIAL NAS DIVERSAS REGIÕES	84
1. <i>O Sul Colonial: Virginia, Maryland, Carolinas</i>	84
a. Virginia - aristocracia dos grandes plantadores	84
1) Os primeiros anos da colonização	84
2) Nasce uma aristocracia	85
3) As plantações	86
4) Uma aristocracia de plantadores-negociantes	88
5) Poder político da aristocracia rural	89
6) Papel militar da elite colonial	91
7) O senso das obrigações sociais na classe dos plantadores	91
8) Vida social e tons aristocrático	92
9) Mudança de mentalidade	94
10) Mobilidade social	95
b. Maryland	96
1) Revolta protestante contra um donatário católico	96
2) Caráter feudal das manors de Maryland	98
c. As Carolinas	100
1) A Constituição nobiliárquica das Carolinas	100
2) A aristocracia colonial das Carolinas	102
3) Charleston: uma vida social brilhante	104
2. <i>Nova Inglaterra: Massachusetts, Connecticut e Rhode Island</i>	105
a. Os tempos iniciais: a "sociedade religiosa" dos puritanos	105
b. Uma elite urbana e mercantil	108
c. Uma aristocracia opulenta com liderança política	110
3. <i>Nova York</i>	112
a. <i>Patroons</i> holandeses e <i>manors</i> inglesas	112
b. Uma classe dirigente formada por proprietários rurais, negociantes e advogados	114
c. O controle político pela elite colonial em Nova York	116
4. <i>Dos quakers da Pennsylvania aos gentlemen de Filadélfia</i>	118
a. Uma utopia igualitária de fundo religioso	118
b. Progresso material forma elites aristocráticas	119
c. Brilho social, econômico e cultural de Filadélfia	120
5. <i>Georgia: O malogro de um planejamento filantrópico</i>	121
6. <i>O anti-catolicismo ao longo do período colonial</i>	122
REVOLUÇÃO AMERICANA, INDEPENDÊNCIA E CONSTITUIÇÃO	124
1. <i>Elites coloniais no período revolucionário (1763-1781)</i>	124
a. Do ressentimento pessoal ao desejo de uma república aristocrática	125
b. A Revolução Americana: obra de elites	127
c. A divisão da sociedade colonial em face da Revolução	128
2. <i>A Declaração de Independência (1776)</i>	129
3. <i>Os anos que se seguiram à independência (1781-1787)</i>	132
4. <i>A Constituição: seus autores e suas metas (1787-1788)</i>	135
a. Os <i>Founding Fathers</i> : uma elite aristocrática nacional	135
b. O passo atrás dado pela Constituição	137
5. <i>Federalistas e anti-federalistas</i>	139
6. <i>Tendências aristocráticas e monárquicas na época da Independência e da Constituição</i>	141

A REPÚBLICA NORTE-AMERICANA ATÉ A GUERRA CIVIL	144
1. <i>A república aristocrática (1788-1828)</i>	144
A transformação do país nesse período	147
2. <i>As etapas análogas de uma Revolução internacional</i>	148
3. <i>A época de Jackson: a democracia popular (1828-1840)</i>	150
a. Consequências políticas, econômicas e sociais para as elites tradicionais	151
b. As novas lideranças	153
4. <i>As elites nas décadas anteriores à Guerra Civil</i>	155
a. Na região norte: ascensão e assimilação dos novos ricos	155
b. Como passaram a viver as elites tradicionais no norte	157
c. No sul: O plantador, ápice social e tipo humano	159
5. <i>O anti-catolicismo no período anterior à Guerra Civil</i>	164
AS ELITES APÓS A GUERRA CIVIL	167
1. <i>Revolução social conseqüente à Guerra Civil</i>	167
2. <i>Os novos ricos e as elites tradicionais</i>	168
3. <i>A Revolução Industrial</i>	169
a. A Revolução Industrial nos Estados Unidos	169
b. Uma transformação de mentalidade	170
c. Super-produção e super-consumo — Equilíbrio e temperança	172
d. O mito do "self-made man"	173
4. <i>As instituições privativas: preservação e assimilação</i>	175
a. <i>Trusts</i> e fundações familiares	176
AS ELITES TRADICIONAIS NOS ESTADOS UNIDOS DE HOJE	179
1. <i>As elites tradicionais na classe alta</i>	179
2. <i>As elites tradicionais em outras categorias sociais</i>	180
3. <i>Associações próprias às elites tradicionais</i>	181
a. Seu caráter aristocrático	181
b. Seu caráter privativo	183
4. <i>Alguns exemplos de associações de elites tradicionais nos Estados Unidos</i>	186
a. Sociedades patrióticas de caráter hereditário	186
b. Sociedades de tónus essencialmente aristocrático	193
c. Associações familiares	197
d. Sociedades de descendentes da nobreza européia	197
e. Associações tradicionais de outras etnias	199
VOLTAM-SE AS ESPERANÇAS PARA AS ELITES MARGINALIZADAS	200
ÍNDICE	203